UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALEXANDRE RICARDI

A COMPANHIA ÁGUA E LUZ DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS RELAÇÕES DE CONFLITO
NA FORMAÇÃO DO PARQUE ELÉTRICO PAULISTANO, 1890-1910

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

OUTUBRO / 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALEXANDRE RICARDI

A COMPANHIA ÁGUA E LUZ DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS RELAÇÕES DE
CONFLITO NA FORMAÇÃO DO PARQUE ELÉTRICO PAULISTANO, 1890-1910.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos

VERSÃO CORRIGIDA

Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos

De acordo

SÃO PAULO

OUTUBRO / 2013

ALEXANDRE RICARDI

A COMPANHIA ÁGUA E LUZ DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS
RELAÇÕES DE CONFLITO NA FORMAÇÃO DO PARQUE ELÉTRICO
PAULISTANO, 1890-1910

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: _____

Orientador:

Gildo Magalhães dos Santos Filho

Banca Examinadora:

Odette Carvalho de Lima Seabra

Alexandre Macchione Saes

RESUMO

O objetivo desse trabalho é reconstituir a história da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, cuja primeira denominação foi Companhia Luz Electrica de São Paulo, uma pequena companhia formada por capital nacional, organizada antes da empresa anglo-canadense-americana Light and Power, utilizando-se da matriz energética térmica e não hidráulica e representante do mercado de livre concorrência, implantando no começo da Primeira República. Forneceu energia elétrica ao final do século XIX nas cidades de São Paulo, Curitiba e Casa Branca, o que nos leva à reflexão sobre a formação do parque elétrico na cidade de São Paulo durante a Primeira República.

Apesar de concorrer com a San Paulo Gas Company, detentora do privilégio de aquecimento e de iluminação pública, a Companhia Água e Luz disputou um mercado em crescimento, em momento em que a energia elétrica mostrava-se mais eficiente do que o gás em muitos aspectos, principalmente para iluminação. A partir de 1900, a Companhia Água e Luz enfrentou a concorrência da canadense Light and Power que cingiu os serviços públicos de transporte e fornecimento de eletricidade nos principais mercados consumidores do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. Tornou-se pivô de disputas que culminaram no monopólio do setor, detido pela Light and Power de 1899 a 1979, que abarcou diversas outras pequenas companhias.

Palavras chave: eletricidade; Companhia Água e Luz; Light and Power; Primeira República; São Paulo; Curitiba.

ABSTRACT

The purpose of this work is to reconstruct the history of “Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo,” whose first name was “Companhia Luz Electrica de São Paulo,” a small company formed by domestic capital, organized before Anglo-Canadian-American company “Light and Power”, using the thermal energy source, and not the hydraulic, one representative of free market competition, which was installed in the beginning of the First Republic. It supplied electricity until the end of nineteenth century in the cities of São Paulo, Curitiba and Casa Branca, which leads us to reflect about the formation of the electric market in São Paulo during this period.

Despite competing with “San Paulo Gas Company,” holder of the privilege of heating and lighting, the “Companhia Água e Luz” played a growing market, in a moment when the electricity seemed to be more efficient than gas in many aspects, mainly for lighting. From 1900, on the “Companhia Água e Luz” faced competition from Canadian “Light and Power” that girded the public transport services and supply of electricity in the major consumer markets of Brazil, São Paulo and Rio de Janeiro. It became a central factor in disputes, culminating in the monopoly of the sector, held by “Light and Power” from 1899 to 1979, which grouped several other small companies.

Key Words: electricity; Companhia Água e Luz; Light and Power; First Republic; São Paulo; Curitiba.

Então era verdade que esses mineiros podiam odiá-lo só porque ele vivia como homem decente, à custa do trabalho deles?

Émile Zola. *Germinal*, p. 308.

Dedicatória

Este trabalho será dedicado a uma mulher singular, Benedita de Campos Rodrigues que tem hoje 100 anos, completados no dia 26 de fevereiro de 2013. Mãe de 7 filhos, avó de 24 netos, bisavó de tantos bisnetos que difícil é contar e 3 trinetos. Eu como seu neto, não me tomo somente de admiração quanto à longevidade dessa centenária, como historiador, me tomo de fascinação e curiosidade extrema por uma pessoa que viveu tanto tempo, vivenciou tantos acontecimentos, comemorou tantas efemérides, nascida durante a Primeira República.

Vó Dita, como carinhosamente é chamada, viveu esses cem anos sem saber ler! Os livros e as notícias não lhe faziam falta, porém. Verdade que nunca pode ser enganada nos números, esses ela sempre dominou bem, pois eram o instrumento quando estava fazendo a “fezinha” no jogo do bicho. Nunca ficou rica, mas enquanto pode caminhar sozinha pelas ruas do bairro, não deixou de apostar e sempre ganhava um tanto, suficiente para manter essa sua única falta.

Gosta muito de prostrar, contar piadas e rir às gargalhadas ao ouvir uma muito boa, mas mesmo quando a piada não é boa, ri também. Sua conversa é dispersa muitas vezes, flana pelos assuntos, contando sobre os acontecimentos últimos ocorridos com a família. De alguns lamenta a tristeza, de outros felicita os sucessos. Artes, traquinagens e travessuras das crianças sempre são motivo de alegria para ela. Se compraz na companhia das crianças e dos jovens, diz que de velha basta ela, que não quer a companhia dos que não são jovens. Claro que ela se refere àquela jovialidade da alma, do coração, nunca, jamais fez diferença de alguém, seja pela cor da pele, pela riqueza que ostentava ou pobreza que revelava e muito menos, pela senilidade.

Certa vez, não posso me furtar a dividir essa lembrança, há alguns anos já, ela finalmente traiu-se na conversa e tocou no assunto de política. Falávamos qualquer coisa sobre governos militares e eu lhe perguntei muito ansioso, ávido por uma informação valiosa de alguém que viveu os últimos cem anos de história do Brasil:

- Vó, diz pra mim como era o Getúlio, como era o governo do Getúlio Vargas para vocês.

Minha ansiedade estava ligada às questões historiográficas discutidas fartamente pelos

especialistas. A história oficial, como história dos vencidos, não costuma mostrar a visão de uma mulher do povo, que viveu como esposa de lar simples, dedicada às lides domésticas. Sua resposta lacônica veio rápida, mas não sem antes tergiversar um bocado:

- Ahhh fio! A gente vivia na roça e na roça... num tinha governo.

Longe de decepcionar-me, sua sucinta resposta nos mostra muito mais do Brasil passado, do que o acelerado observador poderia imaginar.

... esforçava-se em readquirir a fé, em convencer-se de que a resistência ainda era possível, que o capital ia destruir-se a si mesmo ante o suicídio heroico do trabalho.

Émile Zola. *Germinal*, p. 319.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são inúmeros e desde já nos desculpamos caso terminemos por esquecer qualquer pessoa. Agradeço primeiramente a meu orientador, professor Gildo Magalhães dos Santos, sempre revestido de muita paciência, mormente ao aproximar-se o prazo final de entrega do trabalho. Às funcionárias do acervo Fundação Energia e Saneamento agradeço a presteza e consideração com que sempre tratam os pesquisadores. Em Curitiba, fomos atenciosamente recebidos e tratados pelos funcionários do Arquivo Público do Paraná, que nos ajudaram muitíssimo a traçar rumos para que a pesquisa em Curitiba fosse o mais produtiva possível, visto a dispersão da documentação e o grande número de acervos a ser visitado. Agradeço à Câmara Municipal de Curitiba, onde os funcionários da biblioteca nos deixaram muito a vontade para consultar os originais das atas da Câmara do período pesquisado. Agradeço também à Casa da Memória, mantida pela Fundação Cultural de Curitiba, onde valiosas pistas nos foram cedidas. Na Biblioteca Pública do Paraná agradeço à chefia da Divisão de Documentação Paranaense e aos funcionários da biblioteca que disponibilizaram prontamente todos os microfilmes pedidos e ainda nos orientaram a pesquisar em outros acervos na cidade.

No Museu da Energia mantido pela COPEL, Companhia Paranaense de Energia, agradeço ao Sr. Daniel Ferreira que além de também ceder valiosas informações que ajudaram a orientar o rumo da pesquisa em Curitiba, nos cedeu exemplar do Relatório de Atividades da Copel onde fora impresso, ainda que incompleto, o primeiro contrato da Companhia Água e Luz com a municipalidade de Curitiba, infelizmente o original não foi localizado. Agradeço a Daisy Lúcia Ramos de Andrade, ex diretora do Arquivo Público do Paraná que com sua paciência e atenção também nos cedeu valiosas informações para a pesquisa. Agradeço também ao Raul, seu filho, que proporcionou o encontro. Agradeço à PUC-Paraná, mantenedora do Círculo de Estudos Bandeirantes com riquíssima hemeroteca, talvez a mais completa do Estado do Paraná. Agradeço a Tatiana Takatuzi, responsável pelo acervo histórico do Museu Paranaense, Biblioteca Romário Martins, que nos atendeu e permitiu consultas ao acervo fora do horário de atendimento aos consulentes, possibilitando finalizar importante etapa da pesquisa.

Agradeço à Violeta Sarti Caldeira por ter-nos acolhido em seu apartamento em

Curitiba, nos deixando sempre muito à vontade em sua casa e nos acompanhando a vários jantares durante o evento “restaurantweek”, que estava acontecendo justamente em uma das semanas em que estive pesquisando em Curitiba. A José Alfredo O. Vidigal Pontes, o Blu, agradeço por ter-me presenteado ao iniciar nossas pesquisas com livro que muito norteou esse começo. À Alpha Simonetti e a Maria Silvia P. L. Gomes por terem proporcionado esse momento em que fui presenteado, além de outros divertidos. Aos amigos, os historiadores Eustáquio Ornelas C. Júnior e Cynthia Liz Yosimoto, recém-chegados ao mestrado, desejolhes sorte na caminhada; à psicóloga Claudia Anísio, grande amiga e confidente; à professora Fabiana da Veiga, sempre interessada e participativa; ao ansioso Felype Braz; à divertida Rosângela Félix; agradeço a todos a paciência com esse amigo que se revelou muito alterado às vezes e a compreensão de que em alguns momentos de nossas vidas, ficamos afastados, ocupados com nossos trabalhos de naturezas diversas, mas que o amor não conhece distâncias e também não esquece. Ao Alessandro Braga agradeço não só a paciência de ter me aguentado em momentos de extrema ansiedade e nervosismo, mas a força e animação com que sempre procurou me incentivar, além de ter me ajudado em alguns momentos da dissertação.

À minha família, quase vítimas silenciosas dos momentos de inquietação, às vezes fúria, desencadeados pela ansiedade que um trabalho dessa natureza gera, agradeço por essa caminhada ao meu lado. A todos os mestres de aquém e de além, agradeço os momentos de lucidez, de inspiração e de calma que permitiram a transferência do que estava na mente para o papel.

Agradeço à Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que sob o processo nº 2010/11804-5 forneceu o apoio financeiro para que eu pudesse realizar as pesquisas e concluir a dissertação. Todos os erros contidos nesse trabalho são de minha inteira responsabilidade.

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS:

APEPR: Arquivo Público do Estado do Paraná

APESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo

APM: Arquivo Público Municipal de São Paulo, Washington Luís

BPR: Biblioteca Pública do Paraná

BRM: Biblioteca Romário Martins do Museu Paranaense

CMC: Câmara Municipal de Curitiba

CEB: Círculo de Estudos Bandeirantes da PUC - Paraná

FCC: Fundação Cultural de Curitiba – Casa da Memória

FES: Fundação Energia e Saneamento

ME: Museu da Energia da COPEL, Companhia Paranaense de Energia

Sumário

Sumário	p. 10
Sumário das tabelas	p. 11
Introdução	p. 12
Capítulo 1 – A economia paulista no circuito capitalista mundial	p. 26
1.1 Panorama Geral	p. 27
1.2 Capitalismo Internacional e seus movimentos	p. 45
1.3 Política econômica na Primeira República	p. 58
Capítulo 2 – a Companhia	p. 65
2.1 Uma Companhia Formada por Paulistas	p. 66
Capítulo 3 – Características e personagens dessa história	p. 131
3.1 Urbanização de São Paulo: oportunidades para capitalistas	p. 132
3.2 Victor Nothmann e os acionistas da Companhia Água e Luz	p. 149
3.3 Antonio da Silva Prado na Prefeitura	p. 158
3.4 Expansão: Curitiba	p. 172
3.5 Guinle & Companhia	p. 223
Considerações Finais	p. 238
Fontes Consultadas e Referências Bibliográficas	p. 248

Sumário das tabelas

Capítulo 1

Quadro 1 - Brasil, empréstimos públicos levantados em Londres, em libras	p. 35
Quadro 2 - Censos populacionais, Unidades da Federação	p. 37
Quadro 3 - Produção mundial de café e Exportação de café por Estados	p. 41
Quadro 4 - Exportação de Café – Países de destino	p. 42
Quadro 5 - População dos municípios	p. 45
Quadro 6 - Exportação dos demais produtos da pauta brasileira	p. 46
Quadro 7 - País de origem dos capitais das empresas estrangeiras	p. 55

Capítulo 2

Quadro 1 - Lista Nominativa dos subscritores	p. 80
Quadro 2 - Lista nominativa dos acionistas	p. 84

Capítulo 3

Quadro 1 - Movimento imigratório no Estado de SP (1871-1900)	p. 146
--	--------

Esbatidas pelo sol, as baterias de fornalhas de coque e as chaminés dos altos-fornos expeliam fumaça, cuja sempiterna fuligem chovia no ar.

Émile Zola. *Germinal*, p. 259.

Introdução

Ao final do século XIX, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passavam por grandes transformações urbanas, redefinindo a forma de morar de suas populações, refazendo o traçado de suas ruas e avenidas e espraiando-se cada vez mais para os arrabaldes, ampliando a área urbana. O eixo econômico do país havia se deslocado para a região sudeste e em São Paulo se verificava a chamada “euforia do progresso” (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 21) impulsionada pela riqueza gerada pelo comércio do café. O Brasil vivia um período de mudanças profundas marcadas pelo fim do tráfico de escravos; a expansão das plantações de café; a consequente imigração para substituição dos braços na lavoura, deslocando a fronteira agrícola e fundando inúmeras cidades, a superação do transporte por animais pelas ferrovias e bondes, o crescimento de cidades como São Paulo e Santos na qualidade de centros comerciais, apontando para uma nova sociedade, mais dinâmica e mais complexa (PERISINOTTO, 1994, p. 40), mas como não podemos deixar de observar, essas mudanças concentravam-se na região sul do país. Nos centros urbanos, ruas e avenidas foram iluminadas, fábricas mecanizadas com eletricidade, o transporte se sofisticou e foi ampliado; as comunicações foram renovadas com o telégrafo e o telefone resultando em imposição de nova dinâmica cotidiana e concentração da população em aglomerados urbanos que iam crescendo demograficamente sem parar. No entanto, em 1890 apenas 9% da população do país estava vivendo em áreas urbanas (LEFF, 1972, p. 357), incluindo a região da capital federal, Rio de Janeiro, e as capitais dos estados, onde havia maior concentração demográfica. Na economia, companhias de lavradores reinvestiam seus lucros para a instituição de atividades que munissem o crescente mercado urbano de alimentos e artigos têxteis.

Qualquer estudioso que se debruçar sobre esse período da história do Brasil perceberá a proeminência do café como principal produto de exportação do país, fato notório aliás, a trazer divisas que estimularam um movimento maior, sendo acompanhado da imigração que com sua densa população de colonos e sua prosperidade contribuíram para o desenvolvimento de um mercado doméstico que tornou possível o nascimento de uma sociedade industrial (LOVE; BARICKMAN, 1986, p. 760), primeiramente com incipiente industrialização e que foram responsáveis pela transformação do país de forte tradição agrícola para país de economia mista. Observará também que o país experimentou um ciclo econômico que o

integrou mais uma vez à economia mundial, como outros já o haviam integrado, mas com o diferencial de que nessa ocasião a possibilidade de realizar acumulação interna foi mais intensa. Ao final do século XIX, a economia mundial vivia forte desenvolvimento industrial com aplicação principalmente do petróleo e da eletricidade como fontes de energia, que podia inclusive ser disponibilizada para a iluminação de residências e do espaço público, assim como podia ser aplicada à movimentação das indústrias, substituindo com significativas vantagens o vapor.

Desde meados do século XIX, o gás já era utilizado com relativa eficiência na iluminação pública e no aquecimento de residências, mas precisou contar com a concorrência fortíssima da chamada “hulha branca”. Era a força hidráulica sendo utilizada para gerar energia elétrica o que possibilitou sobrepor essa à força da queima de carvão e do gás, até então utilizados inclusive para gerar energia a partir de usinas termelétricas. A aplicação industrial do dínamo desenvolvido pelo mecânico belga Zénobe Gramme e da corrente alternada, obtida em 1888 por Nikola Tesla, tornou possível a instalação de sistemas de iluminação em larga escala e com o auxílio do alternador e do transformador,¹ houve a aplicação da alta tensão no transporte de eletricidade a longas distâncias, permitindo que a nova tecnologia pudesse ser produzida em usinas cada vez maiores, aumentando sobremaneira a escala para um consumo que aumentaria incessantemente.

Completando o quadro, a invenção da lâmpada elétrica de filamento em 1879, por Thomas Edison, representou a criação de um complexo setor de produção de materiais elétricos, a indústria eletrotécnica,² formado por gigantes industriais nos países centrais, como a Edison General Electric, a Thomson-Houston Electrical Company e a Westinghouse Electric Manufacturing Company, todas fundadas por engenheiros inventores: Thomas Edison, Elihu Thomson e Edwin Houston, pioneiros da indústria eletrotécnica; além de George Westinghouse, atuando na década de 1880. Na Alemanha os engenheiros Werner e William Siemens e o mecânico J. G. Halscke fundaram em 1874 a Siemens und Halscke; e em 1883 foi fundada a Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft-AEG por Emil Rathenau (MAGALHÃES,

¹ Outras invenções e desenvolvimentos de produtos que já existiam surgiram nos Estados Unidos e Europa no período e foram importantes para impulsionar esse mercado: 1879, além da lâmpada elétrica, a locomotiva movida à eletricidade; 1881, a primeira central elétrica que suportava um sistema centralizado de geração e distribuição de corrente elétrica; 1881, o bonde elétrico; 1888, o motor de indução de Tesla alimentado por corrente alternada e o conversor que permitia reverter corrente contínua para alternada e vice versa (TAFUNNEL, 2011, p. 331).

² Adotamos a definição que Ricardo Maranhão e Simone Mateos apresentam para indústria eletrotécnica: que produz o material das instalações e constrói os aparelhos e máquinas. É indústria de energia elétrica: responsável por gerar, transmitir e distribuir a corrente (2012, p. 28).

2000, p. 31). Cada uma dessas empresas que monopolizaram fortemente o mercado mundial na virada do século tinha um grupo de bancos que financiavam suas operações (SAES, F.; SZMRECSÁNYI, 1995, p. 113).

A rapidez com que as companhias desses inventores foram transformadas em gigantes explica-se pelo acesso fácil ao capital e a grande e rápida aceitação do público com as maravilhas da energia elétrica, mas devemos incluir mais um fator que foi a criação da indústria de energia elétrica, a responsável por gerar, transmitir e distribuir a corrente. Além de tornar-se grande consumidora de produtos e materiais elétricos, engendrou o próprio mercado consumidor de eletricidade que garantiria demanda para si mesma e para as gigantes elétricas. Passa a haver fortíssima concentração de capitais nessas indústrias e, mormente nos Estados Unidos, observamos tendência de concentração de capital na produção da eletricidade, associada a outras atividades, como de iluminação, ferrovias, bondes, fornecimento de gás, telégrafo, telefones etc., as “public utilities” que em sua expansão, investiam e monopolizavam os serviços em muitos lugares do mundo (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 29). No Brasil esse foi o caso da Light and Power e da American & Foreign Power, que atuaram em diversos países, tornado-se em gigantes da indústria de energia elétrica.

No Brasil o mercado se revelou frágil, pois a eletrificação das cidades partiu, via de regra, da iniciativa individual de grandes proprietários de terras, muitas vezes cafeicultores, também proprietários de fábricas preocupados em adaptar sua produção à nova realidade do mercado mundial, mas também dispostos a oferecer a energia elétrica como uma benfeitoria aos seus municípios, explorando o serviço como um novo negócio, não tão atraídos pela oportunidade de fornecimento à indústria, mas inclusive prevendo que essa possibilidade existia (DEAN, s/d., p. 16). Nos centros urbanos maiores como São Paulo e Rio de Janeiro, tornou-se uma prerrogativa de muitos homens públicos preocupados não somente com os confortos que a nova tecnologia trazia, mas também o que acarretava em termos modernizadores à nação. Entretanto, revelou-se um início tímido, que de fato, “nada nos diz sobre a intensidade do seu avanço posterior” (TAFUNELL, 2011, p. 334). O que percebemos foi que em São Paulo a iniciativa também partiu de homens ligados aos negócios do café, mas não somente. As companhias que iniciaram a exploração comercial de eletricidade em São Paulo foram diligências de capitais citadinos, ligados aos negócios desencadeados pela expansão urbana que a cidade experimentava, coligados com capitais cafeeiros, além do capital financeiro sempre presente na figura de banqueiros. Ao organizar uma empresa para

explorar o serviço, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, suas administrações conseguiram, a despeito do pouco capital que contavam para investimento, expandir o serviço para as cidades de Curitiba, no Paraná, e Casa Branca, em São Paulo, um dos municípios de maior produção de café no seu tempo. Sabemos hoje que o setor elétrico exige investimentos pesados de capital e admite retornos bastante lentos aos capitais invertidos (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 50).

Esse prévio conhecimento sobre a companhia e a formação do setor elétrico serviu de ponto de partida para nos dedicarmos à investigação desenvolvida como iniciação científica, no âmbito do Projeto Eletromemória, financiado pela FAPESP e coordenado pelo professor Gildo Magalhães dos Santos, realizando levantamento documental inicial. Em uma segunda etapa a reunião de bibliografia que tratasse do assunto, permitiu ampliar o escopo do trabalho. A constatação de que homens públicos importantes e influentes tanto política como economicamente estavam envolvidos na fundação e administração da Companhia Água e Luz, interessados em reproduzir seu capital de forma rápida e eficiente, nos levou ao aprofundamento das pesquisas, gerando outras questões. Em qual contexto exatamente esses homens se lançaram a esse empreendimento? Como fizeram para que a companhia sobrevivesse às crises econômicas ocorridas após o período turbulento do Encilhamento? Como enfrentaram a chegada da companhia canadense Light and Power, que vinha com o suporte financeiro adequado para o tipo de empresa que propuseram ao poder público de então? Todas essas questões, e muitas outras que foram surgindo, serviram de motor em nossa busca pelas respostas na reconstituição da história da companhia.

Ao encetarmos contato com a documentação e a bibliografia sobre a história da energia elétrica no Brasil logo ficou claro a grande importância atribuída a essa empresa estrangeira, a Light and Power. A canadense dominou os maiores mercados consumidores do Brasil durante 80 anos, a cidade de São Paulo, capital dos fazendeiros de café, e o Rio de Janeiro, então à época capital federal da República, cidade mais populosa do país até os anos 40 do século XX (IBGE, 1986, p. 8). Estendeu-se depois para outras importantes cidades como Sorocaba e o corredor de cidades que se espalhavam pelo importante Vale do Paraíba (MAGALHÃES, 2000, p. 67), interligando sua rede de São Paulo ao Rio de Janeiro. A empresa foi fundada para iniciar suas atividades em São Paulo em 1899, inaugurando a primeira linha de bondes elétricos em 1900, e no Rio de Janeiro em 1905. Em 1912 passaram as empresas do grupo a funcionar subordinadas à holding Brazilian Traction,³ que englobou

³ Organizada em 1912, a Brazilian Traction era responsável pelos investimentos e administração das empresas do

outras empresas como a São Paulo Electric Company de Sorocaba em 1911. E em 1979 foram vendidas ao governo brasileiro pela estratosférica soma de 436 milhões de dólares pagos à multinacional Brascan, dois anos antes de vencer o prazo de concessão (SEGATTO, 1989, p. 25), acrescidos do passivo da empresa assumido pelo governo federal através da Eletrobrás no montante de 778 milhões de dólares.⁴

A relevância dos estudos especializados sobre a companhia canadense é então natural se soubermos que essa companhia manteve o monopólio da concessão de energia elétrica por 80 anos e ainda o mantém na cidade do Rio de Janeiro, importante centro industrial e urbano, com cerca de 6,5 milhões de habitantes. Retomaremos aqui alguns desses estudos e outros utilizados por esse pesquisador e listados na bibliografia, que não se limitaram somente à análise da atuação da Light and Power, mas a contemplaram inclusive, lembrando que não existem estudos monográficos específicos sobre a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo.

Um dos pontos de partida para qualquer estudioso do tema é o livro *História da Light – primeiros 50 anos*, do engenheiro Edgard Egydio de Souza (1876 - 1956). Formado na Bélgica, Edgard de Souza foi professor da Escola Politécnica e o primeiro brasileiro a tornar-se diretor na hierarquia do conglomerado Brazilian Traction em 1948. Nesse livro, datado de fevereiro de 1949, Edgard de Souza revela-se bastante descritivo, carente de análises mais profundas, sendo detalhista ao retomar a história da Light and Power desde sua instalação em São Paulo em 1900, retratando os primeiros conflitos que a companhia estrangeira enfrentou com as companhias que forneciam serviços similares localmente, de imediato a Companhia Viação Paulista, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e a San Paulo Gaz Company. Souza é, porém, taxativo com as companhias nacionais de forma geral, chegando a afirmar em relação às companhias de cidades do interior que “as reclamações dos municípios contra serviços ineficientes eram gerais e essas pequenas empresas nada podiam fazer para melhorá-los” (SOUZA, 1989, p. 153).

A Light and Power avançou dominadoramente sobre os mercados das cidades que mais lhe interessavam, a saber, as que estavam interpostas entre seus dois principais mercados consumidores, São Paulo e Rio de Janeiro, implantando uma série de usinas hidrelétricas para consolidar suas concessões e poder operá-las. Nas localidades em que a canadense não

grupo: The São Paulo Light and Power e The Rio de Janeiro Light and Power, além das menores que compunham o sistema.

⁴ Há divergências quanto a esse valor, sendo que o próprio diretor financeiro da Brascan à época declarou um passivo de 1 bilhão e cem milhões de dólares (FIALHO, 1979).

acreditou haver demanda pelo consumo ou que não estavam nessa interposição, ou permaneceu a exploração local do serviço ou foram conglomeradas por outra companhia estrangeira que dominou o setor elétrico brasileiro, a Amforp, que chegou ao Brasil nos anos 20. Assim, a Light and Power organizou a São Paulo Electric Company Limited em 1911 para fornecer energia elétrica para Sorocaba e São Roque, concluindo a usina de Itupararanga em 1914 (Ibidem, p. 87) para tal fim. Em 1924 concluiu a usina de Rasgão em São Roque, desta feita para minimizar a crise de abastecimento de eletricidade vivida por São Paulo, em fase de crescimento acelerado. (Ibidem, p. 102).

A partir de 1927, com a conclusão da usina de Cubatão, a Light and Power passou a contar com produção suficiente para alargar ainda mais seu raio de ação, adquirindo ações ou a propriedade das seguintes empresas concessionárias e/ou fornecedoras: Companhia Ituana de Força e Luz, fornecendo em Itu e Salto; Empresa Luz e Força de Jundiaí, fornecendo em Jundiaí e Indaiatuba; Companhia Força e Luz Norte de São Paulo, fornecendo em Mogi das Cruzes, Salesópolis, Pindamonhangaba, Caçapava, Santa Branca e Jambeiro; Companhia Força e Luz de Jacareí-Guararema, fornecendo nesses dois municípios; Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio, fornecendo em Taubaté, Tremembé, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro; Empresa de Eletricidade São Sebastião, fornecendo em São Sebastião e Caraguatatuba; Companhia Força e Luz São José, fornecendo em São José dos Campos; Empresa Melhoramentos de Porto Feliz, fornecendo em Porto Feliz; Sociedade Anônima Kenworthy, fornecendo em Cotia e Parnaíba (Ibidem, p. 155). Edgar de Souza reproduz com clareza esses acontecimentos mostrando-se, porém, deveras transigente com a atuação da canadense, como quando discorre sobre a questão das tarifas dos bondes:

Cumpriu aquele contrato com tanto escrúpulo que jamais pediu modificação do preço cobrado para as passagens, não obstante terem-se modificado os padrões econômicos de acordo com os quais havia sido fixado (Ibidem, p. 184).

Procura não retratar algumas das ações executadas de forma suspeita pela companhia estrangeira como, por exemplo, ao adquirir terrenos para expansão de linhas ou construção de usinas, e suas relações muito próximas com nomes expressivos da política nacional como ministros, governadores, prefeitos, vereadores entre outros de escalões diversos. Devemos reconhecer, porém, que traz elementos que demonstram uma certa capacidade inovadora da companhia, como o projeto de reforma do sistema de transportes coletivos de 1927 que previa trajetos subterrâneos para prestar serviço mais eficiente à população, com melhores preços à municipalidade, introduzindo técnicas modernas de construção, significando mais rapidez no

transporte (Ibidem, p. 184). Verdade que a companhia estava sumamente preocupada em aumentar os preços das passagens e o projeto era uma forma de dissuadir a prefeitura a fazê-lo; sem convencer a municipalidade, o projeto então não se concretizou. Edgar de Souza possui ainda o mérito de reproduzir inúmeros documentos relativos aos empreendimentos efetuados pela Light and Power, incluindo editoriais e artigos de jornais que publicaram opiniões contrárias à companhia ou denunciaram os procedimentos condenáveis da canadense, que cobrem os 50 anos de história da companhia que procura retratar.

Já o trabalho *The Light: Brazilian Traction, Light and Power Company Limited, 1899-1945* de 1988, de autoria de Duncan McDowall, que mereceu uma tradução da Ediouro em 2008 sob o título *Light, a história da empresa que modernizou o Brasil*, tornou-se referência importante por ter reestabelecido momentos importantes da constituição da Light and Power, ainda que em tom apologético. Para o autor, energia elétrica não era prioridade para os latifundiários do café (McDOWALL, 1988, p. 20), no que se enganara obviamente, visto o grande número de cafeicultores envolvidos no negócio de geração e fornecimento de energia elétrica não só em São Paulo, mas em diversas cidades do interior paulista (SAES, F., 1986, p. 178).

McDowall é competente em rememorar como a canadense foi gestada no Canadá por nomes como o de Francisco Antonio Gualco, Américo e Carlos de Campos, William Mackenzie e Frederick Pearson, revelando-se desde o princípio um negócio que garantisse retorno aos investimentos aplicados. E a garantia desse regresso de capital seria o monopólio exercido pela canadense e pensado desde seu princípio também, e que McDowall exemplifica com a correspondência entre Pearson e Walmsley, dirigentes das companhias de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobre a questão Guinle & Cia., quando o grupo carioca foi autorizado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para fazer distribuição de energia. Pearson percebeu essa autorização como uma ameaça à companhia até em São Paulo, onde os Guinle tentavam entrar há tempos, ferindo o monopólio da Light and Power. Esperava então o engenheiro executivo que “... o sr. Mackenzie consiga junto ao dr. Prado algum tipo de quase monopólio para a Light and Power” (McDowall, 1988, p. 98) reconhecendo, porém, a dificuldade dessa missão, pois era grande a oposição aos monopólios de qualquer tipo.

Aliás, conforme anuncia McDowall, os próprios Alexander Mackenzie e Fred Pearson, articuladores principais da companhia no Canadá e no Brasil, eram vistos inicialmente com desconfiança, chamados de “enganadores americanos” pelo prefeito de então Antonio Prado, que acreditava que eram especuladores em busca de lucros fáceis que conseguiriam à custa de

“políticos municipais desavisados” (Ibidem, p. 44). Informa também que, anos depois, a criação da Brazilian Traction foi idealizada no Canadá e não no Brasil, sendo obra da era do capitalismo financeiro (Ibidem, p. 166 e 177). Corrobora ainda Duncan McDowall que o grupo lançou mão de manobras contábeis explícitas para maquiar seu faturamento, sendo que em alguns momentos o presidente Pearson simplesmente não explicou como a capitalização combinada das empresas de São Paulo e Rio, que era de 60 milhões de dólares, passou a ser de 99,5 milhões de dólares na formação da holding Brazilian Traction (Ibidem, p. 187). A ininteligibilidade dos balanços da empresa chegavam ao ponto de deixar confusos e atônitos os próprios contadores da companhia em Londres, sendo que um deles chegou a declarar que seria impossível para qualquer pessoa ter alguma ideia do que eles significavam (Ibidem, p. 195).

Não abandona, porém, o tom apologético em sua obra, reconhecendo McDowall que a Light and Power foi nomeada pela população de São Paulo como o polvo canadense (Ibidem, p. 16), sem explicar qual o motivo dessa alcunha e o que ela realmente significava. Considera sobre a Light and Power que “... foi para o Brasil em busca de lucros, em troca ofereceu barata e eficiente força elétrica” (Ibidem, p. 48) sem relacionar monopólio com capacidade de exercitar preços a seu bel prazer. Reconhece também que o privilégio dado à Light and Power colocou os serviços de transporte e eletricidade de São Paulo, com o crescimento mais acelerado do Brasil, sob absoluto controle da companhia estrangeira (2008, p. 110), sem novamente discutir a significância disso em matéria de preços e tarifas. No entanto, precisamos considerar que o autor nos fornece informação suficiente para percebermos que o tom apologético que aparece em algumas passagens pode mais ser resultado da relação do autor com a contratante do próprio trabalho, a Brascan, que comissionou e financiou a publicação (Ibidem, p. 8). Para o autor a Brascan, herdeira da Brazilian Traction, é mais uma empresa binacional que investe em dois países: Canadá e Brasil (Alcan e Noranda) do que uma multinacional (Ibidem, p. 5).

Um bom começo também aos que desejam se aprofundar mais sobre o assunto são as duas publicações seriadas mantidas pela Eletropaulo, a revista *Memória*, editada por vários anos, e a edição especial *História & Energia*, editada em seis volumes, a saber: volume 1, A chegada da Light; volume 2, A eletrificação no Brasil; volume 3, O metrô da Light; volume 4, A Light e a Revolução de 24 e volume 6, O capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro. Desses o mais utilizado nessa pesquisa foi o volume um, justamente por tratar do mercado de serviços públicos, energia elétrica e transporte, tal qual existia em São Paulo no

momento da chegada da Light. Dois artigos mais nos interessaram nessa publicação: “Batalhas pelo Monopólio” onde são reproduzidos com exatidão os movimentos cruciais e os acontecimentos finais da existência da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, nos auxiliando na tarefa de retomarmos a história da companhia, que se deu em momento específico da economia e sociedade brasileiras, marcado pelo avanço dominador de companhias estrangeiras sobre similares nacionais. E “A Empresa Política”, onde as autoras Giselle Beiguelman e Nívia Faria apresentam o panorama do sistema político vigente em São Paulo à chegada da Light, que se aproveitou de suas características e vícios para aplicar suas táticas.

As autoras apresentam também em linhas gerais os conflitos que a companhia estrangeira enfrentou primeiramente com alguns dos vereadores da cidade que se opunham ao monopólio que a Light and Power já detinha em 1901 e depois com o grupo Guinle & Cia que tentava entrar no mercado de energia elétrica de São Paulo com sua Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Ao final do artigo são publicados documentos importantes para entendermos como e porque se deram os processos na história da eletrificação em São Paulo como a lei 407, uma das primeiras leis a regulamentar o serviço de distribuição de força e luz por eletricidade e que dividia a cidade em setores. E o contrato de unificação para o serviço de viação urbana, quando a Light and Power já tendo adquirido a Companhia Viação Paulista, assumiu o monopólio de transporte público.

Já a revista *Memória* publicada pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo é fonte amplíssima demais para aqui ser totalmente descrita. Vamos nos ater então aos artigos que consideramos mais importantes no cumprimento dos objetivos da dissertação, sendo o de José Antonio Segatto, “A República e a Light” excelente análise das ações e do relacionamento da Light and Power com os grupos que se sucederam na direção do governo, desde sua chegada durante a presidência de Campos Salles até a compra da companhia, ativos e passivos, pela Eletrobrás em 1979, passando dois anos depois para o governo do Estado de São Paulo que formou a Eletropaulo. Percurso similar é feito por Ricardo Maranhão em seu artigo “O Poder da Canadense”, porém limitando seu escopo a uma análise das relações políticas e jurídicas estabelecidas pela Light and Power durante todo o período em que exerceu atividades no Brasil.

E de suma importância para essa dissertação, pois foram pontos de partida para a pesquisa, os artigos escritos em associação entre Edgar Carone e Priscila Perazzo em 1990, “Em São Paulo, lutas contra o monopólio, a mobilização social no conflito Guinle X Light” e

em associação com Rosa Maria Dér em 1989, “Light versus Guinle, o famoso conflito entre a livre concorrência e o monopólio canadense no começo do século”. Em ambos os artigos Carone retrata o conflito entre o polvo (Light and Power) contra o minotauro (Guinle & Cia) em torno dos serviços de iluminação e fornecimento de eletricidade da cidade de São Paulo. E no artigo de 1989, Carone sugere uma relação de propriedade entre a Guinle & Cia e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, incentivando-nos a procurar pela comprovação dessa relação que certamente traria um novo elemento às questões que cercam a história da eletrificação em São Paulo. E por fim, em artigo assinado por Cezar Honorato, “No Rio, conflitos entre capitalistas”, o autor retrata o mesmo conflito traçado por Carone, porém, como ocorrido no Rio de Janeiro, onde quem procurou conquistar o monopólio dos serviços foi a Light and Power contra a Guinle & Cia.

Ainda de Cezar Honorato a monografia *O Polvo e o Porto, a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*, publicada pela Hucitec e pela Prefeitura de Santos em 1996 expõe com detalhes a história do porto e sua relação com a companhia carioca. Desde os tempos do Império a situação dos portos da costa brasileira, passando pela importante questão da legislação portuária, foi em muitos aspectos deficiente. A escolha pelo modelo privado de administração portuária culminou com o monopólio da Guinle & Cia sobre o maior porto exportador de café da Primeira República, formando a Companhia Docas de Santos e tornando-se a partir de então o maior porto exportador do Brasil. Guinle & Cia manteve esse monopólio por muito tempo, de 1888 a 1980, atualizando a infraestrutura portuária conforme o crescimento das exportações e o contrato exigiam. Honorato retratou também com competência os conflitos que a Companhia Docas teve de enfrentar, primeiramente com o comércio portuário santista e os trapicheiros, que realizavam as operações de carga e descarga dos navios e que seriam substituídos pelos guindastes e estivadores sindicalizados da Docas. Esses conflitos também se deram com o governo, em todas as três esferas, estadual, municipal e federal, fosse em torno de legislação, fosse em torno da espinhosa questão das tarifas que opunha a Docas não somente às esferas de poder, mas também ao comércio exportador, às poderosas casas comissárias exportadoras de café e aos bancos. Sem nos esquecermos dos embates acontecidos com os trabalhadores do porto e com os sindicatos que organizavam os trabalhadores dando-lhes maior poder de pressão.

Outra referência importante para o tema é a obra de autoria de Flávio Azevedo Marques de Saes, *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850 - 1930*, publicada pela Hucitec em 1986 e que delineia a economia paulista dividindo-a por períodos

cronológicos, destacando o surgimento e consolidação do chamado grande capital. Originário em sua maior parte da produção cafeeira, até cerca de 1890 teria sido o período de nascimento e expansão do grande capital se difundindo para outros negócios ligados ao café, principalmente ferrovias, para o transporte mais barato do café, casas comissárias, para exportação e bancos que capitalizaram as divisas, direcionando os negócios. Saes observou também que parte desse capital foi reinvestido em empresas de serviços urbanos, em diversas cidades do Estado de São Paulo, mormente explorando transportes e fornecimento de energia elétrica.

O autor propõe que entre 1890 e 1906 teria ocorrido um período de crises e conflitos comprometendo essa expansão do grande capital, que passou a tender à diversificação em mercado cada vez mais complexo e dinâmico. Esse mercado passou a atrair fortemente o capital estrangeiro que em sua entrada se aliou ou criou tensões com o grande capital paulista que observava limites à sua acumulação. A partir de 1906 Saes adverte para um período de acomodação do capital estrangeiro na economia, com franca monopolização em alguns setores, quando começou a despertar reações no interior da sociedade paulista, culminando nos anos 20 com o que poderia ser definido como o auge seguido da desagregação do grande capital cafeeiro. Nesse momento Flavio Saes volta a analisar todos os setores anteriormente examinados se debruçando sobre o setor ferroviário, o de energia elétrica, o comércio cafeeiro e as questões monetárias e cambiais reproduzindo várias expressões dessa oposição. A obra se revela importante instrumento ainda por suas referências bibliográficas que norteiam o pesquisador ao se aprofundar mais sobre algum ponto.

E para focarmos mais no aspecto econômico exigido para a compreensão do período, adotamos a obra de Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, editada em 1960, um esforço de análise socioeconômica do Brasil desde quando ocupava posição de colônia. A autora também define a evolução econômica do país por períodos partindo do Império e a relação com o sistema mercantilista, perpassando por incipientes tentativas de industrialização, seguindo a partir de 1870 em que observa estímulos à indústria nacional. A autora prossegue nessa senda retomando as solicitações, que passaram a ser frequentes, dos industriais durante a Primeira República, finalizando suas análises com a política adotada pelo Brasil durante todo o período republicano até Vargas para a área industrial. Importante em seu trabalho é o levantamento e análise que faz dos principais expoentes do pensamento econômico do período, incluindo Amaro Cavalcanti, Joaquim Murinho, Alberto Torres, Alcindo Guanabara, Serzedelo Correa entre outros.

Em esforço para ampliarmos a abrangência da pesquisa e também atualizarmos a

bibliografia com trabalhos mais recentes, adotamos as obras a seguir. Para estendermos o âmbito de nossas reflexões, preferimos o artigo de Isabel Bartolomé Rodríguez, “La Industria Eléctrica en España, 1890-1936” publicado em *Estudios de Historia Económica* em 2007. Nosso objetivo não foi analisar o mercado espanhol, mas tão somente refletir sobre a atuação da Barcelona Traction, empresa irmã da Brazilian Traction, controlada pelo mesmo grupo de investidores canadenses, britânicos e norte-americanos que controlavam companhias similares no México e em Cuba. Isabel Bartolomé nos introduz a essa análise, mostrando como o setor de energia elétrica espanhol foi formado a partir de capitais privados, com participação de capitais americanos, com a fundação de grandes companhias como a Hidroeléctrica Espanhola e a Hidroeléctrica Ibérica. Funcionou pressionado por muitas décadas pelo grande crescimento calcado na urbanização e na industrialização da sociedade espanhola, com seu consumo voraz por energia, similar aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, tendo de se adaptar ao monopólio da “La Canadiense” (RODRÍGUEZ, 2007, p. 9).

Na evolução do setor é possível observar uma clara datação, tendo sido marcadamente privado até a Segunda Guerra Mundial, passando à nacionalização parcial durante o período franquista, quando o governo espanhol subsidiou a construção de diques e congelou as tarifas. Isabel Bartolomé nos situa ainda sobre a consolidação da hidroeletricidade na Espanha, mostrando as mudanças na configuração do setor antes até da nacionalização; chegando ainda ao período em que novas estratégias corporativas foram implantadas, com apoio financeiro dos grupos bancários. A integração dos mercados elétricos espanhóis foi buscada, desmembrados que estavam entre várias companhias de geração e fornecimento, voltando a funcionar sob o controle de grandes conglomerados empresariais como a Iberdrola, empresa atuante em mais de dez países, expandindo seus negócios para México e Brasil, resultado da fusão da Hidroeléctrica Espanhola e da Iberduero em 1992, esta última já resultante da fusão da Hidroeléctrica Ibérica e da companhia Saltos do Douro em 1944.

Auxiliados em uma análise comparada, pudemos nos aprofundar nos conflitos que marcaram o setor elétrico no início do século XX no Brasil, recorrendo à tese de doutorado de Alexandre Macchione Saes, *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*, posteriormente publicada em livro pela Edusc em 2010. Trabalho mais recente, porém, fruto de pesquisas mais minuciosas, complementadas com os arquivos relativos às empresas estudadas, tais como as Lights de São Paulo e Rio de Janeiro e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, além da legislação referente à geração e fornecimento de eletricidade.

Alexandre Saes realiza esforço no sentido de compreender a dinâmica do capitalismo

do final do século XIX em movimento de expansão em direção à América Latina, situando a Light and Power no grupo de empresas nessa situação. Apresenta também o conjunto que formava a economia brasileira de então, centrando-se especialmente em três mercados, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, ao mesmo tempo atraindo essas companhias de capital estrangeiro e possibilitando o surgimento de grandes empresas de capital nacional, no caso a CBEE citada acima. A CBEE procurou exercer suas atividades nesses que eram os maiores mercados consumidores no Brasil na entrada do século XX, fazendo oposição ao monopólio que a Light and Power articulou nessas localidades desde o início de suas atividades, consequentemente desencadeando conflitos de naturezas diversas entre as companhias. Saes repassa cada um desses casos, nos trazendo importantes elementos para compreendermos como o choque entre capital nacional e estrangeiro marcou fundamente o desenvolvimento econômico do Brasil.

E trabalho ainda mais recente, publicado em 2012, resultado do esforço de Ricardo Maranhão e Simone Mateos, o livro *100 Anos de História e Energia*, com patrocínio da CPFL e do Ministério da Cultura torna-se desde já importante compêndio que retoma a história da eletrificação em detalhes desde praticamente seu surgimento no país. Além desse denodado zelo, Maranhão entremeia o trabalho com o resultado de entrevistas com figuras notáveis no assunto energia, nos brindando com análises claras e diretas sobre o panorama do setor no Brasil na atualidade, entre eles Ildo Sauer, Leonam Guimarães, Nivalde de Castro, Peter Greiner entre outros. Assim une os benefícios de uma súpula sobre a história da energia elétrica no Brasil com o poder de síntese e análise desses experimentados especialistas no assunto. Demonstra como o modelo desse mercado no Brasil variou entre a administração feita pela iniciativa privada em alguns períodos, em muitas regiões pela Light and Power, e a estatização em outros.

Assim, um primeiro questionamento que nos ocorreu foi: e antes da Light, o que havia? O tipo de resposta que esse questionamento demandou podia ser dado apenas pela bibliografia especializada que vínhamos consultando? Não, porque como já dissemos há pouco, o destaque que a companhia estrangeira recebeu foi não somente por ter monopolizado o serviço durante 80 anos, mas por ter tido papel relevante na introdução e consolidação da matriz energética hidroelétrica no Brasil. O que houve antes pode ter tido papel menos relevante do ponto de vista tecnológico, pelo menos no caso de São Paulo, no entanto, percebemos que esse ponto não foi empecilho ao analisarmos os casos das pequenas centrais que abasteceram o mercado consumidor das cidades do interior com implantação de

tecnologia e sucesso na exploração do serviço e pouco atraentes para as estrangeiras mais interessadas no filão do setor.

Observamos essas iniciativas como pioneiras e desafiantes porque ações de locais que dispunham de reduzido capital e reduzida margem de manobra econômica à frente do mercado internacional, relembremos que ao final do século XIX esse mercado já era marcado pela atuação das gigantes da indústria eletrotécnica. O mercado nacional atrairia afinal as grandes companhias que monopolizariam os serviços e criariam o suprimento de energia elétrica que impulsionaria o implante de revolução industrial nos centros industriais que se formariam no Brasil, trazendo profundas transformações sendo que:

... é necessário perceber que a industrialização não é somente o aumento do número de fábricas; a revolução industrial, associada a um processo de modernização, é todo um conjunto de transformações da técnica, da economia, da sociedade e da cultura, da própria civilização enfim (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 12).

Alguns personagens tiveram papel de destaque entre tantos outros que se lançaram a essa aventura, sem nos iludirmos com uma visão romântica de que o faziam pelo desejo de atualizarem as estruturas de suas sociedades; faziam-no em busca de lucro, pois eram homens de negócios que aplicavam onde percebiam possibilidades de vantagens monetárias. Complementou-se assim ao fato de a Companhia Água e Luz ser uma companhia pioneira na geração e fornecimento de eletricidade em São Paulo e Curitiba, essencialmente, o fato de percebermos logo ao analisarmos a documentação de sua primeira formação que os personagens envolvidos eram notáveis da República e participantes ativos da administração municipal e estadual em São Paulo. Então, alguma coisa a mais havia para ser percebida e ensejamos sair em busca.

Capítulo 1 – A economia paulista no circuito capitalista mundial

Ocupava-se com aquilo, esquecia seu desgosto naquela subida imprevista, vendo a serpente humana que coleava, içava-se, três homens por escada, de modo que, quando a cabeça surgisse na superfície, a cauda ainda se arrastaria no fundo do fosso.

Émile Zola. *Germinal*, p. 267.

1.1 Panorama Geral

A economia paulista pouco devia representar para o comércio mundial ao final do século XIX, no que diz respeito à indústria, uma vez que o país era predominantemente rural, marcado por monoculturas que, muitas vezes em ciclos, estavam voltadas para a exportação:

O Brasil do final do século XIX era um país eminentemente rural constituído de economias regionais com escassas relações mercantis entre si. Entre suas células exportadoras, a de maior vulto era a economia cafeeira, que já na década de 1870 o avanço da acumulação mostra-se obstado pela permanência do escravismo (NEGRI, 1996, p. 27).

Uma das poucas exceções na produção industrial era a fabricação de máquinas de beneficiamento de café, alguns tipos de ferramentas e equipamentos, caracterizando-se a indústria nacional como de bens de consumo (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 51). Por longo tempo essa posição foi cultivada pelas elites dirigentes da nação até por terem seu poder, em sua maioria, originário da riqueza latifundiária os grupos que permaneciam à frente do poder político e determinando as diretrizes econômicas. Esse posicionamento era justificado também pela ideologia da vocação agrícola do país (PERISINOTTO, 1994, p. 154), postulando que nossas indústrias tinham um caráter artificial, caracterizando a industrialização do país como algo negativo. Aliás, o debate a respeito de se o país deveria seguir a senda da industrialização assombraria a Primeira República, defendendo muitos homens públicos que as indústrias artificiais não seriam dignas dos esforços políticos dos governos, o que poderia realmente estar ligado à descrença das elites na capacidade de uma indústria nacional a incentivar o mercado interno (MAGALHÃES, 2000, p. 41).

Era inegável, portanto a fortíssima idiossincrasia rural da economia do país, marcada pela agroexportação de produtos primários, apresentados em ciclos. De meados do século XIX avançando até próximo de 40 anos no século XX o produto central no nosso ciclo econômico foi o café, produzido inicialmente no Vale do Paraíba, englobando duas porções, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo escoado pelo porto do Rio de Janeiro, e em seguida se dirigindo para a região oeste e central de São Paulo, a metáfora da onda de cafeeiros que avançava se aplica bem a esse caso. Portanto, São Paulo tornou-se “centro inquestionável da economia agro exportadora” (PERISINOTTO, 1994, p. 17), e juntamente com o Rio de Janeiro, tornou-se por consequência centro dinâmico da política e economia do país, assim como ambos, centros irradiadores da cultura do país, pretendendo determinar o

que deveríamos ser e produzir enquanto comportamento cultural e social, baseados quase sempre em influências europeias.

Daí advém também os choques e conflitos que a elite cafeeira que dominava a política estadual, mormente em São Paulo, precisou administrar com o governo central, primeiramente no século XIX, o governo imperial. Dois pontos principais desagradavam esses grupos dominantes: a lentidão do governo imperial com medidas que adaptassem o país às transformações que a produção de café trouxe e necessitava e a “predominância nos postos governamentais de homens escolhidos das decadentes regiões açucareiras do nordeste ou das áreas cafeeiras em declínio do vale do Paraíba” (GRAHAM, 1973, p. 47). O que significou atrasos nas políticas econômicas indispensáveis para garantir taxas de retorno adequadas ao negócio do café, demora na modernização da infraestrutura exigida por essa exportação, lentidão na resolução do problema da mão de obra, sendo requisito da lavoura cafeeira desobrigar-se de embarçar capitais com braços para lavoura e incapacidade do governo imperial em aplicar recursos vultosos nos espaços urbanos que surgiam em profusão ou cresciam aceleradamente.⁵

O café se conformou em negócio genuinamente capitalista, com a transformação não somente da estrutura social no Brasil como também dos próprios instrumentos utilizados até então. Um bom exemplo foi que antes de 1850 a terra nada valia, “o escravo representava a forma tradicional de riqueza, o mais estimado bem de produção, desde o período colonial, enquanto a terra pouco ou nada vale”⁶ (MELLO, Z., 1990, p. 16). Ao aperceberem-se os grandes latifundiários senhores de escravos e os grandes comerciantes de mão de obra cativa que as pressões sofridas pelo país para livrar-se desse opróbrio surtiriam efeito mais cedo ou mais tarde trataram de criar outras formas que dessem rentabilidade a seus capitais:

A lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho (MARTINS, J., 2004, p. 59).

⁵ Algumas iniciativas do governo imperial podem ser notadas, Hansen cita como exemplo a lei nº 3.150 de 04 de Novembro de 1882 que dava nova regulamentação para as sociedades anônimas. De caráter mais liberal, a lei representava que o Estado abriria mão de seu controle rígido sobre as sociedades anônimas; contribuía para a fundação de novas indústrias e demonstrava preocupação dos legisladores com a capacidade financeira das empresas. Para Hansen, “era uma preocupação nos homens de governo em relação às atividades industriais do país” (2012, p. 29).

⁶ “De 1822 a 1850 o Brasil não tinha lei fundiária, o que valia era a posse” (HOLLOWAY, 1984, p. 173).

Assim, a nova lei de terras garantiu o monopólio da propriedade do solo, com a obrigatoriedade de compra direta ao Estado das terras devolutas, “mediador entre o domínio público e o provável proprietário” (COSTA, E, 1999, p. 172). Significou a mercantilização de um bem para o qual antes bastava a ocupação para deter o direito de posse, como afirma José de Souza Martins, citando Sérgio Silva (1976, p. 73) “a abundância de terras para o capital está associada à não abundância para aqueles que devem constituir o mercado de trabalho” (2004, p. 73). Defendidos esses dois pontos faltou garantir o suprimento de mão de obra, tarefa desempenhada com os estímulos dados à imigração europeia e com a criação dos núcleos coloniais oficiais, “mecanismo de subsídio do Estado para assegurar trabalhadores a baixo custo para o setor privado” (BARBOSA, 2008, p. 182).

Com todos esses elementos afiançados pôde a fazenda de café paulista cumprir seu destino como empresa capitalista, produzindo para o mercado, visando o lucro (HOLLOWAY, 1984, p. 23). E de fato cumpriu esse destino, pois, ao final do Império e início da Primeira República, entre os anos de 1886 e 1896 novos plantios acrescentaram mais 306 milhões de pés de novos cafeeiros; em 1897, mais 159 milhões de pés foram plantados⁷ coincidindo essa expansão com “conjuntura externa também favorável” (CASTRO, 1978, p. 14).

No entanto, os latifundiários paulistas não faziam questão de controlar todo o processo, dividindo assim seus lucros com o capital internacional que se imiscuía em diferentes fases nesse seguimento; como exemplo temos a inglesa São Paulo Railway que se tornou a mais lucrativa companhia ferroviária na América Latina (SAES, F., 1986, p. 39) com seus 139 quilômetros de trilhos subindo a serra do Mar: “uma vez construída, a Ingleza controlaria o tráfico da Serra e certamente, em futuro próximo, novas linhas poderiam somente afunilar para o tronco existente” (MATTON, 1977, p. 282).⁸ Ou o transporte marítimo do café brasileiro que era feito em larga escala por navios britânicos, 5 milhões de sacas do total de 13 milhões em 1913, enquanto que navios norte americanos, o país maior consumidor da bebida, transportaram apenas 9 mil sacas de café (GRAHAM, 1973, p. 94). Ou ainda, na passagem do século XIX para o XX, controlando uma fase estava o exportador intermediário que recebia grande parte da produção em Santos e, influenciando fortemente no estabelecimento dos preços, vendia no exterior por até dez vezes mais do que o fazendeiro

⁷ “A enorme expansão do plantio do período 1886/1896 provocaria uma crise de superprodução que precipitaria os preços do café para baixo, engendrando longo estancamento no plantio que se estende até a primeira década do século XX. Expansão e crise que foram estimuladas pela política econômica, quer na forma de expansão monetária e desvalorização do câmbio até 1898, quer pela contração do crédito depois desta data” (NEGRI, 1996, p. 27).

⁸ Em inglês no original, tradução livre: “Once built, the Ingleza would control the Serra’s traffic and certainly in the near future new lines could only funnel into the existing trunk.”

recebia (MORSE, 1970, p. 233).⁹

Política interna e economia, porém, eram itens que os fazendeiros paulistas achavam de grande importância controlar, sendo grande o número de latifundiários envolvidos com essas questões, principalmente articulando a república contra o engessado império, até porque “conexões políticas eram extremamente importantes para ganhar o controle da terra nas áreas de fronteira, as quais incluíam a maior parte do Estado de São Paulo no início da república” (LOVE, BARICKMAN, 1986, p. 758).¹⁰ Indispostos com o poder central que não podiam controlar totalmente, se articularam a favor da república, sendo que uma das principais ações foi a convenção de Itu de 18 de Abril de 1873 que reuniu na casa de Carlos de Almeida Prado (SOUZA, J., 2006) nomes expressivos da política regional e do mundo econômico financeiro paulista como Prudente de Moraes, Américo Brasiliense, Américo e Bernardino de Campos, Cesário Mota Júnior, Tibiriçá Piratininga, Campos Sales, Rangel Pestana, Paula Souza, Francisco Glicério, Toledo Piza e Almeida entre outros, resultando na fundação do Partido Republicano Paulista (ALVES, 1986, p. 116). Com a chegada da República a 15 de Novembro de 1889 os cafeicultores conquistaram o que buscavam, organizando uma primeira constituição republicana em 1891 que “obedecia a um modelo federalista de tipo americano, que concedia grande autonomia econômica e política aos governos estaduais (portanto aos grupos dominantes regionais)” (SAES, D., 1975, p. 92).

No entanto, a transferência do poder foi feita de tal forma que o poder central continuou sendo exercido por grupos que não o dos latifundiários do café, assumido pelos militares que escolheram como chefe do governo provisório ao Marechal Deodoro da Fonseca. Algumas ações iniciais do governo provisório demonstraram incompatibilidade com as aspirações dos republicanos, como por exemplo, o decreto impondo a censura e a supressão da liberdade de imprensa a 23 de Dezembro, com afastamento cada vez maior entre os republicanos paulistas e o novo governo da jovem república. Esse distanciamento transformou-se em crise, chegando ao ponto do governo de Deodoro realizar uma intervenção no estado, aproveitando-se de cisão ocorrida no núcleo dos republicanos, a 7 de março de 1891:

⁹“... as casas comissárias foram perdendo importância e o comércio de exportação foi sendo monopolizado pelos agentes exportadores estrangeiros. Já nos anos 90 esses agentes detinham o controle do comércio de exportação. Para se ter uma ideia nesse período foram exportadas pelo porto de Santos um total de 86.391.503 sacas de café. As dez maiores casas exportadoras eram responsáveis por mais de 70% desse total. Dessas dez, nove eram estrangeiras” (PERISINOTTO, 1994, p. 169).

¹⁰ Em inglês no original, tradução livre “political connections were extremely important in gaining control of land in frontier áreas, wich included most of São Paulo at the outset of the republic.”

Jorge Tibiriçá foi deposto e no seu lugar assumiu o deodorista Américo Brasiliense. Contra esse claro atentado à autonomia estadual Campos Sales protestou energicamente, dizendo que o governo se arrependeria de seus atos. Antonio Prado, por sua vez, colocou-se em franca oposição a tal atitude. Em 9 de dezembro do mesmo ano procurou Américo Brasiliense e, em nome da oposição, pediu a sua renúncia em favor de Cerqueira César, no que não foi atendido (PERISINOTTO, 1994, p. 99).

Mas apesar da oposição o Marechal Deodoro ainda conseguiu ser eleito pelo Congresso Constituinte no pleito de 25 de Fevereiro de 1891 tendo como vice-presidente seu opositor Marechal Floriano Peixoto. A tolerância ao velho marechal se explica pelo temor de que ele desse um golpe militar e restaurasse a monarquia visto que seu último gabinete ministerial de antes das eleições indiretas foi formado por monarquistas históricos. No entanto, o golpe veio a 3 de Novembro de 1891 com o fechamento do Congresso Nacional, nove meses após o marechal ter sido eleito, devido principalmente aos conflitos advindos da oposição que os políticos civis faziam aos militares. Estes postularam centralização e concentração do poder político e os civis se bateram pelo federalismo e governo descentralizado. Floriano Peixoto, que apesar de centralista tinha sustentação junto aos republicanos paulistas, articulou com o almirante Custódio de Melo, explodindo a Revolta da Armada a 23 de Novembro que ameaçou bombardear a capital federal caso o Marechal Deodoro não renunciasse. Isolado politicamente, Deodoro abjurou em favor do vice Floriano Peixoto que imediatamente reabriu o Congresso e afastou os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro.

Finalmente mais próximos ao poder federal, no plano estadual paulista os latifundiários já haviam assumido desde 16 de Novembro de 1889, com a Junta Governativa que dirigiu o estado com o triunvirato formado por Prudente de Moraes, Rangel Pestana e Joaquim Mursa até a nomeação, a 12 de Dezembro, de Prudente de Moraes ao cargo de primeiro presidente do estado, ocupado por ele até Outubro de 1890 (ALVES, 1986, p. 113). A 14 de Outubro de 1890 foi nomeado pelo presidente da República, Deodoro da Fonseca, como segundo governador do estado Jorge Tibiriçá Piratininga, herdeiro de João de Almeida Prado Filho, abastado proprietário de fazendas de café e engenhos de açúcar, inaugurando assim uma linha sucessória de presidentes do estado sendo que praticamente todos estavam ligados aos negócios do café. Os planos de valorização do café no exterior, assim como as grandes obras de infraestrutura levadas a cabo pelos governos estaduais e municipais de São

Paulo são indícios da participação dos republicanos paulistas no governo federal.¹¹ Ao observarmos a relação abaixo reproduzida, percebemos o grande aumento em libras dos empréstimos públicos, não sendo definido pela autora se eram estaduais ou federais, feitos em Londres, justamente após a proclamação, mantendo os níveis de empréstimos mais altos do que antes:

Quadro 1 – Brasil, empréstimos públicos levantados em Londres, em libras:

1875	5.301.200
1883	4.599.600
1886	6.431.000
1888	6.297.300
1889	19.837.000
1893	3.710.000
1895	7.442.000
1898	8.613.717
1901	16.619.320

(CASTRO, 1979, p. 29)¹²

Obviamente que não podemos afirmar que esses empréstimos cresceram somente porque a demanda por investimentos principalmente em São Paulo crescia ininterruptamente. Mas se verificarmos as taxas gerais de crescimento no estado, concluiremos que o afluxo de imigrantes, a expansão das lavouras, a construção de ferrovias, o incremento da indústria, consideravelmente a têxtil, e o crescimento das cidades muito contribuíram para atrair esses investimentos que, nos parece ter ficado mesmo nos estados do Rio de Janeiro, com as reformas na capital federal, e no estado de São Paulo.

No entanto, verificar esses números pode não ser tarefa das mais fáceis, pois, o primeiro recenseamento completo que levantou o tamanho da atividade industrial no Brasil só foi efetuado em 1920, havendo somente os inquéritos referentes à indústria realizados em 1907 e em 1912 como bons indicadores da situação dessa atividade no país.¹³ Já os números que indicam crescimento da população brasileira podem ser verificados pelos censos que

¹¹ Representação política era pleiteada não somente pelos grandes produtores, envolvidos nas disputas do poder central, mas também pelos pequenos produtores que procuraram se articular nos clubes da lavoura, pretendendo até formar um Partido da Lavoura: “Os Clubes da Lavoura, dominados pelos fazendeiros do interior, pleiteavam a direção do Centro da Lavoura que, por sua vez, era dirigido pelo grande capital. A reunião pautou-se pela discussão se o Centro deveria ou não ter representação política e foi proposto que apenas aos associados dos clubes das cidades do interior fosse permitido associar-se ao Centro e eleger diretores. A proposta de criação do Partido da Lavoura era, assim, uma atitude que visava claramente defender os interesses dos fazendeiros do interior contra aqueles que, além da própria fazenda, tinham interesses urbanos: o grande capital cafeeiro” (PERISINOTTO, 1994, p. 50).

¹² A autora apresenta quadro mais completo, desde o ano de 1860.

¹³ Podem ser consultados, além dos demais censos e índices realizados. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/atividade_economica/setoriais/industria/industria.shtm. Acessado em: 24 Maio 2013.

vinham sendo realizados com alguma regularidade desde 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento geral do Império. E, finalmente, para levantamento da produção agrícola de exportação, podem ser usadas as estatísticas também regularmente registradas, sendo que essa foi uma área que os governos imperiais e republicanos se preocuparam em mapear.

Assim, pretendemos demonstrar que, realmente, a indústria paulista possuía pequena importância para o capital internacional, porém não podemos afirmar o mesmo sobre a importância que o próprio Estado de São Paulo adquiria naquele momento. Nos censos demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920, que observaremos no quadro abaixo, temos a reunião das informações de população por macro regiões em que podemos dividir o país, não sendo foco desse estudo, porém, a análise de cada um dos Estados dessas regiões:

Quadro 2 – Censos populacionais, Unidades da Federação

Ano do censo	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Estados da região Sul	Estados da região Nordeste
1872	837.354	1.057.696	2.039.735	721.337	4.628.560
1890	1.384.753	1.399.535	3.184.099	1.430.715	6.002.047
1900	2.282.279	1.616.600	3.594.471	1.796.495	6.749.507
1920	4.592.188	2.717.244	5.888.174	3.537.167	11.245.921

(IBGE, 1990, p. 34)

Ao observarmos o aumento da população nos Estados que concentravam a produção agrícola, industrial e mercantil do país naquele momento, devemos observar algo mais do que somente os números. A população do Estado de São Paulo cresceu cerca de 65,37% entre 1872 e 1890; cerca de 64,8% entre 1890 e 1900 e a impressionante marca de 101,21% entre 1900 e 1920. Com esse crescimento vertiginoso não nos surpreendemos que estes números tenham chamado a atenção de alguns investidores estrangeiros que estavam sempre procurando novas oportunidades naquele momento de expansão do capital internacional.

Este avance correspondía en realidad a una tendencia más general en las economías brasileña y paulista, que para entonces atraían flujos cada vez mayores de capitales del extranjero. Buenos ejemplos de esta tendencia se encuentran en el sector de servicios públicos, más concretamente en la generación y distribución de fuerza eléctrica y en el transporte urbano. Hasta 1899 esos servicios eran proporcionados por empresas locales de recursos financieros limitados. Pero después de ese año, surgió una firma multinacional de origen canadiense, la São Paulo Light, Tramway & Power

Ltd, que entró en esos mercados y actividades y los dominó gradualmente en los primeros años de este siglo, ampliando más tarde su control monopolista también a los servicios de gas y teléfonos (SAES, F.; SZMRECSÁNYI, 1995, p. 235).

O Estado do Rio de Janeiro cresceu às taxas de 32,31% entre 1872 e 1890; 15,6% entre 1890 e 1900 e 68% entre 1900 e 1920. Crescimento menos expressivo, mas ainda assim grande o suficiente para também atrair o capital estrangeiro. Nesses números estão incluídos, porém, o crescimento demográfico da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império que agonizava e da República que nasceu em 1889. A capital era polo que exercia atração sobre uma multidão de homens que estavam envolvidos nas lides da burocracia, nos inúmeros negócios baseados na capital, sem contar que o Rio de Janeiro era então o maior porto exportador do país, havendo também os que simplesmente estavam pretendendo novos negócios e empregos. Ainda assim, “entre 1872 e 1900 a população do Rio de Janeiro cresceu a uma taxa anual de 3,7%, enquanto São Paulo cresceu a uma taxa anual de 8,3%” (LEFF, 1972, p. 248).

Em Minas Gerais o quadro de crescimento demográfico é mais acanhado: 56% entre 1872 e 1890; 12,9% entre 1890 e 1900 e cerca de 63,8% entre 1900 e 1920. Mas se observarmos o quadro número 1, o Estado sempre foi o mais populoso do Brasil, detendo sozinho quase que em todos os censos praticamente a metade da população de todos os Estados do Nordeste juntos. A população de Minas Gerais também representava o dobro da população paulista, até pelos menos o censo de 1890 e sempre foi o dobro da população do Rio de Janeiro em todos os recenseamentos apresentados.

A população da Região Sul apesar de menos numerosa do que as das outras macro regiões apresentadas, cresce com fôlego que mostra razoável oscilação: 98% entre 1872 e 1890; 25,6% entre 1890 e 1900 e 96% entre 1900 e 1920. E apesar de não pretendermos aqui um ensaio estatístico do crescimento populacional do país, apresentamos também a macro região Nordeste, cuja população cresceu 29,67% entre 1872 e 1890; 12,45% entre 1890 e 1900 e 66,6% entre 1900 e 1920.

Nesse mesmo quadro 1, percebemos então o contraste do crescimento populacional ao apresentarmos os dados referentes aos demais Estados do país. Devemos nos atentar especialmente ao período entre 1900 e 1920, apesar de contemplar um espaço maior de tempo. Ao analisarmos as diferenças percentualmente, verificamos que não existe uma discrepância tão grande assim entre as macro regiões no que diz respeito ao crescimento

populacional e que este aumentou aceleradamente no começo do século XX. Sabemos que o crescimento populacional não se deu somente por via de nascimentos, mas que o Brasil estava recebendo nesse momento um número grande de imigrantes, a maioria formada por europeus.

Sendo assim, parece-nos que esse movimento foi percebido pelo capital internacional que se adaptou também a fim de aproveitar as oportunidades que surgiram com esse crescimento. Afinal de contas, poderia estar se formando no Brasil uma das bases do capitalismo, a força de trabalho.¹⁴ Não defendemos, porém, que um exército reserva de mão de obra estava sendo acumulado numa região periférica do capitalismo mundial, mas estimulados pelas palavras de Wallerstein, “a força de trabalho sempre foi um elemento central e quantitativamente significativo do processo de produção” (2001, p. 20), podemos concluir que toda essa força de trabalho concentrada em São Paulo teria sido percebida como oportunidade pelos investidores e capitalistas:

A indústria nascente, em particular a indústria de São Paulo, encontra a força de trabalho necessária ao seu desenvolvimento no mercado de trabalho constituído pela imigração em massa provocada pela expansão cafeeira e organizada pela grande burguesia cafeeira através do Estado que ela controla diretamente (SILVA, S., 1976, p. 97).

De qualquer forma, mesmo com toda essa movimentação populacional ocorrendo, configurou-se um sistema que preservaria os instrumentos de acumulação, os meios de produção, sob controle dos que assumiram o papel de capitalistas nacionais, os cafeicultores. A posse de mão de obra escrava se tornou em boa parte da história do Brasil o título de propriedade que mais compensava e um dos mais reconhecidos socialmente, como já afirmamos, não sendo de estranhar como coincidência o fato de que os latifundiários eram também grandes possuidores de escravos, além dos grandes comerciantes escravistas.

Após a abolição da escravidão, somente a propriedade da terra seria reconhecida como objeto de distinção entre as camadas mais ricas da população brasileira e o imenso estrato que permanecia na pobreza e na marginalidade desse sistema. Praticamente permanecia, porém, a mesma situação estamental da época da organização colônia-metrópole, em que “a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas” (FURTADO, 2002, p. 94) e os grandes burocratas. Ou seja, fica evidente como a estrutura que se consolidou com a

¹⁴ Inspirado em Sérgio Silva damos como certo que força de trabalho não se concentra somente em uma economia industrial, mas também em economia agro exportadora, como era a brasileira: “Como encontrar a força de trabalho necessária à rápida expansão das plantações (e, por conseguinte, à acumulação de capital?). Essa era uma das preocupações principais, ou mesmo a preocupação fundamental, dos fazendeiros e grandes comerciantes” (SILVA, 1976, p. 43).

economia cafeeira no plano econômico e com a proclamação da República no plano político foi articulada para manter a força de trabalho sem acesso aos meios de produção:

Controlar o acesso à terra é apenas estar em condições de poder definir as relações entre o homem que a trabalha e o fruto desse trabalho. Privar o trabalhador de parte do fruto do próprio trabalho somente é possível mediante um sistema de autoridade... (FURTADO, 2000, p. 89).

A garantia da posse da terra dada pelo Estado é um dos muitos pontos importantes para entendermos como a economia cafeeira possibilitou um processo de acumulação que resultou na industrialização de parte do país e a economia açucareira, por exemplo, não possibilitou. Tanto quanto o amparo do Estado Imperial foi importante para garantir a posse de escravos pela nobreza latifundiária, constatamos a importância do trabalho assalariado para que essa acumulação ocorresse. Além da propriedade da terra, como nos lembra Sérgio Silva, a capacidade de investimento em máquinas e equipamentos também pode ser caracterizada como uma impossibilidade imposta à classe de trabalhadores para terem acesso aos instrumentos de acumulação:

Os produtos eram tratados e ensacados nas fazendas. A organização de uma plantação moderna implicava então na compra de um equipamento cujo preço ultrapassava largamente os recursos da massa de trabalhadores. Além disso, o funcionamento desses equipamentos supunha grandes plantações, capazes de fornecer uma produção suficiente para tornar rentável esses investimentos (SILVA, S., 1976, p. 55).

Até o momento, temos falado muito em acumulação, mas sempre a relacionando à privação experimentada pela força de trabalho que se concentrava em números cada vez maiores nas regiões que apresentamos. A acumulação conseguida pelos latifundiários através da produção se configurou como um dos outros pilares para a formação do capitalismo no Brasil. Vamos agora observar no próximo quadro a capacidade produtiva de algumas das regiões apresentadas anteriormente, com o intuito de ilustrar o crescimento apreciável da produção, que alcançou níveis de oferta super abundante, observando crises de preços no mercado externo. Essa oferta então, apesar das constantes crises do começo do século XX, também contribuiu para a acumulação no interior do sistema nacional:

Quadro 3 - Produção mundial de café e Exportação de café por Estados. Em sacos de 60 kg.

Café - Anos da exportação	1903-04	1904-05	1905-06	1906-07
Demais produtores mundiais	6.000.000	4.909.920	5.250.622	-
Brasil	11.193.505	10.597.080	11.055.378	20.409.180
São Paulo	7.894.458	6.334.670	7.512.197	10.278.066
Minas Gerais	3.121.306	2.159.914	2.006.103	2.387.574
Rio de Janeiro	1.225.751	969.151	915.696	972.092
Espírito Santo	700.112	506.058	560.020	555.539
Bahia	357.607	213.198	152.864	227.638

(IBGE, 1986, p. 99-100, v. 2)¹⁵

A discussão sobre a importância e impacto da produção de café na economia paulista não precisa ser novamente levantada, mas vale a pena reproduzirmos as palavras de Sérgio Silva que condensam bem o processo:

Ao subir os planaltos, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento de café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil (SILVA, S., 1976, p. 50).

Temos uma ampla bibliografia que analisou com profundidade a questão e apresentou um panorama bastante fiel do período, tais como Sergio Silva, Myriam Ellis, Pierre Monbeig, Afonso de Taunay, Thomas Holloway, Pierre Denis entre outros. O que nos importa aqui mais é ressaltarmos as relações estabelecidas entre o Estado brasileiro e os cafeicultores, representantes do capital nacional, pois “é na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira” (SILVA, S., 1976, p. 17-8). Parece-nos que o Estado brasileiro contribuiu solidamente para que esse processo de acumulação e o processo de industrialização acontecessem, até por ter sido o aparelho estatal apropriado pela burguesia que estava à frente

¹⁵ Resultado de compilação feita pelo autor de duas outras tabelas: a Produção Mundial de Café, à p. 99 e apresentando produção em sacos de 60 quilogramas; e Exportação de Café por Estados no período de 1903 a 1906, à p. 100 e apresentando produção em quilograma. Procedemos à conversão dos números por quilos para sacas de café, na segunda tabela, resultando em pequena diferença no total em comparação com o exportado pelo Brasil nos períodos indicados.

desses processos. E pode ter favorecido a acumulação interna, porém, questionamos inspirados no quadro 4 abaixo representado, se pode ter também embaraçado o capital nacional quando a demanda vinha de países como os Estados Unidos, grandes compradores do principal produto de exportação nacional, importando de 40 a 50 % do café produzido no Brasil na primeira década do século XX. O que poderia ter dado um poder de persuasão razoável às empresas americanas e aos representantes do governo americano no Brasil:

Quadro 4 - Exportação de Café – Países de destino. Sacas de 60 kg

Exportação de Café	1902	1903	1904	1905	1906
Alemanha	2.382.240	2.282.324	1.565.824	2.032.238	2.947.718
Estados Unidos	5.448.247	6.166.837	6.235.291	5.279.712	5.290.676
Total Exportado	13.157.383	12.927.239	10.024.536	10.820.661	13.965.801

(IBGE, 1986, p. 102, v. 2).

À impressionante produção paulista, a rápida expansão para o oeste e a maciça entrada de gentes no território, através da imigração, vem se juntar também o incremento no sistema de transportes, o ferroviário e o portuário. Às crescentes produções agrícolas precisa corresponder escoamento rápido e constante, o que se personificava em eficiência em um setor de serviços nascente. O setor ferroviário teve um início tímido, sendo que em 1867 foi construída a *Ingleza*, São Paulo Railway, ferrovia que ligou Santos a Jundiaí, transpondo definitivamente o maciço montanhoso que criava os maiores obstáculos para a produção agrícola do Estado de São Paulo e dando proeminência ao porto de Santos em detrimento dos demais do litoral paulista. Desde 1836, porém, concessões para construção de ferrovias estavam sendo liberadas (REDONDO, 1902, p. 2).

A popularização das sociedades acionárias e os estímulos dados pelos governos federais e estaduais, que garantiam as concessões com juros para as companhias, propiciaram uma rápida expansão da malha ferroviária. Várias companhias de estradas de ferro foram criadas, muitas tendo os cafeicultores como acionistas. E muitas tendo os maiores latifundiários, donos de milhões de pés de café, como Antonio Prado, Queiroz Telles, Antonio Carlos Botelho, entre outros, como maiores acionistas e principais articuladores das linhas férreas, chegando até a reorientar os traçados das ferrovias para favorecer suas imensas propriedades agrícolas (GRANDI, 2007). Essa evidência de capitalistas nacionais na expansão da malha ferroviária não nos permite discordar de Celso Furtado quando afirma que, via de regra, “... a infraestrutura de transporte que permite integrar as áreas produtivas periféricas ao comércio internacional também era controlada pelos interesses do centro”

(FURTADO, 2000, p. 77). Apesar do número grande de acionistas paulistas e da banalização da compra de ações, eram capitais ingleses, alemães e americanos que inundavam o mercado de ações das ferrovias paulistas negociadas na *City* de Londres, o centro financeiro de então. Assim como capitais ingleses estavam fortemente ancorados no Brasil na forma de investimentos nas mais diversas áreas da economia, “os investimentos britânicos eram largamente predominantes, representando mais da metade do total de investimentos estrangeiros no Brasil” (SILVA, S., 1976, p. 17) e eram os capitais britânicos que controlavam os investimentos mais rentáveis, como a São Paulo Railway.

Quanto ao sistema portuário, ao final dos anos de 1870, com o incremento da produção cafeeira paulista, o porto de Santos vai adquirindo grande importância para o escoamento dessa produção, em detrimento do porto da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, até os anos de 1890 não superará o Rio de Janeiro como porto exportador de café (MATTON, 1977, p. 277). Com a consolidação da malha ferroviária e a transposição da serra do Mar, Santos se tornou definitivamente o grande porto exportador brasileiro, com a curiosidade de que a concessão para a exploração do porto pertenceu a um grupo fluminense desde 12 de julho de 1888.¹⁶ Os proprietários da Companhia Docas de Santos eram Eduardo Guinle e Cândido Gafreë, personagens que aparecem mais de uma vez em nossa história, sendo retomados mais adiante, e a empresa constituída por eles para as melhorias e operação do porto de Santos administrou as docas até 1980 (HONORATO, 1996; LANNA, 1994).

Até então, podemos perceber que a acumulação se dava em mais de uma direção, em mais de um setor da economia paulista. Ao mesmo tempo em que os investimentos do capital internacional percebiam seu retorno, seja através de pagamentos de juros, seja através de remessas de lucros, o capital nacional também aumentava em volume e era possivelmente reinvestido. O setor agrícola cafeeiro não era o único a lucrar, mas o sistema de transportes percebia lucros crescentes com o aumento da produção e sua exportação, ainda que se avizinhassem crises no horizonte internacional, a primeira já em 1893, no principal país importador de café brasileiro, os Estados Unidos (SILVA, S., 1976, p. 62).

Os interstícios da economia precisam ser considerados e para termos uma pálida ideia do que representou esse crescimento propiciado pelo bem de exportação café, basta lembrarmos que uma das maiores fortunas da época pertencia ao empresário Jorge Street. Formado em medicina e filho de Ernesto Diniz Street, austríaco que veio ao Brasil trabalhar na construção de estradas de ferro, Jorge Street edificou um império, tornando-se produtor de

¹⁶ Disponível em: <http://www.portodesantos.com.br/historia.php>. Acessado em: 24 Maio 2013.

sacos de juta que serviam para o transporte de café, além dos mais diversos produtos de exportação ou para o mercado interno, (MARCOVITCH, 2005, p. 155), em uma clara diversificação de seus negócios. Outros ainda investiram no setor, tais como Álvares Penteado, um dos inúmeros casos de investimento proveniente do café sendo feito no ramo industrial (MATOS, 1998, p. 93; SUZIGAN, 1986, p. 157) Devemos levar em consideração também para o incremento da economia paulista, os canais de comércio que negociavam toda essa riqueza, muito bem representados na figura das casas comissárias; o setor da importação que abastecia a economia paulista do que lhe faltava e o mercado interno que ia se firmando, tornando cada vez mais atraente para os investimentos a economia paulista. O mercado é bem caracterizado por Wallerstein quando afirma que “representa um conjunto de regras ou restrições resultantes da interação complexa de quatro conjuntos principais de instituições”, sendo o que nos interessa:

... as classes, envolvendo fronteiras ocupacionais em graus oscilantes de consciência; e as unidades que reúnem renda em lares comuns, que combinam pessoas engajadas em múltiplas formas de trabalho, obtendo renda de múltiplas fontes... (WALLERSTEIN, 2001, p. 57)

Com a finalidade de demonstrarmos e percebermos o quanto representava esse mercado que se desenvolvia, apresentamos o próximo quadro, com o crescimento populacional dos municípios que concentravam a população urbana no período. Os três municípios que veremos são capitais dos respectivos Estados ou capital federal, no caso o Rio de Janeiro na época. Percebemos o vigoroso incremento da população desses municípios, indicando não somente uma possível urbanização, mas também crescimento em determinados pontos do território. Rio de Janeiro por motivos óbvios, como já afirmamos anteriormente, atraía muita gente principalmente devido ao aparelho burocrático ali sediado. São Paulo começava a se tornar um grande centro financeiro e centro urbano escolhido pelas classes de cafeicultores para instalar suas moradias urbanas. Belo Horizonte, chamada cidade de Minas até 1901, foi escolhida para receber todo o aparato burocrático do Estado de Minas Gerais como capital em 1893. A nova sede nasce com cerca de dez mil habitantes e cresce com força até devido a importância do Estado na vida política do país, mesmo possuindo bem menos habitantes do que as outras duas capitais, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - População dos municípios.

Recenseamento	São Paulo	Belo Horizonte	Rio de Janeiro
1890	64.934	c. 10.000	522.651
1900	239.820	13.472	691.565
1910	375.439	33.245	905.013
1920	587.072	56.914	1.157.873

(IBGE, 1986, p. 4-8).

A concentração da população e, conseqüentemente, de força de trabalho, mais uma vez ajuda a determinar uma posterior convergência do aparato industrial nesses municípios. A partir daqui, nos atentaremos mais ao caso de São Paulo, procurando consubstanciar nossas análises. A produção industrial brasileira começou a ser medida para valer a partir de 1914, neste ano, a produção do Brasil atingiu 956.557 contos de réis, a de São Paulo nesse universo é de 293.663 contos de réis, representando 30,7%. Em 1920, a produção do Brasil atinge 2.948.531 contos réis, sendo que a de São Paulo é de 987.758 contos de réis, representando 33,5%. E em 1925, a produção do Brasil chega a 4.326.070 contos de réis, a de São Paulo, 1.544.407 contos de réis, representando 35,7% (IBGE, 1941, p. 28). Em quase todas as medições, a economia paulista representou uma terça parte da economia brasileira o que, sem dúvida alguma, representaria muito em análise de potencial de mercado.

No Brasil, em 1907 havia 3.258 estabelecimentos industriais instituídos, com um total de 151.841 operários, sendo que 10% desses estabelecimentos estavam em São Paulo, com 24.186 operários. Juntando os números de estabelecimentos dos três estados, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro teremos 1.064 estabelecimentos industriais, aproximadamente 32% do total nacional, com 16% do operariado (IBGE, 1941, p. 382, tabela 7, Indústria). E ainda que represente tão pouco, 24.186 operários em universo de pouco mais de 2.282.279 habitantes no Estado de São Paulo, esse número é do censo de 1900, é uma classe que labora nas fábricas que se concentravam principalmente no município de São Paulo.

Independentemente de suas origens, “... uma pesquisa sobre a indústria têxtil na cidade de São Paulo, em 1913, indica que em um total de 10.184 operários não há mais que 1.083 de nacionalidade brasileira contra 6.044 italianos, por exemplo...” (SILVA, S., 1976, p. 98), podemos afirmar que existiu uma razoável capacidade de articulação e mobilização desses operários, pois algumas vezes aparecem fazendo barulho durante a Primeira República. Não só representados em meios de comunicação como o jornal *Fanfulla*, publicado em língua

italiana desde 1893, mas também em instituições como o Centro Socialista de Santos, que em 1896 criava o Partido Operário Socialista (LEVI-MOREIRA, 1988, p. 14) ou nas greves de 1907 e de 1917. Nada muito substancial realmente, mas podemos seguir a advertência de Wilson Suzigan e não subestimar “o desenvolvimento industrial ocorrido antes da década de 1930” (1986, p. 27) com toda sua conjuntura.

E por fim, apresentaremos o seguinte quadro com o total exportado dos outros produtos da pauta brasileira. Só faz impressão se compararmos diretamente com o quadro número 3, com o total exportado de café nos mesmos anos. A quantidade muito maior de café sendo produzida demonstra o impacto dessa venda justamente no estado que mais exportava este produto, São Paulo, à frente dessas vendas por muito tempo:

Quadro 6 - Exportação dos demais produtos da pauta brasileira.

Exportação ¹⁷	1890	1900	1910	1920
Açúcar	133.908	92.188	58.824	109.141
Algodão	12.738	20.720	11.160	24.696
Borracha	15.355	24.302	38.547	23.586
Cacau	6.236	15.364	29.158	54.419
Fumo	16.952	21.510	34.149	31.469

(IBGE, pp. 345-52, vol. 1).

A despeito das questões existentes sobre as origens da industrialização brasileira, se advinda da substituição de importações ou se da expansão das exportações que garantiram o estímulo à industrialização,¹⁸ nosso objetivo foi demonstrar o tamanho da economia paulista e o que ela representou exatamente em termos de desenvolvimento refletido em incremento do parque industrial. Não fugimos à regra de entendermos a industrialização a partir de uma matriz proposta por muitos economistas, que foi a matriz têxtil, afinal, dispúnhamos de “... um mercado de certa magnitude, como era o caso dos tecidos...” (FURTADO, 2002, p. 106). E configurados que estávamos desde o princípio com nossas “estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior” (FURTADO, 2000, p. 76) permanecemos na periferia do sistema, sempre sujeitos às oscilações desse mesmo sistema. Mesmo que “antes dos anos 30 [houvesse] uma clara interdependência entre a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento de atividades econômicas internas” (SUZIGAN, 1986, p. 26), como não

¹⁷ Todos os valores estão expressos em toneladas.

¹⁸ Para ter conhecimento sobre essas controvérsias ver: Flávio A. M. de Saes, “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República” e Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira, Origem e Desenvolvimento*, em especial o capítulo I.

seguimos o modelo e não procuramos implantar uma revolução tecnológica enquanto um dos fundamentos para a expansão da economia (FURTADO, 2002, p. 119) permanecemos presos à situação de subordinação.

Todo esse movimento foi feito somente para demonstrar o incremento na economia nacional ocorrido em decorrência da produção cafeeira. Inclusive em decorrência da política econômica adotada que procurou estimular os investimentos feitos nessa lavoura, na sua exportação e na manutenção de preços vantajosos para os exportadores no mercado internacional advieram crises econômicas sucessivas que marcaram boa parte do período, culminando na Revolução de 30, além de outros fatores.¹⁹ Entre esses outros fatores estavam a sujeição quase que exclusiva da economia nacional na defesa do café, ressaltando o caráter monocultor da economia, com os outros setores solicitando maior diversificação da economia nacional, através da defesa de outras atividades econômicas para superar os problemas decorrentes dessa estrita dependência do café (PERISINOTTO, 1994, p. 236).

As crises políticas também foram desencadeadas muitas vezes por divergências oriundas de questões econômicas que dividiam os setores dominantes, mesmo no grupo dos latifundiários paulistas que ocupavam posições de poder, como exemplo, temos a sucessão de Rodrigues Alves que apoiou o então presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, sintonizado com a posição de seu governo contra a política de sustentação do preço do café. Declarações de Bernardino de Campos contra a intervenção na defesa do café foram suficientes para impelirem os paulistas a suportarem a candidatura do mineiro Affonso Pena eleito em 1906 sendo “... na verdade, mais uma troca de favores, onde o estado receberia apoio para a valorização do café e, em troca, apoiaria a candidatura mineira” (PERISINOTTO, 1994, p. 218). E para termos a exata dimensão do tamanho da questão enfrentada no período vale a pena reproduzirmos discurso de Serzedelo Corrêa em que pondera sobre a necessidade para o país de praticar a defesa do café, demonstrando o real significado dessa cultura para a economia nacional:

Pode a União recusar ao estado de São Paulo o seu auxílio, já não se diz moral, mas real, de co participação nos sacrifícios que a questão do café está a exigir? Quem, senhores, com o conhecimento do assunto será capaz de afirmá-lo? O café entra em mais da metade, em muitos anos em cerca de três quartos, do valor exportável com que todo o nosso vasto país adquire uma

¹⁹ Fontes de instabilidade: divergências entre as elites dominantes dos estados centralizadores do poder político Minas Gerais e São Paulo; desejo de maior participação política (governo federal) de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, contestando o poder hegemônico; protesto recorrente de “políticos dissidentes, intelectuais e setores da imprensa independente” contra a natureza antidemocrática e centralizadora do regime (FRITSCH, 1990, p. 36).

série de despesas que fazemos no exterior. Quer isso dizer que mais da metade da renda total de nossas alfândegas, quase três quartas partes dos recursos que temos para a vida interna e externa da União o temos por causa da exportação do café. Desvalorizar essa produção é dificultar a importação, é diminuir nos mercados de consumo as condições da oferta do que consumimos, encarecendo a vida; é reduzir as rendas ou recursos com que custeamos todos os serviços, isto é, paralisar o nosso progresso, abrir o déficit em nossos orçamentos, agravar a situação da nossa moeda, deprimindo-lhe o poder aquisitivo. É, enfim, trazer de Norte a Sul, do Rio Grande ao Acre, uma atmosfera de amarguras, de opressões, de sofrimento que afetam o capital e o trabalho, o estado e o município, o comércio e a indústria, o lar, a Pátria inteira (apud PERISINOTTO, 1994, p. 235).

É fundamental para entendermos a importância da cultura do café compreendermos em que posição a economia brasileira estava articulada com a economia mundial e como o café engajava essa economia no sistema mundial afinal, “o movimento pioneiro paulista era cada vez mais um negócio mundial” (MONBEIG, 1984, p. 112) e esse negócio mundial já havia inserido o Brasil entre seus interesses, como procuraremos demonstrar no próximo item.

1.2 Capitalismo Internacional e seus movimentos.

Para percebermos que existiu um movimento de expansão do capitalismo internacional em direção às economias periféricas, marcadas geralmente pela produção de monoculturas ou produtos primários, extraídos como os minérios de parte da América Espanhola, é necessário reconhecer que esse movimento vinha sendo realizado há algum tempo. As revoluções burguesas na Europa do século XVII, por exemplo, estavam ligadas às classes mercantis que pretendiam se apoderar do poder político desembaraçando-se do que obstava o gerenciamento de suas margens crescentes de lucros. Na Holanda desde 1600 o governo era organizado pelas classes mercantis, que se livraram da dominação do governo espanhol, mais interessadas que estavam em garantir o monopólio sobre os mercados alemães desunidos e disputar o monopólio sobre o exclusivo colonial castelhano do que em suas disputas pela hegemonia do poder na Europa (DEAN, 1983, p. 11). Inglaterra e França precisavam enfrentar o grande poderio militar e político da Espanha levando um pouco mais de tempo para se inserirem na corrida mercantilista que a Holanda se lançou, mas assim que também se desembaraçaram, mormente a Inglaterra, rapidamente lançaram as bases do que viria a ser um capitalismo de caráter mercantil.

Já em 1601 duas companhias de comércio foram formadas por mercadores ingleses e holandeses, a East India Company (EIC) e a Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC), e exerceram imensa influência em seus países e no mundo, se tornando modelo de comerciar para outros países como França, Dinamarca, Suécia, a própria Espanha que via suas colônias constantemente ameaçadas e Portugal. Lançaram também uma ideia que transformou completamente as movimentações de capital e investimento, as ações, tornando as companhias propriedade de dezenas, às vezes centenas de portadores de ações, os acionistas, variando sua autonomia, mas no geral, formando assembleias que avaliavam as administrações contratadas ou nomeadas (Ibidem, p. 12). Assim as duas companhias de comércio citadas acima eram formadas por acionistas de diversos países, principalmente alemães e judeus portugueses exilados, fugidos da Inquisição em Portugal, entre os acionistas holandeses e os investidores ingleses demonstrando que:

a internacionalização do capital já estava presente na gênese do capitalismo. As associações com estrangeiros permitiram às famílias mercantis superar as rivalidades internacionais, não importando qual lado vencesse (DEAN, 1983, p. 15).

Nesse contexto, obviamente um único exemplo em uma multiplicidade de outros que poderíamos utilizar, talvez não seja exagero dizer que o Brasil, assim como a América, surgiu como um valioso achado pelas potências europeias (MARTINEZ, 1993, p. 5) lançadas aos grandes descobrimentos marítimos ocorridos no século XVI. As novas possibilidades de enriquecimento, tanto individual como na forma de arrecadação, que o comércio trouxe fez com que os estados nacionais rapidamente se movimentassem no sentido de proteger a prática comercial cada vez mais, ainda com a pecha pouco apreciada pela nobreza decadente. Como exemplo, as novas leis promulgadas no século XVIII que criminalizavam os furtos aos negociantes, concedendo “busca e apreensão aos empregadores e agentes da lei, ônus da prova a quem estivesse com matérias primas e o aumento das penas pela violação de subtrair matérias primas” (LANDES, 1994, p. 67), ou o Estatuto dos Monopólios de 1624 que procurou regulamentar um embrionário sistema de patentes (Ibidem, p. 583). A primazia nesse novo mundo coube à Inglaterra depois de estabelecer um domínio efetivo na Europa, após uma série de guerras: de 1652 – 1654 contra a Holanda mercantil que lhe garantiu o controle dos mares e o monopólio inglês no comércio com as colônias da América do Norte; de 1702 – 1714 contra a Espanha e a França na guerra de Sucessão Espanhola, garantindo a posse de ilhas estratégicas no Mediterrâneo e no Atlântico, assim como também o *asiento*, contrato para comerciar com exclusividade por 30 anos mão de obra escrava para as colônias espanholas;²⁰ e finalmente de 1756 a 1763, a Guerra dos Sete Anos contra a França, garantindo aos ingleses o controle comercial marítimo das colônias das Índias e da América do Norte.

Portugal e suas imensas colônias distribuídas em todos os continentes, América, África e Ásia,²¹ já estava sob a esfera de influência inglesa a tempo suficiente para renovar a hegemonia britânica apenas com tratados comerciais, como o de Methuen de 1703, demonstrada pela importância dos produtos ingleses entre as importações brasileiras (GRAHAM, 1973, p. 88). Essa preponderância sobre o comércio mundial assegurou à Inglaterra ser o centro da Primeira Revolução Industrial, fortemente influenciada pela ciência,

²⁰ “Em Londres, a oportunidade para a especulação veio com a formação da South Sea Company para explorar o privilégio conquistado pela Grã-Bretanha na venda de escravos às colônias da Espanha, após a Guerra da Sucessão Espanhola. Foram formadas outras companhias para se aproveitarem da euforia, mas houve um colapso geral quando se descobriu que a Espanha tencionava limitar o comércio delas. A EIC, juntamente com o Bank of England e a South Sea Company, convenceram o Parlamento a aprovar uma lei, conhecida daí em diante como Bubble Act (Lei da Ilusão), devido ao boom e ao seu colapso. Toda companhia que pretendesse vender suas ações poderia ser formada apenas através de um ato especial do Parlamento ou de uma carta real; os que violassem a lei estariam sujeitos às penas criminais” (DEAN, 1983, p. 30-1).

²¹ Mesmo já tendo perdido grande parte das colônias na Ásia para a Holanda, a coroa portuguesa controlava entrepostos comerciais na Índia, na China, em Málaca e na costa índica da África.

com preponderância do carvão como fonte de energia e o desenvolvimento das máquinas a vapor e locomotivas. As aplicações foram inúmeras, mas modificaram principalmente a indústria têxtil inglesa, tornando o país grande importador de matérias primas, com marcada divisão do trabalho, forte concentração fundiária, crescente movimento exportador das manufaturas e defensor ferrenho do livre comércio, garantindo que: “o “resto do mundo” provisse os mercados britânicos de alimentos e matérias primas baratas, enquanto a Inglaterra se especializaria na produção manufatureira” (CASTRO, 1979, p. 21).

Arriscamo-nos a dizer que em decorrência da posição que Portugal e Brasil ocupavam nesse sistema mundial, a preponderância da Inglaterra e a crescente concentração financeira verificada na City de Londres, o que lhe transformaria no centro emprestador do mundo, que a separação política entre esses países foi articulada (GRAHAM, 1973). Portugal tornara-se um intermediário desnecessário e incômodo ao comércio inglês, sendo indispensável garantir que a nova nação se mantivesse no mesmo papel de exportadora de matérias primas e importadora dos produtos manufaturados ingleses, assim como as demais que se tornavam independentes na América Latina:

A Grã-Bretanha, nesta época, estendia rapidamente seus interesses econômicos sobre todo o mundo subdesenvolvido. Mesmo no fim do século XVIII ela havia-se tornado impaciente com as limitações impostas ao seu constante e expansivo comércio internacional pela política restritiva dos impérios coloniais espanhol e português, e assim fazendo pressão para auxiliar a independência da América Latina (Ibidem, p. 13).

Assim, nossa dependência financeira deu ao capital internacional a prerrogativa de renovar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, eternizando a intermediação comercial e financeira estrangeira (PERISINOTTO, 1994, p. 190), tal afirmação feita por este autor para suas análises sobre o capital internacional e suas relações com a exportação de café, são suficientemente pertinentes para serem estendidas para todo o século XIX em nossa opinião, pelo caráter subordinador mantido durante esse período. De qualquer modo, marcadamente a partir de 1880, um único sistema econômico, dominado pela Grã-Bretanha, englobaria quase todas as partes do mundo conhecido de então (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 40) consequência justamente da evolução do capitalismo industrial na Inglaterra e das mudanças na forma de administrar suas colônias, subordinando-as diretamente ao poder central, principalmente a Índia²² e os entrepostos na China.

²² “A irrupção de um motim entre as tropas muçulmanas da EIC forneceu ao governo britânico o pretexto para se livrar da companhia. Em 1858, a Índia passou ao domínio britânico. Assim como a VOC, a EIC, estava gravemente endividada por ocasião de sua extinção: havia contraído uma dívida de 70 milhões de libras para

No entanto, a Inglaterra se veria acompanhada, a partir de meados do século XIX aproximadamente, por outras nações que seguiriam a senda da industrialização e do vapor, transformando suas fábricas e navios em eficientes máquinas movidas a carvão, aumentando sua participação no comércio marítimo mundial de forma e em escala que apenas o recurso militar não poderia mais ser suficiente. Principalmente Estados Unidos e Alemanha entre 1886 e 1890 viveriam um período de expansão industrial marcado pela formação de trustes e cartéis, enquanto a Inglaterra intensificaria a exportação de capitais (CASTRO, 1979, p. 58), em sua maioria para a América Latina. Essa expansão se voltaria para outros países que se tornariam áreas de influência econômica das economias centrais, como por exemplo, o Canadá, que, assim como o Brasil, tinha dificuldades para conseguir desenvolver-se, com grande extensão geográfica e baixa população, com forte dependência dos capitais ingleses e americanos:

A promoção bem sucedida das indústrias e ferrovias no Canadá permaneceu por muito tempo regida pela disposição dos investidores ingleses, e em menor grau, americanos para empatar seus fundos nas aventuras canadenses (McDOWALL, 1988, p. 52).²³

Os fabricantes americanos, a partir de 1870, iniciaram seus investimentos externos pelo Canadá, que só alcançou um mercado interno unificado em 1867. Em 1872, o Parlamento canadense promulgou uma lei sobre patentes que exigia o início da produção em território canadense e, em 1879, aprovou a National Policy (Política Nacional) que fomentava a indústria através de abatimentos fiscais e subsídios; essas leis mostraram-se atrativas para os investimentos estrangeiros. Como resultado, entre 1876 e 1887, 47 filiais de empresas americanas iniciaram operações, pois o Canadá era altamente atrativo por seus recursos naturais, tais como madeira serrada, polpa de madeira, asbestos (amianto), níquel, ouro, cobre e energia hidrelétrica barata em áreas de investimento americano e britânico:

A canadeização passou a ser um termo usado para uma economia aberta ao investimento estrangeiro para objetivos de desenvolvimento. As companhias estrangeiras foram incentivadas a vender suas ações dentro do Canadá e os canadenses foram empregados como gerentes e técnicos. O resultado foi um país com um padrão de vida um pouco abaixo do dos Estados Unidos, com a maior parte de sua economia sob controle de companhias estrangeiras (DEAN, 1983, p. 44).

custear guerras de fronteira contra chineses e afegãos. A eliminação da companhia tornou possível a reestruturação posterior da colônia” (DEAN, 1983, p. 26).

²³ Em inglês no original: “The successful promotion of Canada’s railways and industries remained very much governed by the disposition of English and, to a lesser degree, American investors to place their funds in Canadian ventures.”

Essa crescente industrialização que se difundia nesses países, além de outros como Bélgica, França, Suécia etc, criaria demandas que seriam atendidas por diferentes lugares do mundo. Uma dessas necessidades seria a dos trabalhadores das indústrias terem seus modos de vida transformados radicalmente, principalmente pela implacável jornada de trabalho exigida nas fábricas, constringendo seus organismos ao funcionamento similar ao das máquinas que operavam, pelo tempo que os empregadores julgassem necessário. Isso criou a oportunidade para ampliação dos padrões de consumo dessa massa de operários, com crescente demanda por café, “produto até então consumido por um pequeno número de pessoas ricas e cosmopolitas” (HOLLOWAY, 1984, p. 18). Contribuindo também para o crescimento desse consumo as aglomerações urbanas em crescimento e a elevação da renda dos trabalhadores, dando-lhes acesso a esse tipo de substância.

Assim, a demanda externa foi o mote para o desenvolvimento espetacular que a cultura do café observou no Brasil, mormente nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde havia terras propícias ao cultivo, ainda que a fronteira agrícola tenha “caminhado” cada vez para mais longe, garantido seu escoamento pela instalação das ferrovias e viabilizada a ocupação das terras pela legislação (MELLO, Z., 1990, p. 86; SAES, F., 1986, p. 157), com reserva para os que dispunham de capitais para efetivar os investimentos necessários. São muito indicativas sobre as alterações experimentadas as palavras de Emília Viotti da Costa, citando Nelson Werneck Sodré:

... extraordinário esforço de adaptação das condições internas, às condições externas, de uma capitalização em início a um processo capitalista que atinge a sua etapa imperialista. Com a República, a estrutura colonial de produção atinge o apogeu (1999, p. 434).

Esse extraordinário crescimento na produção voltada à agroexportação, reforçou nossa posição de dependência financeira devido a esse predomínio, ou seja, o Brasil continuando a ocupar na divisão internacional do trabalho um lugar de simples exportador de bens primários (PERISINOTTO, 1994, p. 182), porém, foi possível realizar acumulação interna (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 65), apesar da ascendência que o capital financeiro internacional exerceu sobre os lucros. Essa ascendência provocou uma situação de disputa entre a burguesia nacional e o capital forâneo, muitas vezes personificado na figura dos trustes e cartéis, restringindo o controle do capital financeiro por poucos agentes externos, entre eles os Rotschild que deram seu assentimento a mais da metade dos empréstimos externos negociados pelo governo federal entre 1889 e 1937 (PERISINOTTO, 1994, p. 181).

A tabela apresentada no quadro 7 nos mostra a origem e a quantidade em libras dos

investimentos estrangeiros no Brasil na forma de empresas, lembrando que desde entre 1850 e 1865 a economia brasileira foi incorporada decisivamente à economia internacional (GRAHAM, 1973, p. 32), com consequente adaptação nas leis do país, como o decreto-lei de 1860 que obrigava as empresas estrangeiras a registrarem-se para funcionar no país (CASTRO, 1979, p. 14). Isso significou matizes diferentes de investimentos no país, mas representou também sujeição às diretrizes econômicas impostas pelos centros decisórios financeiros mundiais, pois a dependência do Brasil em relação ao capital financeiro internacional deu-lhe capacidade de interferir e determinar a política financeira e cambial, tendo seus interesses atendidos rapidamente pela política econômica do Estado brasileiro. Ou seja, como Renato Perisinotto defende²⁴ “é indispensável que se analise o capital estrangeiro não como mera variável externa, mas como força interna, econômica e politicamente, bastante ativa no interior do bloco de poder” (1994, p. 190):

Quadro 7 - País de origem dos capitais das empresas estrangeiras
Período 1860-1875, em libras

País de origem	Nº de empresas	capital inicial
Inglaterra	44	23.204.726
Alemanha	4	1.255.084
França	1	387.387
Argentina	1	40.000
Portugal	3	4.308
Total	53	24.891.545

(CASTRO, 1979, p. 38).

Claro que o mercado nacional também se beneficiou com os investimentos externos, principalmente os realizados nos setores de infraestrutura, de transporte e urbano, com intensificação do fluxo desses investimentos estrangeiros concentrados nos recursos ingleses, responsáveis pela maior parte dos empréstimos realizados para construção de estradas de ferro (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 47). Em alguns momentos de crise financeira internacional, o investimento na lavoura cafeeira e na infraestrutura que demandava continuavam a representar segurança nos negócios, assim como quando surgiam sinais internos de alerta, os capitais em fuga procuravam outras partes do mundo para realizar seus investimentos (CASTRO, 1979, p. 24), como na crise de meados dos anos de 1870.²⁵ Esses

²⁴ Perisinotto nos dá como exemplo o seguinte caso: “... o Ministério de Negócios Exteriores e o das Finanças daquele país [França] mostraram-se de acordo em não admitir o lançamento na Bolsa de Paris de títulos de um empréstimo ao estado de São Paulo, junto a Casa Rotschild de Londres, enquanto não fosse concedida a uma sociedade francesa a construção do porto de Pernambuco. Por sua vez, o ministro da República Francesa, em troca da emissão de parte de um empréstimo ao governo brasileiro, tentava negociar vantagens para empresas francesas, em especial a concessão de um banco hipotecário em São Paulo” (PERISINOTTO, 1994, p. 174).

²⁵ “É certo também que essa década vivenciou um forte sobressalto que foi a grande depressão internacional de

investimentos podiam ser os mais tradicionais como fazendas de café e refinarias de açúcar como os mantidos por ingleses no planalto, doze fazendas de capitais ingleses, com, em média, um milhão de pés de café cada uma em 1905, grande refinaria ou como canaviais de capitais franceses na região de Capivari (HOLLOWAY, 1984, p. 228) ou ainda investimentos mais arrojados, realizados por grandes companhias.

Ao aproximar-se o final do século XIX, o capital internacional passou a ser representado por novas formas de organização empresarial, como as companhias que estavam unidas em cartéis, agindo simultaneamente em inúmeros países, reinvestindo constantemente seus capitais. Um bom exemplo são a Edson General Electric e Thomson-Houston Electric dispostas a investir no mercado da América Latina, negociando equipamentos de geração e distribuição de eletricidade; já em 1892, um trole da marca Thomson-Houston passou a funcionar no Rio de Janeiro (McDOWALL, 1988, p. 34). As antigas companhias de navegação e comércio jamais sonharam possuir áreas de atuação tão grandes, apesar de essas companhias terem adotado algumas práticas surpreendentemente parecidas com as táticas das multinacionais dos séculos posteriores,²⁶ como as áreas que esses gigantes conglomerados possuíam:

Dichas empresas establecían complejas organizaciones financieras que unían un conjunto diverso de compañías dedicadas a la producción y distribución de electricidad en las principales metrópolis del subcontinente (MARICHAL, 1995, p. 22).

Observa-se um movimento de concentração do capital, justamente quando advém a Segunda Revolução Industrial imprimindo decisivo estímulo ao surgimento de gigantescas empresas industriais, determinando as condições para a passagem para outro padrão. Caracterizou então o investimento estrangeiro na segunda metade do século XIX em novas “formas de atuação que viriam a caracterizar a fase 1900-1913, dominada pela chamada competição interimperialista” (CASTRO, 1979, p. 56). Já na Primeira República o Brasil se transformou em destino importante para as exportações de capital, sendo que o excedente de capital gerado nesses países veio para o país procurando aumentar os seus lucros, como

1873. Porém, os dois fatores amorteceram bastante seus efeitos sobre os produtores e comerciantes de café brasileiros. O primeiro deles foi a quebra da produção de Java, que possibilitou ao Brasil ampliar o seu mercado. Assim, a lucratividade do café aumentou na medida em que ampliamos o nosso mercado. O segundo deles foi o declínio da taxa de câmbio permitindo uma compensação parcial da queda dos preços externos aos produtores de café” (PERISINOTTO, 1994, p. 42).

²⁶ “Uma das práticas da EIC parece incrivelmente moderna, digna de uma multinacional de nossos dias: por volta de 1670, a companhia enviou tecelões e tingidores ingleses para a Índia, a fim de ensinar suas técnicas aos hindus. Essa transferência de tecnologia era deliberada, feita sob os auspícios da companhia e, evidentemente, em seu próprio benefício e não da Índia e muito menos da indústria inglesa” (DEAN, 1983, p. 19).

através de investimentos nos setores de serviço público, empresas de navegação etc. (PERISINOTTO, 1994, p. 180). Na América Latina como um todo, o valor nominal do capital britânico na área foi calculado em 999,3 milhões de libras em 1913, dos quais 223,9 milhões se encontravam empregados no Brasil (GRAHAM, 1973, p. 15). Essa nova forma de atuação, apropriadamente chamada de multi ou transnacional por estar em atividade em diversos países, pôde se organizar graças aos legisladores de Nova Jersey e Delaware, nos Estados Unidos, que elaboraram leis, durante a década de 1880 desejosos de atrair o capital industrial para seus estados. Essas leis autorizavam as sociedades anônimas a tornarem-se proprietárias de outras sociedades anônimas, formando uma companhia de tipo “holding”²⁷ que poderia controlar numerosas outras companhias muito maiores, permitindo também a uma sociedade anônima admitir outras empresas na mesma sociedade, sendo legalmente autorizado o estabelecimento de ramos ou subsidiárias no exterior. Assim, “a empresa capitalista multinacional encontrara, finalmente, uma forma legal adequada” (DEAN, 1983, p. 32).

Observou-se assim, ao findar o século XIX, verdadeira explosão de companhias desse tipo, tornando-se difícil após algum tempo de operação identificar as origens de determinados conglomerados, representando concentração e centralização de capitais. Na primeira década do século XX o crescimento foi enorme:

Nos Estados Unidos, em 1910, a participação dos monopólios no total da produção já atingia 50% na indústria têxtil; 54% na indústria de vidro; 60% na do livro e do papel; 62% na de alimentação; 72% na indústria de bebidas; 77% na metalúrgica (exceto ferro e aço); 81% na indústria química; 84% na fabricação de ferro e aço. À frente desse processo, encontravam-se duas organizações gigantescas: Standard Oil Co. (grupo financeiro Rockefeller) e United States Steel Corporation, do grupo Morgan (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 65).

Verifica-se assim uma fase de imperialismo, marcada pela cartelização do mercado da Inglaterra e Alemanha (MARTINS, J., 1973, p. 85), devendo incluir-se também o mercado norte americano, sendo que na Europa os trustes e cartéis eram tolerados, considerados legais em determinadas condições, porém, o mesmo não ocorria nos Estados Unidos. Considerados os responsáveis pelos aumentos de preços de produtos de consumo, recebiam oposição política da classe média e dos pequenos fazendeiros americanos (DEAN, 1983, p. 48). O Congresso Nacional acabou aprovando o Sherman Anti Trust Act, proibindo combinações

²⁷ “As holding companies eram constituídas para possuir (hold) ações de outras companhias. Era uma forma semelhante ao truste, porém, mais segura. Uma holding company poderia exercer controle sobre outra companhia, por meio da posse de apenas uma pequena quantidade de ações, se a propriedade do restante estivesse bastante dispersa. Assim, uma vantagem adicional tinha sido conquistada: era possível criar grandes impérios industriais com uma pequena base de apoio. A concentração industrial poderia, agora, continuar indefinidamente” (DEAN, 1983, p. 48).

e/ou acordos entre empresas que significassem o fim da livre concorrência, tentando eliminar o estabelecimento dos cartéis (KUCINSKI, 1984, p. 53), combatendo essa formação nos Estados Unidos, considerada uma forma legal inadequada, tornando essas companhias instáveis e temerosas para os investidores. Entretanto, isso não seria obstáculo para o capital e um dos subterfúgios utilizados era transferir os investimentos para outros países, no caso dos Estados Unidos do início do século XX o destino final era quase sempre o Canadá.²⁸

Uma das indústrias mais caracterizadas pela cartelização foi a indústria elétrica / eletrotécnica da virada dos séculos XIX para o XX, que afinal já incluía todo um vastíssimo sortimento de produtos de complexa fabricação, existindo uma fachada do rentável negócio de energia elétrica que ligava às poderosas fabricantes de materiais elétricos como a General Electric e a Siemens & Halske empresas que atuavam em diversos continentes, garantindo concessões de serviços de eletricidade:

... já em 1889 as corporações estrangeiras, como a The São Paulo Railway, Light and Power Company, obtiveram concessões de produção e distribuição de energia elétrica, a fim de assegurar não só um negócio rendoso, mas também um mercado cativo para a indústria de equipamentos elétricos dos países desenvolvidos (MIROW, 1977, p. 146).

Fundada por Werner Von Siemens em 1º de outubro de 1847 com o nome Telegrafen Bauanstalt Siemens und Halske (MIROW, 1977, p. 34) na Alemanha, a Siemens & Halske foi praticamente a única companhia do setor elétrico europeu que resistiu às fortes investidas da General Electric Company e criou, assim como a AEG²⁹ também alemã, uma rede de distribuidores para a comercialização de seus produtos na América Latina. A companhia norte-americana General Electric, formada após a fusão das empresas de Thomas Edison e Elihu Thomson, construiu centrais elétricas na Itália e tornou-se sócia dos maiores fabricantes de materiais elétricos da Grã-Bretanha, França e da Phillips holandesa (KUCINSKI, 1984), além de firmar um acordo sobre patentes já em 1896 com a Westinghouse, também americana, tornando-se rapidamente um gigante do setor elétrico (MIROW, 1977, p. 19). A indústria eletrotécnica da Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos dominou as exportações mundiais de material elétrico, com participação de cerca de 80% na produção e comercialização (TAFUNELL, 2011, p. 340). Na América Latina observou-se precoce aparição das multinacionais, incluindo as corporações elétricas alemãs e norte-americanas

²⁸ “O exemplo mais notável dessa tática foi a criação da companhia canadense Alcan pela companhia de alumínio americana Alcoa” (DEAN, 1983, p. 54).

²⁹ A Allgemeine Elektrizität Gesellschaft foi fundada pelo engenheiro Emil Rathenau em 1883 e era controlada pela GE americana (MAGALHÃES, 2000, p. 31).

citadas, os bancos alemães e ingleses; as companhias de seguro americanas e da Europa, as empresas mineradoras, as agroindustriais (Swift e Armour) e os gigantes do petróleo como Standard Oil e Shell (MARICHAL, 1995, p. 20).

Empresas como a Light and Power, por exemplo, tinham um regime de organização financeira considerado misto, ou seja, de posse direta e integral de parte dos serviços e do controle (holding-company) de outra parte (FIALHO, 1979, p. 22). Assim, o moderno conglomerado administrativo financeiro (sociedade anônima, *joint stock company*, *Aktien Gesellschaft* etc) foi uma criação do século XIX, que permitiu aos empresários reunir o capital necessário para a constituição de fábricas, obras públicas e minas e a fundação de bancos e companhias comerciais (DEAN, 1983, p. 27) dinamizando incrivelmente o capitalismo internacional.³⁰ Acabou por modificar a face do próprio capitalismo internacional, significando forte concentração de capital em grandes conglomerados e contribuindo decisivamente para deslocar o centro da hegemonia econômica da Inglaterra para os Estados Unidos (MELLO, J., 1986, p. 15), dando maior proeminência aos demais países centrais como Alemanha, França, além dos Estados Unidos, que passariam a ter importante papel no jogo de forças internacionais que se redefiniu a partir de 1900 (CASTRO, 1979, p. 25).

Se o lugar da economia brasileira na economia mundial foi mesmo definido durante a Pax Britannica (FRITSCH, 1990, p. 31), nessa nova ordem mundial o Brasil não experimentaria grande mudança nessa posição. No entanto, configurou-se por aqui uma nova realidade com a acumulação propiciada pela produção cafeeira, sendo imprescindível para o capital internacional realizar suas atividades contemplando novos personagens na dinâmica da economia nacional. Isso foi feito quase sempre cooptando membros da elite política e econômica que pudessem contribuir para a consolidação do capital estrangeiro e que pudessem garantir taxas de retorno estáveis e seguras, evitando-se tanto quanto possível sobressaltos como guinadas políticas que apeassem do poder os grupos políticos solidários. A moeda de troca foi quase sempre pecuniária mesmo e vários exemplos dessas associações podem ser citados como o de José Antônio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente, que foi sócio de Mauá na São Paulo Railway e acionista da Amazon Steam Navigation Company, o que para Robert Mattoon representou que o mercado financeiro do Rio estava maduro para realizar tamanha inversão de capitais, enquanto o de São Paulo, nesse momento, ainda não

³⁰ “Entre os anos de 1895 e 1905, 4.000 empresas americanas fundiram-se em apenas 400. Só no ano de 1899, desapareceram 1.028 empresas. A maior fusão foi a da United States Steel, produto da associação de 171 empresas, proprietária de bens no valor de 137 milhões de dólares, uma soma fabulosa para a época” (DEAN, 1983, p. 49).

estava (1977, p. 278). Em 1877 defendeu essa companhia no Senado, argumentando e procurando conseguir maiores subsídios para ela, recebendo dessa mesma companhia vinte contos de réis em reconhecimento por seus importantes serviços, cinco anos depois.

Também Francisco de Figueiredo, contemporâneo de André Rebouças, era um dos principais acionistas, junto com William Henry Holman, do Moinho Inglês, tendo sido diretor do Banco do Brasil em 1879. Seus vários negócios eram considerados uma ponte entre a Inglaterra e o Brasil. Francisco Pereira Passos, sócio de Antonio da Silva Prado e Eduardo Prado, é descrito como “um inglês magnificamente adaptado ao Brasil...” (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 80). Carlos Vieira Souto e Carlos Sampaio teriam sido “representantes” da Brazil Railway e do “sindicato” Farquhar no Brasil participando ativamente de seus negócios no país. Carlos de Campos, membro de influente família de políticos de São Paulo, atuou como advogado e procurador da Light and Power até a sua morte em 1927. Tais procedimentos, muito utilizados pelos grupos Light e Farquhar, pareciam ser novos em São Paulo, não praticados pelas companhias estrangeiras instaladas há mais tempo no estado como a São Paulo Railway, São Paulo Gas e mesmo os bancos ingleses (SAES, F., 1986, p. 188). Com a criação da Brazilian Traction, produto da era do capitalismo financeiro (McDOWALL, 1988, p. 166), esses procedimentos continuaram em voga, com a chegada de brasileiros à diretoria da empresa, às instâncias decisórias, enquanto o centro nervoso da empresa continuava sediado em Toronto.

A Light and Power é citada ainda como exemplo do capital estrangeiro que avançou sobre atividades em que desalojou membros da burguesia comercial e industrial, ameaçando a acumulação de capital realizada por setores da burguesia interna, até por ser “parte integrante de um grande conglomerado financeiro, em plena sintonia com o desenvolvimento mundial de trustes e oligopólios da eletricidade...” (MAGALHÃES, 2000, p. 51). No famoso caso da Light contra a Guinle no Rio de Janeiro, o poderoso grupo capitalista nacional não conseguiu vencer o monopólio que a Light and Power, associada a Percival Farquhar, garantiu para si na capital federal. Os estrangeiros contaram com o apoio decisivo do Departamento de Estado e de intervenções diplomáticas norte americanas junto a Lauro Müller, então ministro da Indústria, Transporte e Obras Públicas, e junto ao barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores (PERISINOTTO, 1994, p. 199). Isso demonstra que na fase anterior do capitalismo o capital forâneo se comportou diferentemente do que nessa fase mais agressiva de expansão das economias centrais:

... aparecia “de fora”, a agir quase exclusivamente sobre o processo de

exportação de mercadorias: assim, a São Paulo Railway (fisicamente dentro do território paulista) quase se limita ao transporte das exportações (o café); os bancos estrangeiros voltam-se fundamentalmente a financiar o comércio exportador e importador; as grandes casas comerciais estrangeiras ligam-se à exportação de café mais do que ao comércio dentro de São Paulo. E, evidentemente, companhias estrangeiras dominam o transporte marítimo e os seguros das mercadorias exportadas (SAES, F., 1986, p. 102-3).

Essa expansão aproveitou as oportunidades propiciadas pelo crescimento e diversificação da economia brasileira, que recebia os capitais exportados pelas economias centrais (CASTRO, 1979, p. 11), mas no geral com a cooptação de membros dos grupos dirigentes pôde o capital estrangeiro conviver bem, acomodando-se no interior da economia nacional, recorremos ao exemplo da Light and Power e suas relações com alguns dos políticos brasileiros (MARANHÃO, 1989, p. 32). Para isso, precisou retirar, a partir das posições estratégicas que ocupou, força política e capacidade de intervenção nas decisões centrais acerca da política econômica (PERISINOTTO, 1994, p. 18). Assim, concordamos que o desenvolvimento na forma em que ocorreu foi capitalista e “não pode desligar-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que este operou” (CARDOSO, F., 1970, p. 27). Por vezes estabeleceu-se na forma de empresas internacionais em países com algum mercado interno já desenvolvido, observando pontos importantes como a existência de barreiras alfandegárias ou o elevado custo de transporte que tornassem assim mais lucrativas a exportação da produção (CASTRO, 1979, p. 107).

Não deixou de utilizar todos os instrumentos ao alcance para garantir subserviência e colaboração dos poderes políticos locais, fazendo uso da imposição quando necessário, como no caso do *funding loan*. Imposição de banqueiros internacionais, contando com a colaboração do presidente Campos Sales e de Joaquim Murinho como ministro da Fazenda em 1898, representou golpe fatal no sistema financeiro e na burguesia bancária do período do Encilhamento, aliviando o grande capital cafeeiro e desesperando a lavoura (PERISINOTTO, 1994, p. 62). E um dos instrumentos mais utilizados, quase sempre à mão sendo garantido pelo próprio conjunto de leis no Brasil, foi o elemento monopolístico, de crucial importância, pois as empresas concessionárias procuraram garantir por todos os meios seus monopólios, mormente no setor de transportes ou de produção e fornecimento de energia (SAES, F., 1986, p. 23).

E apesar de o centro ser capaz de se apropriar dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia (MELLO, J., 1986, p. 16), acreditamos que no Brasil a industrialização, com conseqüente apropriação do progresso técnico, acabou se revelando

fator decisivo para possibilitar à nação um mínimo de independência em relação ao capital estrangeiro:

A industrialização permitiria diminuir o significado desses setores [comércio importador, comércio exportador e empréstimos financeiros] para a economia nacional, rompendo com a nossa brutal dependência em relação ao capital estrangeiro, estancando a enorme evasão de divisas – via lucros mercantis e juros financeiros – que tal dependência causava, para desespero de nacionalistas como Serzedelo Corrêa e Alcindo Guanabara (PERISINOTTO, 1994, p. 191).

1.3 Política econômica na Primeira República

Procuraremos agora entrever as relações do Estado brasileiro da Primeira República com a economia do período e como essas relações podem ter estruturado ou desestruturado o processo de industrialização e consequente desenvolvimento do Brasil. É sabido que à época havia um grande debate caracterizado como entre “industrialistas” e “agraristas”, sendo que o foco principal das discussões não era somente se a industrialização era positiva ou nociva ao Brasil, mas mais precisamente se o país deveria se industrializar naquele momento.³¹ O protecionismo reservado à indústria era visto por muitos como benefício dispendido a poucos indivíduos (MATOS, M., 1998, p. 99). Sendo que havia certo consenso entre a camada dirigente da República de que seguir a matriz agrária estava rendendo frutos substanciais à economia, sempre lembrando que não fazia parte de suas considerações que a economia do país precisava prover a todos os brasileiros.

A predominância das atividades rurais, no Brasil, não deixou de favorecer a eclosão de uma mentalidade que encontrava nas doutrinas fisiocratas uma justificativa para uma economia de base essencialmente agrícola. [...] Transcendendo a ordem econômica, penetravam nos domínios da moral, preconizando uma filosofia antiindustrialista, antiurbana,³² ressaltando as vantagens e a superioridade da vida do campo (LUZ, 1975, p. 92).

Devemos lembrar que nesse momento, em nenhum lugar do mundo capitalista as classes menos favorecidas estavam inseridas na redistribuição dos lucros, apenas sendo chamadas para a socialização das perdas. Celso Furtado mostra-se consciente desses processos que ocorreram em diversos períodos da história do Brasil afirmando que “... estabelecido certo padrão de apropriação do produto social, o comportamento das classes dominantes orientou-se no sentido de preservá-lo...” (FURTADO, 2000, p. 16). Todavia, os trabalhadores dos chamados países centrais viviam em um ambiente político e econômico efervescente, onde conseguiram algum espaço na luta política travada entre as classes dirigentes e os estratos sociais mais baixos. No Brasil, nesse momento, não havia concessão às classes descapitalizadas, somente discussões políticas e econômicas acerca da possibilidade de crescimento via industrialização ou via manutenção da exploração comercial agrícola, matriz considerada bem sucedida e que seguíamos desde pelo menos o século XVII.

³¹ Para um excelente estudo sobre os debates e a biografia dos chamados “industrialistas” ver Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, principalmente capítulo III, Aspectos do Pensamento Nacionalista Brasileiro.

³² O grifo é nosso.

Essas discussões se acirravam nos períodos em que os produtores e exportadores de café viam minguar os preços internacionais e quando o câmbio baixava, (MATOS, M., 1998, p. 92) procurando acusar os industriais de onerar ainda mais o custo de produção. E não podemos nos esquecer que a maioria dos homens envolvidos na política do período, seja em cargos do Poder Executivo, seja exercendo cargos legislativos, era oriunda da classe latifundiária. Estavam envolvidos assim, de uma forma ou de outra na produção e na comercialização dos bens agrícolas de exportação:

... não é por acidente que o controle do poder estatal, a conquista do poder de Estado, tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno (WALLERSTEIN, 2001, p. 42).

Sendo assim, é natural que atuem para a preservação do *status quo*, apresentem características políticas conservadoras e defendam uma plataforma de manutenção da ordem econômica na qual estavam obtendo sua taxa de acumulação. Conservantismo mesmo quando seu capital se espalhou para outros horizontes, afinal estamos falando de uma sociedade capitalista, onde “o capital passa a ser usado de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto expansão” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13). No entanto, já o Ministro da Fazenda Alves Branco, quando da reforma tarifária de 1844, considerava seu objetivo “não só preencher o déficit do estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino” (LUZ, 1975, p. 18).

Algumas vozes dissonantes, entretanto, ecoavam durante a Primeira República, geralmente como representantes exercendo cargos nas legislaturas federais ou estaduais. Alguns também provinham da classe latifundiária, mas já não tinham na exportação de bens agrícolas o centro de seus negócios e a maioria seria originária de uma classe hoje conhecida como de profissionais liberais. Alguns podemos até chegar ao exagero de dizer que foram verdadeiros *self made men*, como Amaro Cavalcanti. Potiguar nascido em 1848, de filho de professor primário formou-se advogado, exercendo diversos cargos públicos, chegando a Ministro da Justiça da presidência de Prudente de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador na Constituinte de 1890 e Ministro da Fazenda de 1918 a 1919 (LUZ, 1975, p. 72).

Entre outros chamados pensadores do nacionalismo brasileiro (LUZ, 1975, p. 67-101), divididos entre protecionistas ou somente incentivadores da indústria nacional, lembramos também de Antônio Felício dos Santos, industrial de tecidos e empenhado na indústria de

papel; Joaquim Murtinho, filho de médico, cursou a Escola Politécnica e a Escola de Medicina no Rio de Janeiro, foi Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e Ministro da Fazenda de Campos Salles, responsável por choque violento na economia brasileira (SINGER, 2001, p. 85). Américo Werneck, fluminense de nascimento, filho do Barão de Bemposta, da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba, proprietário de terras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, foi secretário de Agricultura e Obras Públicas no estado de Minas de 1898 a 1901 e, além de estudos sobre economia, foi também romancista; e Alberto Torres, fluminense, filho do magistrado e senador Manuel Martins Tôrres, formou-se em Direito, exerceu os cargos de Deputado Federal, governador do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal.

Porém, nos concentraremos apenas em Inocêncio Serzedelo Correia, nascido no Pará em 1853. Militar de carreira, Serzedelo Correia chegou à patente de General, foi professor da Escola Superior de Guerra, Ministro da Guerra do governo de Deodoro da Fonseca, deputado pelo Pará e governador do Paraná (LUZ, 1975, p. 79-80). Tendo assumido o Ministério da Fazenda em 1892, em período crítico para a jovem República, logo após a renúncia de Rui Barbosa e durante a crise do Encilhamento, evitou uma deflação brusca na economia, porém, considerando um erro o emissionismo, como principal medida promoveu a fusão do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil com o velho Banco do Brasil, o que deu origem ao Banco da República, com caráter semioficial (KUGELMAS, no prelo, p. 86).

Para alguns, o período do Encilhamento não passou de um período de dinheiro fácil, com inchaço do meio circulante, intensa especulação, com o aparecimento de empresas fictícias na Bolsa do Rio de Janeiro, ação facilitada pela lei de novembro de 1892 que permitia o estabelecimento de sociedades anônimas sem a autorização do governo (PERISINOTTO, 1994, p. 57). Para outros, há erro de análise ao enxergar o período como apenas de especulação desenfreada, marcado por trapaça e jogos na bolsa e inflação monetária. Paul Singer reconhece que realmente houve inflação, mas foi um período de real mobilização de recursos, que ficariam entesourados ou seriam gastos no consumo de produtos importados e não em investimentos. Reconhece também que houve desperdícios, mas que são exagerados pelos críticos do período, confessando que muitas das empresas fundadas nessa época não saíram do papel, pois tinham propósitos fraudulentos, outras começaram a funcionar, mas não sobreviveram. Contudo, muitas subsistiram e para ele “é ilusório pensar que o desenvolvimento industrial seja possível, no capitalismo, sem um contínuo processo de concentração de capital” (SINGER, 1968, p. 46).

Serzedelo Correia procurou por ações objetivas para resolver a crise econômica, evitando radicalismos. Entrementes, entre os inúmeros outros cargos que ocupou, são as atuações de Serzedelo Correia como parlamentar que lhe dão relevo. Com mais de 20 anos de atuação como deputado, combateu com método as manobras dos agraristas no Congresso, procurando denunciar mesmo o poder Executivo onde este estava sendo incompetente para incentivar a indústria nacional. As discussões apresentadas no Legislativo giravam quase sempre em torno das questões alfandegárias. Como sabemos o governo brasileiro durante a Primeira República teve poucas formas sistemáticas, reguladas e razoavelmente controladas de coletar impostos além das tarifas aduaneiras (MATOS, M., 1998, p. 97). O que entrava ou saía pelas Alfândegas era assim de interesse direto para o Estado brasileiro, porém, durante muito tempo, pouco tocou ao governo se importávamos mais do que exportávamos, já que o importante era que as tarifas fossem pagas e crescessem em volume.

Com o ocaso do Império, ganhou força a necessidade de controle da balança de pagamentos a fim de sanar seu persistente desequilíbrio (LUZ, 1975, p. 68), sobressaindo os argumentos dos protecionistas que pretendiam resguardar a indústria nacional, taxando com maior valor as importações. Para Serzedelo Correia, líder da marcha a favor do protecionismo entre 1895 e 1905 (LUZ, 1975, p. 83), mais do que a indústria, era a própria política comercial de caráter nacional que precisava ser estimulada e defendida. Que beneficiasse de fato ao país como um todo e não somente uma pequena, mas poderosa, parte da sociedade, a burguesia cafeeira e este seria o efetivo impulso que o Brasil desejava para seu desenvolvimento:

Julgo imprescindível ao futuro engrandecimento de minha pátria levar ao espírito de todas as classes dirigentes, a convicção da necessidade de uma política comercial eminentemente nacional, que comece reservando à nossa produção os nossos mercados internos (CORREIA, 1980, p. 134).

Sua visão era marcadamente favorável à industrialização similar à ocorrida nos países centrais, tais como Inglaterra, Alemanha e França, a quem escolhe para citação de exemplos quando defende as tarifas protecionistas. E seu maior e principal modelo foi, como não poderia deixar de ser à época, os Estados Unidos onde fora estabelecida uma “política sábia de amparo e de defesa de sua produção” (CORREIA, 1980, p. 137). O rápido crescimento econômico que experimentaram os Estados Unidos após o final da Guerra de Secessão causava espanto e admiração em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Serzedelo Correia, homem atualizado e a par dos acontecimentos de seu tempo, acusava o *laissez-faire* postulado por alguns estadistas como prejudicial e responsável pelo

abandono da indústria nacional. Alertava também para os perigos de especializar-se em indústria única, gesso da economia nacional, a trazer o perigo de graves crises: “Haja vista o que se dá presentemente conosco em consequência da desvalorização do café” (CORREIA, 1980, p. 136). Testemunhou Serzedelo Correia boa parte da decadência da cultura canavieira e da decadência do café no Vale do Paraíba, com sua expansão nas terras paulistas, e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre exercido pelo imigrante, percebendo que essas eram “as principais transformações que se processavam na economia nacional nesse período” (CASTRO, 1979, p. 28).

No entanto, deveria perceber que na economia cafeeira a reprodução do capital havia assumido a forma de reprodução extensiva do capital, pela incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção de café (MARTINS, J., 2004, p. 74), possibilitando acumulação pelo grupo que controlava esse processo. Sabia que o Estado brasileiro funcionava na base do vício da subserviência, trabalhando pelos interesses da classe latifundiária, pois, mesmo quando essa classe estava enganosamente avançando nas relações trabalhistas, como foi o caso da imigração em massa de trabalhadores europeus para as lavouras de café, o Estado “... financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (FURTADO, 2002, p. 126). Em mais de uma ocasião indicara o Estado como o responsável pela situação que se estabeleceu, deixando claro, porém, que esse Estado era reflexo da sociedade que o nutria e lamentava:

Ah! quanto já não teríamos feito nesse caminho nestes 14 anos de República, se em muitos dos nossos Estados para ali fossem dirigidas as suas rendas, em vez do luxo de duas câmaras, de exércitos dispendiosos, de um funcionalismo exagerado e de despesas da baixa e vil politicagem?! (CORREIA, 1980, p. 291)

Defendia, entretanto, a legislação responsável, com vistas ao verdadeiro desenvolvimento da nação, quando avisava que o legislador deveria manter as tarifas baixas para os gêneros que favorecem a população mais pobre, como medicamentos, sal e alimentícios, mesmo que prejudique o fabricante nacional. O legislador que assim não conduz, favorecendo, porém, o consumo de gêneros de luxo, age com “requintada imoralidade”.

A lentidão no estímulo às indústrias era latente e digno de lástima, “positivamente é um dos sintomas mais tristes e expressivos do atraso industrial do País, esta dependência vergonhosa das indústrias estrangeiras em que nos achamos...” (CORREIA, 1980, p. 268) e a simples elevação das taxas possibilitaria o impulso necessário à indústria. Serzedelo não

defendia o próprio patrimônio, está vendo um pouco além de seu tempo e um pouco além de sua esfera privada. Percebeu, por exemplo, as vantagens sanitárias da indústria de cerâmicas, “incomparáveis de suas superfícies impermeáveis, eternas, de efeitos higiênicos extraordinários”, indústria ausente no Brasil, tendo de tudo ser importado.

A importação é “sintoma de prosperidade” não devendo, porém o país permanecer na eterna situação de importador, pois que esta deve sempre estar seguida de desenvolvimento da atividade nacional, da população e do trabalho. Aliás, a força de trabalho é referida por ele em mais de uma ocasião, como capaz, apta, competente e preparada para manipular as melhores matérias primas que são as que o Brasil possui de sobra. Como vemos, Serzedelo Correia é mais do que um industrialista, é um entusiasta da indústria nacional.

Combatente, torna-se de defensor em atacante, mirando os anti-industrialistas, inimigos da reserva de mercado via tarifas de importação, que apresentavam acusações contrárias à verdade, “Todas as vezes que o comércio importador tem combatido as taxas chamadas protetoras estabelecidas nas tarifas, ele tem alegado que a indústria brasileira, em geral, não passa de um simulacro ridículo...” (CORREIA, 1980, p. 261). Durante toda sua legislatura, Serzedelo Correia preparou discursos sobre cada um dos setores da indústria brasileira, apresentando a situação em que se encontravam, as ações tomadas para estimular sua prosperidade e as ações que freavam seu sucesso, quase todas provenientes de erros do governo, em seu eterno vai e vem tarifário.³³

Já dissemos anteriormente que o deputado Serzedelo Correia era homem consciente de seu tempo, mas em muitos momentos se mostrou mesmo à frente dele. Não somente advertiu quando a negligência da legislação estava tornando as estruturas internas frágeis, onerando a população e debilitando a produção, como foi além e apercebeu-se dos espaços onde a indústria poderia atuar se tivesse tido incentivo e, na ausência deste, onde a indústria estrangeira aninhou-se:

... com uma flora riquíssima, tendo já um sem número de vegetais medicamentosos estudados e cujo valor em terapêutica estava reconhecido; possuindo grandes laboratórios onde escrupulosamente eram manipulados vários produtos dos mais bem reputados no mundo, e outros exclusivamente nossos, eu procurei elevar os direitos para os referidos preparados ou especialidades farmacêuticas, ao mesmo tempo que para as substâncias quimicamente puras e de ação medicamentosa, que não produzimos, diminui as taxas (CORREIA, 1980, p. 284).

Sua preocupação com a questão das tarifas o fez acreditar que era alvo de grupos que

³³ Na obra *O Problema Econômico do Brasil* esses discursos foram divididos por ramo de indústria.

estavam contra suas ideias e o que elas representavam:

Eu sei que, pregando estas verdades, levanto contra mim grandes forças, que mais de uma vez têm procurado esmagar-me, mas eu não vivo de posições políticas e interesses subalternos... Embora incompreendido muitas vezes, seguirei sempre o mesmo caminho... (CORREIA, 1980, p. 288).

Os novos ramos da indústria estavam mais ligados ao processo de urbanização que o Brasil vivenciava naquele período, do que à expansão da grande lavoura. Era intrínseco também à aceleração do processo de industrialização proposta por Serzedelo Correia, pois afinal “é natural supor que à medida que o desenvolvimento industrial avance, a autonomia dos grupos industriais tenda a aumentar, criando condições para que os industriais passem a identificar interesses e objetivos comuns e agir coletivamente em função deles, não limitando-se somente a unir-se às elites exportadoras” (VERSIANI; VERSIANI, 1978, p. 128). Era preciso não tergiversar com o capital estrangeiro, pois tanto a lavoura exportadora, como a indústria, dependiam de seus aportes, não estabelecendo uma relação “nem de completa subserviência nem de completa harmonia com o capital estrangeiro” (PERISINOTTO, 1994, p. 193). Ao fim das contas, foram as sucessivas crises econômicas as responsáveis pelo fim da Primeira República e a Revolução de 30 (FRITSCH, 1990, p. 31).

Capítulo 2 – a Companhia

Sim, uma noite, o povo em torrentes, desenfreado, correria assim pelos caminhos, gotejando o sangue burguês, exibindo cabeças, semeando o ouro dos cofres arrombados.

Émile Zola. *Germinal*, p. 297.

2.1 Uma Companhia Formada por Paulistas

O crescimento expressivo que a cidade de São Paulo experimentou tanto populacional, como comercial, foi fruto da expansão da economia do café e o boom que representou, que se refletiram também no crescimento geográfico da cidade, que começava a avançar sobre seus subúrbios. Criou então toda uma gama de oportunidades de negócios, não somente ligados às transações comerciais de café, incluindo o chamado setor de serviços urbanos. Muitos homens de negócios que já investiam em melhoramentos urbanos aplicaram seus capitais nesses novos negócios, entre eles a recente indústria da geração e distribuição de eletricidade. Entretanto, a expansão comercial, industrial, financeira, populacional e geográfica estava ligada à economia cafeeira, era decorrente dela, mas não era somente devido a ela que pode ser atribuída sua existência (SAES, F., 1986, p. 14).

Por isso, entre tantas outras companhias que surgiram no bojo desses novos negócios, surgiu a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo contando em seus quadros acionários com personagens proeminentes da área política e econômica da cidade e do estado de São Paulo, alguns até figuras de projeção nacional. Esse fato foi um dos mais interessantes e importantes das características de formação da companhia, com lista extensa no caso da Companhia Água e Luz sendo que procuraremos nos concentrar nos principais acionistas e nos que possuíam a maior quantidade de ações. Interessante também ressaltar que a companhia era fornecedora no município de São Paulo, sem exclusividade, uma vez que concorria com a São Paulo Gas Company, empresa de capital inglês que fornecia iluminação pública a gás. Mas além da cidade de São Paulo, a Companhia Água e Luz também mantinha contratos para fornecimento de energia elétrica com as Câmaras de Casa Branca,³⁴ no interior de São Paulo, e Curitiba.

Entretanto, não ignoramos que essa característica na formação de companhias não era exclusiva da Água e Luz para o período apontado, como já nos lembra Flávio Saes em seu trabalho pioneiro.³⁵ A partir de meados do século XIX, o governo imperial iniciou uma série

³⁴ A cidade de Casa Branca revelava-se ao final do século XIX com grande potencial político e econômico no estado de São Paulo. Posicionada na região Noroeste do estado, vasta região de produção cafeeira, que atraiu as ferrovias e onde as famílias Silva Prado, Queirós Telles, Leite Penteadado, Monteiro de Barros e Álvares Penteadado possuíam muitas fazendas. Seu setor de serviços municipais revelou-se atraente aos investidores quase como o da capital ou outras grandes cidades como Campinas e Santos. Agradecemos a Rodrigo Fontanari pelas informações em sua obra *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca - SP (1874-1914)*.

³⁵ “O Anuário Estatístico de São Paulo para o ano de 1906 nos permite a visão global do setor de iluminação nesse ano (iluminação porque, embora já se trate de energia elétrica, seu objetivo básico era a iluminação

de mudanças na legislação, continuadas pelo governo republicano após 1889. Essas mudanças, principalmente o Código Comercial de 1850,³⁶ admitiram “regular as práticas gerais das operações bancárias, que permitiram a expansão do crédito comercial” (HANLEY; MARCONDES, 2010, p. 105), dinamizando a economia brasileira, atraindo mais investimentos estrangeiros e incentivando a formação de companhias nacionais. A lei de 1850 regulava também a sociedade por ações, condicionando seu funcionamento à aprovação do governo.

A partir de então, aumentou substancialmente o número de homens de projeção envolvidos como acionistas em diversas companhias. Dedicadas aos mais variados setores da economia, essas companhias podiam ser de estradas de ferro, de navegação a vapor, casas comissárias que negociavam café, casas bancárias, bancos quando começaram a ser organizados no país, e, naturalmente, empresas concessionárias de serviços públicos, como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica:

As leis hipotecárias de 1864 e 1890 estimularam os empréstimos de longo prazo. Ademais, as leis empresariais de 1882 e 1890 facilitaram a formação de sociedades anônimas (S/A), estimulando a expansão das instituições bancárias nas últimas décadas do século. Estes arranjos legais refletiram as tendências da política econômica do governo imperial e republicano. (HANLEY; MARCONDES, 2010, p. 105)

Talvez mais importante para nossas análises sobre a Companhia Água e Luz, são as reformas citadas acima sobre a formação das sociedades anônimas, criadas no contexto do Encilhamento. Na reforma, a exigência da aprovação do governo para a sociedade anônima funcionar deixou de existir, contribuindo, juntamente com a política emissionista, a agitar ainda mais o período febril do Encilhamento.

A 17 de janeiro de 1890, Rui Barbosa como Ministro da Fazenda, o primeiro da jovem República, publicou o decreto n. 164 que dizia em seu artigo primeiro: “As companhias ou sociedades anonymas, seja civil ou commercial o seu objecto, podem estabelecer-se sem autorização do Governo.” (Coleção de Leis, 1890, p. 83). Reforçou assim a Lei Imperial 3.150, de 4 de Novembro de 1882,³⁷ demonstrando que o governo republicano manteria as

urbana): de 34 empresas de iluminação do interior do Estado de São Paulo, 32 haviam sido instaladas entre 1890 e 1906. As duas outras – a Companhia Gás e Óleos de Taubaté e a Companhia Campineira de Iluminação e Força – mais antigas, originalmente voltadas à iluminação e gás, já existiam em 1887. A observação específica de algumas empresas do interior, as mostra quase sempre ligadas a empresários locais: em Jundiaí, a Empresa Luz e Força de Jundiaí tem a família Queirós Teles como maior acionista; na Companhia Luz e Força de Guaratinguetá, aparecem, entre outros, a família Rodrigues Alves e o Banco Popular de Guaratinguetá; em Itu, Otaviano Pereira Mendes (da Fábrica de Tecidos Mont Serrat) surge como presidente da Companhia Ituana Força e Luz.” (SAES, 1986, p. 144)

³⁶ Lei 556 de 25 de Junho de 1850.

³⁷ A lei 3.150 de 4 de Novembro de 1882 que regulava o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas

disposições adotadas pelo governo imperial sobre sociedades anônimas.

A exemplo do que já ocorria com sucesso no Brasil, a construção de estradas de ferro com a expansão da malha ferroviária, tal reforma incentivou o mercado. O exemplo das ferrovias demonstrava o sucesso das sociedades por ações, uma vez que era sua característica de formação mais típica (SAES, F., 1986, p. 23-4), sendo marca também na história da Companhia Água e Luz uma lista de acionistas. Em 1886 a firma Marques, Moutte & Companhia organizou a Empresa Paulista de Eletricidade,³⁸ cuja operação foi iniciada em 1888 com quatro geradores Ganz, de Budapeste (SOUZA, 1989, p. 26). A denominação dos geradores com o nome da casa húngara Ganz & C. é descrita mais detalhadamente por Henrique Raffard:

Aí encontrei 2 locomoveis trabalhando e 1 máquina vertical em repouso; 4 dínamos de corrente contínua, sendo 1 Wetson, que não estava em serviço, 2 da casa Ganz & C., de Budapeste (que a empresa paulista representa no Brasil), a saber: um capaz de produzir luz para 20 focos de 20 velas, e outro que é uma modificação do precedente, porém não devendo oferecer as mesmas vantagens para uma boa iluminação; finalmente um dínamo Bréguet podendo alimentar 16 focos de 20 velas, ou 40 lâmpadas com luz de 8 velas, o qual me pareceu o mais prático dos dínamos ali reunidos. São esperadas 1.000 lâmpadas para focos de 10 velas como tipo a generalizar e outras de forças diversas até 50 velas, bem como todo o material correspondente para uma outra instalação geral. Os dínamos novos serão de correntes alternativas e funcionarão com 1.800 revoluções, quando os acima indicados trabalham com 1.050, sendo o Wetson, 750 e 650 os de Ganz & C. e 450 o Bréguet. A princípio a empresa cobrava mensalmente. (RAFFARD, 1977, pp. 21-23)

O engenheiro carioca de descendência francesa visitou a cidade de São Paulo em 1892,³⁹ descrevendo o serviço que uma empresa privada oferecia. Não citou o nome da companhia, mas atribuiu a Abílio Soares Marques, de quem nos ocuparemos novamente, o mérito de ser o iniciador e incentivador da iluminação à eletricidade, tendo iluminado sua residência à Rua Barão de Itapetininga e fundando companhia para tal mister. Mostraremos mais adiante que Abílio Soares foi um dos acionistas da Companhia Água e Luz e foi seu

seria a reforma da lei 556 citada há pouco.

³⁸ Em São Paulo algumas iniciativas pioneiras foram observadas: em 1868 frei Germano d'Annecy utilizou lâmpadas elétricas; em 1880 e 1881 Diogo Antonio de Barros e Abílio da Silva Marques instalaram lâmpadas elétricas em suas residências paulistanas; por volta de 1885, o conselheiro Antonio Prado e o general Couto de Magalhães incumbiram o engenheiro R.G.B. Davis de estudar as questões de iluminação pública nos Estados Unidos.

³⁹ Nascido Júlio Henrique Raffard, a 26 de Dezembro de 1851, filho do cônsul suíço Eugênio Raffard no Rio de Janeiro, carioca de nascimento e descendente de imigrantes franceses. Organizou em Londres em 1882 a The São Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited, quando visitou a Bahia, Pernambuco e São Paulo para escolher a cidade que sedariaria a companhia e deixou minucioso relato de São Paulo. Tendo obtido autorização do governo paulista, fundou o Engenho Central de São João do Capivari em 1883, criando a então Vila Raffard para os operários do engenho, núcleo de disputas com a cidade de Capivari (RAFFARD, 1977, p. 8).

primeiro gerente, entretanto Raffard explicitou o local onde a usina estaria localizada “Tive ingresso na Usina Central sita à Rua da Boa Vista” (RAFFARD, 1977, pp. 21-23), destoando geograficamente do local onde funcionou a usina da Água e Luz. Ricardo Maranhão informa que a 5 de Dezembro de 1888 se iniciaram as atividades da empresa que “causou espécie entre os paulistanos atônitos o espetáculo de lâmpadas da Rua Boa Vista”, cuja intensidade entre mil e 2 mil velas, fornecidas pela casa Ganz & Cia, de Budapeste, oferecia espetáculo inédito aos paulistanos (2012, p. 19).

A usina da Rua Araújo, próxima à Praça da República, em São Paulo era equipada com dois geradores de 50 kVA e dois de 200 kVA, totalizando 500 kVA, em usina térmica alimentada a carvão. E apesar de causarem ruído enorme, tão “ensurdecedor” que impedia a valorização dos terrenos próximos, (SOUZA, 1989, p. 26) a própria usina e o serviço eram motivo de admiração e orgulho para a cidade:

No fim de 1888, a multidão no centro da cidade podia contemplar as primeiras luzes elétricas de rua, instaladas por uma firma húngara. (MORSE, 1970, p. 245).

Seu fornecimento limitava-se ao período do entardecer à meia-noite (SILVA, 2002, p. 15) e sua concessão cobria a área correspondente ao triângulo comercial da capital (ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro), então à época a principal região da cidade, área das atividades comerciais, cobiçada pelos que não podiam se manter ali, o centro da cidade de então (SEABRA, 1987, p. 29).

As concessões que a Empresa Paulista de Eletricidade detinha na cidade, assim como sua usina e equipamentos e seus contratos para fornecimento de energia elétrica seriam repassados então a outra companhia, constituída para tal fim. A Empresa Paulista de Eletricidade não existiria mais, apesar de receber a maior parte das ações da nova companhia organizada. Com o nome de Companhia Luz Elétrica de São Paulo, a nova companhia teve seus estatutos assinados em São Paulo, a 2 de setembro de 1889:⁴⁰

Fica estabelecida, na Capital da Província de S. Paulo, sob a denominação de Companhia Luz Elétrica de S. Paulo uma associação anonyma, de harmonia com a lei nº 3.150 de 4 de Novembro de 1882 e respectivo Regulamento mandado observar pelo Decreto nº 8.821 de 30 de Dezembro do mesmo anno...⁴¹

Ainda em seu artigo 1º, continuava a definição de que era constituída para estabelecer e explorar iluminação pública e particular por meio da eletricidade. Em seu artigo 2º, indicava

⁴⁰ O Prof. Flavio A. M. de Saes atribui a data da fundação da Companhia Água e Luz como sendo em 1892 e não em 1889 como atestam a ata e os estatutos da fundação. (SAES, F., 1986, p. 146)

⁴¹ APESP, Luz e Água, caixa 10288, doc. n. 1, p. 3.

a aplicação de eletricidade às indústrias também. O capital social da empresa ficava estabelecido em oitenta contos de réis, sendo que ficaria dividido em 1.600 ações de 50 mil réis cada uma. Dessas, 945 ações foram distribuídas à Empresa Paulista de Electricidade, sempre em nome de Marques, Moutte & Companhia, como títulos integrados no total de quarenta e sete contos, duzentos e cinquenta mil réis. Na assinatura do estatuto no dia 2 de setembro, foram nomeados três avaliadores para analisar o patrimônio da Paulista de Electricidade apresentado na forma do documento “Relação dos valores entregues pela Empresa Paulista de Electricidade à Companhia Luz Eléctrica de S. Paulo.” Na Assembleia Geral, anunciada para o dia 21 de setembro, foi dado o seguinte parecer:

Tendo procedido ao exame dos valores constantes desta Relação, somos de parecer que devem ser elles aprovados pela Assembléa geral dos accionistas da Companhia de Luz Eléctrica de S. Paulo. S. Paulo, 18 de Setembro de 1889 (assignados) J. Dumoulin, Domingos José Coelho da Silva, Rivadávia da Cunha Correia.⁴²

A Companhia Luz Eléctrica de São Paulo adquiriu então um ativo no valor de sessenta e dois contos, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa réis e o saldo em valores passivos da Empresa Paulista de Electricidade no valor de quinze contos, cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa réis, devidos a credores da Paulista de Eletricidade. A diferença então, a favor da Empresa Paulista de Electricidade foi composta nas 945 ações integradas a ela na Assembleia Geral, encabeçando a lista nominativa. Além disso, mais 199 ações seriam tomadas em dinheiro, aumentando para 1.144 ações mantidas pela Marques, Moutte & Companhia.

Como permitido pela lei, os acionistas só precisavam dar 10% de entrada nas ações não integradas, sendo que a Assembleia de acionistas teria que recolher “em depósito a uma casa bancária até que se constitua definitivamente a Sociedade” (ESTATUTOS, 1889, p. 5). E de conformidade com outro decreto de 30 de dezembro de 1882, o de nº 8.821, a Companhia Luz Eléctrica estava autorizada a contrair empréstimos equivalentes ao seu capital social, ou seja, no valor de oitenta contos de réis.

A relação dos valores entregues pela Empresa Paulista de Eletricidade à Companhia Luz Eléctrica de São Paulo, documento anexo ao processo da caixa 10288, que vem sendo citada aqui, mostra o que estava sendo adquirido pela Luz Eléctrica com a usina da Rua Araújo. Vale a pena reproduzi-lo e comentá-lo em seguida:

⁴² APESP, Luz e Água, caixa 10288, doc. n. 4.

Material existente caucionado	20.487.060
Machinismos Assentes	23.590.700
Conductores Aéreos	5.583.690
Edifício da usina	4.773.730
Material do Escriptorio	333.380
Moveis e Utensílios	1.735.480
Ferramentas	278.670
Consignações	618.280
Lampadas em serviço	948.000
Contrato com Ganz & Co.	4.000.000
Despesas feitas por conta da companhia	101.000
Total	62.449.990 ⁴³

Talvez o item mais significativo para nós, seja o item Contrato com Ganz & Co. Demonstra o funcionamento do mercado internacional de máquinas e equipamentos elétricos ou afins, como geradores, que não eram fabricados no país. Como expusemos anteriormente, as máquinas alimentadas a carvão eram geradores da casa húngara Ganz, fato que deve ter feito Richard Morse, reproduzido anteriormente, confundir a nacionalidade da própria companhia que explorava o serviço na cidade (1970, p. 245). Esse item deve mostrar as parcelas do contrato que eram pagas pela empresa brasileira à fabricante do exterior, prática comum no mercado de materiais e equipamentos elétricos. Infelizmente a relação dos valores não faz menção exata quanto a esta dívida, número de parcelas etc.

A edição de 22 de setembro de 1889 de O Federalista trouxe a publicação desses estatutos da Companhia Luz Elétrica de São Paulo, anunciando os artigos que a regiam e a diretoria que a administraria. De acordo com os estatutos, essa diretoria seria exercida por três membros eleitos pela Assembleia, com mandato de seis anos. Responsável pela gestão e fiscalização da sociedade, nomearia a gerência e demais empregados, estabelecendo seus vencimentos. Era sua atribuição também apresentar à Assembleia o relatório anual da saúde fiscal e econômica da sociedade e determinar os dividendos a serem pagos aos acionistas. O conselho fiscal também deveria ser formado por membros eleitos pela assembleia, em número de três, com um suplente para cada um, com mandatos de um ano.

A Assembleia Geral ocorreria todos os anos no mês de março,⁴⁴ em data e local previamente comunicados pela diretoria em anúncios publicados, sendo que o ano social

⁴³ APESP, Luz e Água, caixa 10288, documento n. 4, p. 1.

⁴⁴ Nas pesquisas realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em busca das atas das Assembleias não arquivadas no Arquivo do Estado ou na Fundação Energia e Saneamento, descobrimos que essa cláusula não era cumprida. A praxe era a companhia convocar seus acionistas duas ou três vezes durante o ano, realizando a assembleia com o número de acionistas que aparecessem na última convocação.

contava-se de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Convocações extraordinárias ocorreriam quando chamadas pela diretoria, pelos fiscais ou pelos acionistas se requerida por sete ou mais sócios, perfazendo a quinta parte do capital social.

Na assembleia de 21 de setembro de 1889, convocada à Rua da Imperatriz, nº 59, atual Rua XV de Novembro, no escritório do advogado Carlos Teixeira de Carvalho, os acionistas presentes aclamaram como dirigentes da companhia, Victor Nothmann como presidente, Antônio Pereira de Queiroz e Pedro Paulo Bittencourt como diretores e Abílio A. S. Marques como gerente. Três integrantes para a Comissão Fiscal, sendo escolhidos Estanislau José de Oliveira, 2º Barão de Araraquara, cafeicultor e coronel da Guarda Nacional, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, vereador da câmara municipal de São Paulo de 1899 a 1901, senador e presidente do Estado de São Paulo de 1908 a 1912 (ALVES, 1986, p. 129) e o Major Domingos Sertório, também vereador de São Paulo.

Ainda a 21 de setembro de 1889, foi realizada a entrega da documentação junto ao Registro de Hipotecas da comarca de São Paulo, órgão responsável pelo arquivamento dos documentos que registravam as pessoas jurídicas. No protocolo constam os estatutos assinados por todos os subscritores; a lista com o número de ações de cada subscritor e as entradas feitas; comprovante do depósito em dinheiro de 10% do valor de 655 ações e um exemplar da ata de constituição da empresa.

Entrementes, nessa primeira assembleia nem todos os acionistas compareceram ou se fizeram representar por procuração. A assembleia acabou definindo ainda os vencimentos que seriam destinados à diretoria e gerência e essa diretoria eleita, obtendo autorização da assembleia para contrair empréstimos, conforme preconizado no artigo 8º dos Estatutos. Votaram nesse momento, o presidente Victor Nothmann, Carlos Teixeira de Carvalho, José Bueno, Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, Joaquim José Vieira de Carvalho, Pedro Paulo Bittencourt, Antonio Pereira de Queiroz e os representantes de Marques, Moutte & Cia, perfazendo um total de 1.275 ações, mais de dois terços do capital social, cumprindo-se a exigência do artigo 65 do decreto nº 8.821 de 30 de Dezembro de 1882.

Essa primeira constituição da companhia se dá alguns meses antes dos primeiros atos que inauguraram o período do Encilhamento, o decreto de 17 de janeiro de 1890 liberando as sociedades anônimas de autorização do governo, citado acima, e o decreto de setembro criando os três bancos de emissão do novo sistema financeiro nacional, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, o Banco Nacional e o Banco do Brasil (TOPIK, 1987, p. 42). Por isso, podemos afirmar que a fundação da Companhia Luz Elétrica de São Paulo não foi simples

fruto da especulação que em poucos meses tomou conta da bolsa de valores do Rio de Janeiro e do país.

Lembremos que de 23 de agosto de 1890 a 31 de outubro de 1891 funcionou, sob a iniciativa de Emílio Rangel Pestana, a Bolsa Livre de São Paulo sem o controle do Estado, negociando ações dentro e fora do pregão. Sendo fechada em decorrência da política do Encilhamento, concordamos que “... a Bolsa Livre nasceu e sobreviveu enquanto houve euforia na Praça de São Paulo” (LÉRIAS, 1988, p. 64). Já a Bolsa de Valores de São Paulo, da qual se originou a Bovespa, foi fundada a 24 de janeiro de 1895 como Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo.⁴⁵ Reproduzimos em nota o discurso de fechamento da Bolsa Livre proferido por Rangel Pestana, que deixa entrever o pesar com esse encerramento.⁴⁶

É fato, porém, que com o aumento expressivo de dinheiro emitido e, conseqüentemente, crédito no mercado, ainda que sem lastro, a companhia se favoreceu dessa abundância, a exemplo de inúmeras outras empresas terem se beneficiado também, como veremos na segunda Assembleia Geral. O movimento realizado pode ter sido de supervalorização da companhia através da estratégia de aumento do capital social e do número de ações na Assembleia Geral do ano seguinte. Essa supervalorização daria mais poder de tomar crédito à diretoria da companhia, além de valorizar ações que foram incorporadas com baixo valor pecuniário. Para que o leitor acompanhe nosso raciocínio, registraremos alguns dos dados coletados no protocolo do Registro de Hipotecas, quando a companhia entregou os documentos solicitados, entre eles a “Lista Nominativa dos Subscriptores com indicação do número de acções e das entradas de cada um.”⁴⁷

Nela podemos identificar os proeminentes cidadãos da cidade de São Paulo, alguns dos quais serão lembrados nos subitens desse capítulo, assim como o número de ações que subscreveram. Curiosamente, Victor Nothmann, presidente da empresa e Estanislau José de Oliveira, o segundo Barão de Araraquara, um dos três fiscais eleitos em 1889, eram os

⁴⁵ Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>. Acessado em: 24 Maio 2013.

⁴⁶ “Fui iniciador da Bolsa Livre como preparo para uma Bolsa Oficial como desejavam todos. O governo criou a Junta Comercial e a consequência seria a criação de uma Associação Comercial e uma Bolsa Oficial. Infelizmente, a eleição da Junta, cheia de protestos, como se fosse uma eleição política, provou demais a nossa pouca educação comercial, o resultado foi abandonarem a ideia de Associação Comercial e a Bolsa Oficial, a que tínhamos de passar a Bolsa Livre. Os destroços comerciais e a falta de patriotismo fizeram com que muitos dos nossos contribuintes (salvo honrosas exceções) faltassem com a contribuição para a sustentação dessa Bolsa, vindo recair todas as despesas sobre o seu Presidente. Com bastante pesar comunico-vos que ficará de hoje em diante, fechada a Bolsa, até que outros mais felizes do que eu tenham mais apoio para reabri-la. Abri a primeira Bolsa Livre e o acaso faz com que eu viesse a fechá-la, peço desculpa a todos, fiz o que pude, se não fiz melhor não foi porque me faltasse boa vontade e dedicação. Está fechada a Bolsa Livre.” O Estado de S. Paulo, 01 de Novembro de 1891, apud LÉRIAS, 1988, p. 71.

⁴⁷ APESP, Luz e Água, caixa 10288, doc. n. 2.

maiores acionistas nessa primeira constituição da companhia subscrevendo 50 ações cada um, com um custo de duzentos e cinquenta mil réis. Devemos nos lembrar de que por lei, somente 10% do valor de cada ação, que nesse caso era de cinquenta mil réis cada, precisava ser realmente desembolsado, isto é, apenas cinco mil réis por ação. A tabela abaixo servirá para melhor ilustrar o observado:

Quadro 1 - Lista Nominativa dos subscritores, com indicação do número de ações e das entradas.
Valor nominal de cada acção – 50\$000.

Subscritores	Nº de acções	Total
1 Marques, Moutte e C ^a – Empresa Paulista de Electricidade	945	integradas
Os mesmos	199	995\$000
2 Dr. José Joaquim Vieira de Carvalho	5	25\$000
3 Conego José Valois de Castro	2	10\$000
4 Te Cel Manoel Elpidio Pereira de Queiroz	2	10\$000
5 Dr. José Rodrigues Munhoz	5	25\$000
6 Manoel Segismundo Alvares Pereira	10	50\$000
7 Frederic Upton	5	25\$000
8 Lucio da Silva Gonçalves	5	25\$000
9 Antonio Quirino Chaves Leal	5	25\$000
10 Manoel dos Reis Pinto da Rocha	6	30\$000
11 Victor Nothmann	50	250\$000
12 Dr. Antonio de Queiroz Telles	25	125\$000
13 Dr. Bento Camargo	15	75\$000
14 Pedro Alvares Coutinho	4	20\$000
15 Dr. F. P. de Paiva Baracho	5	25\$000
16 Augusto Kagerah	5	25\$000
17 Francisco A. de Souza Paulista	2	10\$000
18 Domingos José Coelho da Silva	10	50\$000
19 Cons ^o B. A. Gavião Peixoto	10	50\$000
20 Pedro Paulo Bittencourt	14	70\$000
21 Dr. Herminio A. Moreira Lemos	5	25\$000
22 Domingos Sertório (Major)	20	100\$000
23 Dr. Guilherme Ellis	10	50\$000
24 M. Garcia	10	50\$000
25 Domingos de Paiva Oliveira	20	100\$000
26 Dr. M. J. de Albuquerque Lins	25	125\$000
27 Dr. A. Cincinnato de Almeida Lima	25	125\$000
28 Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos	10	50\$000
29 João Pereira da Rocha	2	10\$000
30 Dr. Rivadavia da Cunha Correia	4	20\$000
31 Barão de Araraquara	50	250\$000
32 Dr. João Bueno	20	100\$000
33 José Antonio de Freitas	2	10\$000
34 Com ^o Bento José Alves Pereira	10	50\$000
35 J. J. Kessllonig	10	50\$000
36 Julio Nunes Ramalho (ten)	8	40\$000
37 Dr. Antonio Pereira de Queiroz	20	100\$000
38 Carlos Teixeira de Carvalho	20	100\$000
Total	1.600	3.275\$000

A lista nominativa dos subscritores totalizava 1.600 ações, sendo que 945 foram integradas à Empresa Paulista de Eletricidade, como citamos anteriormente. Das restantes, 655 ações a cinco mil réis, totalizavam três contos e duzentos e setenta e cinco mil réis, depositados em casa bancária conforme recibo que copiamos:

Declaro que se acha depositada em meu poder, a quantia de três contos duzentos e setenta e cinco mil réis, correspondente à 1ª chamada de 10% sobre 655 ações do valor nominal de 50:000 cada uma, subscriptas por 38 acionistas da Compª Luz Elétrica de S. Paulo.

S. Paulo, 21 de Setembro de 1889

Rs. 3:275:000

Carlos Teixeira de Carvalho⁴⁸

A 27 de julho de 1890, os acionistas em nova Assembleia Geral no salão do Banco de São Paulo, estabeleceram que a companhia passaria a denominar-se Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, mantendo a sede na capital do Estado. Estenderam os serviços da companhia, acrescentando os parágrafos 3º e 4º ao artigo 1º, onde determinam o abastecimento de água potável a povoações “deste ou outros Estados” e a execução de obras de saneamento de cidades e vilas⁴⁹ também seriam objetivos da empresa.

Elevaram o capital social da companhia, que era de oitenta contos de réis, para dois mil contos de réis! Divididos em 40.000 ações de cinquenta mil réis cada uma. Os acionistas do “primitivo capital social da Companhia”⁵⁰ receberiam oito mil ações novas, com 25% realizados. E a diretoria estava autorizada a elevar o capital social da empresa a vinte mil contos de réis se necessário. As entradas das ações restantes, que não seriam distribuídas, mas sim seriam oferecidas à subscrição pública, seriam feitas da mesma forma definida na Assembleia Geral anterior: 10% de entrada no ato da subscrição, 15% quando, e se, os interesses sociais o exigissem e os restantes 75% com o excedente do dividendo anual de 12%.

Além da nova denominação da companhia e do aumento do capital social da empresa, uma única outra mudança observada é quanto à composição da diretoria. Essa passaria a ser composta agora por quatro membros eleitos em Assembleia Geral, para mandato de seis anos. Contudo, os diretores que exerciam o cargo naquela ocasião, teriam de deixá-lo até 31 de

⁴⁸ APESP, Luz e Água, caixa 10288, doc. n.3.

⁴⁹ APESP, Luz e Água, cx. 10290, Estatutos, 1890, p. 4.

⁵⁰ Idem, p. 4, artigo 3º.

Dezembro de 1895, pois foram empossados em 1889. O presidente e o vice-presidente passavam a ser escolhidos entre esses quatro diretores e por eles, e não mais pela Assembleia Geral de acionistas. Todas as demais disposições continuaram inalteradas.

Votaram e assinaram neste ato os novos estatutos, o senhor presidente da Assembleia Geral, Manoel Joaquim Albuquerque Lins, os acionistas Joaquim José Vieira de Carvalho, Pedro Paulo Bittencourt, Antonio Pereira de Queiroz, por procuração Segismundo Álvares Pereira, Pedro Fernando Paes de Barros, Pedro José Ferreira, Antonio Monteiro [Gomes], Manoel dos Reis Pinto da Rocha, João Francisco de [M] Nóbrega, Francisco Paula de Paiva Baracho, Victor Nothmann, Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos, Julio Cesar Ferreira de Mesquita, Frederic Upton.⁵¹ Desaparecia o maior acionista de então, Marques, Moutte & Cia, surgindo novas assinaturas.

A 29 de agosto de 1890, protocolou⁵² no Cartório de Registros de Hipotecas da comarca de São Paulo o depósito dos seguintes documentos: os Estatutos da companhia, reformados pela Assembleia Geral de acionistas de 27 de julho de 1890, com a nova denominação que passava a ser Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo; a Lista Nominativa dos novos acionistas, com indicação do número de ações e as entradas de cada um; Certidão de depósito da décima parte do capital tomado pelos novos acionistas e declaração dos antigos que desdobraram as ações que possuíam; um exemplar da Ata da Assembleia Geral dos acionistas e um exemplar do Correio Paulistano, com a publicação da referida ata e os Estatutos reformados. Comprovaria então a elevação do capital para dois mil contos e o aumento no número de diretores. Assinaram o protocolo como diretores da companhia até 31 de Dezembro de 1895: Victor Nothmann, negociante, como Presidente; Drº Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos, advogado, como Vice Presidente; como diretores Pedro Paulo Bittencourt, negociante e Drº Antonio Pereira de Queiroz, advogado. Como gerente, assinou Abílio A. S. Marques.

A ata da primeira reunião da Assembleia Geral extraordinária de 27 de julho de 1890 nos revela os motivos do aumento expressivo do capital social da companhia. Essa reunião fora constituída por quinze acionistas, totalizando 475 ações. Segundo informa a diretoria à Assembleia, o aumento de capital servirá para “*ampliação e realização de novos contractos e operações da Companhia.*”⁵³ Vale adiantar que outro importante contrato de fornecimento de energia elétrica firmado pela companhia, o primeiro fora com o município de São Paulo, foi

⁵¹ Idem, p. 12-3.

⁵² APESP, Luz e Água, cx. 10290.

⁵³ Idem, doc. n. 4.

assinado em 9 de setembro de 1890, ou seja, dali a alguns meses, com a Câmara Municipal de Curitiba. As trinta e duas mil novas ações seriam oferecidas em subscrição pública e as demais sugestões de alteração, tais como deixar a antiga denominação da companhia pela nova, Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, foram aprovadas pela Assembleia.

Como o mandato dos fiscais seria de um ano, definido já no primeiro estatuto de 1889 e sem proposta de alteração na Assembleia de 1890, procedeu-se à eleição. Os cargos de fiscais foram ocupados então por Júlio de Mesquita, Francisco Rangel Pestana e Carlos Teixeira de Carvalho. Manteve-se como gerente da companhia Abílio A. S. Marques, exercendo o cargo enquanto convier a ele e à companhia. Da definição de aumentar o capital social e oferecer ações no mercado, adveio a obrigação de depositar a entrada de 10% ou cinco mil réis por ação. Em recibo do Banco de São Paulo, da mesma data, comprovava-se que a agora Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo cumpria o compromisso:

Banco de São Paulo

Certificamos que se acha recolhida a este Banco a quantia de Rs 149.340\$000 (Cento e Quarenta Nove Contos trezentos e Quarenta Mil reis) em conta da “Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo”, correspondente à primeira entrada de 10%, ou 5\$000 por Acção, sobre 29.868 Acções da mesma Companhia do valor nominal de Rs. 50\$000 cada uma.

São Paulo, 29 de Agosto de 1890

BANCO DE S. PAULO

Luis Berrini

C. Teixeira Carv^{o54}

A nova lista geral de acionistas trazia um número muito maior de subscritores, provavelmente desdobrando os acionistas da Marques, Moutte & Companhia, que não mais aparece. Nesse ponto, reproduzimos outra lista, somente com os acionistas com maior número de ações ou os nomes recorrentes na história do estado e da cidade de São Paulo. A finalidade é a de compararmos com a lista anteriormente reproduzida e constatarmos que o aumento substancial no capital social, significou uma valorização das ações da companhia, exigindo pouco investimento para os que já eram acionistas.

⁵⁴ APESP, Luz e Água, cx. 10290, doc. n. 3.

Quadro 2 – Lista nominativa dos acionistas⁵⁵

Acionistas	Qtde ações	Total
Antonio Pereira de Queiroz (Dº)	500	2.500\$000
Antonio Alves Leite Penteado	1000	5.000\$000
Antonio Augusto Monteiro de Barros	1000	5.000\$000
Antonio Proost Rodovalho Junior (Dº)	100	500\$000
Abilio A. S. Marques	989	4.945\$000
Barão de Melo e Oliveira	940	4.700\$000
Carlos Teixeira de Carvalho	1000	5.000\$000
Domingos Sertório (Major)	1000	5.000\$000
David Watson Mitchell	200	1.000\$000
Elias Fausto Pacheco Jordão (Dº)	300	1.500\$000
Herminio Augusto Moreira Lemos (Dº)	760	3.800\$000
Hermamm Burchard	800	4.000\$000
Hermes Ernesto Alves de Lima	869	4.345\$000
João Bricola	1800	9.000\$000
Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos (Dº)	1700	8.500\$000
Luiz Galvão Corrêa	1000	5.000\$000
Luiz Berrini	200	1.000\$000
Manoel Elpídio Pereira de Queiroz	100	500\$000
Manoel Cardozo de Almeida e Silva	200	1.000\$000
Martin Burchard	1000	5.000\$000
Martinho Prado Junior (Dº)	1000	5.000\$000
Pedro Paulo Bittencourt	500	2.500\$000
Victor Nothmann	1000	5.000\$000
Abílio Marques Filho	5	25\$000
Julio Cezar Ferreira de Mesquita (Dº)	231	1.155\$000

Podemos inferir que esse aumento do capital foi negociado com os acionistas da Marques, Moutte & Companhia, que seriam prejudicados na nova composição acionária. De possuidores de grande número de ações e controladores da antiga companhia, passariam a não ser mais os únicos acionistas majoritários. Seguindo o artigo 19 do Estatuto da companhia, caso fosse solicitada votação por ações, e não por maioria de sócios presentes, cada 5 ações representaria um voto, sendo que nenhum acionista poderia ter mais de 50 votos, independente do número de ações que adquirisse (ESTATUTOS, 1890, p. 10), no entanto, essa forma de contar os votos mudaria ao longo da história da Companhia Água e Luz. Os acionistas da antiga Marques, Moutte & Companhia, juntos somavam 1.144 ações, ou seja, quase 230 votos. Entretanto, estavam circunscritos ao limite de 50 votos do artigo 19.

Ou podemos também inferir se foi uma jogada da diretoria, sintonizada com as possibilidades especulativas proporcionadas pelo período mais agitado do Encilhamento, quando surgiram inúmeras companhias que nunca vingaram:

⁵⁵ APESP, Luz e Água, cx. 10290, doc. n. 2.

O processo explodia em todas as direções: das 195 companhias lançadas e relançadas nos anos de 1890 e 1891, 52 delas não chegaram sequer a ser incorporadas; 60 dissolveram-se no espaço de 1890 a 1896, sendo muito grande o número de dissoluções a partir dos anos de 1891 e 1892. Quanto aos bancos, a crise foi ainda mais contundente, pois dos 15 lançados, 1 não chegou a ser incorporado e 7 dissolveram-se no mesmo período que as companhias (LÉRIAS, 1988, p. 71).

Entre os acionistas da companhia, muitos se destacaram na história do município e do Estado de São Paulo. Entre os que detinham o maior número de ações e os mais eminentes, com mil ações aparecem Martin Burchard,⁵⁶ Victor Nothmann, Carlos Teixeira de Carvalho e Martinho Prado Junior, que juntamente com seu irmão Antônio da Silva Prado, foi considerado o maior produtor de café do mundo. O advogado e político alagoano Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos com 1.700 ações e João Bricola com 1.800 ações, estavam dentre os maiores acionistas. Barão de Melo e Oliveira com 940 ações, irmão do 2º Barão de Araraquara citado há pouco como integrante da Comissão Fiscal.

Entre os que se tornariam os mais eminentes, nomes como Júlio de Mesquita, com 231 ações, Cardoso de Almeida com 200, Antônio Proost Rodovalho Junior com 100, Elias Pacheco Jordão, com 300 ações, Cerqueira César, com 150 ações. Evidenciando uma determinada relação entre os fazendeiros do café e os burgueses citadinos, apesar das posições adversas propostas.⁵⁷ E evidenciando também certa relação entre esses investidores, além dos muitos outros não citados aqui por deterem menos ações, e a própria situação econômica do período pós-republicano e as oportunidades que lhes apareceram.

A apólice de seguros da companhia datada de 25 de setembro de 1890 mostra o primeiro endereço do escritório central da companhia. Nela, a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Argos Paulista segura o material do escritório da Companhia Água e Luz situado à rua do Rosário, nº 2, atual XV de Novembro, em três contos de réis, contra os riscos de incêndio, raio e suas consequências.⁵⁸ Na última década do século XIX a Companhia Água e Luz existia de forma autônoma e independente, possuindo concessões para oferecer o serviço de energia elétrica nas cidades de São Paulo e de Casa Branca, no Estado de São Paulo e em Curitiba, no Estado do Paraná (ver subitem 3.4 do capítulo 3).

⁵⁶ Imigrante alemão, tornou-se empresário do ramo imobiliário, sendo sócio de Nothmann em diversos empreendimentos.

⁵⁷ Bresser Pereira afirma que os empresários não teriam se originado de famílias brasileiras ligadas ao café, mas sim de famílias de imigrantes de classe média, rebatendo a tese de Caio Prado Jr. Reconhece, porém, que sem o excedente proporcionado pelo café “a industrialização de São Paulo jamais teria ocorrido na forma que ocorreu...” (2002, pp. 143-164) e que isso não teria sido obstáculo para que os cafeicultores se opusessem à industrialização.

⁵⁸ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4, Apólice de Seguros nº 1147, de 25 de setembro de 1891.

Assinaram essa apólice, representando a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, José Joaquim Vieira de Carvalho e Antônio Pereira de Queiroz.

A partir de 1892, iniciou-se uma disputa jurídica entre a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e a Câmara Municipal de Casa Branca em torno do serviço de iluminação elétrica. Concessionária do serviço no município, a Companhia Água e Luz se queixava que não recebia por seus serviços da Câmara Municipal, tentando aplicar, sem sucesso, as cláusulas do contrato que lhe davam garantia de recebimento com juros dos pagamentos atrasados. A Câmara Municipal, por sua vez, se queixava de que a companhia decidiu denunciar o contrato sem antes procurar por um acordo com a municipalidade, se defenderia então na justiça, acusando a companhia de falhar na prestação dos serviços:

Paço do Governo Municipal
Casa Branca, 9 de fevereiro de 1892

Cidadão

Tenho em meu poder vosso officio de 6 do corrente mez.

Declaro-vos que só hoje foi a Camara Municipal intimada do protesto requerido pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, da qual sois digno Presidente. A Camara nunca se negou e nem se nega ao pagamento dos juros de 9% ao anno, devido pelas prestações atrasadas, conforme preceitua o artigo 4º do Contracto.

Dentro em poucos dias deverá reunir-se, em sessão a Camara Municipal e nessa ocasião tomará conhecimento do motivo da rescisão de contracto, feito por essa Companhia. Antecipadamente posso informar-vos de que a Camara não deixará correrem a revelia os seus direitos e reclamará por todas as faltas commettidas por essa Companhia, no cumprimento do seu contracto.

Saude e fraternidade
Ao cidadão Presidente da Comp^a.⁵⁹

A situação somente se resolveria anos mais tarde, voltaremos a esse assunto mais adiante. Entretanto, a Companhia Água e Luz continuou observando sucessivos períodos fiscais de prejuízo, não conseguindo receber pelos serviços prestados. O custo da manutenção do serviço foi então mantido pela companhia, até a solução definitiva do problema. Os prejuízos somados, porém, trouxeram uma situação de instabilidade para o bom funcionamento da companhia, fazendo com que a diretoria nomeasse uma comissão liquidante para o ano de 1892.

A Assembleia Geral Extraordinária de 6 de setembro de 1892, teve a sessão aberta pelo então presidente da companhia Victor Nothmann, após três convocações por anúncios e cartas dirigidas aos acionistas. Com a representação de 18.469 ações e a constituição da mesa dirigente, o presidente Nothmann expusera que “devido à insuficiência do capital e às grandes

⁵⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

dificuldades de obter empréstimos na praça...”⁶⁰ a diretoria via-se forçada a solicitar a liquidação da empresa. A proposta foi apresentada à assembleia que a acatou, procedendo à escolha dos membros da comissão liquidante, sendo eleitos o advogado Carlos Teixeira de Carvalho, Manfredo Meyer e Ernesto Steidel e não Victor Nothmann.⁶¹ Era atribuição da comissão oferecer por anúncios em jornais aos concorrentes interessados o patrimônio da companhia. As propostas que surgissem seriam apresentadas em carta fechada que a comissão encaminharia à assembleia de acionistas para apreciação em nova reunião.

A companhia é colocada a “... venda por 280 contos de réis, com todo o seu patrimônio de São Paulo, Casa Branca e Curitiba” (ELETROPAULO, 1986, p. 51), continuando em funcionamento até surgirem interessados. Essa comissão liquidante permaneceria mais alguns anos a frente da administração, procurando melhorar o estado financeiro da Companhia Água e Luz como veremos adiante.

Em São Paulo, a Companhia Água e Luz continuou a investir em equipamentos, procurando modernizar a usina térmica, aumentando a sua capacidade geradora para atender um número cada vez maior de clientes. Em 1893 anunciou a instalação de mais uma máquina, oferecendo um serviço melhor. Entretanto, a limitação tecnológica de então torna-se patente no anúncio que a companhia fez no jornal O Estado de S. Paulo a 17 de abril. Seria necessário contar com a colaboração dos clientes, que não deveriam utilizar luz elétrica por algumas noites, enquanto a máquina estivesse sendo instalada.

Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo

Tendo-se de fazer a instalação de uma nova machina na usina desta companhia, pede-se aos srs. consumidores a fineza de acceder que por umas noites, a luz electrica fique apagada, escusado é dizer que não serão cobrados as noites que não houver luz.

Também roga-se o favor a quem quizer instalações de luz electrica, apresentar o respectivo pedido na uzina desta companhia afim de promptamente providenciar-se logo que estiver funcionando a nova machina, achado-se agora a companhia em condições de poder attender a qualquer pedido.

São Paulo, 17 de Abril de 1893.

Leonardo Pagano

Gerente⁶²

Novos clientes iam surgindo, assim como diferentes modalidades de contratações e a

⁶⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 6 de Outubro de 1892, p. 4356.

⁶¹ No artigo “Batalhas pelo Monopólio” é informado que Victor Nothmann foi indicado presidente da comissão liquidante, quando na verdade exercia a presidência da companhia naquele momento. (ELETROPAULO, 1986, p. 51).

⁶² O Estado de S. Paulo, 18 de abril 1893.

15 de março de 1894 foi assinado contrato entre a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e a Companhia Impressora Paulista, responsável pela impressão do jornal O Estado de S. Paulo, através de seu gerente José Filinto da Silva. A contratação incluía tão somente a instalação de 35 lâmpadas na redação, no escritório e na casa de máquinas do jornal, sendo que a força motriz seria fornecida pelo próprio cliente. Não especifica como e de onde essa força seria gerada, mas demonstra uma característica muito comum à época, quando, não confiando plenamente nos serviços de iluminação e força oferecidos então, fábricas, companhias e diversos outros tipos de estabelecimentos providenciavam sua própria força iluminativa. Era muito comum indústrias instalarem-se próximas a rios e cursos d'água, planejando a utilização da força das águas para geração de eletricidade.

Lembremos também que Júlio Cezar Ferreira de Mesquita era acionista da Companhia Água e Luz desde 1890 e era colaborador do jornal desde 1885, tornando-se diretor em 1890. Arriscamos afirmar que essa influência pode ter sido decisiva para contratação da Companhia Água e Luz para fazer a instalação elétrica para o diário. A redação do jornal funcionava à Rua João Bricola, no triângulo comercial da cidade, área que já era de concessão da companhia.

Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo

Entre a Companhia Impressora Paulista a meio do Senhor Gerente do Jornal O Estado de São Paulo e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, fica contractado o seguinte:

A Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo obriga-se a fazer a instalação de 35 (trinta e cinco) lâmpadas a luz electrica da intensidade de 16 velas por lâmpada nos locaes do jornal O Estado de São Paulo como seja nas salas das machinas, no escriptório, na Redação etc.

[...]

Para a instalação das 35 lâmpadas cujo presente contracto, a Companhia Impressora Paulista obriga-se de pagar à Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo a quantia de Trez Contos e dusesentos e trinta mil Réis (Rs. 3:230\$000) em duas prestações de Rs. 1.615.000 cada uma sendo a primeira logo que estar completamente prompta toda a instalação e a segunda trinta dias depois do regular funcionamento da luz electrica.

São Paulo, 15 de março de 1894

José Filinto da Silva, Gerente

Pela Comp Água Luz

Pagano⁶³

Em mais uma Assembleia Geral extraordinária, em 16 de julho de 1894 realizada no escritório da Companhia Água e Luz à Rua de São Bento, n. 59, achavam-se presentes 9

⁶³ FES, Fundo Agua e Luz, caixa 1 a 4.

acionistas, representantes que eram de 17.696 ações.⁶⁴ Escolheram como presidente da assembleia o acionista Manoel José de Araujo Costa e, para secretariá-lo, o Sr. Hermann Burchard, compondo então a mesa. Desempenhando ainda a função de membro da comissão liquidante, é cedida a palavra a Ernesto Steidel que:

... expoz o estado da liquidação e disse que, com os seus companheiros de liquidação, senhores Manfredo Meyer e Carlos Teixeira de Carvalho, tinha conseguido reduzir o passivo da Companhia à dívida por que é ella obrigada ao sr. Victor Nothmann, manter o serviço de iluminação da capital, os contractos em Curityba e Casa Branca, deixando por isso de executar a medida de positiva e immediata liquidação da Companhia...⁶⁵

Noticiou ainda Steidel que todos os membros da comissão liquidante estavam convencidos que com paciência e esforço seria possível manter a Companhia Água e Luz em bom funcionamento. Entretanto, deveriam desde já passar adiante a concessão em Curitiba onde “... é difícil a administração com interesse para a Companhia.”⁶⁶ Propunha também que a assembleia suspendesse a deliberação liquidante da companhia, participando que desde a votação que aprovou a liquidação, não foi suspenso um só serviço a cargo da Água e Luz, aumentando até o fornecimento de luz na capital e em Casa Branca, defendendo Ernesto Steidel que esse aumento acabou deixando saldo a favor da companhia.

Submeteu ainda à apreciação da assembleia sua proposta de eleição de nova diretoria para administrar a companhia e a reforma dos estatutos para essa nova administração em nova convocação dos acionistas, antes disso seria organizado o projeto dos novos estatutos. Ao final dessa sessão, o Sr. Lins de Vasconcelos propôs que até que fosse realizada a eleição para a nova diretoria, a comissão liquidante continuasse a administrar a companhia uma vez que trazia resultados positivos. Assinaram a ata, além do presidente Araújo Costa e do secretário Hermann Burchard, os senhores Leonardo Pagano, Ernesto Steidel, Lins de Vasconcelos, Martin Burchard, Manfredo Meyer e por procuração, Bento José Alves Pereira, Domingos Sertório, Dona Maria Gomes Marques, Levy Frères & Comp., Jacques Hacnel e Victor Nothmann.

No ano de 1894 foi realizada outra Assembleia Geral extraordinária a 22 de setembro, no escritório da companhia, onde se reuniram doze acionistas representantes de 16.473 ações, sob a presidência de Araújo Costa, com Martinho Burchard e Leonardo Pagano como

⁶⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 5 de Agosto de 1894, p. 11.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

secretários. Foi então solicitado por Victor Nothmann o adiamento da presente assembleia alegando que deveriam ser estudados novamente o projeto da reforma dos estatutos da companhia. Não havendo divergência quanto ao adiamento, foi aprovado por unanimidade, reunindo-se novamente a 11 de outubro de 1894, às 03h15min da tarde, no mesmo local. Representantes de 16.030 ações escolheram novamente para a presidência da assembleia a Araújo Costa, que para secretário, nomeou Martinho Burchard. O presidente abriu a sessão expondo que a reunião seria iniciada com a leitura dos artigos que foram reformados no estatuto da companhia, por sugestão da administração, relembremos que a Companhia Água e Luz estava sendo regida por uma comissão liquidante.

As mudanças no estatuto que foram apresentadas geraram divergências entre os acionistas Victor Nothmann de um lado e Eugênio de Lima e Ernesto Steidel de outro. Isso porque fora acrescentado um polêmico parágrafo que dizia:

§ único. Os actuais acionistas da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo ratificam todos os actos e factos praticados por todas as administrações da mesma companhia, desde a sua instalação até ao presente, para o fim de sanar toda e qualquer irregularidade que na organização da companhia tenha ocorrido, compreendidas ahi todas as transacções da mesma companhia, o que tudo os actuais accionistas acceitam e approvam para todos os efeitos de direito.⁶⁷

Aparentemente, a administração do presidente Nothmann estava a ser eximida de qualquer responsabilidade no gerenciamento da companhia com a proposição deste parágrafo. Com as falas contrárias à modificação de Steidel e Eugênio de Lima, procedeu-se à votação no que o parágrafo não foi aprovado pela assembleia, não sendo incluído nos estatutos Victor Nothmann retirou-se da assembléia, provavelmente contrariado. O artigo 2º não sofreu modificações, partindo os acionistas para a discussão do artigo 3º. Este artigo que tratava do capital social da companhia dava autorização à diretoria em seu parágrafo 2º de elevar o capital social da empresa para até vinte mil contos de réis. O acionista Lins de Vasconcellos que entrou no salão da reunião acompanhado de Victor Nothmann e que não assinou o livro de presença conforme reclamação do secretário Martin Burchard que redigiu a ata, pediu a eliminação deste parágrafo.

Instrumento utilíssimo na administração da companhia essa sugestão de alteração suscitou “... incidentemente discussão relativa à modificação do artigo 1º, já votada e rejeitada, retiraram-se o sr. dr. Lins de Vasconcellos e o sr. Nothmann que pouco antes tornara

⁶⁷ APESP, Luz e Agua, caixa 10303, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 22 de Outubro de 1894.

a entrar.”⁶⁸ Ou seja, a diretoria antiga insistia no artigo primeiro, aquele que ratificaria sua administração automaticamente com a anuência de todos os acionistas, com a obrigação de aceitação e aprovação de seus atos. Apesar da rejeição da mudança no artigo 1º, com a retirada de Nothmann e Lins de Vasconcelos da sala, em uma clara tentativa de esvaziar a assembleia, a proposta de eliminar o parágrafo 2º do artigo 3º, elevação do capital social, saiu vencedora na votação. Porém, antes o capital social seria diminuído para quinhentos contos de réis, era de dois mil contos de réis. Foi mantida a autorização para a diretoria tomar empréstimos, artigo 4º e 5º do estatuto, dentro ou fora do país, até o limite do fundo social da companhia, dando como garantia todos ou parte dos bens da companhia, conforme autorizava o artigo 42 do decreto de 4 de julho de 1891.

Os artigos 6º ao 8º são eliminados na forma em que estavam registrados e o artigo 9º, que trata do mandato dos diretores, passa a ser o artigo 6º, onde se declara que a atual diretoria permaneceria no cargo até 31 de Dezembro de 1894, diminuindo a duração dos cargos para 3 anos. O artigo 10º que define que o presidente e o vice-presidente da companhia seriam nomeados pelos diretores eleitos, torna-se artigo 7º, sem modificações. O artigo 8º que determina os vencimentos anuais da diretoria em três contos de réis estabelece mais um conto de réis para o presidente, quando estiver no exercício do cargo. Os artigos 11 e 12 tornam-se em 9º e 10º, sem nenhuma alteração, sendo que os demais artigos sofrem pequenas modificações.

Procederam em seguida, à eleição de nova diretoria, sendo escolhidos Ernesto Steidel com 401 votos, Manfredo Meyer com 404 votos e M. J. de Araújo Costa com 304 votos, Victor Nothmann que era o presidente em exercício, recebeu apenas 150 votos e Hermann Burchard, 50 votos. Para o conselho fiscal, são escolhidos Carlos Teixeira de Carvalho, Antonio Mercado e Luiz de Souza Ferraz com 454 votos cada um. Para suplentes, Clímaco Cesar de Oliveira, Levy Frères e Arthur Armando. Leram e aprovaram, assinando a ata, o presidente da Assembleia, Manoel José de Araújo Costa, o secretário Martin Burchard e os demais acionistas Joaquim Eugênio de Lima, Ernesto Steidel, Leonardo Pagano, Hermann Burchard, Manfredo Meyer e por procuração a Manfredo Meyer, Bento José Alves Pereira, Domingos Sertório e Maria Núncia Marques. Foram então protocolados na Junta Comercial do Estado de São Paulo a 24 de outubro de 1894, a ata da Assembleia Geral da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo realizada em 11 de outubro, juntamente com a publicação da mesma no Diário Oficial nº 996, do dia 20 de outubro. Cumprindo assim as regras

⁶⁸ Ibidem.

burocráticas da época.

A história de uma companhia se faz contemplando dois aspectos, principalmente, a saber: suas relações internas, demonstradas em seus atos administrativos, nas assembleias gerais etc e suas relações externas, o trato com seus clientes. Muitas vezes, podemos vislumbrar um lampejo dessa relação através da documentação que permaneceu, nem sempre refletindo a reciprocidade da relação que existe entre fornecedor e cliente. A exposição exaustiva de documentos não tem como princípio extenuar o leitor, mas sim procurar demonstrar como essa relação funcionou entre a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e seus clientes.

Como perceberemos ao longo do texto, essa relação variou de conflito jurídico direto, como no caso com a Câmara Municipal de Casa Branca, para composição permanente até onde foi possível, como foi o caso com a Câmara Municipal de Curitiba e alguns clientes de São Paulo. Como fornecedora de serviço já conhecido do consumidor, não devemos nos esquecer de que a San Paulo Gas Company fornecia iluminação pública a gás desde 1872 (SAES, F., 1986, p. 145), a Companhia Água e Luz tinha que trabalhar com tecnologia relativamente nova no Brasil. A geração de eletricidade a partir de matriz térmica, não era mais novidade como já afirmamos anteriormente, mas a tecnologia dos equipamentos e materiais necessários para a instalação para fornecimento experimentava mudança constante.⁶⁹

As indústrias elétrica / eletrotécnica eram relativamente novas, formadas por companhias estrangeiras, sendo os materiais todos importados. Dominar essa técnica se traduzia muitas vezes em erros e em relações diferentes do que as que estamos acostumados na contemporaneidade e até simples ações como comprar uma lâmpada e trocá-la na frente de seu imóvel, poderia ser diferente naquele momento. Quando o cliente permitia a instalação da aparelhagem elétrica na frente de sua propriedade, concordava que não teria a posse absoluta sobre aqueles equipamentos, porém aceitando que tinha responsabilidade sobre seu destino,

⁶⁹ A indústria elétrica é consequência de pesquisas e experimentos que começam a tomar vulto no limiar do século XVII com a obra de William Gilbert de 1600, “de Magnete, magneticisque corporibus et de magno magnete tellure” onde desmistifica a ideia de que os fenômenos de atração elétrica e magnética eram resultantes das ações de forças mágico animistas. Em 1831, Michael Faraday e Joseph Henry descobrem, simultaneamente, a corrente induzida através do eletromagnetismo. Em 1867, Zénobe Gramme, assim como Werner Von Siemens, chegam ao dínamo, possibilitando, as explorações industriais que resultaram em 1873 na produção dos primeiros dinamos industriais. Toda uma gama de aparelhos e materiais foram sendo descobertos nas utilizações que faziam deles nos experimentos, ligados a nomes como L. Nobili, Benjamin Franklin, Pacinotti, Thomas Edison, Nicola Tesla, Westinghouse entre muitos outros (EDP, 1992; DI COPRANI, 1987; CABRAL, 1997; UFPR, 1994).

como declarou o responsável pela Confeitaria Fasoli,⁷⁰ uma entre muitas que iam se multiplicando pela cidade.

Da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo
Eu abaixo assignado declaro que a lâmpada de arcos collocadas na frente da minha casa à Rua Direita, n. 5, é de absoluta e exclusiva propriedade da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, bem como é de exclusiva propriedade da mesma Companhia o [Economycod] e todo as demais materiais refere[ntes] à dita lâmpada.
São Paulo, em 13 de fevereiro de 1897.
Andre Fasoli⁷¹

Os orçamentos nos mostram que os consumidores que solicitassem energia elétrica para seus estabelecimentos arcariam com despesas às vezes consideráveis, como o frete do material que viria da Europa, o seguro marítimo, alfândega e mesmo encaixotamento do material. Foi o caso de Daniel Souquières & C., firma de Antonie Daniel Souquières, empresário francês proprietário da Rôtisserie Sportsman e evadido da crise econômica na Argentina (BARBUY, 2006, p. 107). Dirigia um dos principais hotéis da cidade de São Paulo, o Sportsman na intersecção das ruas São Bento, Direita e da Quitanda, com 100 quartos com luz e campainhas elétricas e restaurante para 200 pessoas, evocando o luxo da sociedade francesa e a sofisticação da sociedade inglesa para conquistar a elite do café.

Solicitou orçamento para dotar seu estabelecimento de luz elétrica e a 22 de maio de 1897 a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo respondeu, informando o custo da instalação de dois mil, seiscentos e dez marcos alemães. Compunha-se de 56 arandelas para 1 lâmpada elétrica ou 1 bico de gás cada uma; 3 libras para duas lâmpadas elétricas cada uma e 2 lustres para 3 lâmpadas, 7 lustres para cinco lâmpadas e 1 lustre para 12 lâmpadas. Os preços apresentados eram os constantes do catálogo da fábrica na Europa e vinham montados, porém sem tulipas, porta tulipas e sem lâmpadas. Continha ainda a seguinte ressalva: “As despesas de encaixotamento, seguro marítimo, direitos de alfândega, despacho e frete de Europa até S. Paulo, ficarão por conta e cargo dos Srs. Daniel Souquières & C...”⁷². O compromisso foi assinado por Daniel Souquières dois dias depois, a 24 de maio de 1897, concordando com a importação dos materiais de fabricação alemã.

No mesmo dia da assinatura de concordância do senhor Souquières, foi emitido orçamento para o senhor Eloy Cerqueira, para instalação de iluminação elétrica na redação e

⁷⁰ Essa confeitaria era propriedade de Pereira Rocha & Cia, antes de pertencer a André Fasoli na década de 1890. Passou às mãos de Zanotta e Pellegrini, mas continuou com o nome tradicional de Confeitaria Fasoli (BARBUY, 2006, p. 217, nota 97).

⁷¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

⁷² Ibidem.

oficinas do jornal A Nação que funcionava à Rua do Rosário. O material solicitado foi quadro de distribuição com Voltímetro, amperímetro, corta circuito, interruptor principal, para um número de 40 lâmpadas elétricas cujo local seria designado pelo cliente. O que mais nos chama a atenção nesse orçamento, entretanto, é a solicitação de instalação de uma máquina elétrica de 60 Ampéres, de 110 Volts com corrente contínua e com reostato. A Companhia Água e Luz oferecia como serviço também a instalação sem fornecimento de energia elétrica, com a geração por conta de seus clientes. A princípio, parece-nos estranho, mas relembremos que é preciso levar em consideração que nesse momento, quando os serviços públicos de eletricidade eram ainda bastante precários, era grande o número de empresas, fábricas etc que providenciavam a própria energia seja para fins de iluminação, seja para movimentar suas máquinas, prerrogativa que foi retirada depois das companhias. O custo para o jornal A Nação foi de seis contos de réis, ajustado pelo próprio Eloy Cerqueira junto à Companhia Água e Luz.

Todo o material e equipamento elétrico poderiam vir diretamente do fabricante na Europa ou nos Estados Unidos, principalmente para encomendas maiores, quando compensaria o custo do frete e direitos alfandegários. Mas no país já existiam diversos estabelecimentos especializados em comercializar material elétrico, sendo um dos mais conhecidos o de James Mitchell,⁷³ à Rua Direita, n. 7, no Brasil desde o início da década de 1890 (McDOWALL, 1998, p. 34). Aliás, a Rua Direita atrairia outros comerciantes de materiais elétricos, assim como ferragens e maquinaria em geral como a Arens Irmãos, Hermann Theill e a própria Companhia Guinle que vendia de instalações elétricas a máquinas de escrever Underwood e gramofones Victor (BARBUY, 2006, p. 165). A James Mitchell & C^a era representante da General Electric⁷⁴ no Brasil e sua loja estava estrategicamente situada no andar térreo do mesmo prédio em que se instalaria a Light and Power Company, primeiro endereço da canadense em São Paulo em 1900. O anúncio de Mitchell já demonstrava suas relações com a Light and Power:

James Mitchell & C.
Especialistas em instalações electricas
de todos os gêneros
Rodas de água e turbinas

⁷³ O engenheiro americano James Mitchell desempenhou papel importante, veremos mais a frente, viabilizando a entrada da Light and Power no Brasil.

⁷⁴ A norte americana General Electric Company era já ao final do século XIX uma gigante produtora de equipamentos e materiais elétricos. Resultado da fusão em 1892 da Edison General Electric de Nova Jérsei e a Thomson-Houston Company de Massachusetts, a General Electric Company expandiu-se com rapidez dominando mercados na Europa e América Latina, diversificando seu parque produtor que incluía iluminação e força, transporte, equipamento médico, engenharia aérea, plásticos entre outras.

Instalações a Vapor para alta economia de combustível
Empreiteiros de todo o serviço de instalações de luz e força motriz
da
São Paulo Railway Light & Power Co. Ltd.
Fornecemos orçamentos e informações a quem pedir
Ferramentas finas para economisar mão de obra
Apparelhos e objectos para photographia
Grande sortimento de novidades americanas para jogos e
divertimentos
Especialidade em aparelhos AVISO-LADRÕES, etc.
7 – Rua Direita – 7 S. Paulo
Rio de Janeiro. Rua do Ouvidor, 55 e 57.⁷⁵

Exibindo em seu interior desde luminárias penduradas no teto a grandes geradores e motores perfilados no centro do salão,⁷⁶ em um ambiente que recendia a ordem e limpeza, a loja de James Mitchell em São Paulo era então uma filial da matriz que estava localizada na cidade do Rio de Janeiro. Mitchell era na realidade agente fixado no Brasil pela própria General Electric desde 1893. O gigante americano do ramo elétrico mirava novos mercados para seus produtos e a cidade do Rio de Janeiro atraía capitais por experimentar expansão no setor de serviços públicos. Em 1892 começou a funcionar o primeiro trole com equipamento Thomson-Houston em linha da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico e Mitchell não encontraria “embaraços para comercializar material destinado à iluminação de ruas e à geração de energia”. (McDOWALL, 1988, p. 34).⁷⁷

A 15 de junho de 1897 a Câmara Municipal de São Paulo concedeu por quarenta anos, pela lei n. 304, ao capitão Francisco Antônio Gualco e ao comendador Antônio Augusto de Souza o direito de explorar o serviço de viação por eletricidade na cidade. Para essa nova indústria, assinaram o contrato em 8 de julho do mesmo ano, se comprometendo a iniciar a construção de uma linha para a Penha, na época local carente de transporte público. Teriam dois anos para a conclusão das obras, porém sem sucesso em levantar os capitais necessários, os concessionários precisaram solicitar adiamentos em termos de aditamento ao contrato original (SOUZA, 1989, p. 32).

⁷⁵ Correio Paulistano, 22 Maio 1900 apud *História & Energia: a chegada da Light*, n. 1, p. 49.

⁷⁶ Podemos visualizar duas fotografias, a primeira da fachada da Casa Mitchell, com a tabuleta indicando o escritório da The São Paulo Railway, Light and Power Co logo acima, sendo que ambas tem pendurados em sua parte frontal dois transformadores de fornecimento de energia elétrica da Companhia Água e Luz, concessionário do setor central da cidade; a segunda fotografia exhibe o interior do edifício (BARBUY, 2006, p. 166-7).

⁷⁷ Adolf Aschoff e James Mitchell, engenheiros responsáveis pela implantação desta linha, tornaram-se sócios na representação da GE. Depois da saída de Mitchell para se associar com a Light and Power, a sociedade foi refeita como Aschoff & Guinle, com Eduardo e Guilherme, filhos de Eduardo P. Guinle, até 1904 quando Aschoff faleceu e mudou para Guinle & Co. (SAES, A., 2010, p. 249).

A concessão Gualco e Souza, como ficou conhecida, seria de importância crucial para a história da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo. A lei 366 publicada a 12 de agosto de 1898, voltaremos a ela mais detalhadamente, estabeleceu que ao intendente de Polícia e Higiene da cidade de São Paulo deveriam ser encaminhadas as solicitações referentes aos serviços de assentamentos de postes, de cabos e fios para transmissão de energia elétrica. Sem perder tempo, os concessionários Gualco e Souza enviaram ofício ao intendente onde solicitaram “necessária licença para a construção de uma linha aérea para distribuição de força elétrica por todas as ruas e praças da capital e seus subúrbios, para a exploração de luz elétrica, força motriz e para todos os mais misteres industriais” (SOUZA, 1989, p. 34). Seu despacho foi aprovado a 20 de dezembro de 1898,⁷⁸ ampliando o escopo da concessão.

Similar ao estabelecimento de materiais elétricos de James Mitchell, a Léon Rodde & Cia. Especialidade em Eletricidade que em 31 de julho de 1897 protocolou nota de cobrança devida pela Água e Luz no valor duzentos e seis mil réis,⁷⁹ referentes a duas faturas de julho e de dezembro de 1896. A quantia foi saldada conforme outra correspondência de Léon Rodde de 17 de agosto no mesmo ano. Mais uma vez, podemos entrever o funcionamento da economia local na época, estruturada quase sempre no crédito informal, existente entre duas pessoas ou duas empresas distintas.

Outro cliente importante contratou com a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo em 1897, a Casa Garraux. Muito conhecida na cidade tem suas origens em 1860, quando por iniciativa do livreiro Baptiste Louis Garnier, que pensava em uma filial em São Paulo de sua casa do Rio de Janeiro, instalou a loja no Largo da Sé.⁸⁰ Estabeleceu Anatole Louis Garraux (1833-1904) como administrador, que trabalhava para Garnier desde que viera da França em 1850. Apenas três anos depois, talvez impulsionado pelo grande número de estudantes da Academia de Direito do Largo de São Francisco, Garraux já tornara-se

⁷⁸ A Constituição de 1891 outorgou aos municípios e Estados a tarefa de legislar sobre cursos e quedas d'água para aproveitamento na geração de eletricidade. Dava assim um “caráter eminentemente local da implantação e do desenvolvimento do parque elétrico” (LIMA, 1984, p. 15), tornando a esfera municipal de poder palco de inúmeros conflitos e disputas de poder político e econômico. As seguintes obras retratam com competência esses conflitos: SAES, Alexandre Macchione: “Luz, leis e livre concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX”; *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro*; SAES, Flávio A. M. de, *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*; SOUZA, Edgar, *História da Light, primeiros 50 anos*.

⁷⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

⁸⁰ Todo o trecho referente à Casa Garraux baseado em Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: sua história. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005*. Já Heloísa Barbuy em *A Cidade Exposição, Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860 – 1914* traz para o ano de 1896: “Alexandre Thiollier, rico proprietário da Casa Garraux” (2006, p. 118).

independente da matriz do Rio de Janeiro, estabelecendo-se como Livraria Acadêmica, porém, ficando sempre conhecido como Casa Garraux. Sua casa não publicava obras, mas ganhou fama como “a melhor livraria e papelaria de todo o Brasil” (HALLEWELL, 2005, p. 302) na opinião de Christopher C. Andrews visitante americano que esteve em São Paulo em 1883, com estoques mais atualizados do que as livrarias da capital federal.

A especialidade da Casa Garraux, naturalmente, eram as obras sobre Direito; para termos uma ideia, seu catálogo de 1865 com cerca de 60 páginas, possuía suas 20 primeiras páginas dedicadas aos 189 títulos sobre essa matéria. A casa contratou a iluminação elétrica para a loja e vitrine ao custo mensal de duzentos e cinquenta mil réis e do salão por cento e vinte réis por Ampère, até as dez horas da noite. Não contratou, porém, fornecimento para os domingos, somente ressaltando-se no contrato que quando necessitasse de iluminação nesses dias, a Companhia Água e Luz não poderia se recusar a fornecê-la:

Casa Garraux

S. Paulo, 29 de Setembro de 1897

Illmo. Snr. Pagano

Gerente da Companhia Água e Luz de São Paulo

De conformidade com o accordo verbal, authorizamos VS. a fazer a instalação de luz electrica em nossa casa nos termos seguintes:

1º A instalação será toda feita por nossa conta, servindo se do material que actualmente existe em nossa casa, e que para esse fim possa servir, toda a instalação será portanto nossa propriedade menos as quatro lâmpadas a arco que serão collocadas, as quais não serão incluídas na conta de instalação e que ficarão por esta razão, propriedade da Companhia.

2º A iluminação da loja e vitrina será feita pelo preço mensal de 250\$000 e deverá ser de quatro lâmpadas a arco, dez lâmpadas incandescentes de 10 velas e uma lâmpada incandescente de 50 velas.

3º A iluminação do salão será feita por lâmpadas incandescentes, e o preço desta será de 125 reis por ampere, e para cuja contagem collocar se ha um registro.

A iluminação deverá ser feita até 10 horas da noite, e por razão alguma não será diminuída esta força, caso a Comp^a possa mais tarde fornecer luz em melhores condições, sujeitar-se há a fazer diferença sobre o preço actual e o qual não poderá nunca ser augmentada.

Neste preço da iluminação não se acha comprehendido os domingos. Quando for o caso esta será necessária a Companhia não poderá se recusar a fornece-la, e o preço deste supplemento será na proporção do preço estabelecido.

Sem mais aguardamos a sua resposta para sabermos se estamos de accordo, assim como para saber quando a instalação deverá ser feita e somos com toda estima e consideração.

Hildebrand⁸¹

A 22 de janeiro de 1898, foi a vez do Hotel Bristol situado à travessa do Grande Hotel, declarar como de propriedade da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo as lâmpadas

⁸¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

que estavam instaladas no hotel. Totalizando quatro lâmpadas de arco, de 10 Ampéres, do tipo Siemens & Halscke, reconhecia o hotel que a propriedade das lâmpadas era da Companhia Água e Luz e que seria responsável por qualquer dano feito às mesmas.⁸² Mesmo sabendo que não é mais novidade, podemos ver mais uma vez que os materiais eram sempre importados, no caso da Companhia Água e Luz, quase sempre provenientes da Alemanha.

A 31 de janeiro de 1898 foi apresentado o Balancete da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, contendo as despesas e lucros do ano de 1897.⁸³ Ao analisarmos o documento podemos verificar não só a lucratividade da empresa, mas suas despesas e os devedores, além dos consumidores. Das três usinas mantidas pela companhia em 1897, a de São Paulo, a de Casa Branca e a de Curitiba, a usina de São Paulo era a mais valorizada, avaliada em setecentos e oitenta e três contos, setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro réis, item 7 do balancete. A usina de Curitiba era a segunda melhor avaliada, no valor de duzentos e cinquenta e dois contos, novecentos e dois mil, novecentos e trinta e cinco réis, item 9 do balancete e, finalmente, a usina de Casa Branca, item 8, apresentava o menor valor, de cento e dois contos, cento e vinte e um mil e oito réis. Se não temos a potência exata das três usinas, nem a relação de todos os equipamentos das usinas, podemos inferir pelo menos que a potência era bem menor em Casa Branca, assim como deveria ser menor também o número de clientes atendidos. Para o caso da usina de Curitiba, desenvolveremos nossas reflexões no subitem 3.4 do capítulo 3.

Continuando a comparação das três usinas, a usina de São Paulo apresentou uma despesa de cinco contos, cem mil, novecentos e noventa réis, item 70 do balancete. A usina de Curitiba veio em segundo lugar no quesito custo, com uma despesa de três contos, dezenove mil e duzentos réis, item 72, e, finalmente, a usina de Casa Branca apresentou a despesa de um conto, quinhentos e vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta réis, item 71, cerca de metade da despesa de Curitiba e aproximadamente 35% da despesa da usina de São Paulo. Como já observamos que a usina de Casa Branca era sensivelmente menor que a de São Paulo, os números das despesas acabam corroborando essa impressão.

Como material de reserva armazenado, temos três contos, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte réis na usina de Curitiba, item 5 do balancete, e cento e sessenta e cinco mil réis de material na usina de Casa Branca, item 4. O balancete não informou material

⁸² Ibidem.

⁸³ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4. Cruzando as informações desse balancete, com a Ata da Assembleia Extraordinária de 08 de Fevereiro de 1898, publicada no Diário Oficial de 11 de Fevereiro de 1898, conclui-se que se trata do balanço anual da companhia.

armazenado na usina de São Paulo, mas podemos acrescentar outros materiais mantidos em estoque pela companhia como, por exemplo, o do item 101, Mercadorias (não especificadas quais), no valor de cento e setenta e dois contos, novecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e vinte réis. Em seguida, item 102, temos vinte e dois contos, setecentos e quatro mil e quinhentos réis de lâmpadas de arco; seis contos, trezentos e sessenta e cinco mil réis de contadores; vinte e dois contos, quarenta e dois mil réis no item 104, Material de Reserva.

Os quesitos devedores / consumidores se confundem não permitindo o balancete referido ser fonte de considerações sobre qual seria naquele momento o maior consumidor, uma vez que alguns deles acumulavam dívidas de anos passados. Enumeraremos então os maiores devedores e os mais eminentes. Para o ano de 1897, a Câmara Municipal de Curitiba, aparece como maior devedora, no valor de vinte e um contos, quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta réis, item 29. A dívida seria maior até do que o valor pago pelos consumidores de São Paulo para o ano de 1897, que pagaram de consumo o valor de vinte contos, oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta réis.

Entre os devedores estavam também a Câmara Municipal de Casa Branca, com dívida no valor de um conto, cento e sessenta e sete mil, quinhentos réis; a Companhia Balneária Santo Amaro, quatrocentos e cinco mil e cem réis; a Companhia Viação Paulista de Santos, setenta e cinco mil e seiscentos réis; o diário O Correio de Curitiba, quinhentos e trinta e cinco mil e quinhentos réis; a Escola de Bellas Artes, um conto, cento e noventa e seis mil réis e registrada como Governo de Curitiba, com uma dívida de setecentos e noventa e dois mil réis, itens 29, 30, 33, 34, 36 e 43 respectivamente. Hermann Burchard, negociante em São Paulo, acionista da companhia, possuidor de 800 ações, devia à Companhia Água e Luz setenta contos, item 93 do balancete, já tendo pago no ano de 1897, oitenta e nove contos, oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta réis, item 62.

Os consumidores de Casa Branca e de Curitiba, itens 81 e 85 respectivamente, tiveram também seus pagamentos registrados no balancete, porém como entradas realizadas e não débitos a receber. Os consumidores de Casa Branca renderam à companhia um conto, novecentos e noventa mil e setecentos réis e os de Curitiba cinco contos, oitocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta réis. Contudo, não se pode inferir se o consumo de Curitiba era maior do que o de Casa Branca, provavelmente sim, em virtude do tamanho da cidade e seu número populacional.⁸⁴ O que podemos ver nesse balanço é o total acumulado do

⁸⁴ Para relativa comparação, Curitiba tinha em 1900, 49.755 habitantes, 60.800 em 1910 e em 1920, 79.658 (IBGE, 1986, p. 8). Para Casa Branca são apresentados apenas os números de 1886, 7.748 habitantes e 1920,

consumo de uma cidade ou outra, não se referindo necessariamente ao consumo mensal.

E na Assembleia Geral extraordinária de 8 de fevereiro de 1898, no escritório da companhia, à Rua de São Bento, 59, a diretoria prestou contas do exercício de 1897 aos acionistas, com a apresentação do balanço anual. Informou o lucro de duzentos e cinquenta contos de réis, mas advertiu que os lucros não seriam distribuídos como dividendos, uma vez que perturbaria a “boa marcha dos nossos negócios”⁸⁵ aplicando como renda na própria empresa. Da necessidade de aumentar sua capacidade produtiva e permitindo maiores lucros a serem distribuídos no futuro em forma de dividendos, uma das aplicações para o lucro de 1897 foi novo conjunto de máquinas com força de 360 cavalos que, quando instalado, ensejou à diretoria a instalação de outro jogo igual. A economia teria sido de cento e vinte contos, pois a diretoria, na ocasião da instalação do primeiro jogo de máquinas, já teria se adiantado e preparado a instalação para o segundo jogo, aguardando somente autorização para a compra no exterior. Foi anunciada então a necessidade de aumentar o capital social para realizar mais esse investimento, apresentando a diretoria um novo projeto de reforma dos estatutos.

O capital social seria aumentado em mais mil contos de réis divididos em 10.000 ações de cem mil réis cada uma. A proposta da diretoria foi acatada pelo Conselho Fiscal, composto naquela ocasião pelos acionistas Joaquim Mendonça Filho e W. London Strain, que declararam “é de parecer que devem ser aprovados os actos da directoria durante o anno de 1897...”⁸⁶ recomendando a reforma do estatuto com o aumento do capital social.

A proposta teve inicialmente a resistência do acionista Martinho Burchard que, baseando-se na situação desfavorável do câmbio de então, declarou inoportuno aumento de capital para aquisição de outro jogo de máquinas. Acabou, porém, convencido pela diretoria e pelo conselho fiscal. O conselheiro fiscal Joaquim Mendonça Filho foi proponente ainda de um aumento nos vencimentos da diretoria, definido pelo artigo 8º dos estatutos da companhia, passando a quatrocentos mil réis por mês, sendo que o presidente receberia mais cem mil réis. Assinaram a ata os vinte e dois acionistas presentes, entre os quais F. Vergueiro Steidel, Martinho Burchard, Luiz A. C. Galvão, Plínio da Silva Prado, Ernesto Steidel, Manoel José de Araújo Costa, Carlos Corrêa Galvão e por procuração de Antonio Corrêa, Carolina C. Galvão, Elisa C. Galvão, Francisco Corrêa, Beatriz Galvão, Cecília Galvão, Rachel Galvão e Luiz Galvão Corrêa. Foram devidamente protocolados na Junta Comercial do Estado de São Paulo a certidão da ata dessa Assembleia Geral da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo,

26.397 (FONTANARI, 2011, 56).

⁸⁵ APESP, Água e Luz, caixa 10303, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 11 de Fevereiro de 1898.

⁸⁶ Ibidem.

juntamente com a publicação da mesma no Diário Oficial do dia 11 de fevereiro.⁸⁷ Aqui percebemos que a maioria das ações estavam sob controle da família Corrêa Galvão, indicando concentração que se refletiria certamente na gestão da companhia.

Entrementes, as contratações se sucediam, com a Au Bon Marché, Casa Mathias, situada à Rua de São Bento, nº 73, contratando a 2 de março de 1898 a colocação de duas lâmpadas de arco dentro do estabelecimento. A casa que negociava tecidos, fazendas, enxovais, roupas brancas e tinha oficina própria de costura, publicou anúncio de página inteira no Almanaque Laemmert de 1901 (p. 1123),⁸⁸ retratando sua fachada e indicando seu número de telefone, o 72. Destaca-se justamente por utilizar a fachada de seu edifício no anúncio publicitário, apresentar-se com dois nomes, Casa Mathias e Au Bon Marché e localizar-se em um dos endereços considerados mais chiques da capital, ponto de encontro da elite paulistana, vizinha dos cafés mais “bem” frequentados da cidade (BARBUY, 2006, p. 99).

Na cidade de São Paulo, a São Paulo Gas Company já detinha a concessão da iluminação pública e a Companhia Água e Luz oferecia o serviço para particulares, não conseguindo entrar com sucesso na iluminação pública. Detinha, entretanto, a concessão nos dois primeiros setores da cidade, considerados o filão do serviço de iluminação, ambicionado por todas as empresas que ofereciam serviços semelhantes, pois incluía o Triângulo Comercial.⁸⁹ Porém, a Companhia Água e Luz observou grandes dificuldades para aumentar sua capacidade geradora.

Entre os conflitos que teve que administrar estavam os de caráter oficial. A publicação em 12 de agosto de 1898 da lei 366 e de sua substituta a lei 407 publicada a 21 de julho de 1899, abriria a possibilidade de outras companhias oferecerem o serviço de iluminação pública e a particulares, assim como começava a se popularizar o uso de eletricidade como

⁸⁷ APESP, Água e Luz, caixa 10303, Junta Comercial do Estado de São Paulo.

⁸⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acessado em: 24 Maio 2013.

⁸⁹ A lei 407 de 21 de Julho de 1899 assim se referia à divisão por setores: “Art. 2 A cidade e seus arrabaldes fica dividida em quatro sectores ou zonas de distribuição de força e luz eléctricas, constituídas do seguinte modo: 1º sector: limitado pelas ruas Araujo, flanco noroeste da praça da República até a rua São João, parte da rua São João, Libero Badaró, largo de São Bento, Florencio d’Abreu, ladeira e rua Vinte e Cinco de Março, ladeira do Carmo, rua Santa Thereza, Caixa d’Água, Floriano Peixoto, Viaducto, Barão de Itapetininga, Onze de Julho, Sete de Abril, Ypiranga até Araujo. 2º Sector: limitado pelo prolongamento Frei Caneca, Paim, Santo Antonio, largo do Riachuelo, Formosa até Viaducto, Barão de Itapetininga, Onze de Junho, Sete de Abril, Ypiranga, Araujo, praça da República, São João, Libero Badaró, Florencio d’Abreu, ladeira Vinte e Cinco de Março, Tamanduatehy e Aterrado de Sant’Anna. 3º Sector: limitado pelo aterrado de Sant’Anna, avenida Tiradentes, Tamanduatehy, rua da Mooca e prolongamento. 4º Sector: limitado pelo prolongamento da rua da Mooca, Tamanduatehy, ladeira do Carmo, Santa Thereza, Caixa d’Água, Floriano Peixoto, Viaducto, Formosa, largo do Riachuelo, Santo Antonio, Paim, Frei Caneca e prolongamento.

força motriz também, o que atrairia para as cidades com potencial crescimento companhias estrangeiras com aporte substancial de capital. A Constituição de 1891 não incluiu legislação sobre fornecimento de eletricidade, pois “realidade extremamente embrionária” (SAES, A., 2009, p. 174), este serviço relativamente novo, porém, já existia no Brasil em sua versão termoeletrica assim como hidrelétrica em poucas iniciativas no país.⁹⁰ Os atos das autoridades municipais, estaduais e federais eram publicados nos periódicos de maior circulação e a lei 366 foi divulgada na edição de 12 de agosto de 1898 do jornal A Plateia:

Intendencia Municipal de Polícia e Hygiene⁹¹

Acto do Poder Legislativo Municipal

Lei n. 366

O cidadão dr. João Alvares de Siqueira Bueno, Intendente de Polícia e Hygiene do Município de São Paulo, faz saber que a Câmara, em sessão de 10 do corrente mez, decretou a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Intendente de Polícia e Hygiene auctorizado a permittir o assentamento de postes de ferro ou de madeira nas ruas e praças da cidade bem como de cabos e fios para a transmissão de força e luz electrica.

§ único. Não será permittida a collocação de postes nas ruas centraes.

Art. 2º A presente permissão é extensiva a toda e qualquer empreza que se propuser a fins idênticos, sem prejuízo de direito de terceiros.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique se

Secretaria da Intendência Municipal de Polícia e Hygiene de S. Paulo, 12 de Agosto de 1898.

O director

O Intendente

Álvaro Ramos

João Bueno⁹²

Essa lei regulamentava qual setor do poder público municipal seria responsável pelas autorizações para estender a rede elétrica, no caso a Intendência de Polícia e Higiene; onde a rede elétrica poderia estar aparente, postes, ou deveria estar subterrânea e se haveria limite de empresas fornecedoras. A interpretação dessa lei deu largas às discussões, daí advindo um imbróglio na legislação que seria fartamente utilizado pelos advogados de todas as companhias que pretendessem concessão de serviços públicos na cidade de São Paulo. E daí

⁹⁰ Em 1879, Pereira Passos inaugurou as seis lâmpadas na Estação da Corte da Ferrovia D Pedro II (atual Central do Brasil); em 1883, instalação termelétrica iluminou a cidade de Campos (RJ) usando carvão inglês; em 1884, Rio Claro (SP) tornou-se a segunda cidade a possuir iluminação pública; em 1889, Juiz de Fora (MG) passou a ter iluminação a partir da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, a Marmelos, construída por Bernardo Mascarenhas, industrial do ramo têxtil (BIBLIEX, 1977, p. 34).

⁹¹ “A partir de janeiro de 1890, a cidade [de São Paulo] passou a ser governada por um Conselho de Intendentes, e, em 1892, os intendentes nomeados pelo governo estadual, passaram a ser escolhidos entre os vereadores. Nesse ano, uma lei municipal criou quatro intendenções: Justiça e Polícia, Higiene e Saúde Pública, de Obras Municipais e a de Finanças. Em 1898 foi criado o cargo de prefeito, que assumiu o controle de toda a administração municipal, sendo ele indicado pela Câmara Municipal. A partir de 1908, o prefeito passou a ser eleito nas mesmas eleições que elegiam os vereadores para a Câmara” (JORGE, 2006, p. 51, nota 42). O primeiro prefeito foi o fazendeiro e industrial Antonio da Silva Prado, que permaneceu à frente da prefeitura de 1899 a 1911.

⁹² A Plateia, 16 de Agosto de 1899.

também advindo uma série de conflitos para a Companhia Água e Luz que resultaria no aumento do número de concorrentes, relembramos que até a chegada da Light and Power ao Brasil, a Água e Luz, sofria a concorrência da Gas Company, comprometendo cada vez mais os orçamentos da companhia e finalmente, contribuindo para o seu fim.

Como seu fornecimento era realizado através de matriz termoeétrica, a Companhia Água e Luz via-se sempre às voltas com custos mais altos de manutenção e compra de combustível, o carvão importado estava sujeito às oscilações de preços, controlados por capitais internacionais. A possibilidade de adotar matriz hidroelétrica já estava prevista pela Companhia Água e Luz que adquiriu queda d'água próxima a capital para construção de usina. Os custos também altos para construção prejudicaram a intenção da diretoria, não conseguindo implantar tal projeto de substituição da matriz energética.

Em 24 de setembro de 1898 foi a vez do Ao Bom Gosto Paulista, representado por Elias Buchdid e funcionando à Rua de São João, nº 9, declarar que o material instalado em seu estabelecimento era de propriedade da Companhia Água e Luz. É desse mesmo dia, 24 de setembro de 1898, também a contratação assinada pelo suíço Maurice Grumbach, proprietário Casa Grumbach, que anunciava-se assim no Almanaque Laemmert:

A La Pendule Suisse, Casa fundada em 1879 Maurice Grumbach & C. Únicos importadores dos afamados relógios 'Aurea' brilhantes, pedras preciosas, pérolas, jóias, relógios de bolso, parede e despertadores. Artigos para presente de prata, bronze e metais finos. Optica especial das melhores fabricas. Fabrica de joias e officinas para concertos de joias e relógios. Deposito de fournitures e Ferramentas para relojoeiros e ourives. Especialidade em joias italianas. Vendas por atacado e a varejo. Rua 15 de Novembro, 46 e Rua da Boa Vista, 1.⁹³

Essa declaração tinha o mesmo padrão para todos os clientes que contratassem os serviços de fornecimento de eletricidade da Companhia Água e Luz, escritos a mão e assinados pelo responsável pelo estabelecimento, geralmente os mais sofisticados e concorridos do Triângulo Comercial de São Paulo. No caso em questão, o estabelecimento do suíço Maurice Grumbach fora fundado desde o início dos anos de 1880. Relojoeiro e ourives, Grumbach escolheu um dos endereços mais elegantes do centro, na esquina da XV de Novembro com a Rua Boa Vista, hoje Rua 3 de Dezembro para se estabelecer. Sua loja funcionava em casarão antigo que ia sendo reformado aos poucos, aspirando à sofisticação, sem sofrer mudanças profundas devido ao problema de recuo da calçada que a Intendência

⁹³ Almanak Laemmert para 1907, 5ª seção, p. 2420.

(Prefeitura) exigia maior do que então as casas comerciais estavam dispostas a ceder (BARBUY, 2006, p. 137).

A relojoaria era considerada uma das indústrias finas da época, zênite da arte de produção. Era onde uma atividade rústica como a mecânica se tornava delicada e precisa, exibindo sutileza e originalidade que a moderna sociedade industrial exigia (BARBUY, 2006, p. 136). Nesse sentido, uma casa como a de Maurice Grumbach & Cia com suas grandes vitrines na fachada dianteira, ladeadas por grandes portas de madeira escura e encimadas por 10 grandes janelas com seus respectivos balcões trazia inspiração ao consumo das elites que podiam pagar por joias e relógios importados da França ou da Suíça. Deveria causar impressão também aos milhares de imigrantes e brasileiros nativos pobres que não se sentiam à vontade nem para frequentar um estabelecimento onde seriam notadas as diferenças em suas vestimentas:

Declaramos que as duas lâmpadas de arco de 10 amperes, typó Siemens & Halscke, com respectivos 2 globos e 1 resistência, collocada na nossa casa à Rua 15 de Novembro, n. 46, são de exclusiva propriedade da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, podendo las a dita Companhia retirar desde que nos não fizemos o respectivo pagamento da conta mensal de consumo ou não consumir a respectiva intensidade. Entretanto somos responsáveis por qualquer danno feito às mesmas lâmpadas, salvo os de força maior provada.
São Paulo, em 24 de Setembro de 1898
Maurice Grumbach⁹⁴

Ainda em 24 de setembro de 1898, a declaração⁹⁵ será do importante Grande Hotel d'Europa também situado à Travessa do Grande Hotel formalizando duas lâmpadas instaladas em seus recintos como de propriedade da Companhia Água e Luz. O Grande Hotel teve sua construção iniciada em 1877 (BARBUY, 2006, p. 99) tendo como sócios os alemães: Frederico Glette, vindo do Rio de Janeiro; Victor Nothmann, posteriormente presidente da Companhia Água e Luz; o arquiteto Von Puttkammer e o gerente Guilherme Lebeis Junior. Na época da solicitação, 1898, provavelmente já não eram mais os proprietários desse estabelecimento.

O Grande Hotel foi passado em 1883 a Carlos Schorcht, também vindo do Rio de Janeiro, onde fora gerente do Germânia e na época da declaração que citamos, era responsável a José Josol Cia. Essa construção foi marco da cidade de São Paulo, pois foi o “primeiro edifício construído expressamente para hotel” (BARBUY, 2006, p. 99), oferecendo

⁹⁴ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

⁹⁵ Ibidem.

mobiliário, banho, correios e telégrafos e gás em suas acomodações. Visto o baixo número de lâmpadas contratadas para a Companhia Água e Luz, talvez o Grande Hotel estava começando a usar para sua iluminação interior a eletricidade. Como inspirava modernidade, acabou sendo o hotel preferido dos homens mais importantes da cidade, contando com a hospedagem dos deputados provinciais, o viajante Carl Von Koseritz, príncipe Henrique da Prússia, a princesa Isabel que o conheceu e a atriz Sarah Bernhardt, entre outros.

Ao final do ano, a 24 de Dezembro de 1898, Arthur Beghe, secretário da Companhia Diversões & Sport, declarou à Companhia Água e Luz que o Frontão Boa Vista não precisaria de iluminação elétrica no dia 25. O Frontão Boa Vista, localizado à rua de mesmo nome, nº 48, era clube frequentado pelas elites paulistas onde os jovens praticavam o então popular e violento jogo de pelota basca. Era cliente tão importante que “... absorvia em suas lâmpadas de arco voltaico, a capacidade total de um dos geradores de 50 kVA” (SOUZA, 1989, p. 26) da Companhia Água e Luz.

A Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo utilizava carvão como combustível em suas usinas de São Paulo e de Casa Branca. Pelo balancete de 31 de janeiro de 1898, mais uma vez abordado aqui, e apresentado à Assembleia Geral extraordinária convocada para o dia 8 de fevereiro de 1898, podemos observar o gasto aplicado com compra de carvão. Em flagrante contraste do tamanho e do consumo das duas usinas, a companhia gastou para o ano de 1897 a soma de onze contos, seiscentos e oitenta e quatro mil réis, item 16 do balancete, para a compra de carvão para São Paulo e um conto, setecentos e setenta e dois mil réis, item 17, para Casa Branca,⁹⁶ não havendo registro para compra de carvão para a usina de Curitiba.

Entretanto, a usina de Capanema em Curitiba que entrou em funcionamento ao final de 1889 e teve sua administração assumida pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo em 1890, era usina termelétrica. É muito provável que utilizasse como combustível o carvão, que na época era importado, sensível às oscilações de preço do mercado internacional, mas de maior qualidade para combustão do que o carvão nacional. Se o carvão era considerado o “pão da indústria” (LANDES, 1994, p. 103-4) para a produção de eletricidade no Brasil, naquele período era indispensável. As aplicações para a tração elétrica ainda estavam em andamento durante a última década do século XIX, assim como a transmissão de eletricidade a longa distância. Ou seja, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo ainda não poderia oferecer eletrificação para bondes, por exemplo, o que lhe daria substancial aporte nos lucros, pois a tecnologia disponível ainda estava em desenvolvimento nos países centrais da

⁹⁶ FES, caixa 1 a 4, Balancete de 31 de janeiro de 1898.

indústria elétrica, principalmente Alemanha e Estados Unidos. E também não podia explorar a geração de eletricidade por via hidráulica, pois também a transmissão a longa distância estava em desenvolvimento neste momento.

Na contenda judicial iniciada em 1892 entre a Companhia Água e Luz e a Câmara Municipal de Casa Branca, coube à companhia manter o serviço enquanto a justiça não se pronunciasse sobre o assunto. Não faltaram interessados, porém, em assumir a concessão na cidade, surgindo algumas propostas como a que abaixo reproduzimos. A empresa proponente, Força e Luz de Ribeirão Preto, era parte de um conjunto muito maior de companhias espalhadas pelo interior de São Paulo, tornando-se concessionárias de diversos serviços públicos e trazendo a modernidade da eletricidade para o interior. Eram não somente “organizadas por cafeicultores desejosos de adornar suas cidades do interior com eventos modernos” (DEAN, s/d., p. 14), mas também negócios geridos com direcionamento empresarial, naquele momento mais voltado para a expansão do que para a capitalização. Corroborando nosso ponto de vista, sabemos que a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto e a Empresa Força e Luz de Jaú chegaram em 1915 com fornecimento de serviços de energia elétrica para 11 municípios do interior paulista (LIMA, 1984, p. 19-20).

Cravinhos, 12 de março de 99.

Ao Sr. Pagani

Gerente da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo

Amigo e Sr.

Informado de que o serviço de iluminação electrica da cidade de Casa Branca foi interrompido pela C[ompanhia] de que sois mui digno gerente, por motivo de falta de renda comprovadora, e como me acho em condições especiaes para explorar tal serviço, achando-me à testa da Empreza Força e Luz de Ribeirão Preto e explorando uma pequena instalação em Cravinhos, venho pedir-vos informações das condições technicas da instalação electrica da referida cidade, nas condições econômicas, contractos com a Camara Municipal, prazo deste, preços da iluminação particular, noticia sobre o motor, se elle é simples ou [?] seu consumo médio de combustível e finalmente se a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo está resolvida a aceitar uma proposta séria de arrendamento de tal serviço com todas as garantias possíveis que o caso exigir. Podereis responder me para Cravinhos e conforme a vossa resposta procederei ao exame da instalação em dia que combinamos e farei proposta que satisfará à C[ompanhia]. Sempre às ordens o vosso.

Rufino A. de Almeida⁹⁷

As diretorias e gerências que se sucediam procuravam formas de modernização da companhia e oferecimento de serviços mais eficientes e que atraíssem maior número de clientes consumidores de energia elétrica. Em uma dessas ações, uma publicação no Correio

⁹⁷ FES, caixa 5 a 7.

Paulistano, edição de 2 de maio de 1899, assinada pelo gerente Leonardo Pagano, a Companhia Água e Luz passaria a fornecer luz elétrica até a meia noite para os clientes que manifestassem o desejo de utilizar o serviço até tal horário. Os pedidos seriam recebidos no escritório da companhia à Rua de São Bento, nº 59 e atendidos assim que fosse finalizada a instalação de máquina mais potente na usina da companhia. O anúncio advertia ainda que “Apesar da grande procura da luz electrica, que é muitíssimo mais barata de que o gaz, não haverá nenhuma elevação de preço”,⁹⁸ tentando comprovar a superioridade sobre o gás da São Paulo Gas Company e a vantagem de estender o serviço sem aumento no preço.

Os custos de instalação da companhia seriam grandes, principalmente com a extensão e ampliação das linhas de transmissão. Tais linhas consumiam quilômetros de fios elétricos, devemos lembrar sempre que os materiais elétricos eram quase todos importados, postes e demais apetrechos necessários à instalação, sem falar nos equipamentos utilizados. Alguns subterfúgios eram utilizados para diminuir os custos, inclusive porque a legislação da época não fazia muitas das exigências que passaram a existir somente quando o mercado de consumo de eletricidade aumentou. Fato que talvez seja surpreendente é o retratado na correspondência abaixo, onde vemos que a extensão das linhas de transmissão podia prescindir de postes, sendo afixados diretamente nos prédios mais altos:

São Paulo, 8 de Maio de 1899.

Ilustríssimo Senhor Director da
Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo
desta Capital

Em resposta ao presado favor de VS^a de hoje, tenho a comunicar-lhe que: constituindo este aproveitamento de prédios altos para a colocação de fios, uma considerável economia de postes para a Companhia, é justo que lhe pague ela algum aluguel correspondente.

Queira, pois, diser-lhe si lhe convem, nestas condições, usar não só o prédio de sua indicação, como também, de continuar com o uso de vários outros de minha propriedade, dos quaes já a Companhia está no gozo, há tempos.

Na expectativa de sua resposta, subscrevo-lhe.

Antonio A. Penteado⁹⁹

Os imóveis de propriedade de Antônio Álvares Leite Penteado (1852-1912) já eram utilizados para o fim aludido, porém o conde pensava corrigir equívocos, incluindo prédios que ainda não estavam recebendo aluguel pelo uso. O Conde Penteado era fazendeiro de café no interior de São Paulo, sendo que uma de suas fazendas de nome Palmares, estava localizada em Santa Cruz das Palmeiras, naquela época município de Casa Branca. Atuando também como industrial na cidade de São Paulo, fora fundador das Fábricas Santana de

⁹⁸ Correio Paulistano, 2 de Maio de 1899.

⁹⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

Fiação de Tecidos de Juta e Fábrica Penteado para manufatura de tecidos de lã. Presidente da Associação Comercial de São Paulo para o biênio 1899-1900, fora atuante junto ao Governo Federal durante a crise desencadeada pelo Encilhamento. Como homem de negócios que era, procurou potencializar suas oportunidades de lucro.

A 13 de junho de 1899, outro importante ponto comercial do Triângulo, apresentou declaração da propriedade das lâmpadas instaladas, condicionando ao consumo de energia elétrica pago à Companhia Água e Luz. O Café Java instalara-se primeiramente à Rua de São Bento, n. 71, sendo muito movimentado por estar em “ponto de convergência de bondes” (BARBUY, 2006, p. 125). Mudou-se então para a Rua Direita, conforme declarado no documento abaixo reproduzido, e em seu lugar na Rua de São Bento instalou-se a carioca Confeitaria Castelões:

Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo
Declaramos que as duas lâmpadas de arco, typo Siemens & Halscke, para 10 amperes, com respectivos globos de vidro opaco, resistência e braço de suspensão, collocadas no nosso Café Java, à Rua Direita, são de exclusiva propriedade da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, podendo a dita Companhia retirar-la desde que nos não fizemos o respectivo pagamento da conta mensal de consumo ou não consumir a respectiva intensidade. Entretanto somos responsáveis por qualquer danno feito às mesmas lâmpadas, salvo os de força maior provada.
São Paulo, em 13 de Junho de 1899.¹⁰⁰

Sempre em todas as declarações observamos as lâmpadas de tipo Siemens & Halscke. Mais do que configurar consumo de item cotado como o mais barato, configurava neste momento da história do setor as relações estabelecidas entre as companhias internacionais produtoras de artigos elétricos e os seus representantes no Brasil, assim como em outros países da América Latina.

A cidade de São Paulo do final do século XIX experimentou uma explosão comercial, advinda da exportação cafeeira e do incremento populacional, decorrência do afluxo de imigrantes que a cidade recebia. A transformação era evidente e aproveitando as novas oportunidades, as casas de secos e molhados, tradicionais do comércio português, se transformavam em sofisticadas casas importadoras de mercadorias finas e ponto de encontro dos clientes. A Café High Life, que funcionava no Largo da Misericórdia, n. 4 se identificava como Casa de Secos e Molhados Finos e também declarava a 16 de junho de 1899 a propriedade das lâmpadas da Água e Luz.

¹⁰⁰ Ibidem.

Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo

Declaramos que as duas lâmpadas de arco, typo Siemens & Halscke, para 10 amperes, com respectivos globos de vidro opaco, resistência e braço de suspensão para rua e condução interna com interruptor e corta circuitos, collocadas na nossa casa de secos e molhados finos “High Life” ao Largo da Misericórdia n 4, são de exclusiva propriedade da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, podendo a dita Companhia retirar-la desde que nos não fizemos o respectivo pagamento da conta mensal de consumo ou não consumir a respectiva intensidade. Entretanto somos responsáveis por qualquer dano feito às mesmas lâmpadas, salvo os de força maior provada.

São Paulo, em 16 de Junho de 1899.

Machado e Cia.¹⁰¹

Mas obviamente em um relacionamento empresa – clientes / consumidores os conflitos tornam-se evidentes. Manoel Jacintho Vieira de Moraes, advogado atuante em Pirassununga, em sua carreira como político foi senador estadual, presidente da Câmara Municipal e deputado federal em diversos mandatos e, como quase todos os homens públicos daquela época, era também empresário. Atuava como Presidente da Diretoria da Companhia Luz Elétrica de Pirassununga e reclamou em carta de 11 de julho de 1899 do fato da Companhia Água e Luz ter-lhe enviado um lustre velho e muito estragado. Segundo Vieira de Moraes, o lustre encaminhado era o mesmo que mostraram a ele no depósito e protestou “... paguei adiantadamente certo de que comprara um lustre novo e não um já usado e tão estragado”.¹⁰² Lembrou ainda que como presidente da companhia de Pirassununga, sempre havia dado preferência para o fornecimento de energia elétrica da Companhia Água e Luz, solicitando a troca.

A fim de mitigar os diversos conflitos que enfrentava a Companhia Água e Luz procurou melhorar os serviços, oferecendo-os a preços mais competitivos. No contato com seus clientes, os meios de se comunicar não estavam limitados somente aos periódicos e em setembro de 1899 a Companhia Água e Luz fez circular o aviso abaixo reproduzido. Anunciando o oferecimento de energia elétrica até a meia noite, apresentou também a tabela de preços praticados pela Companhia Água e Luz, que não foi reproduzida por ser muito extensa, afirmando que continuavam os mesmos do ano anterior. A Companhia Água e Luz “pedia” que os clientes que não quisessem aumentar o tempo de fornecimento de energia elétrica, simplesmente apagassem suas luzes, o que denuncia um tipo de relação de confiança entre empresa e cliente não mais existente na contemporaneidade:

São Paulo, 1º de setembro de 1899

¹⁰¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

¹⁰² FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

Illm. Senhor

Pedimos-lhe o especial favor de nos comunicar se V^a S^a quer continuar o consumo de luz elétrica até as 10 horas, ou se quer prolongar até meia noite.

Os preços estabelecidos pela Companhia desde o ano passado, são os mesmos, isto é:

[Tabela]

Caso a V^a S^a não convenha prolongar até meia noite, pedimos o favor de interromper a luz em sua casa às 10 horas da noite.

A Diretoria¹⁰³

Ao final do século XIX, os periódicos eram os meios mais eficazes para as empresas se comunicarem com seu público consumidor, assim como o poder público anunciar medidas, leis e normas novas. Em tempo anterior à televisão e ao rádio, meios de comunicação que invadem a residência com sua programação, os periódicos serviam a essa função, porém sem o inconveniente de entrarem sem serem convidados. O homem do dezenove comprava o diário, carregava consigo aos cafés, restaurantes e demais locais de seu convívio, comunicando as notícias, interagindo com seus pares. Assim, tentar explicar problemas ocorridos e que prejudicaram os consumidores era parte da estratégia também que utilizava os periódicos. A Companhia Água e Luz faz publicar um desses anúncios explicativos no diário O Comércio de S. Paulo, de 9 de Novembro de 1899 com o seguinte teor:

A Companhia Água e Luz, devido a um desarranjo nas linhas, à ultima hora, não pode fornecer hontem luz electrica às casas das ruas de S. Bento e Quinze de Novembro.¹⁰⁴

Às vezes, entretanto, a estratégia falhava. No mesmo dia, o Correio de S. Paulo publicou igualmente artigo em que acusou, muito provavelmente, a mesma falha no fornecimento, mas em artigo que não tinha a iniciativa da companhia. Cidadãos prejudicados com a falta de energia elétrica procuraram a redação e pediram que o diário reclamasse contra o fato publicamente. A Companhia Água e Luz viu-se na contingência de se explicar, mas não se utilizou da mesma desculpa do desarranjo nas linhas, conforme explicado no artigo vinculado no Comércio de S. Paulo. Para o Correio, a alegação seria um “incidente ocorrido na máquina.” Talvez em uma nova avaliação tenha sido descoberto que a verdadeira natureza da falha fora o problema na máquina e não nas linhas de transmissão:

Vieram hontem à noite, diversas pessoas ao nosso escriptório pedir-nos que reclamássemos contra o facto de ter a companhia Água e Luz deixado os seus fregueses às escuras.

Mais tarde tivemos a razão do facto contra o qual reclamavam os assignantes da empreza. O gerente desta nos communicou que a falta de luz notada

¹⁰³ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

¹⁰⁴ O Comércio de S. Paulo, 9 de Novembro de 1899.

hontem em um pequeno perímetro da cidade, foi devida a um incidente ocorrido na machina, esperando, porém, conseguir hoje a regularização do serviço.¹⁰⁵

Em mais um exemplo de quando o plano traçado não chega ao resultado desejado, foi o anúncio de 28 de fevereiro de 1900 no diário *A Platea* assinado pelo presidente Ernesto Steidel. Nele, a Companhia Água e Luz anunciou a decisão de não fornecer energia elétrica aos clientes que não contratassem a instalação elétrica também com a companhia. O fato pode ser facilmente compreendido, pois naquele momento, diversas casas ofereciam material elétrico, e provavelmente instalação também, representantes que eram de diferentes fabricantes, tais como a norte-americana General Electric ou as alemãs AEG e Siemens & Halscke.

Pode configurar também mais um movimento na reserva de mercado pretendida sempre pelos fabricantes transnacionais.¹⁰⁶ Como a Companhia Água e Luz trabalhava com material da Siemens & Halscke, quem utilizasse instalação com material de outra empresa, corria o risco de não ter sua energia ligada, sendo que já estavam avisados por antecipação pela companhia. O anúncio, porém foi causa de indignação por parte de especialistas, como Carlos Cruz, eletricitista. Assinando artigo veiculado no mesmo diário *A Platea*, a 2 de março de 1900, poucos dias depois do anúncio da Água e Luz, Carlos Cruz reclamou do fato de a Companhia Água e Luz se recusar a realizar instalação elétrica de 18 Kw hora por contador como queria, mas somente pela tabela em vigor, que determinava o consumo pela quantidade de lâmpadas instaladas.

Continuava: “Difícil será atinar com os motivos que determinaram esse modo de proceder do senhor gerente da Água e Luz.” Acusando: “Será por acaso o receio de que sua instalação não fosse feita debaixo das regras sui generis adoptadas pela companhia nos serviços executados no Theatro Apollo e prédios desta cidade?” Como tal instalação ficaria cara demais para o eletricitista, Carlos Cruz endureceu seu discurso, terminando-o desta forma “teria muito prazer que minha competência de profissional fosse julgada por pessoas que conhecem essa especialidade e não pelos técnicos autores desse emaranhamento a que chamam rede de distribuição da Companhia Água e Luz.”¹⁰⁷ Diante das acusações, não seria estranho uma resposta da companhia, mas esta não foi encontrada nas edições seguintes dos dois diários envolvidos.

¹⁰⁵ Correio de S. Paulo, 9 de Novembro de 1899.

¹⁰⁶ A Light entra com utilização de equipamento General Electric, sendo que a Companhia Água e Luz utilizava Siemens & Halscke. (McDOWALL, 1988, p. 96).

¹⁰⁷ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

A 21 de abril de 1900, foi apresentado o balanço das transações da Companhia Água e Luz do ano de 1899, documento preparado pelos funcionários técnicos da companhia e que seria analisado pela Assembleia de Acionistas. Se nos fiarmos neste balanço, a saúde financeira da Água e Luz parecia estável, sem grandes déficits, apesar dos conflitos vividos na Câmara Municipal em torno das concessões de serviços públicos, disputados agora pela poderosa canadense Light and Power Company e que se antecipavam a dias sombrios. O balanço dividia por itens os assuntos tratados, começando pelo estado da usina em São Paulo:

Usina de S. Paulo

Continua a funcionar com a precisa regularidade e perfeição. Todos os machanismos e acessórios acham-se em perfeito estado de conservação, bem como o respectivo edifício e a nossa condução de linha aérea, que progressivamente vai-se estendendo.

Temos o prazer de informar-vos que acha-se montada e funcionando com toda perfeição mais uma machina da força de 400 cavallos pelo que temos a legitima esperança de ver em breve tempo a renda da Companhia consideravelmente augmentada, porquanto, os pedidos para fornecimento de luz são contínuos – circunstancia esta que prova a grande aceitação, que por parte do público tem a nossa illuminação.

Foi assignado um contracto com a Municipalidade para a exploração da illuminação electrica no 1º e 2º sectores da capital, e distribuição de força. A administração municipal que a principio havia affirmado officialmente que a Comp^a Água e Luz seria a única a fazer o serviço nesses setores, por motivos que desconhecemos, mudou de ideias e concedeu-os também a uma outra Comp^a congênere, estando nós todavia desde já habilitados para o caso de concorrência.¹⁰⁸

Mais uma vez um relatório técnico indicava a instalação de máquinas mais potentes na usina da Rua Araújo, ou seja, a Companhia Água e Luz procurou aumentar sua capacidade produtiva, aliado a isso, procurou também investir na geração hidroelétrica, como veremos adiante. Informou inclusive o contrato assinado com a Prefeitura, para exploração do serviço nos 1º e 2º setores, advertindo, porém, sobre a autorização dada a outra empresa, no caso a Light and Power para fazer-lhes concorrência.

A essa altura, 1900, a Companhia Água e Luz já não tinha mais a concessão com a Câmara da cidade de Curitiba, por isso a usina daquela cidade não apareceu informada no relatório. Já a usina de Casa Branca ainda apareceu nos relatórios, com ressalva importante: “A questão que a Companhia mantinha no foro desta Capital com a Municipalidade de Casa Branca foi decidida a nosso favor em primeira instância, sendo de esperar a confirmação da sentença.”¹⁰⁹ A questão aludida, citada anteriormente, girava em torno da ausência de pagamentos feitos pela municipalidade pelo consumo de energia elétrica, levado às barras dos

¹⁰⁸ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

¹⁰⁹ Ibidem.

tribunais pela Companhia Água e Luz. Confirmação de sentença em primeira instância a favor da companhia significava que um dos conflitos se aproximava do final, mas ainda se desenrolaria por alguns anos, enquanto fosse possível prorrogá-lo nos tribunais.

Terminou a diretoria o seu relatório declarando “é nos grato ainda uma vez constatar que a Companhia continuará a desenvolver sua iluminação eléctrica satisfazendo as exigências e necessidades do público”,¹¹⁰ anexando o parecer do conselho fiscal, datado de 14 de abril de 1900. Nele, os conselheiros Camillo Cresta, Jacintho Moreira e Celestino de Azevedo atestaram que após terem examinado as contas e o respectivo diário da companhia encontraram a escrituração em ordem e de acordo com os requisitos legais. Recomendaram ainda que “... com desvanecimento pode-se congratular comvosco pelo attestado dos bons e leaes serviços prestados a esta companhia pela digna directoria.”¹¹¹

Entretanto, na Assembleia Geral convocada para o dia 23 de abril de 1900 foram dispensados da leitura tanto o relatório da diretoria, quanto o balanço da companhia apresentado na mesma ocasião. Diante de 19 acionistas, representantes de 6.875 ações, o presidente da Companhia Água e Luz, Ernesto Steidel, abriu a sessão, procedendo à eleição do presidente da assembleia, sendo escolhido entre os acionistas, Leônidas Moreira, que chamou para secretário Antônio de Almeida Correia, compondo a mesa. Leram o parecer do conselho fiscal de 14 de abril passando à discussão e, não havendo quem se pronunciasse, passaram à votação do balanço, do relatório e do parecer, sendo todos aprovados por unanimidade. Aclamaram então novo conselho fiscal que continuou contando com os nomes de Jacintho Moreira e Celestino de Azevedo, incluindo William L. Strain, com suplência de Guilherme Ellis, de Marchi e Francisco A. Pereira Borges. Encerraram então a assembleia, assinando Antônio de Almeida Correia, secretário, Leônidas Moreira, presidente, Francisco Carneiro, Celestino S. de Azevedo, Dr. F. G. de Marchi, João Francisco de Moraes Nóbrega, H. de Almeida Correia, Carlos Corrêa Galvão, Rachel Bressane Galvão, Beatriz Galvão, Cecília Galvão, Paulo Galvão, Jorge Correia Galvão, Manoel José de Araújo Costa, Jacintho F. Moreira, Ernesto Steidel, Luiz Augusto Correia Galvão, Antonio Augusto Correia e Luiz Galvão Corrêa.

A 31 de maio de 1900, acontecia a Assembleia Geral extraordinária que convocou os acionistas a apreciarem o relatório da diretoria. Esse documento torna-se importante para analisar não só a história da Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, mas também a história do próprio setor elétrico nacional que, desde 1899 com a formação e chegada da

¹¹⁰ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

¹¹¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 25 de Abril de 1900.

Light and Power, experimentou transformações profundas, dentro do mesmo modelo de geração, transmissão e fornecimento prestado por uma empresa do ramo privado. Aqui faremos uma digressão para apresentarmos a participante canadense nessa história.

Essa participação, contudo, começou antes mesmo da Light and Power existir como empresa. Anos antes do estabelecimento da empresa, negociações já eram feitas por Américo de Campos¹¹² que, em missão oficial do governo do Estado, conheceu o capitão italiano Francisco Antônio Gualco em Montreal, cidade de residência deste no Canadá. O velho jornalista e político Américo de Campos estava ciente das intenções do comendador Antônio Augusto de Souza, sogro de seu sobrinho Carlos de Campos, de estabelecer uma empresa que explorasse na cidade de São Paulo o serviço de transporte público movido por tração elétrica.¹¹³

Então, a empreitada para solicitação da concessão Gualco e Souza, como já citada anteriormente, tinha como envolvidos desde o início a importante família de fazendeiros e políticos Campos, da região de Campinas. O comendador Antônio Augusto de Souza era sogro de Carlos de Campos,¹¹⁴ como dissemos, o que se traduziu em uma relação permanente entre esse e a Light and Power. Não obtendo sucesso em definitivo em levantar capitais, o capitão Francisco Gualco “desesperado em obter apoio financeiro, retornou à Montreal”¹¹⁵ (McDOWALL, 1988, p. 35), onde procurou James Ross, um dos principais empreiteiros da Canadian Pacific Railway, para quem ofereceu a concessão de São Paulo. Por sua vez, Ross que era bem articulado com grupos de investidores promotores de companhias de estradas de

¹¹² Américo Brasília de Campos, nascido em 1838 em Bragança, formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Atuou como advogado e promotor, mas destacou-se como jornalista, tornando a imprensa porta voz de seus ideais republicanos e abolicionistas. De 1865 a 1874 dirigiu o Correio Paulistano, de onde saiu para fundar ao lado de Francisco Rangel Pestana o diário A Província de S. Paulo em 1875. Deixando esse jornal em 1884, fundou o Diário Popular juntamente com José Maria Lisboa. Integrante do Clube Republicano participou da fundação do Partido Republicano Paulista em 1873. Ao ser proclamada a República, foi nomeado cônsul brasileiro em Nápoles, onde faleceu prematuramente aos 61 anos, em 1899. Era irmão de Bernardino de Campos, deputado e presidente do Estado de São Paulo e tio de Carlos de Campos, que também presidiu o estado.

¹¹³ A cidade de São Paulo era servida pela Companhia Viação Paulista e seus bondes movidos à tração animal ofereciam serviço deficiente para uma população que crescia sem parar ao final do século XIX. Resultado da fusão de cinco pequenas empresas, quando passou a deter concessões para transporte público também nas cidades de Santos e São Vicente, fora justamente a unificação de seus contratos que gerou protesto de Gualco e Souza, concessionários para serviço de transporte público à tração elétrica e que iniciou conflito entre a CVP e a Light and Power. Não conseguindo manter o monopólio do transporte em São Paulo, a CVP foi incapaz de manter a concorrência com a canadense, passando ao controle com a concessão de todas as suas linhas para a Light and Power a 30 de Abril de 1901.

¹¹⁴ Nascido em Campinas em 1866, formou-se em Direito em 1887 em São Paulo. Iniciou carreira como intendente de Amparo, sendo senador em 1915 e presidente do Estado de São Paulo de 1924 a 1927, quando faleceu em pleno exercício do cargo (ALVES, 1986, p. 134). Foi advogado e lobista da Light and Power desde 1899 até a sua morte em 1927.

¹¹⁵ “... desperate to obtain financial backing, returned to Montreal.”

ferro e de serviços públicos no Canadá, assim como possuía elos fortes com o mercado financeiro de Londres, procurou por William Mackenzie (McDOWALL, 1988, p. 35). Capitalista canadense, Mackenzie¹¹⁶ seria capaz de unir homens dispostos a mais um promissor investimento, já ligados a diversos empreendimentos, em diferentes continentes. Ao organizar um sindicato de investidores, Mackenzie e seu sócio Zebulon Lash¹¹⁷ solicitaram para o empreendimento no Brasil a consultoria técnica do engenheiro elétrico norte americano Frederick Stark Pearson (JORGE, 2006, p. 72).

Erroneamente lembrado como o pai do homem forte da Light no Brasil Alexander Mackenzie,¹¹⁸ o velho Mackenzie nunca esteve no Brasil, sendo seu interesse “essencialmente financeiro”. (McDOWALL, 1998, p. 77). Administrou um império de empresas especializadas em serviços públicos que começou com a Birmingham Tramway Co., na cidade de mesmo nome, na Inglaterra (McDOWALL, 1988, p. 35). Esse império incluiria empresas no México, na Espanha, no Brasil, em Cuba, no Caribe, além de bancos e diversos outros empreendimentos que pudessem ser organizados como sociedade por ações. Seu investimento mais tradicional, porém, estava nas ferrovias canadenses, tendo sido o idealizador e construtor da estrada de ferro transcontinental que atravessaria todo o Canadá, ligando Montreal na costa leste a Vancouver na costa oeste, além de inúmeros ramais que a ligaram a cidades do nordeste e noroeste dos Estados Unidos. Não à toa, Duncan McDowall, um entusiasta dos investimentos advindos do Canadá, afirma:

As companhias que juntas constituem o que tem sido chamado de

¹¹⁶ Nascido em 1849 em Kirkfield, iniciou uma carreira de professor em Toronto. Sem sucesso, retornou para sua cidade natal nos anos 1870, onde ajudou seu irmão mais velho, Alexander, em seu comércio de madeira. Um contrato em 1872 com a Victoria Railway inaugurou uma próspera carreira de construtor de ferrovias, serrarias, moinhos de farinha e investidor.

¹¹⁷ Advogado (-1921) sócio sênior da firma Blake, Lash & Cassels, considerado o maior especialista em direito corporativo no Canadá à época, foi o mentor jurídico da incorporação de todas as subsidiárias Light and Power na holding Brazilian Traction em 1915.

¹¹⁸ Nascido em Kincardine, na província de Ontário no Canadá, em 1860, em família de presbiterianos escoceses, seu pai Donald era fazendeiro, ferreiro e construtor de vagões ferroviários. Apesar do sobrenome, não era parente do milionário William Mackenzie, tendo deixado a fazenda da família aos 17 anos para se dedicar a uma carreira profissional. Alexander Mackenzie formou-se em direito pela Osgood School of the Law Society of Upper Canada, iniciando atividade no escritório de Edward Blake, para quem seu pai realizava algumas tarefas. No Blake, Kerr and Boyd, permaneceu por 19 anos, tornando-se finalmente sócio e onde conheceu o outro irmão Blake, Samuel. Sócio do Blake, Lash & Cassels, Samuel era íntimo de Zebulon Lash, advogado e sócio de William Mackenzie e onde Alexander se tornaria consultor jurídico para o empreendimento que pretendia explorar os serviços de tração, luz e força na distante São Paulo. A primeira estadia de Alexander Mackenzie na capital paulista foi de 1899 a 1901, quando retornou a Toronto disposto a não voltar mais, “Certa vez, o sr. Pearson sugeriu que eu devia permanecer aqui em algum cargo. Se isso estiver nos planos dos diretores, por favor, faça-os desistir da ideia porque não há salário que me faça ficar por aqui” (McDOWALL, 1998). Na reunião da diretoria da Light and Power em 12 de Junho de 1902, Alexander Mackenzie foi nomeado vice-presidente, residente em São Paulo, com poderes para exercer e executar o poder e autoridade em nome da companhia, exercendo a presidência de 1915 a 1928. Faleceu em sua cidade natal, aos 83 anos (Diário de São Paulo, 13 Julho 1943).

imperialismo canadense das empresas de serviços públicos foram todas marcadas por métodos similares de promoção e traçadas pelo reduzido círculo de empreendedores, mais notavelmente o brilhante engenheiro americano Fred Stark Pearson e o extravagante promotor das ferrovias canadenses Sir William Mackenzie.¹¹⁹

Entretanto, James Ross, William Mackenzie e Frederick Pearson não estavam totalmente seguros das informações prestadas por Francisco Gualco a respeito da cidade de São Paulo, no distante Brasil. Por sugestão de Pearson, antes de solicitar carta patente para funcionamento de uma nova empresa, enviaram ao Brasil em novembro de 1898, o engenheiro norte americano Robert Calthrop Brown, ex-diretor de companhias de bondes elétricos em diferentes cidades como Boston e Montreal.¹²⁰ Brown retornou após uma estadia de três semanas e apresentou um relatório otimista a Pearson em janeiro de 1899, relatando suas impressões da cidade e descrevendo o potencial mercado para bondes elétricos. Brown observou aos investidores canadenses que a cidade estava no “centro de uma rede estadual de ferrovias, desenhada para o produto das fazendas de café” (McDOWALL, 1988, p. 37).

Ainda segundo McDowall, nas palavras de Robert Brown a cidade de São Paulo estava viva para o comércio, com uma população em crescimento surpreendente de 12,5 % ao ano e com presença maciça de imigrantes europeus,¹²¹ o que a tornava uma cidade cosmopolita, menos refratária aos “empreendimentos e costumes estrangeiros” (Ibidem, p. 37). Já dava notícias também de que esse mercado era convidativo para o serviço de luz e força e que uma pequena companhia “supria de força elétrica com uma antieconômica usina à carvão, estando sobrecarregada pelo tamanho do mercado, com o resultado de que ruas, prédios e fábricas estavam inferiormente iluminados” (Ibidem, p. 37). Como Brown registrou até o horário em que essa pequena companhia fornecia eletricidade, do por do sol às dez horas da noite salvo alguns grandes consumidores, sem dúvida se referiu à Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo. Podemos perceber então que a concessão Gualco e Souza de transporte público por tração elétrica não representou o único serviço que os investidores vislumbravam em São Paulo.

¹¹⁹ Tradução livre: “The companies that together constituted what has been called Canada’s utilities imperialism were all marked by similar methods of promotion and drew upon the same tight circle of entrepreneurs, most notably the brilliant American engineer Fred Stark Pearson and the flamboyant Canadian railway promoter Sir William Mackenzie.” (McDOWALL, 1988, p. 6)

¹²⁰ A viagem de Brown antes da fundação da Light and Power a fim de relatar a viabilidade do negócio é ignorada por Edgar de Souza em seu trabalho de referência *História da Light*. Para Souza, a empresa utilizou-se das impressões de James Mitchell para instalar-se em São Paulo.

¹²¹ “Eram estrangeiros 8% dos moradores de São Paulo, cerca de 2 mil pessoas, em 1872, mas, em 1895, o seu número chegou a 71 mil em uma população estimada em 130 mil pessoas, ou seja, pouco mais da metade dos habitantes.” (JORGE, 2006, p. 91).

Capitaneados então pelo velho Mackenzie e apoiados na experiência técnica de Frederick Pearson, formaram a The São Paulo Railway, Light and Power Company,¹²² por carta patente concedida pela rainha Vitória da Inglaterra a 7 de abril de 1899 e fixada sua sede em Toronto, Canadá, então domínio da coroa britânica.¹²³ Seu capital era de seis milhões de dólares,¹²⁴ equivalentes a quarenta mil contos de réis (SAES, F., 1986, p. 146), configurando-se em investimento tão promissor e de sucesso que no final de 1900 esse capital já havia mais que dobrado, para quatorze milhões, vinte e seis mil dólares (RIPPY, 1954, p. 252).¹²⁵

Outro relatório (SOUZA, 1989, p. 32) preparado pelo nosso já conhecido James Mitchell, representante da General Electric no Brasil, junto com M. J. Guerin, sobre a viabilidade do negócio de transporte público por tração elétrica na cidade de São Paulo foi entregue ao presidente da jovem companhia, James Gunn. Em julho de 1899, por indicação de Pearson e por disposição da diretoria da Light and Power, vinham ao Brasil o engenheiro Robert C. Brown, para dirigir o empreendimento; Hugh Cooper, também engenheiro, especializado em instalações hidráulicas e o advogado Alexander Mackenzie, com a missão de analisar a concessão Gualco e Souza e seus aspectos legais. Já no pedido que faziam ao governo federal de Campos Salles de funcionamento da empresa no Brasil, informavam intenções de adotar matriz hidroelétrica; a missão de Hugh Cooper era localizar queda d'água para construção de usina hidrelétrica para o novo projeto,¹²⁶ e a transferência da concessão Gualco e Souza e seus privilégios. A 17 de julho de 1899, pelo Decreto nº 3.349 (SOUZA, 1989, p. 32), o ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Severino Vieira, autorizou o funcionamento da companhia canadense no país.

Imediatamente a 28 de Dezembro de 1899, a nova companhia canadense adquiriu as

¹²² Em 25/07/1900 a Light & Power foi autorizada por decreto federal a mudar sua razão social de The São Paulo Railway, Light & Power Company para The São Paulo Tramway, Light & Power Company a fim de evitar conflitos jurídicos com a The São Paulo Railway Company, empresa fundada pelo barão de Mauá em 1855, responsável pela construção da estrada de ferro Santos – Jundiaí, em 1867, conhecida à época como a Ingleza.

¹²³ Após revolta nacionalista esmagada pela Inglaterra, o Alto e o Baixo Canadá (Québec e Ontário) são unidos pelo Ato de União em 1840. A coroa britânica concedeu o direito de eleger seus representantes para a Assembleia Legislativa, mas permaneceu indicando o governador e o Executivo. Com o British North America Act de 20 de março de 1867, o Canadá passou de colônia britânica a Domínio da Coroa ou Confederação do Canadá, unindo além dos Alto e Baixo Canadá, os territórios de Nova Brunswick e Nova Escócia.

¹²⁴ Esse valor representava quase dez vezes o orçamento anual da Prefeitura Municipal de São Paulo e era próximo ao orçamento do Estado de São Paulo (Reynaldo Maffei in SOUZA, 1989, p. 11).

¹²⁵ Edgar de Souza registrou valores flagrantemente díspares aos de Rippy: em abril de 1902 o capital da Light and Power foi aumentado para 7 milhões de dólares; em outubro de 1904 para 7,5 milhões; em novembro de 1906 para 8,5 milhões e teria chegado a 10 milhões de dólares em 1907 (1989, p. 45).

¹²⁶ Cooper indicou em seus estudos a Cachoeira do Inferno localizada em Parnaíba, a 33 quilômetros da cidade de São Paulo. Ainda em 1899 é iniciada a construção do dique que represou o rio, com comprimento de 244 metros de largura, variando sua altura de 12 a 22 metros, dependendo da profundidade da rocha no leito do rio (SOUZA 1989, p. 62).

concessões Gualco e Souza na cidade de São Paulo, obtendo nessa transferência os direitos de construir e explorar linhas de bondes por eletricidade por 40 anos; estender linhas de transmissão e distribuição de eletricidade para iluminação, força motora para a indústria e comércio e concessão para assentamento de postes e fios de transmissão das cachoeiras do Tietê em Parnaíba até a cidade (ELETROPAULO, 1986, p. 47; SOUZA, 1989, p. 34). Assim, o curto espaço de tempo que a Light and Power teve para se organizar, começar a atuar na cidade de São Paulo e já iniciar processo de compra e venda de outras empresas não é de estranhar se levarmos em consideração nas nossas análises as relações que já existiam entre a companhia estrangeira e membros proeminentes da elite política e financeira paulista.¹²⁷ Além de adotarem “métodos de gestão e financiamento tipicamente norte-americanos” (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 31) com a maior parte de seus investimentos originando-se do mercado financeiro londrino, ou seja, uma empresa canadense apenas nominalmente. Apesar das divergências que observamos sobre as datas em que as concessões são transferidas, a advertência de Flávio Saes sobre os concessionários é bastante pertinente sobre de que tipo é essa relação:

Não aparecem entre os acionistas, à época da incorporação, os dois concessionários [Francisco Gualco e Antônio Souza], a indicar o seu total desligamento daquela empresa, fato este confirmado em outubro de 1899, quando os direitos da concessão para explorar os serviços da viação elétrica em São Paulo são transferidos para a The São Paulo Tramway, Light and Power Co. (1986, p. 147).

Voltamos a lembrar que um dos concessionários, o comendador Antônio Augusto de Souza, era sogro de Carlos de Campos, membro de uma das famílias mais importantes da política paulista. Um dos mais ativos agentes para o estabelecimento da Light and Power no Brasil, Carlos de Campos teve destacada atuação nas negociações, como hábil político e advogado que era. Membro de família de políticos e negociantes como seu tio, Américo de Campos e seu pai, Bernardino de Campos, também presidente do Estado no início da primeira República.¹²⁸ Advogado e lobista da Light and Power desde sua formação em 1899, Carlos de

¹²⁷ “Love afirma ter encontrado pelo menos 23 membros da “elite” que foram diretores ou assessores jurídicos de empresas estrangeiras. Alguns deles são sabidamente membros do grande capital cafeeiro, como Elói Chaves, Cardoso de Melo Neto, Paulo Prado e Antonio Prado. Lembre-se que eles eram também indivíduos que ocupavam altos cargos políticos, o que, sem dúvida, facilitava o poder de penetração do capital estrangeiro nas decisões do Estado” (PERISINOTTO, 1994, p. 195).

¹²⁸ Nascido em 1841 em Pouso Alegre, MG, Bernardino José de Campos Júnior formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1863. Estabeleceu carreira política em São Paulo, sendo republicano histórico, sediado inicialmente em Amparo. Duas vezes presidente do Estado: de 23 de Agosto de 1892 a 15 de Abril de 1896 e de 3 de Julho de 1902 a 1º de Maio de 1904, foi aliado de Floriano Peixoto durante a Revolta Federalista de 1893. Concentrando tropas em Santos, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, Vale do Ribeira, impediu que a Armada rebelada tomasse o estratégico porto de Santos. Bloqueou a

Campos foi talvez uma das principais representações da união do capital estrangeiro, interessado cada vez mais por atuar na economia brasileira, com os membros da elite do Estado. Fora de dúvida que a Light and Power como empresa que visava monopolizar os serviços públicos em grandes centros, ou os centros com potencial de crescimento, precisava se unir aos poderes locais, precisava ter “habilidade de se relacionar com o sistema político oligárquico vigente e com suas particulares condutas” (ELETROPAULO, 1986, p. 33).

Percebemos que Carlos de Campos nos deu outro exemplo dessa característica relação quando, como representante da Light and Power, subscreveu cinco contos de réis para a fundação do jornal A Gazeta. Diário que começou a circular a 16 de maio de 1906 (PONTES 1995, p. 64), A Gazeta vinha a público como veículo de comunicação utilizado para defender os interesses da canadense, sendo uma operação secreta como atestado por carta de 25 de abril de 1906. Nela, W. M. Walmsley, gerente geral da Light and Power informou em nome do então homem forte da companhia, Alexander Mackenzie, a Alípio C. Borba a intenção de realizar a subscrição, porém, advertindo:

Entendemos ser vantajoso para a companhia ter um jornal voltado a seus interesses e temos autorização para fazer uma subscrição nesta quantia; porém, por razões óbvias, esta subscrição não poderia vir em nome da companhia, ou mesmo em nome de algum funcionário desta (SOUZA 1989, p. 61).

Para a fundação do diário, Alexander Mackenzie procurou associar-se (SOUZA 1989, p. 35) com o financista norte americano Percival Farquhar,¹²⁹ industrial, comerciante e investidor que concentrou seus capitais na construção e expansão das malhas ferroviárias tanto na América, como em diversas outras partes do mundo, como Cuba, Guatemala e Rússia. No Brasil, foi figura polêmica por seus planos grandiosos pretendendo com sua estrada de ferro, Brazil Railway Company, integrar o país desde a Amazônia, onde também foi responsável pela construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, ao Rio Grande do Sul de onde interligaria com Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia. Associou-se a diferentes grupos

fronteira sul do Estado, embaraçando o avanço dos rebeldes que viriam do Paraná conquistado. Apesar de incentivador da agricultura no estado, fez oposição à política de valorização do café, consolidada no convênio de Taubaté de 1906, o que inviabilizou sua candidatura à presidência da República. Inaugurou o Museu do Ipiranga em 1892, investiu em infraestrutura, elevando substancialmente o abastecimento de água na capital, incentivando também a educação no estado, construindo prédios escolares na Luz, Brás e Liberdade. Empenhou-se no saneamento do porto de Santos, a fim de evitar as epidemias tropicais que muitas vezes subiam a serra e atingiam a capital. Ministro da Fazenda de Prudente de Moraes de 1896 a 1898, sua administração iniciou negociações para a consolidação do funding loan na gestão seguinte de Campos Sales. Faleceu em 1915 em São Paulo (ALVES, 1986, p. 122-3).

¹²⁹ Percival Farquhar (1864 – 1953), nascido no Estado da Pensilvânia, Estados Unidos, de religião quaker, era chamado de “o aventureiro que quis comprar o Brasil”.

políticos e econômicos no país, no que seria denominado de Sindicato Farquhar do qual a Light and Power participaria muitas vezes, despertando ódios e paixões. Gondin da Fonseca, por exemplo, dizia por ocasião da morte de Farquhar “Rendendo tributo à sua memória, espero que um dia o Brasil reconheça o mérito desse seu filho, nascido casualmente na Pensilvânia.” (FONSECA, 1953). Na história da Light and Power, Percival Farquhar apareceu em papel de destaque, pois foi um dos principais articuladores da criação da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company em 1905, controlando todas as empresas de transporte, iluminação e telefones da capital federal.

Outro caso controverso protagonizado por Percival Farquhar foi o da Itabira Iron Ore Company, companhia adquirida junto ao Brazilian Hematite Syndicate para explorar jazidas de minério de ferro em Minas Gerais. Os capitalistas americanos obtiveram 42% das ações da Ferrovia Vitória a Minas em 1910, única que poderia escoar o minério de ferro extraído, pois sua concessão era exclusiva até 1962, já tendo obtido o controle das jazidas, avaliadas em 1 bilhão de toneladas, pelo valor de 400 contos. Seus planos de exportação maciça de minério de ferro foram obstados, porém, pela legislação brasileira que passou a exigir a construção de usina siderúrgica em território nacional. Inaugurou uma discussão sobre a viabilidade da indústria pesada no país que durou muitas décadas, a qual não iremos aqui abordar, fazendo encarniçados opositores como o governador de Minas Gerais e depois presidente da República, Arthur Bernardes.¹³⁰ Farquhar fundou também companhias de navegação como a Companhia Port of Pará e a The Amazon River Steam Navigation, além de tentar controlar o porto de Santos, exportador da maior riqueza brasileira do início do século XX, o café, concessão da família carioca Guinle desde 1888.

Outro dos associados à fundação do diário A Gazeta foi o então recém-chegado a São Paulo e ao Rio de Janeiro, Francisco de Assis Chateaubriand,¹³¹ jornalista paraibano e

¹³⁰ Natural de Viçosa, Minas Gerais, nasceu em 1875. Eleito deputado federal em 1909, renunciou para assumir a Secretaria de Finanças de Minas Gerais. Eleito presidente do Estado em 1918 e presidente da República em 1922, governou sob estado de sítio, combatendo o tenentismo. Eleito senador em 1926, opôs-se ao governo ditatorial de Getúlio Vargas, aliando-se a Armando Sales de Oliveira durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Exilado em Portugal, pode retornar em 1934, sendo eleito deputado federal novamente. Político de tendências fortemente nacionalistas faleceu em 1955, como presidente da Comissão Especial sobre o Petróleo.

¹³¹ Nascido em Umbuzeiro, Paraíba em 1891, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, começou a trabalhar como jornalista aos 15 anos no diário O Pernambuco. Aluno da Faculdade de Direito de Recife aos 16 anos, trabalhou durante o período de estudos nos diários Jornal do Recife e Diário de Pernambuco, bacharelando-se em 1913. Em 1916 foi nomeado professor da Faculdade de Direito de Recife, deixando a cátedra um ano depois, quando se estabeleceu no Rio de Janeiro, iniciando sua banca de advogado. Assumiu a chefia da redação do Jornal do Brasil, ao mesmo tempo em que se tornou advogado da Light and Power. A partir de 1924 iniciou a criação de uma cadeia de jornais, revistas e estações de rádios, comprando alguns, fundando outros, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua cadeia de comunicações, Diários Associados,

iniciando-se nos círculos de poder, entabulando amizade com alguns cafeicultores. O polêmico Chateaubriand iniciou um relacionamento com a Light and Power que perduraria por praticamente toda a sua vida, tendo entrevistado Percival Farquhar e Alexander Mackenzie em escalas de navios no porto de Recife (PONTES, 1995, p. 64). Atuando como advogado contratado da Brazilian Traction, holding que controlava a Light and Power de São Paulo e do Rio de Janeiro, Assis Chateaubriand colecionou várias vitórias no tribunal defendendo a companhia ou seus diretores e presidentes, assim como advogou a favor da Brazil Railway de Percival Farquhar também. Não obteve sucesso, porém, ao defender Farquhar na querela entre a Itabira Iron Company e o governo de Arthur Bernardes, não obtendo o contrato para exploração das jazidas (MORAIS, 1994, p. 123). Apresentava-se sempre a favor de uma economia de matizes liberais para o Brasil, combatendo tenazmente os nacionalistas.

Ainda com o *Railway* em seu nome, a Light and Power realizou os primeiros estudos para a implantação de transporte público por tração a eletricidade em São Paulo, construindo rapidamente uma usina a vapor na Rua de São Caetano, esquina com a Rua Monsenhor Andrade. Essa usina faria o fornecimento de eletricidade ao entrar realmente a companhia em operação a 7 de maio de 1900 (SOUZA, 1989, p. 55). A inauguração feita com grande comemoração da primeira linha eletrificada de bonde, contou com a presença de personagens ilustres da política da cidade e do estado de São Paulo, tais como o prefeito Antonio da Silva Prado, o presidente do Estado Rodrigues Alves, o vice-presidente Domingos de Moraes e o advogado da Light and Power, Carlos de Campos.¹³² Esta linha fazia o percurso Barão de Limeira - Largo de São Bento, alimentado pela usina térmica, percorrendo o trecho acompanhado de grande número de pessoas, desejosas de observar a novidade que chegava à cidade.¹³³

A ideia de que o capital estrangeiro não se empenha pela industrialização de um país onde se instala e, por isso, alia-se com a parte da elite local que também não se interessa pela

espalhou-se por todo o país, mantendo inclusive correspondentes em países estrangeiros, e sendo acrescidas pelas Rádios Tupi de São Paulo e do Rio de Janeiro. A revista *O Cruzeiro*, um dos maiores sucessos do grupo, foi lançada em 1928, tendo também Chateaubriand sido fundador do MASP; da primeira televisão da América Latina, a TV Tupi; membro da Academia Brasileira de Letras; senador e embaixador do Brasil na Inglaterra. Acometido por trombose hemorrágica cerebral em 1960, passou longos períodos no exterior procurando tratamentos que lhe recuperassem o vigor. Faleceu em 1968, após longo período de agonia causada pela doença.

¹³² O diário *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 8 de maio de 1900 descreveu com detalhes os trechos percorridos pelo primeiro bonde elétrico a funcionar e o banquete oferecido pela companhia ao final do percurso em seu depósito à Rua Barão de Limeira.

¹³³ Para observarmos a fotografia desse momento, ver SOUZA, 1989, p. 57.

industrialização (BARAN, 1977) pode não ocorrer sempre assim. No caso da indústria siderúrgica nacional, por exemplo, observamos certo grau de conscientização de que o minério não poderia ser somente exportado, consubstanciando-se em riqueza que não criaria raízes duradouras para o país, sua transformação seria fundamental como pré-condição essencial ao desenvolvimento econômico. Já para o caso do mercado de energia elétrica no país, a matéria não pareceu ter bases nacionalistas, como observamos entre a Light and Power e a Companhia Água e Luz e as parcelas da elite paulista que as apoiaram. Está mais do que estabelecido que no setor de serviços, empresas como a Light and Power procuraram manter monopólios, impedindo que outras empresas explorassem o serviço, mesmo quando ofereciam preços mais atraentes, maximizando assim seus próprios lucros. Para isso foi fundamental o chamado “mecanismo de composição política com a elite paulista” (SAES, A., 2007, p. 70) eficiente para a garantia desse monopólio.

Além das alianças políticas nas esferas municipal, estadual e federal de poder, a superioridade da Light and Power deve ser atribuída à inovação tecnológica, oferecendo eletricidade gerada a partir de matriz hidroelétrica da usina de Parnaíba. Se de imediato não seria mais barata, a médio e longo prazo compensavam os custos, além de maior potencial de geração em kilowatts, mantendo a oferta por alguns anos em mercado que crescia rapidamente como o da capital paulista. Immanuel Wallerstein demonstra como a mudança tecnológica possibilita constante acumulação e mesmo “restauração dos níveis de lucro”, reservando-nos o direito de onde o autor fala em *produto*, nós falarmos em *serviço*. É bastante assertivo quando diz “Isso também exige consideráveis intervenções do Estado, além da introdução de novos “costumes”, para garantir a monopolização” (WALLERSTEIN, 2001, p. 126).

Se observarmos bem, Light and Power, representante do capital estrangeiro, não estava simplesmente se aliando a indivíduos da classe política e econômica dirigente do Estado, indivíduos esses que não se interessavam pelo desenvolvimento industrial do país. E que os indivíduos da mesma classe política que estavam ligados a um empreendimento que mobilizava capital nacional, a Companhia Água e Luz, estavam sinceramente interessados nesse desenvolvimento industrial. Preferimos acreditar que nesse caso, o capital estrangeiro avançou carregando contra o capital nacional, pois intencionava o monopólio, incorporar ou eliminar a concorrência eram passos fundamentais no estabelecimento deste. A Light and Power chegou ao Brasil propondo a exploração do serviço de fornecimento de energia elétrica baseada em uma inovação relativamente recente e “na periferia, o pequeno capital pode sofrer

desvantagens especiais em termos de seu acesso à tecnologia” (EVANS, 1980, p. 147).

O Relatório da Diretoria da Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo apresentado à Assembleia Geral extraordinária de 31 de maio de 1900 começou com a declaração de que aquela diretoria estava entregando a administração. Isso poderia ser interpretado de diversas formas, mas sabemos que ao término do período de atuação da diretoria que ora apresentou os resultados à Assembleia Geral, seria formada nova diretoria com membros que representariam a Light and Power (SOUZA 1989, p. 40). A diretoria demissionária informou que dois empréstimos por debêntures¹³⁴ cujo valor era de mil contos de réis, foram reduzidos a oitocentos e vinte e seis contos e quinhentos mil réis, mantendo ainda um passivo de trezentos e dez contos, duzentos e sessenta mil e setenta réis por “letras, contas de livro e contas correntes.”¹³⁵ Ficavam ainda nos armazéns mercadorias no valor de cento e noventa e seis contos de réis, além de vinte e sete contos em materiais de reserva; cinquenta e três contos em lâmpadas de arco e contadores no valor de cinco contos e novecentos mil réis. Deixava ainda um terreno no valor de doze contos de réis, não especificando onde estava localizado esse terreno, 286 toneladas de carvão e cinquenta contos de réis de dívidas a receber. O valor a receber do consumo de luz do mês de maio era de trinta e quatro contos de réis.

Informou ainda a diretoria a aquisição de duas cachoeiras no rio Tietê: Pau d’Alho a cerca de trinta quilômetros a jusante de Parnaíba; e a Rasgão, próxima ao município de São Roque. Posteriormente, as respectivas escrituras passariam ao patrimônio da Light and Power que tentaria aproveitar o potencial das quedas d’água com o esgotamento da capacidade da usina de Parnaíba. Na figura de Frederick Pearson, a canadense avaliou em 1910 os planos de construção, assim como o local da cachoeira de Pau d’Alho. Pearson concluiu que as obras seriam de difícil execução em virtude da natureza do terreno e de longa duração, não correspondendo à urgência que o consumo em São Paulo requeria, indicando então a construção de usina no salto de Itupararanga,¹³⁶ no rio Sorocaba, “por ser mais fácil e mais rápida do que a instalação em Pau d’Alho” (SOUZA 1989, p. 86).

Já a cachoeira do Rasgão só viria a ser aproveitada para aumentar a capacidade de

¹³⁴ Título de dívida amortizável, garantido normalmente pelos bens do ativo das empresas, passível de juros e correção monetária.

¹³⁵ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4, Relatório da Diretoria, 31 Maio 1900.

¹³⁶ Para levar a termo a empreitada, a Light and Power organizou em Toronto a São Paulo Electric Company Limited, recebendo autorização para funcionar no Brasil a 21 de Junho de 1911, decreto federal nº 8791. Obtêm as concessões para fornecimento de luz e força nos municípios de Sorocaba ao comprar a Empresa de Eletricidade de Sorocaba e a firma Amosso e Bonini em São Roque.

geração em São Paulo pela Light and Power em 1924. Sua reduzida potência disponível não animou a companhia a realizar investimentos em seu aproveitamento, mas a crise de energia vivida no Estado nos anos 20 instou a Light and Power a esse esforço. Convocou para isso o engenheiro americano A. W. K. Billings,¹³⁷ responsável também pela construção da usina de Paraíba no Rio de Janeiro e pela usina de Cubatão, com aproveitamento das águas armazenadas no planalto para gerar eletricidade em instalação na serra do Mar. A 31 de maio de 1900 declarou a Diretoria da Água e Luz:

A diretoria fez o maior empenho para transformar a nossa força por força hidráulica, comprou uma parte da cachoeira do Rasgão e seguiu por uma escritura de compromisso de compra a cachoeira de Pau d'Alho. Recebeu orçamento de várias casas da Europa, porém as dificuldades de levantar capital preciso foram enormes, apenas conseguimos dois mil contos, quando precisávamos de treze mil.¹³⁸

As dificuldades de levantar capital, que já afligiam a Companhia Água e Luz como mostramos anteriormente, tornou a concorrência com a Light and Power insustentável, apesar da diretoria declarar que além da renda gerada pelo consumo do mês de trinta e quatro contos de réis, poderia ser elevada para quarenta e oito contos quando fosse empregada toda a energia de que dispunham. A diretoria demissionária arrematou, declarando sobre os empregados superiores a sua dedicação sem igual, deixando então profundo agradecimento e diz:

Ainda que tenha sido pouco a diretoria fez tudo quanto pode para o engrandecimento de nossa empresa, e esperamos que em vossas mãos a companhia prospere com a celeridade que todos desejamos.¹³⁹

O tom saudosista da declaração observada no relatório de 31 de maio de 1900 da diretoria da Companhia Água e Luz, assinado pelo presidente Ernesto Steidel e pelos diretores Carlos Corrêa Galvão e Manoel de Araújo Costa, pode ser compreendido já que sabemos que a companhia seria controlada a partir de então pela sua concorrente The São Paulo Tramway, Light and Power Co., como já dissemos. Duas leis municipais foram fundamentais para sepultar o destino da Companhia Água e Luz como empresa comercial viável, a 366 e a 407.

¹³⁷ Asa White Kenney Billings, formado pela Universidade Harvard em 1895, participou da construção de estradas de ferro e usinas em Pittsburgh, Cuba e Nova York. Iniciou sua carreira na Light and Power dirigindo projetos de construção de usinas no México, em Barcelona e finalmente no Brasil. Exerceu a vice-presidência da Brazilian Traction, Light and Power Co. controladora das várias Light and Power.

¹³⁸ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

¹³⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

A 366 definia que a intendência municipal seria o órgão responsável por autorização para assentamento de postes e de rede aérea e/ou subterrânea de cabos e fios de eletricidade e definia também que o mercado consumidor da cidade de São Paulo seria de livre concorrência, estendendo a permissão a toda e qualquer empresa que se propusesse a explorar o serviço. Já a lei 407 regulava o serviço de distribuição de força e luz, definindo que ao prefeito municipal, não mais intendente, caberia autorizar as solicitações de instalação de rede e dividindo a cidade em quatro setores.¹⁴⁰

A Companhia Água e Luz estaria resguardada, pois os setores da cidade reservados a ela, o 1º e 2º, eram os mais populosos, onde se concentravam o comércio, bancos, restaurantes, hotéis e a maioria dos órgãos públicos. Os demais setores compreendiam o que era o subúrbio da cidade na época, que ao contrário da cidade moderna com várias vias de comunicação a ligar o centro às regiões suburbanas, era isolado e pouco habitado. Entretanto, a lei 407 trazia em seu artigo 3º: os pedidos para instalações poderão ser feitos para um ou mais setores, sem exclusão dos setores onde já houver instalações (ELETROPAULO, 1986, p. 39), ou seja, abria a possibilidade de concorrência dentro de um mesmo setor, desde que, conforme o artigo 12 da dita lei,¹⁴¹ ficassem resguardados os lugares ocupados pelas canalizações já existentes.

Em decorrência dessa lei, começou uma série de incidentes pelas ruas da cidade entre as duas companhias. A Light and Power vinha de um período de intenso conflito com a Companhia Viação Paulista em torno das linhas de bonde que a canadense assentava, conflito que virou caso de polícia e foi parar nos tribunais. Não esperava então enfrentar outro período de conflitos com outra companhia de serviços públicos em São Paulo. Em um primeiro momento o prefeito Antonio da Silva Prado reservou o setor para a Água e Luz contra os protestos da Light and Power, declarando que tinha:

... practicado acto de justiça e de equidade, uma vez adaptado o plano de dividir a cidade em sectores para o serviço de distribuição de força e luz eléctricas, dando preferência a Companhia Água e Luz para a instalação que deve ser feita no sector do centro da cidade, o qual em parte e há tempos já goza das vantagens da luz eléctrica fornecida por essa companhia constituída com capitaes nacionaes e que parece preparada para desenvolver a sua instalação.¹⁴²

Diante da contestação da Light and Power, o prefeito reforçou sua decisão, declarando

¹⁴⁰ Para a divisão da cidade em setores, vide nota 55.

¹⁴¹ A expressão “lugares ocupados” daria margem a uma pendenga jurídica entre a Light and Power e seus concorrentes anos mais tarde.

¹⁴² Correio Paulistano, junho de 1899 apud ELETROPAULO, 1986, p. 52.

que os concessionários deveriam submeter-se à lei e explorar os outros setores. No entanto, Frederick Pearson, acompanhado do engenheiro e empresário Octávio Pacheco e Silva e do advogado Pinto Ferraz solicitaram audiência com o prefeito Antonio Prado, que após essa visita reverteu sua decisão, autorizando mais de uma companhia a explorar o serviço de distribuição de força e luz no mesmo setor da cidade (ELETROPAULO, 1986, p. 52). A Companhia Água e Luz que já enfrentava dificuldades foi então obrigada a render-se entrando em entendimentos com a Light and Power para a venda de seu patrimônio, incluindo suas concessões.

A opção da Light and Power foi adquirir ações nominais e não nominais assim como as dívidas por debêntures que a Companhia Água e Luz tivesse. Alexander Mackenzie fora comprando ações da Companhia Água e Luz e reportou à diretoria em Toronto que chegara a obter 86 % das ações da Água e Luz e 60 % das dívidas por debêntures (McDOWALL, 1988, p. 96). Após a compra da maioria das ações da Água e Luz, o quadro acionário tornou-se sensivelmente diferente. Permaneceu então da seguinte forma: Light and Power, 7.888 ações; Pinto Ferraz, 250 ações; Carlos de Campos, 350 ações; Daniel Mulqueen, 250 ações; Fernando de Albuquerque, 350 ações; Luiz A. Barroso, 10 ações e Octávio Pacheco e Silva, 250 ações (ELETROPAULO, 1986, p. 52). Repetiu-se a estratégia da Light and Power de cooptar membros da elite, cedendo-lhes ações e cargos de direção (SAES, A., 2007, p. 70).¹⁴³

As ações que estavam sob o controle de Armando Álvares Penteado e de José de Almeida Prado, além de 652 ações em nomes de terceiros ficaram sem possibilidade de compra, pois a Light and Power oferecia $\frac{1}{4}$ do valor de cada ação para compra. Entretanto, a companhia canadense já assegurara o controle acionário, garantindo as concessões de distribuição de eletricidade para os 1º e 2º setores da cidade de São Paulo. A quantia despendida na operação é divergente, variando entre dois mil réis (SAES, A., 2009, p. 193), a soma imprecisa de “3 mil e tantos contos” declarada pelo vereador Sampaio Vianna no parecer 37 onde afirmou que a Light adquiriu a Água e Luz à Comissão de Justiça da Câmara Municipal de São Paulo¹⁴⁴ ou aproximadamente 250 mil dólares canadenses. A operação teria sido possível graças à cobertura financeira do Canadian Bank of Commerce de Toronto, que teria adiantado à Light and Power 50 mil libras (McDOWALL, 1988, p. 96). Engana-se, porém McDowall quando afirma que a aquisição da Companhia Água e Luz teria dotado a

¹⁴³ “João Mangabeira dizia que no Brasil todos os caminhos do sucesso político passavam pelos escritórios da Light. E é realmente impressionante e extensa a lista de altas personalidades da administração pública que ocuparam cargos na empresa, chamada pela população de o “polvo canadense” (FIALHO, 1979, p. 35).

¹⁴⁴ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão de 24 de abril de 1909, p. 96.

Light and Power de usina termelétrica que possibilitou a inauguração de seu serviço de bondes, ignorando a construção da usina da Rua São Caetano.¹⁴⁵

A chamada “diretoria lighteana” foi eleita na Assembleia Geral Extraordinária realizada no mesmo dia 31 de maio de 1900, após a apresentação do relatório da diretoria demissionária. Sob a presença de 21 acionistas, que representavam 8.024 ações, o presidente abriu a sessão lendo o relatório da diretoria que deixava a administração, sendo escolhidos como presidente dessa assembleia o Dr. Antonio Januário Pinto Ferraz, que convidou para seu secretário o Sr. Fernando de Albuquerque. Expostas pelo presidente a finalidade daquela reunião e o relatório da diretoria resignatária, ouve protestos da parte de acionistas, liderados pelo Dr. Willian L. Strain, contra a retirada dessa última diretoria e sua prestação de contas. Carlos de Campos apresentou então uma indicação de que o protesto não deveria ser registrado na ata e que ao protestante, Sr. Strain, diria que o “logar certo para apurar seus direitos é o juiz competente”.¹⁴⁶

Procederam então à eleição dos novos diretores e membros do conselho fiscal, sendo escolhidos: para diretoria, Fernando de Albuquerque com 18 votos, Octávio Pacheco e Silva, com 17 votos e Carlos de Campos, com 16 votos. Para fiscais, Daniel Mulqueen com 18 votos e Luiz A. Barroso com 17 votos. É apresentado também o balanço realizado a 31 de outubro de 1901 trazendo ainda a usina de Casa Branca como um ativo no valor de cento e dois contos, cento e vinte e um mil e dez réis, em flagrante contraste com a usina de São Paulo, cujo valor demonstrado é de um mil e quatrocentos e um contos, cento e oitenta e três mil, trezentos e noventa e cinco réis. A publicação no Diário Oficial é fechada com a Demonstração da conta “lucros e perdas” também de 31 de outubro de 1901 que traz como receita lucros e perdas em 31 de Dezembro no valor de setenta e dois contos, quinhentos e trinta e um mil, trezentos e setenta réis, o consumo em São Paulo que fora de trezentos e quarenta e quatro contos, oitocentos e oitenta e oito mil e oitocentos réis, além do aluguel de contadores, no valor de setecentos e trinta e quatro mil e novecentos réis. Finalizando, o item Despesa, podemos observar novamente o contraste entre as usinas, com a despesa da usina de São Paulo no valor de cento e trinta e um contos, quarenta e seis mil, setecentos e cinco réis e a da usina de Casa Branca no valor de um conto, trezentos e setenta e seis mil réis.

Aqui já podemos esclarecer a primeira das duas grandes divergências que coexistiam em relação à história da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo: a primeira, quanto ao

¹⁴⁵ “The acquisition immediately provided the São Paulo company with a temporary source of thermal-electric power with which it could inaugurate its streetcar service” (McDOWALL, 1988, p. 96).

¹⁴⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 23 de Junho de 1900, p. 1470.

período em que passou a ser controlada pela Light and Power (CARONE, 1989, 1990) e que pudemos descrever comprovadamente com a Ata da Assembleia Geral de 1900, além da bibliografia utilizada. Relembrando, nesse ano, em abril a estrangeira Light and Power assumiu o controle acionário da Companhia Água e Luz e em maio elegeu diretoria composta por membros de seu staff, a chamada diretoria lightiana. Devido a problemas internos de caixa e à fortíssima concorrência da canadense, mais uma vez relembramos que a Companhia Água e Luz já fazia e sofria concorrência da San Paulo Gas Company, a empresa tentou vender no mercado seus ativos, sem sucesso, conforme observamos,

... temos, sem o mínimo resultado, envidado todos os esforços para vender os materiais adquiridos pela companhia para o estabelecimento da luz elétrica nas cidades de Curitiba, Estado do Paraná, e de Casa Branca, neste Estado; bem como os materiais nesta Capital existentes, para o que pela imprensa e por muito tempo chamamos concorrentes.¹⁴⁷

A segunda divergência é se em algum momento de sua existência a Companhia Água e Luz pertenceu ao grupo empresarial fluminense Guinle & Cia. Também somos levados a esse entendimento pelo historiador e ex-professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Edgar Carone que, através de dois artigos na publicação *Memória do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo* (CARONE, 1989, pp. 14-19; 1990, pp. 38-45), nos traz a novidade do grupo Guinle & Cia como acionista majoritário da Companhia Água e Luz, disputando com a Light and Power o privilégio de distribuir energia elétrica na cidade de São Paulo em 1899. Tornando-se, então, as concessões que esta detinha na cidade de São Paulo pivô de contínuas disputas que se estabeleceram entre o grupo canadense e o grupo do Rio de Janeiro até 1909. Essa divergência, assim como as disputas entre as duas companhias serão expostas com detalhe no subitem 4 deste mesmo capítulo 2¹⁴⁸.

Em contraposição ao profº Edgar Carone, o também historiador Roberto Antônio Iannone (IANNONE, 2006, p. 34), nos apresenta a data de 1899 para a absorção da Companhia Água e Luz pela Light and Power, informando que através do controle acionário a canadense engendrou o monopólio dos serviços públicos na cidade de São Paulo, posição defendida também por Edgar de Souza (1989, p. 40); Flávio Saes (1986, p. 152) e Duncan McDowall (1988, p. 96). Como observamos na ata da assembleia de constituição da Companhia Água e Luz em 1890, onde a Empresa Paulista de Eletricidade repassou seus

¹⁴⁷ FES, Fundo Água e Luz, Reunião de acionistas, s/d.

¹⁴⁸ Além dos artigos citados neste parágrafo, recomendamos a monografia do prof. Alexandre Macchione Saes sobre os conflitos entre o capital nacional e o capital estrangeiro, *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*, Bauru, SP: EDUSC, 2010.

ativos e concessões em troca de montante substancial de ações, uma companhia assumindo o controle acionário de outra não era novidade.

Apesar de a compra da Companhia Água e Luz pela Light and Power ter ocorrido em abril de 1900, a Água e Luz continuou a existir como pessoa jurídica e como fornecedora de serviços de distribuição de eletricidade até sua extinção definitiva, consequentemente, as relações com seus clientes também. A 15 de agosto de 1900, a administração dos Correios encaminhou ofício dirigido ao presidente da Companhia Água e Luz reclamando a troca de lâmpadas que queimaram na repartição, solicitando urgência ao caso. Informou ainda que essa troca seria feita por conta da Água e Luz, visto ser obra de conservação e não substituição de material inutilizado por negligência ou incidente e reclamou os Correios ter-se dirigido mais de uma vez à Companhia Água e Luz com o intuito de solucionar o caso, mas com resultado negativo. Devido às necessidades da repartição, a troca deveria ser feita no prazo inadiável máximo de três dias, advertindo que:

Se findo esse prazo, não houver sido executado esse serviço, essa Administração considerará a recusa dessa Companhia com propósito de rescindir ella o contracto, e nessas condições dirigir-se-ha ao Juizo Federal para o fim de ser definitiva a mesma rescisão, além do pagamento da [multa] de Rs.1:000\$000 a que fica a Companhia obrigada...¹⁴⁹

A 24 de agosto de 1900, foi a vez de Marques, Correia & Gonçalves em nome do Pavilhão Paulista assinar a declaração padrão de solicitação de fornecimento de eletricidade utilizada pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo com seus clientes. Como já demonstramos anteriormente, a declaração era simples documento que informava que as lâmpadas instaladas no estabelecimento, só variava para o tipo de lâmpada utilizada, eram de propriedade da companhia fornecedora de energia elétrica. Os clientes comprometiam-se a pagar a conta mensal de consumo e consumir a intensidade acordada com a Companhia Água e Luz. O mais interessante deste cliente em específico não é somente que foi um dos primeiros a contratar com a Companhia Água e Luz após a incorporação das ações pela Light and Power, mas é a sua localização. Na declaração, o Pavilhão Paulista informou seu endereço como sendo Praça da República, sem especificar o número. Devemos sempre lembrar que ao final do século XIX, início do século XX, o Triângulo Comercial, hoje mais conhecido como centro velho da cidade, próximo ao marco fundador, o colégio dos Jesuítas, era o centro sofisticado de então. A Praça da República se localizava em área de ocupação não tão recente, mas mais destinada a residências particulares, caracterizada por pouco comércio.

¹⁴⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

A 19 de setembro de 1900, outro cliente se apresentou, mas dessa vez não optando pela declaração padrão da Companhia Água e Luz. Ferreira Junior & Saraiva como assinavam eram agentes representantes em São Paulo da Companhia Comércio e Navegação Rio de Janeiro, proprietários do paquete Pirangy. Essa companhia que se anunciava em Santos: “recebe cargas para os portos de Rio de Janeiro, Victoria, Bahia, Maceió, Pernambuco, Natal, Ceará e Pará”,¹⁵⁰ indicando no próprio anúncio os seus agentes. Ferreira Junior & Saraiva estavam localizados na Praça da República, n. 31 em Santos e na capital à Rua Barão de Itapetininga, n. 39, onde possuíam armazém e escritório. Em sua declaração se comprometiam ao pagamento do consumo, como os demais clientes, mas determinavam “... à razão de réis 1:000 por kilowatt-hora, conforme o consumo indicado pelos medidores...”.¹⁵¹ Solicitaram a concordância da companhia em fornecer-lhes luz nas condições acima, suspendendo esse fornecimento sempre que os consumidores, Ferreira Junior & Saraiva, requisitassem. Pedindo também a mudança do transformador instalado na parede frontal do estabelecimento para local indicado pelos próprios consumidores, ressaltando que a despesa com essa mudança correria por conta do próprio estabelecimento contratante, finalizaram que a Companhia Água e Luz retirasse todos os aparelhos “como sejam, transformadores, isoladores, fios etc”¹⁵² se exigido por Ferreira Junior & Saraiva quando não lhes conviesse mais o fornecimento ou ao fim do contrato de aluguel que estes últimos mantinham com o proprietário do imóvel.

A quatro de novembro de 1900 o presidente da Companhia Água e Luz, Fernando de Albuquerque faz publicar em anúncios no Diário Oficial a convocação dos acionistas para assembleia geral a se realizar a 21 de novembro. Além do que exige a legislação, são feitos quatro anúncios, a saber, nos dias seis, nove, treze e vinte e um de novembro, chamando os acionistas a se reunirem, dessa vez à Rua Direita, n. 7, escritório da Tramway, Light and Power. A finalidade da reunião seria a nomeação de três fiscais e seus respectivos suplentes, por haver terminado o mandato do conselho fiscal de então.¹⁵³

Voltou a se manifestar a oito de novembro de 1900 Saturnino de Oliveira, contador, em nome da administração dos Correios, em extenso ofício, contra o que entendia ser negligência da companhia. Relembrou que oficiaram à companhia por diversas vezes antes sobre a irregularidade do serviço de fornecimento de luz, que lhes causava:

¹⁵⁰ Diário de Santos, 27 de Agosto de 1907.

¹⁵¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 1 a 4.

¹⁵² Ibidem, p. 2.

¹⁵³ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 06 de novembro de 1901, p. 2676; de 09 de novembro, p. 2709; de 13 de novembro, p. 2723 e de 21 de novembro, p. 2792.

... deveras estranheza, não só pelas obrigações que a Companhia contrahio para com o Correio de accordo com o contracto existente, como ainda porque, quando aqui compareceu o Snr. Dr. Carlos de Campos, há tempos, declarou ao Administrador que a Companhia providenciaria com solicitude para attender as requisições sobre substituição de lâmpadas gastas ou queimadas por conta da Companhia.¹⁵⁴

A administração dos Correios continuou protestando que, apesar da visita de um dos diretores mais eminentes da companhia, Carlos de Campos, os ofícios da administração não tinham merecido sequer uma resposta, causando prejuízo à repartição o atraso nos serviços requisitados. Advertiram então que estavam dando 48 horas para que a Companhia Água e Luz regularizasse a situação, executando os serviços tantas vezes solicitados, pedindo que “... dê cumprimento as suas obrigações contrahidas no contracto que assignou...”,¹⁵⁵ caso contrário estaria a administração rescindindo o contrato perante o juízo competente.

No dia 21 de novembro de 1901 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária com os acionistas representantes de nove mil, cento e quatro ações, sendo escolhido presidente da assembleia o Sr. Daniel Mulqueen.¹⁵⁶ Convidando para secretário Charles G. S. Shalders, dão início à eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes, conforme solicitado pelo presidente da companhia Fernando de Albuquerque nos diversos anúncios feitos aos acionistas. São eleitos por maioria de votos os Srs. Daniel Mulqueen, Luiz A. Barroso e Alexandre Pulitzer para fiscais e Renato Miranda, Grant Dufresne e Charles Shalders para a suplência. Essa assembleia rápida, realizada para tratar de assunto simples na administração da companhia tornou-se interessante por ser a primeira ata com uma assinatura singular.

Ao lavrar a ata e repassar para a assinatura dos demais acionistas, o secretário Charles Shalders obtém as rubricas de Fernando de Albuquerque, Octávio Pacheco e Silva e Carlos de Campos, os homens que formavam a “diretoria lightiana” à qual já nos referimos anteriormente, além de Daniel Mulqueen e Guilherme Ellis também presentes. Entretanto, a assinatura singular que comentamos e que apareceu pela primeira vez em uma ata da Companhia Água e Luz é a da própria Light and Power que subscreveu como acionista, assinando exatamente como São Paulo Tramway, Light & Power C. Ltda por procuração do superintendente interino James Mitchell.¹⁵⁷ Isto é, a confirmação da operação realizada em

¹⁵⁴ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 2.

¹⁵⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 23 de Novembro de 1901, p. 2812.

¹⁵⁷ James Mitchell substituiu Robert Brown como gerente geral da São Paulo Light de 1902 a 1906. Esperança de Fred Pearson na gerência por ser “profundo conhecedor dos negócios brasileiros” (McDOWALL, 1998, p. 34), logo este revelou decepção com sua atuação que despertou desconfianças e intrigas no escritório em São Paulo, sendo substituído por outro engenheiro americano, Walter N. Walmsley.

abril de 1900 de compra de 7.888 ações da Companhia Água e Luz por corretores norteados pela Light and Power (ELETROPAULO, 1986, p. 53), que confirma definitivamente que esse foi mesmo o momento em que a canadense adquiriu o controle da companhia brasileira.

A 25 de novembro de 1901, o presidente da Companhia Água e Luz, Fernando de Albuquerque iniciou nova convocação através de anúncios aos acionistas marcando assembleia geral para a data de 27 de dezembro.¹⁵⁸ A finalidade dessa vez seria para os acionistas tomarem conhecimento do relatório da diretoria e avaliarem para aprovação as contas e o balanço relativos ao período de 31 de maio a 31 de outubro de 1900. Entre esses dois primeiros anúncios publicados em novembro e os dois que foram publicados em dezembro¹⁵⁹, o presidente fez publicar o documento “Relatório para ser apresentado à Assembleia Geral Extraordinária dos Srs. Acionistas, convocada para o dia 27 de dezembro de 1901”¹⁶⁰.

Tal relatório apresentou a situação da companhia diante do fato de que a Light and Power iniciara em setembro do mesmo ano a distribuição de corrente elétrica produzida em sua usina de Parnaíba, até então a canadense estava absorvida em construir a usina, estender as linhas do tramway e na disputa com a Companhia Viação Paulista. O preço cobrado pela Light and Power de quatro mil réis por cada lâmpada por mês, inviabilizava totalmente o fornecimento da Água e Luz uma vez que o seu preço era o dobro do da canadense. Antevendo que não poderia concorrer com esses preços, sob o risco de perder seus consumidores, a diretoria da Companhia Água e Luz decidiu fechar sua usina da Rua Araújo, o que foi feito a 24 de agosto, e comprar corrente da Light and Power por preço abaixo do custo de produção de sua própria usina.

Em verdade, o fechamento da usina teria o efeito de valorizar os terrenos da parte nova do centro da cidade que vinha se expandindo, pois “era tão ensurdecido o ronco desses geradores que os terrenos do bairro de Vila Buarque, vizinhos à usina, eram pouco procurados para habitações” (SOUZA, 1989, p. 26). A medida favoreceria a Light and Power que praticamente desde o início de suas operações em São Paulo, esteve envolvida com a venda e desapropriação de terrenos, principalmente os terrenos às margens dos rios (SEABRA, 1987, p. 124).

Suprindo então os seus consumidores com corrente elétrica repassada pela Light and

¹⁵⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 26 de Novembro de 1901, p. 2828 e 27 de Novembro, p. 2836.

¹⁵⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 11 de Dezembro de 1901, p. 2966 e 27 de Dezembro, p. 3076.

¹⁶⁰ Para o relatório na íntegra, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 08 de Dezembro de 1901, p. 2941; em SAES, F., 1986, p. 151, temos um trecho do relatório.

Power, a diretoria reconhecia que seu número se reduzia, apesar dos preços terem sido iguais aos da canadense. Comprovando a assertiva, compararam a receita bruta de agosto de 1900 de quarenta contos, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos réis com a de outubro que baixou sensivelmente para dezessete contos, cento e quarenta e três mil e setecentos réis. As despesas para o mesmo mês de outubro foram de dez contos, novecentos e vinte e sete mil, cento e oito réis, acrescidas do valor pago à Light and Power pela corrente fornecida de seis contos, novecentos e noventa e sete mil e quinhentos réis.

As dívidas da companhia que se elevavam a trezentos e dez contos, duzentos e sessenta mil e setenta réis, foram reduzidas a cento e cinquenta e oito contos, setecentos e quarenta mil, cento e trinta e um réis. Entretanto, havia também as dívidas por debêntures que montavam ao valor de setecentos e setenta e três contos e setecentos mil réis!¹⁶¹ Diante da situação de quase insolvência que se apresentava, apesar do consumo na cidade de São Paulo ser de trezentos e quarenta e quatro contos, oitocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos réis, a diretoria recomendou a liquidação amigável e imediata da companhia, publicando também o parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço e as contas que seriam submetidas à apreciação da próxima assembleia.

O conflito jurídico que perdurou com a Câmara de Casa Branca persistiu mesmo depois do período em que a Light and Power assumiu a administração da Companhia Água e Luz. A pendência que existia desde 1892 se resolveu finalmente em 1902, quando um termo de rescisão foi escrito pelo secretário da Câmara de Casa Branca João Rabello Cintra. Foi assinado entre a Câmara, representada pelo prefeito de Casa Branca o Barão do Rio Pardo,¹⁶² e o representante por procuração assinada pelo presidente Fernando de Albuquerque da Companhia Água e Luz, comendador Antônio Augusto de Souza, o sogro de Carlos de Campos. Pelas condições do termo, a companhia desistia da ação judicial que movia contra a Câmara de Casa Branca, recebendo em troca nove contos, cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reis. Desta quantia, oito contos, cento e nove mil e quinhentos reis eram referentes ao consumo de luz na cidade do período de junho a dezembro de 1898 e o restante a pagamentos feitos a peritos solicitados pelo tribunal onde corria a ação. A companhia estava então desobrigada das cláusulas do contrato e a Câmara de Casa Branca livre para contratar outra companhia que se interessasse pela concessão na cidade. Achemos que vale a pena reproduzir o documento na íntegra:

¹⁶¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 08 de Dezembro de 1901, p. 2941.

¹⁶² Antônio José Correia, terceiro barão do Rio Pardo (1840-1906) era fazendeiro de café e político, exercendo os cargos de prefeito municipal de 1902 a 1904 e deputado provincial.

Cópia do termo de rescisão de contracto que fazem a Camara Municipal e a Companhia Água e Luz, como abaixo se declara. Aos cinco dias de maio de mil novecentos e dois, nesta cidade de Casa Branca, no Paço Municipal, presentes a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, representada por seu bastante procurador, o commendador Antonio Augusto de Souza, conforme o instrumento de procuração que exhibiu, outorgada pelo presidente daquela associação, doutor Fernando de Albuquerque, de uma parte, e de outra a Camara Municipal desta cidade, representada pelo seu prefeito, o Barão do Rio Pardo, para isso devidamente autorizado, em reunião de hoje, digo, em sessão de hoje, todos reconhecidos de mim secretario da mesma Camara e das testemunhas abaixo assignadas, perante as quaes, pela Companhia Água e Luz foi dito que, tendo feito accordo com a Camara Municipal desta cidade para a rescisão do contrato que tinha com ela para a iluminação publica e particular desta cidade, conforme o contrato e respectivas alterações existentes no livro competente, desistia, pelo presente termo, da acção judicial que move a Camara, ficando esta isenta de toda e qualquer responsabilidade decorrente do contracto e seu additamentos e a Camara obrigada a pagar-lhe a quantia de nove contos cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reis (Rs. 9:184\$500), sendo oito contos cento e nove mil e quinhentos reis de consumo de luz no período de junho a dezembro de mil oitocentos e noventa e oito e um conto e

p. 2, setenta e cinco mil reis de pagamento aos peritos nomeados pelo Tribunal, o que ora faz em um cheque contra o Banco de São Paulo, da qual quantia dá, neste acto, plena e geral quitação, ficando à Camara livremente e sem ônus algum, a liberdade de conceder privilégio da iluminação elétrica a outrem e de facto rescindido e sem effeito, para os fins legais, o contrato que havia celebrado. Pela Camara, representada por seu prefeito, foi dito que aceitava o presente termo tal como nelle se contem e declara que exonerava a Companhia de toda a responsabilidade, na forma estabelecida, recebendo igualmente plena quitação da importância que lhe paga neste acto. E, para constar, lavrou-se o presente termo que é assignado pelas partes e pelas testemunhas presentes, doutor Francisco Thomas de Carvalho e Lafayette de Toledo. Eu, João Rabello Cintra, secretario da camara o escrevi (assignados). Casa Branca, 5 de Maio de 1902. Antonio Augusto de Souza, Barão do Rio Pardo, Francisco Thomas de Carvalho, Lafayette de Toledo. (acha-se collada uma estampilha federal do valor de tresentos reis devidamente inutilisada). Era o que se continha em dito termo para aqui fielmente copiado.

Casa Branca, 5 de Maio de 1902.

Secretario da Camara. João Rabello Cintra¹⁶³

A 1º de julho de 1902, Saturnino de Oliveira, o já conhecido da Companhia Água e Luz administrador da repartição do Correio enviou novo ofício à companhia, dessa vez, encerrando o assunto em definitivo. Não citou mais a questão sobre o serviço de troca de lâmpadas que insistentemente reclamava. Dessa vez, seu ofício é simplesmente para encerrar o contrato com a Companhia Água e Luz, contrato esse que “... havendo expirado hontem o praso do contracto (3 annos) celebrado entre esta Administração e essa Companhia quanto a luz até aqui ao serviço da Repartição, não mais será preciso esse elemento de hoje em

¹⁶³ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

diante”¹⁶⁴. Não apresentou mais dados o Sr. Saturnino de Oliveira para termos certeza que a não renovação do contrato era devida à insatisfação gerada antes.

A geração de energia elétrica a partir da matriz hidráulica não era necessariamente desconhecida, mas seu sucesso como empreendimento comercial tinha pouco tempo de existência. A Light and Power iniciou seus trabalhos de fornecimento com usina a vapor situada à rua S. Caetano, no bairro da Luz, como afirmamos anteriormente, mas logo começou também as obras para a implantação da usina de Parnaíba, posteriormente chamada usina Edgar Egydio de Souza. Essa inovação tecnológica também não era desconhecida por estas bandas, mas não foi habilmente aproveitada pela companhia paulistana.

Para a Companhia Água e Luz, a opção de fornecer energia através de uma usina térmica, utilizando como combustível o carvão, a manteve sempre diante de custos altos e retorno incerto no negócio. Analisando a trajetória da companhia, concordamos que a geração termelétrica implicaria em uma limitação ao desenvolvimento do setor elétrico paulistano, pelo menos enquanto os combustíveis utilizados fossem os apontados, porém não resultando necessariamente em comprometimento do crescimento coordenado deste setor. Como notamos anteriormente, a Constituição de 1891, vigente até 1934, outorgou aos municípios e Estados a prerrogativa de legislar sobre o assunto (LIMA, 1984, p. 15), não havendo referência à exploração de recursos hídricos.¹⁶⁵ Assim, disputando nas esferas municipal e estadual, a Companhia Água e Luz não suportou a concorrência de empresas, no caso a Light and Power, que chegaram ao mercado brasileiro com a proposta de fornecer energia baseada na hidroeletricidade, com aporte maior de capital e acesso direto ao executivo e legislativo de estados e municípios.

Independentemente dos custos de construção de usinas hidrelétricas serem mais baixos ou mais altos do que construir e manter uma usina térmica, a própria Companhia Água e Luz cogitou na adoção do fornecimento baseado na energia hidráulica, conforme verificamos. A geração de energia elétrica já não era mais novidade pelo final do século XIX. O bem sucedido transporte de energia em alta voltagem, em corrente alternada, a grandes distâncias foi conseguido durante a Exposição de Frankfurt-am-Main em 1891 que a ligou a central hidroelétrica de Lauffen por uma linha de transmissão de 170 km (EDP, 1992, p. 22).

¹⁶⁴ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7.

¹⁶⁵ “Em 1909 foi elaborado por Alfredo Valadão, a pedido do presidente Nilo Peçanha, o projeto de um Código de Águas. Mas ele ficou paralisado no Congresso Nacional até a década de 1920, em grande parte devido à influência política da Light, que temia que a regulamentação restringisse e impusesse limites a sua atuação” (JORGE, 2006, p. 83).

Possibilitou a produção a partir da armazenagem de grande volume de águas e manutenção de usinas construídas em concreto armado e a geração de uma quantidade muito maior de energia e seu transporte eficiente a longas distâncias para as urbes que cresciam. Exigiam, porém, substanciais quantidades de capital e um dos principais problemas que a Água e Luz enfrentou foi a incapacidade de levantar os fundos necessários para a implantação do plano, pois:

... a geração, transporte e distribuição de eletricidade constituem-se em atividades consideravelmente intensivas no uso de capital, exigindo elevados investimentos e englobando ativos muito específicos, que usualmente, não são exigidos em muitos outros segmentos produtivos. (IANNONE, 2006, p. 22).

Reiteramos que as dificuldades apresentadas nos levam a acreditar que o movimento, que aconteceu posteriormente, de monopolização do setor sob o controle de poucas companhias, em São Paulo duas estrangeiras a Light and Power e a Amforp, não era inevitável. Não ignoramos também a existência de algumas outras companhias, de caráter local nos municípios e que resistiram ao “abraço” das estrangeiras, que arquitetaram o monopólio de forma bem articulada com os poderes políticos locais. Em 1901, os clientes da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, a maioria comerciais, estavam entre os 1.048 consumidores de energia elétrica da cidade de São Paulo.

Capítulo 3 – Características e personagens dessa história

Etienne farejou essa compensação de desastres, cheio de desânimo diante do poderio invencível dos grandes capitais, tão fortes na batalha, que engordavam com a derrota comendo os cadáveres dos pequenos, caídos ao seu lado.

Émile Zola. *Germinal*, p. 322.

3.1 Urbanização de São Paulo: oportunidades para capitalistas.

“A capital é a artéria principal do Estado, seu coração, o centro onde melhor se vê o fluxo e o refluxo, onde são mais sensíveis as alternativas econômicas, o verdadeiro espelho do movimento agrícola e industrial do Estado”¹⁶⁶ essa fala de um vereador na Câmara Municipal em 1899 nos dá a dimensão da percepção que os homens da São Paulo de então tinham sobre o que estavam vivendo. A cidade experimentou crescimento muito amplo a partir do final do século XIX, tanto urbano-geográfico, como populacional, passando de pacata cidade colonial acadêmica a centro urbano, financeiro, industrial e político dinâmico. Entretanto, não era somente desde este período que a cidade apresentava importância, afinal:

Desde sua fundação em meados do século XVI, ela tem sido o centro das rotas de transporte terrestre e, a partir da década de 1860, tornou-se a encruzilhada da rede estadual de estradas de ferro. A cidade foi o destino inicial da massa de imigrantes que penetrou no Estado na década de 1880 em diante e o centro de distribuição da força de trabalho nas zonas cafeeiras do oeste. Ainda em 1874, o município da Capital estava atrás de Campinas em população total – 26.040 contra 31.397 habitantes. Mas em 1886 a Capital crescera para 47.697 habitantes, alcançando Campinas 41.523 (HOLLOWAY, 1984, p. 33).

Como alguns estudiosos advertem, esse crescimento não observou sempre ritmo tão acelerado quanto o que assumiu ao término do século XIX, sendo qualificado como período de desenvolvimento “lento e seguro”, entre 1837 e 1872 (SINGER, 1968, p. 32), mas acentuado o suficiente para chamar atenção. Podemos perceber alguns melhoramentos urbanos sendo realizados, como por exemplo, a instalação de iluminação pública a gás em 1872; melhorias no abastecimento de água a partir de 1851; novo matadouro inaugurado em 1852, no mesmo ano conclusão da nova penitenciária e pavimentação de ruas por volta de 1860. Assim, no período anterior ao “boom” cafeeiro, São Paulo “passa por certo desenvolvimento econômico lento, porém cumulativo” (SINGER, 1968, p. 27). Em 1873 as ruas que formam o triângulo central, que viria a ser o centro financeiro, político e comercial da cidade, receberam os primeiros paralelepípedos (MORSE, 1970, p. 244), assim como as primeiras luzes elétricas nas ruas em 1888 e, para alguns, o grande fator que mudou esse ritmo, acelerando-o substancialmente teria sido a chegada da estrada de ferro inglesa, que construiu sua estação no bairro da Luz em 1867 e também contribuiu para tornar Santos, na outra ponta da ferrovia, uma cidade “livre da presença constante de tropas imundas de animais cargueiros em suas ruas” (GRAHAM, 1973, p. 124). Assim, teria a cidade de São Paulo “apresentado intensa urbanização” (MELLO, Z., 1990, p. 84) desde pelo menos 1877. Os

¹⁶⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 4ª sessão ordinária de 18 de janeiro de 1899, p. 27.

testemunhos demonstram como as transformações impressionaram os homens de então:

Június (Antonio de Paula Ramos Júnior), que deixou a Academia em 1852, escreveu um valioso relato de sua primeira volta a São Paulo, trinta anos mais tarde. Causou-lhe admiração o rápido e trepidante ritmo de vida em 1882. Antigamente, as famílias saíam às ruas apenas para uma ou outra visita, sempre acompanhadas pelo paterfamilias; desconheciam-se os passeios para fins higiênicos ou recreativos. Cafés não existiam e se um jovem entrava num restaurante para tomar cerveja ou mesmo água com açúcar, era tido como extravagante e talvez imoral (MORSE, 1970, p. 265).

E como não poderíamos deixar de concluir a ferrovia inglesa chegou porque São Paulo formava junto com Jundiaí a entrada para o planalto produtor de café, assim, “um vasto e rico interior agrícola tornava-se tributário da capital da Província e de seu porto, Santos” (MORSE, 1970, p. 159) transformando profundamente a cidade de São Paulo. E como vimos, a cidade de Campinas chegou a ameaçar a proeminência da capital, pois foi considerada a capital agrícola da província com crescimento populacional de cerca de 469% no período entre 1836 e 1874, passando de 6.689 habitantes para 31.397 habitantes. Nesse mesmo período a cidade de São Paulo viveu um declínio populacional, ainda que reduzido, passando de 31.569 habitantes para 31.385 habitantes (MATTOON, 1977, p. 278). A própria cidade de Santos rivalizou com a capital como centro dos negócios do café até a implantação da São Paulo Railway. Ainda assim, a transformação da cidade de São Paulo foi registrada por inúmeros visitantes e moradores, entre eles Dr. Lomonaco, um italiano que em 1886 declarou:

São Paulo não apresenta ainda os aspectos de grande cidade, no sentido exato da palavra. Está sujeita, presentemente, a um regimen, a uma obra de continuas demolições e transformações, que a melhoram e embelezam de dia para dia e não pode concluir-se em breve lapso (MORSE, 1970, p. 243).

Esse processo transformador que envolveu diferentes planos da cidade e do estado de São Paulo, vida econômica, comercial, política, cultural etc, incluindo a urbanização das cidades era fruto direto da expansão comercial “resultante da integração do país no mercado internacional, e, portanto sujeito às suas oscilações” (COSTA, E., 1999, p. 259). Isso explicaria porque essas fortes transformações aconteceram em São Paulo e Rio de Janeiro,¹⁶⁷ sob a égide da economia cafeeira, e não em cidades do nordeste brasileiro, por exemplo, dependentes de um ciclo econômico baseado no açúcar, artigo em crise no mercado internacional. Esse mercado internacional consumia avidamente a bebida escura, até por ser de “qualidade inferior, apropriada ao consumo das massas” (DEAN, s/d., p. 9), com procura

¹⁶⁷ “São Paulo e Rio fazem parte da mesma área geoeconômica. Que o processo de industrialização se tenha localizado nela, deve-se às consequências indiretas do surto cafeeiro. Graças a ele constituíram-se mercados de fatores (de capital e de trabalho), construiu-se um amplo sistema de transporte terrestre (ferroviário) e marítimo e se formaram aglomerações urbanas, que foram constituir o mercado interno indispensável ao desenvolvimento industrial” (SINGER, 1968, p. 50).

crescente nos Estados Unidos e na Europa à medida que a industrialização aumentava sua produtividade, com algumas características visíveis como “os prazeres e maravilhas da modernidade, a surpresa constante das novas invenções e a criação de um mundo totalmente revolucionário nas grandes cidades” (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 24). Inclusive, as transformações se davam na própria estrutura do sistema de produção, no âmago do capitalismo.

“Cada vez mais, a busca de mercados, a agilidade dos novos meios de transporte, a modernização dos processos produtivos e a necessidade de produzir em escala para enfrentar a dura concorrência exigiam a concentração de interesses e capitais.” (Idem)

Entretanto, os Estados Unidos se configuravam no principal mercado consumidor do produto, importando 47% do café brasileiro já em 1850. A Inglaterra, maior vendedor de produtos manufaturados no Brasil, em contrapartida consumia pouco café, o que levou um diplomata brasileiro a reclamar com demasiada ênfase que: “... a Inglaterra importava apenas 9 libras de café brasileiro, enviando-nos em troca 3.000.000 de libras de produtos manufaturados” (GRAHAM, 1973, p. 80). De fato, embarques de café brasileiro para a Inglaterra que eram de 4,3 milhões de libras durante 1875-9 caíram para 1,1 milhões de libras por volta de 1900. Porém, o aumento do consumo nos Estados Unidos e Alemanha, que observavam forte industrialização no período, foi influenciado por outros fatores tais como transporte mais barato e mais seguro à medida que os vapores construídos de ferro e aço passaram a seguir as rotas do Atlântico Sul; sistema comercial mais eficiente e mais amplo, com a fundação de casas importadoras e início de operações bancárias intercontinentais.

Explica também a “diferenciação de espaços” vivida pela cidade a partir de 1860, com nova localização para o mercado e a consolidação do triângulo como área comercial da cidade, o “verdadeiro centro da cidade” (SEABRA, 1987, p. 29). A população do município passou de 64.934 habitantes em 1890 para, apenas 10 anos depois, em 1900, 239.890 habitantes (GRAHAM, 1973, p. 40). Recebeu o Estado de São Paulo a impressionante cifra de 108.688 imigrantes no ano de 1891, chegando a 136.142 mil imigrantes em 1895, mas esse era um número que vinha observando crescimento muito grande desde 1887 quando entraram no estado 32.110 mil imigrantes (HOLLOWAY, 1984, p. 265). Passou a 91 mil em 1888, experimentando também oscilações grandes, com diminuição do número em alguns anos, sendo que em 1889, esse número despencou para 27 mil imigrantes e em 1890 subiu um pouco, para 38 mil.

Se observarmos a tabela com os dados reunidos por José de Souza Martins,

perceberemos mais facilmente o grande influxo de pessoas que representou a imigração na última década do século XIX, obviamente representando crescimento expressivo populacional, nas cidades e serviços que requeria, incluindo o porto de Santos que precisava administrar esse número crescente de pessoas:

Quadro 1 - Movimento imigratório no Estado de SP
(1871-1900)

1871 - 75	– 4.405 obs. não estão deduzidas as saídas.
1876 – 80	– 7.779
1881 – 85	– 21.739
1886 – 90	– 199.918
1891 – 95	– 421.487
1896 – 00	– 298.100.

(MARTINS, J., 1973, p. 76).

Assim, o salto impressionante de mais de 200% de crescimento¹⁶⁸ na população estava diretamente ligado à imigração que trouxe braços para as lavouras de café, novamente o café, e criou impacto na urbanização, mas também demandou por produtos e serviços, que essa população necessitava. Esse incremento, bem o sabemos, pode ser observado de forma generalizada no estado de São Paulo inteiro, pois o número de municípios cresceu de 46 em 1850, para 120 em 1886 e 206 em 1920 (HOLLOWAY, 1984, p. 33), muitas vezes acompanhando a fronteira agrícola que avançou em direção ao oeste.

Para José de Souza Martins, esse crescimento não foi tanto urbano quanto teria sido rural, reconhecendo que: “... ainda que se desse um crescimento urbano significativo, a constituição do mercado consumidor de manufaturados estava associada diretamente à situação e ao funcionamento da economia cafeeira...” (1973, p. 77). No entanto, a população urbana aumentou de forma geral, principalmente nas cidades que acabaram se tornando grandes como São Paulo, Campinas e Santos, com forte supremacia da capital sobre as demais na preferência dos mais ricos, “... natural que as famílias abastadas do interior tenham fixado residência na feliz paulicéia, cujo clima agradável, embora muito variável, atrai até gente de Campinas e Santos” (LÉRIAS, 1988, p. 10). Muito procurada pelos fazendeiros de café que decidiam mudar-se para ter acesso a mais serviços, procurando uma maior cultura urbana própria para o desenvolvimento capitalista do que “a vida agrária, patriarcal e estreita nas fazendas” como o próprio Martins reconhece em outra de suas obras (2004, p. 109).

Natural também que as cidades passassem a inchar justamente com os imigrantes que

¹⁶⁸ “É importante notar que neste mesmo período São Paulo apresenta um aumento de população, que pela primeira vez é maior que o do Rio não só em termos relativos, mas também absolutos. A população de São Paulo passa de 64.934 habitantes em 1890 para 239.820 em 1900, registrando uma elevação de nada menos de 268% em 10 anos, o que dá a impressionante taxa geométrica de 14% de crescimento anual. No último decênio do século XIX, a população paulistana aumentou de cerca de 175.000 almas...” (SINGER, 1968, p. 47).

chegavam ao país para trabalhar na lavoura. As condições adversas que trabalhadores europeus encontraram, desacostumados com a forma rude com que os latifundiários brasileiros tratavam seus trabalhadores, antes escravos negros, desestimulou a permanência nas fazendas,¹⁶⁹ resultando ou em insubordinação e conflitos em forma de greves ou em êxodo da zona rural em direção às aglomerações urbanas:

Enquanto a zona rural empurrava os seus habitantes para fora, a cidade os puxava com promessas reais ou ilusórias de instrução, oportunidades econômicas e libertação do peso e miséria rural. As promessas eram reforçadas, principalmente nas capitais, por melhoramentos como a iluminação a gás, linhas de bondes, largas avenidas, teatros, companhias líricas e edifícios públicos monumentais. Por meio de tais embelezamentos, os chefes políticos atraíam a elite rural dessas sociedades oligárquicas – elites cada vez mais absenteístas e localizadas nas cidades – atraindo ao mesmo tempo as massas de lavradores, que iriam criar nas cidades novas pressões na política nacional (MORSE, 1970, p. 17).

Ou seja, não somente os fazendeiros eram atraídos para as cidades, mas também os imigrantes que formariam a parte principal da massa proletária que operariam as fábricas e o setor de serviços. Toda essa aglomeração criaria pressões de natureza diversa, entre elas a pressão pela higiene pública principalmente das classes abastadas sempre temerosas das epidemias que subiam a serra vindas da cidade de Santos e sua precária zona portuária. Esses temores estimularam a pressão por obras de saneamento (JORGE, 2006, p. 181) a reboque das reformas urbanísticas experimentadas em diversas grandes cidades do mundo ocidental como Paris, Londres, Chicago e Nova Iorque, sendo que na capital paulista foram surgindo os bairros voltados para as classes média e alta com disposições claramente sanitárias.

Em São Paulo as reformas urbanísticas, representadas pelo “bota abaixo” paulistano de 1912, quando foi demolido grande parte do centro, Rua Direita, Rua Quinze de Novembro, Rua do Quartel, Santa Teresa e Esperança para ampliação da Praça da Sé (CAMARGO, 2010, p. 420), foram precedidas pelos investimentos privados nos loteamentos de chácaras para criação de bairros nobres. Para exemplificar, ao observarmos o panorama do bairro dos Campos Elíseos em fotografias de época, teremos a sensação de bucólica harmonia no bairro.¹⁷⁰ Ruas retas, claramente bem traçadas, residências dispostas de forma harmônica, árvores espalhadas pela paisagem, dando-nos aquela rara impressão agradável que somente o

¹⁶⁹ Não devemos ignorar, porém, as histórias de sucesso protagonizadas pelos imigrantes como, por exemplo, a de Francisco Schmidt, dono da fazenda Monte Alegre, uma entre muitas do seu império cafeeiro: “Este alemão analfabeto chegara a São Paulo em 1856, com seis anos de idade, e no início do século XX possuía seis milhões de pés de café. Suas trinta e cinco fazendas, na área de Ribeirão Preto, cobrindo 24.000 hectares, empregavam quase três mil imigrantes e oitocentos brasileiros natos” (HOLLOWAY, 1984, p. 211).

¹⁷⁰ Guilherme Gaensly produziu em 1905 inúmeras fotografias de panoramas de bairros paulistanos como Campos Elíseos, Santa Cecília, Higienópolis, República e Paulista, assim como o centro da cidade (FERRAZ, 2001).

campo costuma despertar. Hoje esse tipo de sensação é praticamente impossível de ser sentida em uma cidade como São Paulo, mas na cidade de fins do século XIX e começo do XX, essa disposição advinha do ideal perseguido na expansão do município, “uma nova proposição de exibir a cidade” (BARBUY, 2006, 28). Para a confecção de bairros novos, era buscada a melhor disposição de ruas e residências, procurando sempre os melhores pontos para insolação das casas, ruas amplas com espaço arejado para circulação de ar, ruas limpas e de preferência arborizadas. Relembramos que estamos falando dos bairros construídos para os ricos e para a classe média, nos bairros operários a realidade observada era bastante diversa.

Focaremos em dois bairros específicos, Campos Elíseos e Higienópolis, para tratarmos do tema urbanização por serem esses bairros contemporâneos, e decorrentes desse processo de acumulação que viemos apontando e por representarem tão bem os ideais perseguidos pelas classes abastadas de sanitarismo, recreação, utilidade pública e bem morar e também por estarem diretamente ligados a um dos maiores acionistas da Companhia Água e Luz, seu primeiro presidente Victor Nothmann. O primeiro loteamento no bairro dos Campos Elíseos é de 1878, resultado da associação de Victor Nothmann e Frederico Glette. Procurando atrair os fazendeiros do café para o bairro onde se localizava a estação de trem da Sorocabana e que estava bem próximo da estação da São Paulo Railway na Luz, meio de locomoção por excelência do final do XIX, contrataram Hermann Von Puttkamer para que imprimisse esse caráter harmonioso ao bairro que nasceu onde antes só havia chácaras. O negócio com loteamentos na cidade e criação de novos bairros, com residências de tijolos erigidas com modernas técnicas construtivas, estilo importado, geralmente francês, para agradar a classe média era propiciado pela valorização e especulação das terras que se observou com a expansão da cidade:

... a transformação da cidade de São Paulo na “capital dos fazendeiros” provocou os melhoramentos urbanos e a valorização imobiliária, decorrente do crescimento da cidade, a favorecer a todos os grupos que tinham imóveis... (MELLO, Z., 1990, p. 99-103).

O bairro de Campos Elíseos estava cortado por duas artérias principais, a Avenida Duque de Caxias, que comunicava de um lado com os bairros de Santa Cecília, Vila Buarque e Higienópolis, e de outro lado comunicava com a Avenida Tiradentes, recém-recortada pela administração Antonio Prado, pelas ruas Mauá, Prates e João Teodoro, contornando o parque da Luz, uma das áreas verdes mais importantes da capital ao final do século XIX. E a Avenida Rio Branco, antes chamada de Avenida Campos Elíseos, a comunicar o bairro diretamente com o centro da cidade de São Paulo em uma ponta e com os longínquos e antigos bairros da Casa Verde e Freguesia do Ó, na outra ponta da avenida.

Suas ruas interiores, outrora pitorescas e marcadas pelo verde, daí as tantas que foram chamadas de alamedas, receberam nomes estrangeiros ou das classes abastadas de São Paulo, quase sempre homenageando os “criadores” do bairro ou os políticos e fazendeiros do café. Alameda Nothmann, Alameda Glette, Alameda Cleveland, Alameda Eduardo Prado, Alameda Barão de Limeira, Rua Barão de Campinas, Alameda Barão de Piracicaba, Rua Adolfo Gordo, Rua Conselheiro Nébias. Das poucas exceções, a Rua dos Guaianazes (cuja grafia antiga trazia o y: rua dos Guayanazes e que em 1865 também serviu de nome a um largo no bairro) destoava dessas nomeações. O bairro um dia foi chamado de bairro do Campo Redondo, pois em 1850 era o local onde se realizavam corridas de cavalos e ficou conhecido como Campo das Cavalhadas, que lá funcionaram até o surgimento do Hipódromo da Mooca e tinha formato redondo. Em 1865, o Campo das Cavalhadas passou a chamar-se Largo dos Guaianazes e em 1921 recebeu o nome definitivo de Praça Princesa Isabel. No local a Câmara Municipal chegou a aprovar em 1855 a instalação de um cemitério, que foi construído na Consolação, “local mais distante do centro e com menos ocupação urbana” (ITAÚ, 1995, p. 11). Nesse largo, desde 1881 até 1893, existiu um chafariz que fornecia água aos residentes no bairro e foi retirado quando a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos instalou suas primeiras redes na cidade.¹⁷¹

Posteriormente, ficou conhecido como Campos de Mauá, justamente pelo fato de em 1865 o Barão de Mauá ter adquirido uma chácara de Roberto Sharpe, denominando-a Chácara Mauá. Em 1875 a primeira estação da estrada de ferro Sorocabana foi construída na Rua Mauá e, apesar de suas dimensões ainda modestas, contribuiu para a valorização do bairro, atraindo fazendeiros e especuladores imobiliários para a região. E assim como a companhia Estrada de Ferro Sorocabana, a São Paulo Railway também tinha sua própria estação, desde 1867, só que no bairro da Luz, suficientemente próxima, para que também contribuísse para elevar os preços dos terrenos no bairro dos Campos Elíseos.

Pontos importantes na paisagem da cidade, cuja construção fora obra da iniciativa privada, foram essas estações das ferrovias que cortavam o estado. A segunda estação da Estrada de Ferro Sorocabana foi construída em 1914, procurando acompanhar o crescimento do próprio Estado de São Paulo e sua capital que concentrava muitas indústrias e servia de armazém para os produtos que vinham do interior do Estado em direção ao porto de Santos. O projeto dessa estação é de Ramos de Azevedo, e substituiu a primeira estação que ficava na

¹⁷¹ Atualmente, a Praça Princesa Isabel é marcada pelo monumento a Duque de Caxias. Projeto de 1941, de Victor Brecheret, somente em 1960 o monumento foi construído e instalado na praça, após intensa controvérsia sobre qual local deveria recebê-lo.

Rua Mauá, pequena demais para a cidade que pulsava. A partir de 1938 perdeu suas funções originais,¹⁷² quando a terceira e mais requintada estação de trem de São Paulo, batizada de Estação Júlio Prestes, foi terminada, passando a abrigar então armazéns e setores administrativos da Sorocabana.¹⁷³

Assim, o loteamento de 1878, começou com Frederico Glette e Victor Nothmann comprando a Chácara Mauá, com a contratação de von Puttkamer para projetar o loteamento dos Campos Elíseos, primeiro bairro planejado de São Paulo. Parece que o lucro foi tão compensador, “... *gastam 100 contos com a abertura dos Campos Elíseos e apuram 800 contos!*” (HOMEM, 1981, p. 60) que encorajou os empresários a investirem em outras companhias que fornecessem bens e serviços que refletiam um jeito metropolitano de morar. Novidade pelas bandas de um lugar em que os abastados ainda viviam mais em suas fazendas, mantendo residências nas cidades para as raras vezes em que aí estivessem. O que reforça a tese de que a valorização e a especulação andavam juntas, fazendo parte de um processo maior que envolvia outros elementos presentes na economia e sociedade de então:

A valorização das terras e o declínio dos escravos inserem-se no quadro da passagem ao trabalho livre; a instalação da rede ferroviária, obra do capital cafeeiro, possibilitou ocupar novas terras e garantiu a própria expansão cafeeira. Neste sentido propiciou ganho líquido aos proprietários que as tinham adquirido a custo nulo ou quase nulo. Por outro lado significou perda para aqueles grupos cuja atividade ligava-se à circulação de mercadorias, pela depreciação do ativo animais (MELLO, Z., 1990, p. 99-103).

Os alemães Victor Nothmann, Frederico Glette e os irmãos Martinho e Hermann Burchard, todos imigrantes, aparecem constantemente ligados aos negócios imobiliários, incluindo os loteamentos desses bairros dirigidos às classes abastadas. Porém, outros empresários também apareciam nos empreendimentos de loteamento de terrenos, o que demonstra o excelente negócio em que se configuravam já naquele momento: Alberto Kuhlmann, Domingos Luiz da Costa, Guilherme Nogueira de Andrade, José Maria Diniz e Rivadavia Correa (LÉRIAS, 1988, p. 195), esse último também acionista da Companhia Água e Luz. Havia uma chamada “atuação programada sobre o mercado de terras na cidade” (SEABRA, 1987, p. 34) com bairros criados especificamente para que a burguesia deixasse de

¹⁷² Do regime do Estado Novo até a Ditadura Militar iniciada em 1964, tornou-se o endereço do Departamento de Ordem Política e Social. Após projeto de revitalização do centro, desde 1998, integra a Secretaria da Cultura que instalou no edifício o Museu da Resistência.

¹⁷³ Construída de 1926 a 1938, teve atividades iniciadas em 1930, com o prédio inacabado. O projeto do engenheiro Samuel das Neves e do arquiteto Christiano Stockler das Neves, sofreu modificações, o que desagradou seus idealizadores. Desde 1997 é onde está sediada a Secretaria de Estado da Cultura e desde 1999, abriga a Orquestra Sinfônica de São Paulo, com sala especialmente adaptada para seus espetáculos, chamada Sala São Paulo, sendo que parte do complexo ainda serve à sua destinação original, de estação de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, CPTM.

habitar junto ao centro comercial e financeiro da cidade, procurando bairros com as condições sanitárias desejadas. Outro exemplo dessa atuação programada era a de José Estanislau do Amaral Campos, “... um dos capitalistas que mais contribuiu para o desenvolvimento material da Pauliceia...” (RAFFARD, 1977, p. 18). Estanislau do Amaral foi importante fazendeiro, investidor na construção de edificações modernas, concentradas no distrito de Santa Ifigênia.

Os retornos observados no capital, de igual modo, encorajavam esses empresários a envolverem-se em outras atividades, em estreito laço com as atividades imobiliárias. Como a Companhia Água e Luz onde Nothmann exerceu o cargo de presidente, como já dissemos anteriormente, talvez imaginando que fornecer eletricidade aos moradores dos novos bairros seria sempre um bom negócio. Ou também como a Companhia do Viaduto do Chá onde, alguns anos antes e associado ao francês Jules Martin, Victor Nothmann figurou como um dos empreendedores do Viaduto do Chá (SEGAWA, 2004, p. 20) e para vingar a transposição do vale do Anhangabaú, teve de enfrentar alguns dos oligarcas paulistas, como o Barão de Limeira.

Igualmente entre esses outros empreendimentos podemos contar com o abastecimento de água encanada para a cidade que data de 1877. Nesse ano surgiu a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, fruto de consórcio de capitalistas nacionais e engenheiros ingleses, que obteve concessão para implantar os serviços de água e esgoto na cidade, melhorias que certamente seriam festejadas como medidas sanitárias importantes. A Companhia Cantareira passou a captar águas na serra que, através de 14,5 km de tubulações, chegavam a um reservatório construído na Rua da Consolação. Dali a água era distribuída aos chafarizes da cidade, inclusive àqueles que a empresa foi obrigada contratualmente a construir, bem como para os 133 edifícios que, em 1882, contrataram os serviços da companhia e receberam água diretamente por encanamentos, serviço totalmente novo na cidade (JORGE, 2006, p. 67-68).

Diversas outras melhorias eram observadas na cidade, entre elas: iluminação pública a gás em substituição aos antigos lampiões de querosene em 1872; nova e ampla Penitenciária em 1877; novo matadouro em 1852 e novo mercado central em 1890; ampliação dos serviços da Santa Casa de Misericórdia e criação do Asilo de Mendicidade em 1885; serviço de bondes com tração animal em 1872; primeiros sistemas de loteamento, arruamento e construções, código de 1886; sistema ferroviário desde 1867; calçamento de paralelepípedo de granito, ligado à produção das primeiras pedreiras em 1873 (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 123) entre outros. Contam-se então entre as melhorias o transporte urbano que “acompanhava *pari passu* o crescimento da cidade” (LÉRIAS, 1988, p. 21). Porém, de certa forma o transporte foi o ordenador do crescimento, já que a Light and Power direcionou o surgimento de muitos

loteamentos, levando primeiro as linhas de bondes para onde tinha terrenos e desejava valorizá-los.

A cidade deveria prover também cultura e diversão, que faziam parte das disposições sanitárias para a mente dos cidadãos. Assim surgiram os clubes que difundiam os esportes náuticos da cidade, e dois deles eram muito famosos: a Società Italiana di Canottieri, Club Espéria, fundado a 1º de Novembro de 1899 e o Clube de Regatas Tietê, criado a 6 de Junho de 1907, grandes rivais nas competições de remo, “uma grande paixão na cidade” (JORGE, 2006, p. 126-7). Para a cultura e difusão do conhecimento fora instituída pela Assembleia Provincial em 1886 a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que em 1893 passou a responder provisoriamente pela organização e ampliação do acervo do Museu do Estado, formado a partir das coleções do Museu Sertório, um pequeno acervo de história natural que existiu na cidade, e por uma coleção de objetos existentes em uma das salas do Palácio do Governo. A 29 de Agosto de 1893, o Museu do Estado, denominado Museu Paulista, desvinculou-se da Comissão e, no ano seguinte, passou a ser dirigido pelo zoólogo alemão Hermann Von Ihering, sendo instalado em 1895 no recém construído monumento do Ipiranga (JORGE, 2006, p. 152). Também em 1893 Prudente de Moraes criou a Escola Politécnica de São Paulo e em 1894 foi inaugurado o edifício da Escola Normal na Praça da República, hoje Palácio da Educação (ALVES, 1986, p. 114), com execução de Ramos de Azevedo, fazendo parte do projeto de reforma do ensino levado a cabo pelo governo estadual.

A 16 de julho de 1890, São Paulo foi elevada pela legislação federal a sede de junta comercial (LÉRIAS, 1988, p. 60) e a 28 de setembro de 1892, foi criada a Junta Comercial do Estado (Ibidem, p. 90-92); a bolsa de valores oficial nasceu a 25 de janeiro de 1895 (Ibidem, p. 62), sendo que a 23 de agosto de 1890 foi criada a Bolsa Livre de São Paulo, considerada a primeira bolsa de São Paulo (Ibidem, p. 58). Todos esses melhoramentos na cidade eram realizados pela iniciativa privada em grande entrosamento com o poder público que liberava rapidamente as autorizações e concessões para a implantação de serviços e utilidades. Podem ser observadas então, mais uma vez, as relações que existiam entre os homens públicos e a iniciativa privada, como por exemplo no caso da City of San Paulo Improvements & Freehold Land Company que teve entre seus diretores um diretor da São Paulo Railway e Manuel Ferraz de Campos Salles, fazendeiro de café e ex-presidente (GRAHAM, 1973, p. 128).

Esse crescimento representava também expansão da indústria de construção civil, com muitas empresas construtoras pertencentes a capitalistas brasileiros, imigrantes ou cuja fortuna advinha do café. A exceção eram os serviços de grande vulto ligados à infraestrutura urbana que pertenciam às empresas estrangeiras ligadas ao capital financeiro internacional

(HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 60) e os serviços de infraestrutura que eram de responsabilidade do poder público, fosse por sua natureza ou por seu caráter extremamente oneroso para a iniciativa privada, que em determinado momento se viu em dificuldades decorrentes da crise do Encilhamento, porém, deixando seu legado, “quando a crise econômica alcançou as empresas, as que estavam ligadas ao ramo imobiliário já haviam deixado arruamentos, calçamentos e o transporte que ligava os loteamentos ao centro da cidade” (LÉRIAS, 1988, p. 272). Entre esses serviços estavam os viadutos que cruzavam vales e córregos e que passariam a marcar a paisagem da cidade, como o Viaduto do Chá, sobre o vale do córrego do Anhangabaú, inaugurado em 1892 com 240 metros de extensão e 14 de largura, “obra que agregou ao núcleo urbano central todo um novo território a oeste” (JORGE, 2006, p. 59).

Ao mesmo tempo, surgiram os primeiros bairros operários, instalados nas áreas próximas às fábricas, que por sua vez se instalavam nos terrenos que acompanhavam os traçados das ferrovias da São Paulo Railway, da Sorocabana e da Central do Brasil:

Este percurso acompanhou a direção natural dos rios Tamanduateí e Tietê. Foi em torno das várzeas ribeirinhas que se formaram os primeiros núcleos fabris e proletários. Nestas baixadas, os bairros industriais descreveram um semicírculo em volta da colina central da cidade, na qual se instalaram o centro comercial e os bairros burgueses Higienópolis e Jardins (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 150).

São Paulo, no entanto, já era suficientemente grande para que seu espaço urbano não permanecesse restrito às áreas das fábricas e ficasse limitada a ser uma cidade unicamente industrial. Esse era o caso, entre outras, de cidades como Americana, núcleo também urbano surgido em torno da fábrica têxtil Carioba; do núcleo da grande fábrica de tecidos Votorantim, a sete km do centro de Sorocaba e que posteriormente se tornou município independente. Assim como da urbanização de Salto, no final do século XIX, totalmente dirigida e nucleada pelas fábricas de tecidos de França Pacheco Jr (1875) e de Barros Jr (1882), esta última embrião das futuras *Società per l'Exportazione e per l'Industria Italo Americana* de 1904 e Brasital de 1919 (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 131).

Em São Paulo surgiram também loteamentos em bairros diferentes, com terrenos mais baratos e consequentemente residências menos glamorosas e baratas, mas acessíveis para parcelas da população que estavam, ou queriam estar, abaixo das classes abastadas, mas acima das classes operárias: Penha, Aclimação, Ipiranga, Brás, Cambuci, Glória, Boa Vista, Mooca, Água Branca e Vila Mariana (LÉRIAS, 1988, p. 272),¹⁷⁴ áreas mais procuradas para

¹⁷⁴ Lérias cita um caso específico: “Ipiranga de Tramways e Construções, antiga Companhia São Paulo Industrial e Agrícola. Data da incorporação 13/12/1890. Atividade Econômica: construção de um bairro entre o Ipiranga e

loteamentos depois da ocupação das terras altas do espigão da Paulista e do Higienópolis. Este bairro, aliás, nasceu do mesmo trabalho de abertura de novos bairros realizado por Victor Nothmann, sendo considerado “a primeira parte da cidade a acompanhar o sistema de quarteirões residenciais” (GRAHAM, 1973, p. 124). Assim, de outra feita, o imigrante alemão se associou a Martinho Burchard e procuraram seduzir outro tipo de público, que ainda se mostrava mais interessado na vida pacata similar a que a cidade vivia em 1850, sem abrir mão dos benefícios que a intensa atividade urbana lhes trazia, evitando o caos como o retratado por Artur Dias em 1904:

Uma floresta de chaminés lança do nascer do Sol ao escurecer espirais de fumaça na atmosfera, cruzada em todas as direções por fios elétricos. Nas ruas observa-se uma confusão de veículos e pessoas correndo de cá para lá. Há o ruído de vozes humanas, o barulho das rodas dos veículos nas ruas pavimentadas e os apitos das fábricas (GRAHAM, 1973, p. 56).

Nos Campos Elíseos, os capitalistas do ramo imobiliário atraíram os poderosos fazendeiros do café,¹⁷⁵ proprietários de léguas de terras no interior do Estado, produtores e exportadores de milhares de sacas de café, fundadores de bancos e construtores de estradas de ferro, com a promessa de bairro singelo e gracioso, mantendo sua vocação de bairro residencial das elites até os anos 30 (ITAÚ, 1995, p. 9). Esses eram os endinheirados da época, que desejaram e investiram no novo jeito de morar da cidade que mais crescia! Entre os que foram atraídos estava o cafeicultor e político Elias Antonio Pacheco Chaves que nos Campos Elíseos construiu o Palacete Elias Chaves, hoje Palácio dos Campos Elíseos e talvez o melhor exemplar das residências construídas na época.

Erigido de 1896 a 1899, com projeto do alemão Matheus Haussler, teve inspiração em castelo francês e serviu de residência para Elias Chaves e sua família até 1911, quando foi vendido ao governo do Estado e tornou-se residência do Presidente do Estado.¹⁷⁶ Outro ponto importante do bairro é o Largo e Liceu Coração de Jesus, cuja pedra fundamental do santuário foi lançada em 1881 e sua construção concluída em 1885, sendo inaugurado, porém, somente

a Vila Mariana, ligando-o ao centro por intermédio de uma linha de tramways.” (1988, p. 118).

¹⁷⁵ “Ao contrário do “Barão do Açúcar” da primeira metade do século XIX, que se encontrava à testa de uma unidade fundamentada em economia de subsistência, para o qual o açúcar vendido é apenas um excedente de produção, é o fazendeiro do café acima de tudo um empresário comercial. Tanto quanto a fazenda de açúcar, é a de café um conjunto híbrido composto por um Setor de Subsistência e um de produção para o mercado, com a diferença, no entanto, de que o peso específico deste último é muito maior no segundo tipo de fazenda do que no primeiro. O café, a planta comercial, domina a atividade produtiva e condiciona a atividade de subsistência. De modo que, para o fazendeiro de café, a comercialização do seu produto é pelo menos tão importante quanto a sua produção, se não o é mais. É por isso que ele não pode se fechar na fazenda, mas precisa estar junto às fases decisivas de comercialização, isto é, na cidade” (SINGER, 1968, p. 36).

¹⁷⁶ De 1935 a 1965 tornou-se sede do governo do Estado e com a transferência desta a 19 de abril de 1964 para o atual Palácio dos Bandeirantes no bairro do Morumbi, o Palácio dos Campos Elíseos passou a ser sede de diversas secretarias do Estado, atualmente, sede da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

em 1901. À época do início de sua construção o bairro representava o movimento de forte expansão da cidade de São Paulo e a imagem do Cristo Redentor que encima a torre foi oferecida por Dona Veridiana Prado, benemérita de muitas paróquias da capital, matriarca da influente família Silva Prado. Aliás, sua altíssima torre também foi referência do bairro até os anos 50, quando passou a sofrer forte verticalização, sendo que o Liceu é um dos poucos imóveis localizados no bairro que ainda mantém a conformação e o uso original do edifício.

No Higienópolis, loteamento aristocrático também organizado por Nothmann (SEABRA, 1987, p. 34), como já demonstramos, os convencidos a investirem suas economias em propriedades novas, em loteamentos novos, estavam mais para o que chamaríamos hoje de classe média. Se podemos dizer que houve uma leve desconcentração da riqueza, podemos também afirmar que esses que estavam usufruindo dessa renda procuravam copiar o modo de vida das elites paulistas o tanto quanto podiam e conseguiam. Nessa nova equação, os capitalistas Nothmann e Burchard saíram ganhando, ao passo que essas elites iam mudando suas residências e transformando a paisagem urbana. O bairro surgiu da reprodução de um modo de vida “majestoso”, vivido por potestades como Dona Veridiana Valéria da Silva Prado, Dona Maria Antonia da Silva Ramos e Dona Maria Angélica Souza Queiroz Aguiar de Barros (HOMEM, 1981), nomes que deveriam ser suficientes para atrair legiões de compradores, desejosos de se avizinham ao máximo das famílias mais tradicionais de São Paulo.

A maioria das residências tinham imensos jardins fronteiriços, pomar e cavalariças aos fundos, mantendo o bairro a tradição de habitado por ricos, sendo ocupado mais por membros de uma alta classe média. Esse crescimento foi dirigido pelo capital ligado às elites dirigentes que lucravam também de forma acelerada. Victor Nothmann, capitalista, ou especulador, do ramo imobiliário, esteve ligado a esse e outros empreendimentos, indicando um ramo próspero de negócios. Obviamente, não podemos afirmar que eram membros da elite de fazendeiros cafeicultores paulistas, pois eram imigrantes. Mas estavam bem inseridos no movimento de crescimento rápido da capital paulista e tinham como sócios ou acionistas de seus empreendimentos muitos dos membros dessa elite.

Agora a grande sesmaria do Pacaembu compreendia as áreas dos bairros que hoje são conhecidos como Perdizes, Pacaembu e Higienópolis. O bairro figurou com o nome de Pacaembu até o início do século XX, sendo que os cruzamentos das ruas Itambé, Maria Antonia, Major Sertório e D. Veridiana eram chamados de Encruzilhada do Pacaembu (HOMEM, 1981, p. 39). E a exata porção do que é atualmente o Higienópolis começou a se

configurar como o que era chamado de Altos de Santa Cecília, onde, a meados do século XIX, estavam as chácaras do Marechal Toledo Rendon, Chácara das Palmeiras, Chácara do Cons. Martim Francisco e Chácara do Dr. Domingos Jaguaribe. É de 1860 o abaixo assinado para a Câmara Municipal, solicitando a construção da igreja de Santa Cecília e São José. Já havia no local uma capela, onde hoje está a Igreja de Santa Cecília, onde teoricamente estavam depositados os restos dos padroeiros da região. No bairro encontrava-se também a exploração de fonte de água mineral desde 1867, localizada na Rua de Santa Cecília, comercializada pela companhia Vitalis, de propriedade do Dr. Jaguaribe.

Em 1874 um plano urbanístico do presidente da província João Teodoro estimulou o loteamento das terras através da isenção de impostos. Os proprietários de imensas glebas de terras da antiga sesmaria do Pacaembu, quase inteiramente partilhada em chácaras, começaram a vendê-las ou doá-las. Assim, o poder público garantiu às elites econômicas e políticas participação de relevo na crescente especulação imobiliária que tomou conta da capital e iniciaram-se as primeiras ocupações no bairro conhecido então como Altos de Santa Cecília, que ia da capela até exatamente o caminho do Pacaembu, hoje Avenida Higienópolis. Como dissemos, as primeiras iniciativas são de D. Maria Antonia da Silva Ramos, D. Veridiana Valéria da Silva Prado e D. Maria Angélica Souza Queiroz Aguiar de Barros. Primeiramente essas iniciativas refletiram o antigo estilo de vida da cidadezinha colonial, tendo pouco de novo no jeito de viver da capital. D. Maria Antonia, por exemplo, a primeira a ter propriedade na região, a utilizava para servir de pomar e pasto para seus cavalos. Continuava residindo em sua casa na Avenida São João e a propriedade do caminho de Sorocaba (HOMEM, 1981, p. 34) servia para suprir as necessidades da casa.

D. Veridiana da Silva Prado, de início também utilizou sua chácara para tal fim. Continuou residindo no antigo casarão do século XVIII, construído em taipa, que também estava localizado em uma chácara em imenso terreno que ia da Rua da Consolação até a atual Avenida Nove de Julho e Rua Augusta. A funcionalidade do vasto terreno nos Altos de Santa Cecília era quase sempre a mesma, à guisa de chácara, com pequena horta e pomar para alimentação na casa e área reservada para os cavalos. Inovou, porém, quando resolveu mudar-se para a região, sendo motivo de espanto para muitos, pois a sociedade da época já mostrava-se chocada com a família Prado desde que D. Veridiana e Martinho Prado estavam separados, dividindo o mesmo teto na Rua da Consolação, mas estavam separados! D. Veridiana já contava 39 anos quando se separou e 46 anos quando mandou construir em seu terreno o palacete (HOMEM, 1981, p. 42), formando sua chácara e batizando-a de “Vila Maria”.

O palacete, somente avistado de longe agora, um dos pouquíssimos remanescentes dos

casarões que sobreviveram até os dias atuais, teve sua planta e muitos dos materiais de construção trazidos da Europa, sendo que a propriedade era composta de palacete, jardim, pomar e criação. Das sobras dos materiais, foram construídas duas residências em frente à sua propriedade, projetadas por Luigi Pucci e que foram vendidas ou alugadas a familiares de D. Veridiana (HOMEM, 1981, p. 48). Após a mudança de Veridiana Prado para lá, a “Vila Maria” passou a concentrar a vida social da cidade, sendo seus salões frequentados por figuras políticas de relevância, sendo que o incentivo oferecido por D. Veridiana também se refletiu na vida cultural da cidade, pois a “Vila Maria” abrigou os primeiros salões literários da cidade.

E antes até da instalação de D. Veridiana, cerca de 1870, foi feita doação de vinte e sete mil metros quadrados por D. Maria Angélica para permitir a expansão da Escola Americana, que se mudou para a região, embrião do futuro Mackenzie. Em 1877, Joaquim Floriano adquiriu parte das terras, que depois foram compradas por Martinho Burchard, isso já no chamado “Pacaembu de cima”, que ia da Avenida Higienópolis até a então quase desabitada Avenida Municipal, hoje Avenida Dr. Arnaldo. A Santa Casa também seria instalada no bairro de Santa Cecília por essa época, em terrenos doados pelo Cel. Rafael Tobias de Aguiar e pelo dr. Rego Freitas, proprietários de chácaras na região. Gerou críticas pitorescas como: “Onde já se viu, mandar nossos doentes lá para Jundiaí!” (HOMEM, 1981, p. 40), pois a primeira opção seria no bairro do Bexiga, mais próximo do centro. Parece até que a pedra fundamental já tinha sido lançada pelo próprio Imperador, a Santa Casa, porém, foi construída mesmo na Santa Cecília, tendo esse evento valorizado não só os outros terrenos dos doadores no bairro, Tobias de Aguiar e Rego Freitas, mas os terrenos do bairro próximo de Higienópolis, já que melhoraria a infraestrutura da região atraindo outros moradores para a localidade.

Em 1891, D. Maria Angélica fez construir seu palacete na Avenida Angélica, replicando o castelo de Charlottemburg, dando continuidade à ocupação do bairro, com o mesmo padrão de projeto: plantas trazidas da Europa, geralmente replicando castelos ou monumentos do Velho Continente e materiais muitas vezes importados também. Os terrenos também mantiveram o modelo de chácara iniciado por D. Veridiana e D. Maria Antônia, com horta e pomar, além dos estábulos para os cavalos. Seus jardins procuravam ser um espetáculo à parte, reproduzindo flores e plantas que muitas vezes nem eram do nosso continente.

Uma segunda etapa da ocupação do bairro foi realizada, nos terrenos localizados da Avenida Higienópolis para cima até as Avenidas Paulista e Dr. Arnaldo (antiga Municipal), por loteamentos de Martinho Burchard e Victor Nothman. Novamente em empreendimento

imobiliário que procurou atrair os mais abastados da cidade, sua maior propaganda eram os vizinhos que os novos moradores teriam na parte “de baixo” do bairro: D. Veridiana, D. Maria Angélica, além do Dr. Domingos Jaguaribe e outros. Em 1890, Burchard e Nothmann adquiriram do Barão de Ramalho seus terrenos que vão da Rua do Pacaembu até a região da Avenida Paulista, iniciando os loteamentos, mas contaram com a sorte também. Entre 1901 e 1902, o Conde Antônio Álvares Leite Penteado, um dos maiores cafeicultores do Brasil e industrial de sucesso, adquiriu terreno acima da Avenida Higienópolis e iniciou a construção de um palacete que foi batizado de “Vila Penteado” (HOMEM, 1981, p. 86). O palacete também exerceu as funções de chácara ocupando área imensa (ainda pode ser visto, e visitado, na Rua Maranhão), de estilo *art nouveau*, sendo projetado pelo arquiteto sueco Carlos Ekman e construído em 1902 para abrigar duas importantes famílias paulistas, a do Conde Antonio Álvares Penteado e a de seu genro, Antônio Prado Junior. Esse acontecimento deu o prestígio que contribuiu para as vendas e construções no novo bairro e selou o destino do bairro de Higienópolis como o local preferido dos ricos paulistas. O loteamento do Higienópolis foi considerado o de maior extensão territorial e de importância econômica e social, terceira área residencial urbana da elite da cidade, depois da Santa Ifigênia e Campos Elíseos.

Assim os ricos e bem nascidos impunham à cidade seu estilo de vida, criando não somente novas formas de morar, mas principalmente, novas formas de consumir. Esse estilo de vida cultivado, surgido quase sempre da riqueza proporcionada pelo café refletiu na vida social e cultural, transformando a própria cidade em área recreativa da elite que tornou esse estilo de vida fonte para ser admirada pelos forasteiros, valendo a pena a reprodução do extenso trecho abaixo:

Escritores em viagem, que visitaram o Estado de São Paulo em inícios do século XX, percorriam um itinerário obrigatório. Após fazerem a espetacular subida da escarpa costeira, partindo de Santos, ou vindos do Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Central do Brasil, os visitantes surpreendiam-se com a atmosfera “europeia” da trepidante capital do estado. São Paulo era uma cidade cosmopolita, muitas línguas se mesclando com o português, arquitetura atualizada, amplas avenidas e imponentes edifícios públicos. O negócio de São Paulo era o café; no entanto, não havia um único pé de café à vista, muito menos uma fazenda. A visita não estava completa sem uma excursão ao interior, para além dos morros enevoados cobertos de mata que formavam a extensão costeira, Oeste paulista adentro. No trajeto, uma nuvem de poeira vermelha cobria tudo e logo começavam a aparecer os cafeeiros. Hora após hora, o trem cortava por entre um imenso cafezal, na aparência infinito (HOLLOWAY, 1984, p. 210).

Toda essa metamorfose naturalmente atraiu indivíduos mais ligados ao arrojo do que ao tradicionalismo, resolvidos a praticar o comércio, por exemplo, atividade industriosa, do

que permanecer apenas como lavradores. Esses representantes das classes urbanas foram mais favoráveis à abolição da escravidão, por exemplo, (COSTA, E., 1999, p. 330), do que os latifundiários mais arcaicos como os do Vale do Paraíba, característica tradicionalmente mais ligada à urbanidade mesmo:

... não se introduziu uma cultura nova, sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista. Como cultura comercial, a do café contribuía para que se formasse uma classe numericamente reduzida, mas econômica e financeiramente onipotente; desferia uma chicotada nos homens mais apegados ao passado. A essa cultura nova, correspondiam novos modos de pensar. A sociedade dos ricos fazendeiros, os do “oeste” ainda mais do que os do “norte”, tirava sua força da sua dupla origem, rural e mercantil ao mesmo tempo, a riqueza e o espírito de empreendimento (MONBEIG, 1984, p. 97).

Daí a observância do grande número de hotéis, restaurantes, cafés que iam prosperando, aproveitando o fato de que a cidade recebia numerosos homens de negócios, turistas, pessoas em trânsito para o interior produtor de café, percebendo que esse afluxo representava possibilidades de lucros. Alguns dos hotéis desse período como o Hotel de França, Grande Hotel, Grande Hotel Paulista ofereciam luxo e conforto aos transeuntes. Novos serviços eram oferecidos como, por exemplo, o serviço de compra de bilhetes de trens, registro de bagagens e envio de telegramas que era encontrado no centro, sem ser necessário ir antes à estação do trem (RAFFARD, 1977, p. 15-17). Bancos como o New London and Brazilian Bank, o Banco de São Paulo, o Banco de Crédito Real e o Banco do Comércio construíram seus edifícios nas zonas centrais, muitas vezes reproduzindo os casarões dos senhores do café nos Campos Elíseos e Higienópolis, sem aplicar-lhes os exageros como frentes inteiramente revestidas de mármore. O viaduto do Chá construído anteriormente em madeira, rapidamente recebeu nova estrutura, metálica, pesando aproximadamente “500 toneladas métricas” (RAFFARD, 1977, p. 15-17), possuindo a vantagem da rapidez na montagem, Raffard fala em cinco meses de montagem, após prontos os trabalhos de fundação e alvenaria.

Podemos ter dúvidas de que definitivamente a cidade estivera no centro do turbilhão comercial financeiro que impulsionou sua urbanização e a manteve como centro que absorveu e que, ao mesmo tempo, irradiou movimento, modificação, metamorfose?

Nesse momento, a expansão dos cafezais no interior paulista impôs a São Paulo novos destinos. A cidade, já então sede política e ponto de articulação do território paulista, integrou-se ao complexo agroexportador cafeeiro como centro financeiro, mercantil e ferroviário, o que desencadeou um processo acelerado de crescimento demográfico e expansão da sua área urbana (JORGE, 2006, p. 46).

3.2 Victor Nothmann e os acionistas da Companhia Água e Luz

Um dos traços característicos da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, que nos atraiu para um esforço de análise sobre sua história foi sua formação acionária. Entre seus acionistas, constavam nomes ligados à política e à economia paulistas, muitos tendo exercido, antes ou depois da existência da companhia, cargos de governo do executivo ou do legislativo. Neste subitem abordaremos alguns desses acionistas, procurando demonstrar que a relação que estabeleceram com a companhia, com a cidade e com a economia da qual participaram decorria do senso de oportunidade próprio de empresários bem sintonizados com o momento em que surgiam as ocasiões favoráveis. Não nos esqueceremos da abordagem do capital estrangeiro versus o capital nacional, fator fundamental que determinou a história da Companhia Água e Luz.

Comecemos justamente por Victor Nothmann¹⁷⁷ por ter sido o acionista que primeiro ocupou o cargo de presidente da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo escolhido na assembleia geral de 2 de Setembro de 1889.¹⁷⁸ Sob a sua presidência também foi assinado o contrato para iluminação pública com a Câmara Municipal de Curitiba, como veremos mais adiante, marcando a expansão da companhia. Nothmann era imigrante de origem alemã, chegou a São Paulo em 1859, trabalhando como “humilde mascate” sendo que em 1879 foi admitido como negociante na Capital, com comércio de fazendas secas por atacado,¹⁷⁹ tornando-se sua firma, a Victor Nothmann & Cia uma das “maiores casas atacadistas de tecidos da cidade” (MORSE, 1970, p. 240). Sendo então originalmente comerciante de tecidos em São Paulo (SAES, F., 1986, p. 146) seu capital acumulado acabou sendo reinvestido em outros negócios, além do ramo de tecidos, recebendo Nothmann a denominação de capitalista (LÉRIAS, 1988, p. 87).

Victor Nothmann tornou-se logo empresário do ramo imobiliário para alguns, especulador desse mercado para outros, responsável pelos primeiros loteamentos residenciais na cidade de São Paulo onde procurou atrair a elite cafeeira que começava a se instalar na capital. Ainda em 1879, outro alemão, Frederico Glette, adquiriu extensa chácara a oeste do centro, no bairro dos Campos Elíseos, antigo Campo Redondo, e “depois de traçar mais de

¹⁷⁷ Sua data de nascimento é desconhecida, sabemos apenas que faleceu em 1905.

¹⁷⁸ APESP, Luz e Água, caixa 10288.

¹⁷⁹ Correio Paulistano, 30 de Dezembro de 1879.

uma dúzia de ruas, ao custo de 100 contos, vendeu os lotes com um lucro igual a oito vezes essa soma” (MORSE, 1970, p. 249); Nothmann era um dos sócios do empreendimento. E associado a outro imigrante alemão e também acionista da Companhia Água e Luz, Martinho Burchard, abriram a principal avenida do aristocrático bairro do Higienópolis, sempre oferecendo como vantagens as principais modernidades da época como luz elétrica, água encanada e rede de esgotos. Criou loteamentos também para outros estratos da sociedade, como por exemplo, o da Vila Ema, que recebeu esse nome em homenagem a sua esposa Emma Nothmann.

Ao que tudo indica o capitalista Victor Nothmann diversificou ainda mais seus empreendimentos, tornado-se proprietário até de um estabelecimento de cervejas. O Stadt Bern era cervejaria ao ar livre, com “árvores, jogos e orquestra”, inaugurada em 1877 (MORSE, 1970, p. 261-2) e ponto de encontro da classe média em busca de distração. O comerciante de tecidos de São Paulo tornou-se também presidente da Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, antes dessa passar para o Banco União de São Paulo e, finalmente, à Light, (SAES, F., 1986, p. 176) preocupado em introduzir outro dispositivo da modernidade que se fazia urgente em qualquer cidade progressista.

Outro personagem importante nos momentos iniciais da companhia, seu primeiro gerente, foi o acionista Abílio A. Soares Marques fabricante de chapéus (SAES, F., 1986, p. 109), representante em 1881 da colônia portuguesa na Província de São Paulo (MORSE, 1970, p. 237, nota 14) e vereador na cidade na legislatura de 1899. Abílio Soares Marques era citado por Henri Raffard (1977, p. 21) em sua visita a São Paulo na primeira quinzena de 1890 como um dos primeiros a utilizar-se de eletricidade em sua residência na Rua do Barão de Itapetininga, desde 1881, e um dos iniciadores da indústria de eletricidade na cidade, tendo perseverado até a fundação da companhia para exploração do serviço. Como vereador, Abílio Soares Marques soube bem defender os interesses da Companhia Água e Luz, na qual era, além de gerente, acionista de quase mil ações, pois na 20ª sessão ordinária de 4 de maio de 1899 solicitou a anulação do contrato de 1897 de Francisco Antonio Gualco e Antonio Augusto de Souza,¹⁸⁰ não obtendo sucesso em seu desígnio.

O comerciante João Brícola, dono de 1.800 ações da Companhia Água e Luz, o que fazia dele o maior acionista individual da companhia, era filho de Giovanni Bricola,¹⁸¹ antigo

¹⁸⁰ Atas da sessão da Câmara Municipal de São Paulo, 1899, pp. 219-20.

¹⁸¹ Giovanni Bricola era dono da primeira fortuna italiana em São Paulo, surgida de operações bancárias. Tendo

comerciante e conceituado banqueiro em São Paulo. Diplomado contador na Inglaterra entrou para o serviço da Santa Casa de Misericórdia ao retornar para o Brasil, onde serviu por 29 anos, tornando-se chefe do escritório central e tesoureiro da instituição. Ao falecer a 27 de Novembro de 1914, deixou grande parte de seus bens à Santa Casa. Foi também acionista da companhia Luz Steárica Paulista (LÉRIAS, 1988, p. 83).

Já o alagoano Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos, proprietário de 1.700 ações, viera para São Paulo cursar direito na Faculdade do Largo de São Francisco, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais, não mais voltando para sua cidade natal, Maceió, onde nasceu a 12 de Outubro de 1853. Advogou para várias das grandes famílias paulistas e grandes empresas como Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, London Bank, São Paulo Gas Company, tornando-se também fazendeiro e capitalista (LÉRIAS, 1988, p. 86 e 157), tendo sido fundador e diretor da Estrada de Ferro Bragantina, Companhia Telefônica Bragantina e Companhia Melhoramentos do Paraná. Consolidou sólida carreira pública exercendo diversos cargos políticos, sendo promotor de justiça da cidade de Jundiaí e de São Paulo, chegando a Presidente do Maranhão de 24 de Julho de 1879 a 27 de Maio de 1880.

Já o Major Domingos Sertório (c. 1824-1910),¹⁸² dono de 1.000 ações foi diretor do Banco da Lavoura em 1893, vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1887, diretor da Companhia Economizadora de Gás, comerciante e capitalista (LÉRIAS, 1988, p. 80; SAES, F., 1986, p. 86) tendo investido em diversos empreendimentos. Como acionista da Companhia Água e Luz, foi nomeado membro da comissão fiscal para o ano de 1890. Com 940 ações, Luís José de Melo e Oliveira, Barão de Melo e Oliveira, aparece como um dos maiores acionistas da companhia também. Filho de grande proprietário de terras e cafeicultor, da região de Piracicaba e Rio Claro, José Estanislau de Oliveira, primeiro Barão de Araraquara e Visconde de Rio Claro, Luís José nasceu em Campinas em 1837. Formou-se em direito pela Faculdade do largo de São Francisco, tornando-se também proprietário de terras, porém a verve capitalista na família permaneceu com seu irmão mais novo João Baptista de Mello Oliveira. João Baptista vendeu todas as suas grandes propriedades agrícolas

chegado ao Brasil como engenheiro contratado pela Companhia Paulista de estradas de ferro, posteriormente ingressou no mundo dos negócios e dos bancos e, em 1885, tornou-se agente do Banco de Nápoles (DEAN, s/d., p. 61).

¹⁸² Não confundir com o parente de Domingos Sertório, Coronel Joaquim Sertório, rico comerciante, que instalou em sua própria residência o Museu Sertório cujo acervo era formado por peças de mineralogia, zoologia, arqueologia, etnografia e história; essa coleção foi posteriormente adquirida pelo banqueiro Francisco de Paula Mayrink que fez doação ao Estado, constituindo uma das coleções que formaram o Museu Paulista.

do interior, para se tornar comerciante na Capital (LÉRIAS, 1988, p. 83), sócio de H. Robertson e Joseph W. Mee na Companhia Importadora Paulista (SAES, F., 1986, p. 108; PERISINOTTO, 1994, p. 194) foi também um dos organizadores do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, no final de 1889, além de propagandista republicano, integrante da Comissão Executiva do PRP (PERISINOTTO, 1994, p. 96), sendo eleito vice-presidente do Estado para o período de 1904 a 1908, na presidência de Jorge Tibiriçá.

Aparecendo também entre os maiores acionistas estavam os sócios Martin e Hermann Burchard, com 1.000 e com 800 ações respectivamente, ambos sócios de Victor Nothmann. A Victor Nothmann & Cia, já citada anteriormente, tinha como sócios, além de Frederico Glette, os também alemães Martin Burchard e Augusto Reichert, sociedade essa razoavelmente antiga, já existente em Janeiro de 1880.¹⁸³ Hermann Burchard entra nessa sociedade em 1885, juntamente com P. Lacy Liebermann e Ernesto Gonçalves de Siqueira.¹⁸⁴ Em 1890 Martin Burchard aparece como comerciante regularmente matriculado no Tribunal de Comércio e na Junta Comercial da Capital Federal¹⁸⁵ e também como acionista, individual, da Companhia Manufatora de Corda e Barbante.¹⁸⁶ A 1º de Fevereiro de 1891 anunciaram à praça que formavam uma nova sociedade comercial em sucessão da Victor Nothmann & Cia, cuja denominação seria Casa Nothmann, porém sob a firma Hermamm Burchard & Cia, tendo Victor Nothmann e Martin Burchard como sócios comanditários e Hermamm Burchard como sócio solidário.¹⁸⁷

Seus empreendimentos imobiliários, que eram anunciados repetidamente nos periódicos, também eram negociados pelos diversos sócios, que chamavam também pelos diários: “A venda de terrenos nos Campos Elysios, Boulevard Burchard, Palmeiras, Santa Cecília, Barra Funda, Braz, Móoca etc, continua no antigo escriptorio de Martin Burchard, 59, rua de S. Bento, 1º andar.”¹⁸⁸ Seus negócios em sociedade continuavam acontecendo e Martin Burchard e Victor Nothmann tornaram-se acionistas também da Companhia Iniciadora Paulista, junto com Hermamm Burchard, da Companhia Ferro Carril de São Paulo e da Companhia Industrial Rodovalho. Nas publicações, a Casa Nothmann anunciava a venda de trilhos, vagonetes,¹⁸⁹ especialmente os do tipo próprio para fazendas de café, planos

¹⁸³ Correio Paulistano, 11 de Janeiro de 1890, p. 2.

¹⁸⁴ Idem, 1º de Fevereiro de 1885, p. 3.

¹⁸⁵ Idem, 28 de Setembro de 1890, p. 2.

¹⁸⁶ Idem, 12 de Dezembro de 1890, p. 2.

¹⁸⁷ Idem, 1º de Fevereiro de 1891, p. 3.

¹⁸⁸ Correio Paulistano, 15 de Abril de 1891, p. 7.

¹⁸⁹ Idem, 14 de Fevereiro de 1892, p. 4.

inclinados, locomotivas e bondes, advertindo que mantinham depósito desses materiais e aceitando encomendas para a fábrica Decauville.¹⁹⁰ Os negócios caminhavam bem, tendo Hermann Burchard construído seu palacete do estilo dos barões do café, mas à Rua Pio XII na Bela Vista, participado de mais uma sociedade, da Fábrica de Cervejas Bavária, com Martinho Burchard e Henrique Stupakoff¹⁹¹ e se tornado vereador da cidade de São Paulo, exercendo a legislatura de 1899.¹⁹²

Outro que exerceu a legislatura no mesmo ano, 1899, em que Hermamm Burchard foi Manoel Joaquim de Albuquerque Lins que obteve 1.994 votos nessa eleição para vereador.¹⁹³ Albuquerque Lins era possuidor de poucas ações da Companhia Água e Luz, mas é citado por ser importante político paulista e ser genro de Francisco Antonio de Souza Queirós (PERISINOTTO, 1994, p.72) de importante família da elite latifundiária paulista. Nascido em 1852, este também alagoano de nascimento transferiu seu curso da Faculdade de Direito do Recife para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, se estabelecendo definitivamente em São Paulo e iniciando sua carreira como juiz de direito em Capivari, exercendo também por algum tempo a tutoria de Sebastiana de Mello Freire, mais conhecida como Dona Yayá. Deputado provincial em 1888 / 1889; presidente da província do Rio Grande do Norte em 1889; vereador na Câmara Municipal de São Paulo de 1899 a 1901, sendo seu presidente; senador por São Paulo de 1901 a 1904; secretário da Fazenda e do Tesouro no governo Tibiriçá (KUGELMAS, no prelo, p. 95) e eleito presidente do Estado exercendo o cargo de 1908 a 1912. Os preços elevados do café paulista no mercado internacional favoreceram seu governo que investiu na construção de prédios públicos, expansão da rede escolar e em hospitais e no Instituto Butantã. Foi ainda senador estadual por três mandatos até seu falecimento em 1926.

O advogado Carlos Teixeira de Carvalho, mais um dos acionistas a possuir 1.000 ações, também teve destacada carreira política. Advogado da Companhia Água e Luz no começo de sua história, foi em seu escritório à Rua da Imperatriz, nº 59 que se realizou a primeira assembleia geral de acionistas da companhia em 1889. Carlos Teixeira de Carvalho foi senador estadual na legislatura de 1891 a 1892 e diretor do Banco do Estado de São Paulo em 1893, continuando a atuar para a Companhia Água e Luz até pelo menos 1894, quando foi

¹⁹⁰ Sistema de estrada de ferro de via ultra estreita (bitola de 40 a 60 centímetros), conhecido pelo nome de seu inventor, Paul Decauville, indicado para transporte de pequenos e médios volumes de cargas, o volume geralmente produzido por fazendas de café.

¹⁹¹ Correio Paulistano, 22 de Outubro de 1892, p. 1.

¹⁹² Atas das sessões da Câmara Municipal de São Paulo, 1899, pp. 3-15.

¹⁹³ Atas das sessões da Câmara Municipal de São Paulo, 1899, pp. 3-15.

membro da primeira comissão liquidante.

Das grandes famílias paulistanas estavam presentes os Pereira de Queiroz nas pessoas de Antonio Pereira de Queiroz, fazendeiro e negociante, que possuía 500 ações da Companhia Água e Luz e não 300 como indicado por LÉRIAS (1988, p. 78) e Manoel Elpídio Pereira de Queiroz que detinha apenas 100 ações. Antonio Alves Leite Penteado, possuidor de 1.000 ações e Antonio Augusto Monteiro de Barros também com 1.000 ações, descendente dos Barões de Congonhas do Campo, Barões Monteiro de Barros e Barões de Paraopeba, senadores e deputados desde os tempos do Império. Bento Ribeiro dos Santos Camargo com 850 ações, até 1896 o proprietário das terras inundáveis do Itaim Bibi, região então conhecida como Chácara do Itahy, quando as vendeu para o General José Couto dos Magalhães. Com a morte deste e de seu filho as terras passam para seu irmão Leopoldo Couto dos Magalhães, o seu Bibi, alcunha que se juntaria ao nome ao bairro.

De outros dos maiores acionistas, Hermes Ernesto Alves de Lima com 869 ações e Luiz Galvão Corrêa com 1.000 ações nada conseguimos descobrir, mas como em diversos negócios ao final do século XIX em São Paulo, na composição acionária não poderia ter faltado a mais típica família paulista de negociantes, os Prado, “família que sempre estivera na vanguarda de todos os progressos significativos no sistema das fazendas” (DEAN, s/d., p. 53). Possuindo 1.000 ações da companhia, Martinho Prado Junior (1842 - 1906) foi o único integrante da família Prado que constou como acionista da Companhia Água e Luz, mas demonstra a importância que o empreendimento ligado à indústria da eletricidade passava a ter para as elites paulistas. Martinho, mais conhecido como Martinico, era filho de Martinho da Silva Prado (1811-1891) importante desbravador da região de Mogi Guaçu, cafeicultor e um dos fundadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da Companhia Mogiana e da Ituana, ambas de estradas de ferro também, e irmão mais novo do Conselheiro Antônio da Silva Prado. Este, além de fazendeiro cafeicultor, teve importante carreira política desde os tempos do Império, tendo sido deputado geral, senador, ministro da agricultura e prefeito da cidade de São Paulo de 1899 a 1911, assumindo papel fundamental para a Companhia Água e Luz.

Martinico também teve atuante carreira política, mas como propagandista do republicanismo, alistou-se nas fileiras do Partido Republicano, participando de sua fundação em 1873, ao contrário do irmão que foi do Partido Conservador. Formado em Humanidades e em Direito, participou como voluntário da Guerra do Paraguai, como jornalista e junto com

Rangel Pestana fundou o jornal A Província de São Paulo em 1874; adquiriu terras na região de Araras, tornando-se também cafeicultor e, mais uma vez junto com o irmão, foram considerados por um tempo os maiores produtores de café do mundo. Também com o irmão Antonio da Silva Prado foi dos maiores incentivadores da imigração europeia para o Brasil para solucionar a falta de braços na lavoura com a iminente abolição da escravidão no país.

Muito próximo das relações com os Silva Prado foi Elias Fausto Pacheco Jordão, proprietário de 300 ações da Companhia Água e Luz. Nascido em Rio Claro em 1849, Elias Fausto formou-se engenheiro civil nos Estados Unidos, tornando-se superintendente da Sorocabana, mas destacou-se mesmo como empresário e político. Começou sua carreira como comerciante em Itu, exercendo cargos públicos como diretor de Obras da província, mas sua tendência republicana o indispôs com o regime monárquico. Fundou então o Imprensa Ituana, diário de verniz republicano, participando da fundação do Partido Republicano Paulista durante a Convenção de Itu. Depois de 1883, tornou-se diretor das companhias de estradas de ferro, a Ituana e em 1892 e 1893 da Paulista. De 1892 a 1894 formou a Companhia Balneária do Guarujá e em 1895 a Vidraria Santa Marina, sempre em associação com Antonio Prado (PERISINOTTO, 1994, p. 44). Eleito deputado em 1898, faleceu em 1901.

Entre os acionistas menores, continuam a aparecer nomes de integrantes das poderosas famílias paulistas envolvidos com política e negócios. Com apenas 100 ações, Antônio Proost Rodovalho Junior formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1890, mesmo ano em que a Companhia Luz Electrica adotou como nova denominação Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, ou seja, deveria ser um de seus momentos de estreia no mundo dos negócios, pois era filho do comerciante, industrial e político Coronel Antônio Proost Rodovalho (1838-1913). O Coronel Rodovalho como era mais conhecido por sua atuação na Guarda Nacional, foi atacadista de açúcar, café e sal; tesoureiro da Caixa Filial do Banco do Brasil por 12 anos; presidente do Banco Comercial de São Paulo, tendo sido um dos fundadores da Caixa Econômica e Monte de Socorro, precursora da Caixa Econômica Federal e também da Associação Comercial e Agrícola de São Paulo. Diretor da Companhia de Estradas de Ferro Ituana e da Central do Brasil, participou também da fundação da Fábrica de Tecidos Anhaia, Companhia Serraria Sydow, Companhia de Gás de São Paulo e Companhia Cantareira de Águas e Esgotos associado a Rafael Pais de Barros (PERISINOTTO, 1994, p. 44), além de ter sido o organizador do serviço funerário da cidade de São Paulo.

Considerado membro do grande capital paulista (SAES, F., 1986, p. 108) foi acionista da Companhia Lupton, ao lado de Percy Lupton, Ismael Dias da Silva, Dino Bueno, Barão Geraldo de Resende, Lins Oliveira. Mas foi como fundador da Companhia Melhoramentos de São Paulo em 1890 que o Coronel Rodovalho ficaria mais conhecido, realizando investimento para explorar as reservas de carbonato de cálcio localizado em terras de sua propriedade em Caieiras. Fundador também de uma das primeiras fábricas de cimento do Brasil em 1897 (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 53; PERISINOTTO, 1994, p. 44) propiciou o desenvolvimento de toda uma região, conseguindo da São Paulo Railway a abertura da estação de Caieiras por onde sua fábrica escoaria a produção para São Paulo e Santos. O Coronel Rodovalho atuou também na política, tendo sido vereador de 1866 a 1870, intendente de finanças do município para o ano de 1896 e presidente da Câmara de São Paulo na legislatura de 1899;¹⁹⁴ participando da propaganda abolicionista, foi dos primeiros a apoiar a República, tendo atuado também como tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia. Antônio Proost Rodovalho Júnior foi continuador da obra do pai, se tornando também comerciante e industrial de grande relevância. Finalizaremos a lista de sócios menores citando o jornalista, fazendeiro e político Julio Cezar Ferreira de Mesquita (LÉRIAS, 1988, p. 240) e seu sogro José Alves de Cerqueira César.

Julio de Mesquita nascido em 1862 era filho de Francisco Ferreira de Mesquita conceituado negociante português estabelecido em Campinas, e de D. Maria da Conceição Ferreira de Mesquita, tendo atuado como jornalista, historiador, contista, biógrafo e político. Formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1883, aos 21 anos de idade, retornou a Campinas, tendo trabalhado no escritório de Quirino dos Santos e exercido a advocacia por pouco tempo. Logo voltou também ao jornalismo, nos tempos acadêmicos escrevera para o jornal A República, tornando-se colaborador da Gazeta de Campinas, de A Província de São Paulo do qual foi redator a partir de 1886 e, mais tarde, diretor de 1891 a 1927. Proclamada a República foi nomeado secretário geral do Estado e, em seguida, secretário do primeiro presidente de São Paulo, Prudente de Moraes. Eleito deputado participou da elaboração da Constituição Estadual e quando do golpe do Marechal Deodoro, renunciou ao mandato por não se conformar com a situação. Após a reconciliação dos paulistas com o governo federal, participou da Comissão de Justiça, como relator, e como deputado estadual apoiou Prudente de Moraes quando da cisão do Partido Republicano Federal. De 1907 a 1909 foi escolhido líder da maioria, mas anos depois, retornou à oposição,

¹⁹⁴ Atas das sessões da Câmara Municipal de São Paulo, 1899, pp. 3-15.

na presidência de Rodrigues Alves. Eleito senador, não chegou a frequentar as sessões, dedicando-se exclusivamente ao jornalismo. Estreou como contista em 1877, publicando no "Almanaque Popular de Campinas", um conto intitulado "Um lindo Natal". Absorvido literalmente pela imprensa, só voltou à literatura quando de sua viagem à Europa, em 1887. Foi um dos fundadores da "Revista do Brasil", com Luís Pereira Barreto, Alfredo Pujol, Plínio Barreto, etc, falecendo em São Paulo no dia 15 de março de 1927.

Já o sogro de Júlio Mesquita, José Alves de Cerqueira César nasceu no dia 23 de maio de 1835, na fazenda Tapera Grande, hoje bairro de Guarulhos. Filho de Bento Alves de Cerqueira Bueno, eram descendentes diretos de Amador Bueno, e Maria Cândida de Cerqueira Leme, procedente dos Lemes, família de tradicionais senhores rurais. Formado em Direito, José Alves seguiu para Campinas para exercer o cargo de promotor público, mudando-se para Rio Claro onde entrou para a política e fundou o Partido Republicano. O sucesso obtido pelo partido na região fez com que Cerqueira César rumasse para a capital, fixando residência na Rua Florêncio de Abreu, onde foi promovido a secretário do partido, assumindo posteriormente a função de presidente da Comissão Permanente do mesmo. Após a proclamação da República, recebeu o cargo de inspetor do Tesouro e, na sequência, elegeu-se vice-presidente do estado na chapa liderada por Américo Brasiliense, chegando a assumir como presidente de dezembro de 1891 a agosto de 1892 quando Brasiliense foi deposto por ocasião do golpe de Deodoro da Fonseca. Foi reeleito vice-presidente em 1892 e sua carreira política deslanchou: em 1897 foi eleito senador estadual e, de 1898 a 1902, foi presidente do Senado, mantendo-se no mesmo até 1907. Cerqueira César faleceu em São Paulo em 1911 (ALVES, 1986, p. 110).

Muitos dos empresários e homens públicos, políticos ou não, vistos aqui foram denominados como os “empresários do Encilhamento” (LÉRIAS, 1988, p. 309-354), sendo no total 195 nomes entre os quais, Abílio A. Soares Marques; Antonio Pereira de Queiroz; Antonio Proost Rodovalho; Domingos Sertório; Elias Fausto Pacheco Jordão; João Bricola; Júlio Cezar Ferreira de Mesquita; Luiz Oliveira Lins de Vasconcelos; Manoel Joaquim de Albuquerque Lins entre outros. Sua trajetória no mundo dos negócios e da política demonstra, porém, que foram mais do que somente especuladores, sendo necessário fazer resgate biográfico para desmistificarmos essa imagem.

3.3 Antonio da Silva Prado na Prefeitura.

Antonio da Silva Prado nasceu em 1840 em São Paulo e passou à história como o Conselheiro Antonio Prado, por ter exercido este cargo durante o Império. Filho de Martinho da Silva Prado e Dona Veridiana da Silva Prado e neto do Barão de Iguape, também Antonio da Silva Prado, segundo Kugelmas foi família considerada “clã familiar arquetípico” (no prelo, p. 24), pois foram protagonistas do processo histórico econômico ocorrido no estado de São Paulo. O patriarca do clã, o avô Barão de Iguape, “enriquecera graças ao comércio e ao cultivo da cana-de-açúcar, ao comércio de muares e a outras atividades correlatas. Seus netos, Antonio e Martinho Prado Júnior, serão figuras exponenciais da expansão cafeeira na zona pioneira” (Idem).

Sua família estava bem à frente não apenas nos negócios, mas também nos costumes. Sua mãe, Veridiana Valéria da Silva Prado, que era filha do Barão de Iguape, casou-se com apenas 13 anos com seu meio-tio Martinho da Silva Prado e assumiu papel preponderante na vida cultural da cidade de São Paulo. Desde 1848 o casal Silva Prado mantinha chácara na Rua da Consolação, com sobrado de taipa do século XVIII, mas passava boa parte de seu tempo no Engenho Campo Alto, em Mogi Mirim, “... nos anos 40 a 60 do XIX, Dona Veridiana residia permanentemente em sua fazenda em Moji Mirim, vindo à cidade somente para dar à luz” (MORSE, 1970, p. 192).¹⁹⁵ Tiveram no total oito filhos, sendo que dois morreram com poucos meses de vida, sendo Antonio o mais velho. Após entrar em choque com o marido em 1877 em decorrência do casamento de sua filha e já com os filhos crescidos, separou-se de seu meio-tio, quatorze anos mais velho do que ela, causando grande escândalo na cidade. Permaneceram, porém, morando na mesma casa, em alas diferentes, até que em 1878 adquiriu amplo terreno no novíssimo bairro do Higienópolis onde iniciou a construção de seu palacete em estilo francês com material importado da Europa.

A Vila Maria ou Chácara Dona Veridiana teve sua construção iniciada em 1884, a cargo de Luis Liberal Pinto e já em 1885, a proprietária se mudou e estabeleceu um estilo de vida que destoou da provinciana capital de São Paulo. Dona Veridiana tinha o hábito de fazer passeios a pé e sozinha, mais motivo de escândalo e fofoca, mantendo companhias que também destoavam da trivial rotina da cidade, “Sua ama de companhia era uma jovem negra, que sabia francês e era pianista. O mordomo era um índio botocudo. Tinha por cocheiro um

¹⁹⁵ Mesmo assim, pelo menos um filho, Ana Brandina, a Chuchuta, nasceu em um rancho à beira da estrada por não ter dado tempo de chegar a São Paulo.

suíço, que nos fins de tarde a levava a passear de coche pela atual Avenida Higienópolis.”¹⁹⁶ Em seus salões literários frequentavam escritores, jornalistas, médicos e advogados, patrocinou artistas e esportistas e por duas vezes recebeu a visita da família real, sobrevivendo inclusive um relato da princesa Isabel sobre seu palacete.

Antonio da Silva Prado formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1861, em seguida indo para Paris onde realizou curso de especialização. Causaram-lhe profunda impressão as reformas urbanísticas do Barão de Haussmann em Paris e a Exposição londrina de 1862 (GRAHAM, 1973, p. 203) que deixariam em seu âmago o anseio pelas modificações que a modernidade trazia. Essas experiências deveriam mesmo ter feito Antonio “... adquirir plena consciência do poder do progresso tecnológico aliado a uma inspirada capacidade de empreendimento...” (Idem), tornando-se não só inovador na produção de suas fazendas de café, mas também como comerciante e industrial. Causou-lhe especial impressão a economia industrial britânica, predispondo nele o gosto pelas iniciativas industriais das quais seria pródigo, sendo fundador ou participando da fundação “... desde fábricas de vidro até a Companhia Estrada de Ferro Paulista” (McDOWALL, 1988, p. 25).

Em 1866 abriu uma fazenda de café e de gado no interior, ao norte de Pirassununga, aliando sua herança familiar como cafeicultor à carreira no direito e às aspirações industrialistas, iniciando uma trajetória longa como fazendeiro, político, comerciante e industrial, e a partir daí, e até pelo menos 1899, abriu pessoalmente diversas fazendas avançando pelo oeste paulista (DEAN, s/d., p. 53). Seu primeiro cargo público foi como delegado de polícia e já em 1869 é eleito deputado geral por São Paulo com mandato até 1872, tendo cumprido mais de cinco mandatos como deputado, mas é a partir dos cargos que ocupou no executivo que se destacou mais.

De 1885 a 1887 e de 1887 a 1888 Antonio Prado foi designado Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Desde 1871 já existia a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, que “... com auxílios governamentais, promovia a imigração e trazia os trabalhadores para os fazendeiros interessados” (SAES, F., 1986, p. 94) sendo grande o envolvimento de Martinho Prado Junior, o Martinico, irmão mais novo de Antonio. Este já havia proposto projeto que estabelecia imposto de mil réis sobre escravos averbados na Província, porém o Presidente da Província não sancionou o projeto (MELLO, Z., 1990, p.

¹⁹⁶ José de Souza Martins, “O Palacete de Dona Veridiana”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-palacete-de-dona-veridiana,595541,0.htm>. Acessado em: 24 Maio 2013.

Assim, os irmãos Silva Prado estiveram empenhados em resolver o problema que se apresentava mais fortemente aos cafeicultores que era a falta de braços para a lavoura. Com a crescente expansão das plantações em direção ao oeste paulista e o recrudescimento da campanha abolicionista, com a iminência do fim da escravidão, os Silva Prado e muitos fazendeiros e políticos viram na imigração a solução para o problema. Seu envolvimento foi tão grande que foi considerado o “maior responsável pela fórmula que viabilizou o fim da escravatura” (SOUZA, J., 2004, p. 66). Porém, não podemos nos furtar a dizer que o senador Antonio Prado inicialmente se colocou contrário à ideia de extinção acelerada da escravidão, pois:

A prevalecer a ideia, a porcentagem estabelecida não seria a mais conveniente. A prudência aconselha que o movimento emancipador seja mais vagaroso aos primeiros anos de execução da lei que for votada para encurtar o prazo da escravidão, devendo crescer progressivamente na razão do encurtamento do prazo calculado. (...) Desta maneira o projeto garantiria melhor os interesses da produção, habilitando os produtores a realizarem com mais segurança a substituição do trabalho nos seus estabelecimentos. (...) A obrigação de os libertos prestarem serviços nos estabelecimentos durante cinco anos será de muito difícil efetividade, podendo produzir o resultado de desorganizar completamente o trabalho. Só um meio me ocorre para tornar efetiva a prestação de serviço neste caso, é a liberdade condicional, isto é, tornar a alforria dependente da prestação de serviços (SAES, F., 1986, p. 95).

O Parlamento não conseguia chegar a um consenso sobre a questão, protelando-a indefinidamente, levando Antonio Prado a apelar ao sentimento regionalista para ilustrar como a questão deveria ser resolvida, em sessão de 2 de Setembro de 1886:

Uma das razões, senão a razão principal da propriedade de minha província é que o paulista não política em se tratando de melhoramentos materiais. Há ali estradas de ferro, empresas de navegação e outras organizadas por iniciativa de conservadores, liberais e republicanos, os quais sabem esquecer dissentimentos quando o seu concurso é exigido para o bem da província (KUGELMAS, no prelo, p. 35).

Antonio Prado pode ter contribuído para inovar o próprio mercado de trabalho, pois em 1885, como Ministro da Agricultura decidiu admitir mulheres no serviço das agências do correio (BARROS, G., 1967, p. 467) em uma iniciativa em que fora congratulado pelos editoriais dos diários da época. Porém, sua atitude em relação à abolição somente mudou após ter sido assegurado definitivamente a corrente imigratória subsidiada a partir de 1886 (KUGELMAS, no prelo, p. 22) quando o Partido Conservador levantou o veto à abolição e

¹⁹⁷ Conforme Flávio Saes: projeto inicial de 1878, com sua aprovação em 1881 (1986, p. 93).

reforçou o apoio à imigração subsidiada, no que teria sido o “momento em que São Paulo aceitou o abolicionismo” (SAES, F., 1986, p. 93). Seu empenho para que se tornasse definitiva essa corrente não o afastou de um traço característico comum a diversos fazendeiros da época, o de usar de subterfúgios para manter os colonos obrigados indefinidamente a suas plantações. Os fazendeiros tratavam os colonos como “seus colonos”, e Antonio da Silva Prado foi acusado em relatório em 1880 de Max Le Clerc de se utilizar de um sistema injusto, mantendo os colonos em dívida permanente com o patrão (DEAN, s/d., p. 40). E também se colocou como praticamente todos os grandes proprietários de terras da época, ou de todas as épocas, tenazmente contra a possibilidade dos colonos receberem terras gratuitamente do Estado para se fixarem, chegando a discursar no Senado contra tal empreendimento (MARTINS, J., 2004, p. 32), garantindo também que a política imigrantista mantida pelo governo republicano era o único meio para atender a necessidade de braços da lavoura, mas que não fosse paga pelos lavradores:

... governo tem se esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo por que pretende dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura, sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, dispendir capitais (SOUZA, J., 2004, p. 66).

Decidido a resolver a situação empenhou-se durante seu mandato como Ministro da Agricultura, chegando a declarar em 1887 que a situação “... parecia estar solucionada, uma vez que se encontravam trabalhando nas fazendas cerca de 60 a 70.000 imigrantes” (CASTRO, 1979, p. 40). Neste mesmo ano, o governo imperial lançou um programa imigratório para o Estado de São Paulo, cujo primeiro núcleo colonial se chamaria Antônio Prado, próximo a Ribeirão Preto. Antônio Prado foi escolhido senador por São Paulo por Carta Imperial de 19 de Março de 1887, exercendo o mandato até 1889, durante a 20ª legislatura. Formou junto com o barão de Souza Queirós, nomeado em 1848, Joaquim Floriano de Godoi, em 1873, José Bonifácio, o moço nomeado em 1879 e João da Silva Carrão em 1880, a minoria de cinco senadores de São Paulo no total de 71 no quadro político imperial (PERISINOTTO, 1994, p. 93).¹⁹⁸ Justamente quando o estado de São Paulo vinha pressionando por maior participação nas decisões políticas e econômicas no Império.

Antonio da Silva Prado, então um experimentado político, líder do Partido

¹⁹⁸ Perisinotto cita somente o número de três senadores paulistas, barão de Souza Queirós, Antonio Prado e Floriano de Godoi em um total de 59 senadores, sendo os números atualizados. Disponível em: Períodos Legislativos do Império 1886-1889: < <http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm>>. Acessado em: 24 Maio 2013.

Conservador e Conselheiro do Império, acabou se afastando da centralização monárquica e se aproximando das ideias federalistas tão bem defendidas pelos republicanos, como por exemplo, seu irmão Martinico, republicano convicto, em “... atitude repudiada por uns como traição e aplaudida por outros como realismo político” (PERISINOTTO, 1994, p. 97). Passo político importante para a consolidação daquelas pretensões por maior participação:

Dada a identificação tradicional do Partido Conservador com a centralização imperial, foi especialmente importante a evolução do Partido Conservador de São Paulo sob a chefia de Antonio Prado, que prefere afastar-se do Ministério da Agricultura, que ocupava no gabinete João Alfredo, apesar do peso político de que aparentemente desfrutava, para passar a defender cada vez mais abertamente as reivindicações federativas (KUGELMAS, no prelo, p. 38).

Como fazendeiro continuou esforçando-se para multiplicar sua produção agrícola, diversificando os produtos plantados ou produzidos e modernizando o quanto podia, fosse com o transporte ou com a maquinaria agrícola, sendo considerado o “... modelo do fazendeiro empresário, assim como Francisco Matarazzo fora o modelo do imigrante empresário” (DEAN, s/d., p. 69). Foi um dos financiadores de Engelberg¹⁹⁹ (Ibidem, p. 53) e como fundador e diretor de inúmeras estradas de ferro, como a Companhia Paulista, assegurou-se sempre de fazer chegar os ramais das ferrovias a suas grandes propriedades agrícolas. Junto com seu pai e seu irmão Martinico abriram em Sertãozinho uma fazenda que veio a ser a maior do Estado de São Paulo, com 3.500.000 de pés de café (MORSE, 1970, p. 234), investindo decididamente como cafeicultor em um dos momentos marcados pela alta do café no mercado internacional,²⁰⁰ sendo fundador também de casa comissária que se tornou das maiores e mais importantes do estado.

Seu tino como grande proprietário de terras, sendo grande lavrador, continuou a beneficiar sua fortuna e onde a terra não fosse adequada ao café, explorou a criação de gado, organizando usina de enlatamento de carnes em Barretos, construída por Alexandre Siciliano,²⁰¹ tendo feito antes os trilhos da estrada de ferro chegarem até lá, segundo Monbeig,

¹⁹⁹ Evaristo Conrado Engelberg (1853 – 1932), engenheiro mecânico, natural de Piracicaba, inventor de máquinas de beneficiamento de arroz e de café.

²⁰⁰ A produção no Brasil foi de, em milhões de sacas: 1886: 6,320; 1887: 3,165; 1888: 6,925, chegando a 7,695 em 1891. O preço em dólar por 10 Kg de café no porto de Santos passou de 2,15 em 1886 para 3,75 em 1890 e, apesar das oscilações, só baixou para menos de dois dólares depois de 1896, observando-se um período de queda ininterrupta até 1911, quando chega a 2,42. Para as listas de preços do café e total de sacas exportadas ver HOLLOWAY, 1984, pp. 261-5.

²⁰¹ A Companhia Mecânica e Importadora foi fundada por Siciliano com capital de fazendeiros de café, parentes seus, e incluía uma fundição, seção de máquinas, serralha, carpintaria e olaria, produzindo vagões para as

sendo considerado o “primeiro e mais moderno matadouro do país” (GRAHAM, 1973, p. 203):

No rumo do Paranapanema, na direção do rio Grande e até o rio Paraná, tinham os trilhos sido levados mais adiante. Tinham-se atingido, assim, regiões mais propícias à pecuária que ao café. Podiam, pois, os paulistas explorar outra possibilidade das zonas novas. A chegada da estrada de ferro a Barretos, a construção de um frigorífico assinalaram nova orientação. Interessante é considerar que Antônio Prado, sendo um dos maiores fazendeiros, foi o animador da ferrovia que atingiu Barretos e também o fundador do mencionado frigorífico (MONBEIG, 1984, p. 113).

Esse grande senso de oportunidade para os negócios da lavoura e estendido para os negócios comerciais e financeiros fez de Antonio da Silva Prado o exemplo de fazendeiro empresário como já dissemos anteriormente, aliando a isso sua carreira de homem público, não só procurando legislar a favor da classe de latifundiários, mas envolvendo-se diretamente na administração dos bens públicos. Junto com Antonio Proost Rodovalho e como membro do Clube da Lavoura, Antonio Prado fez parte da diretoria da Associação Agrícola de São Paulo (SAES, F., 1986, p. 88; PERISINOTTO, 1994, p. 49), assumindo papel preponderante junto aos homens mais fortes do Império que terminava e da jovem República que nasceu em 1889, procurando uma resposta à crise que a lavoura cafeeira vivia quando da oscilação para baixo dos preços do café.

A ligação da família Silva Prado com a terra, assim como de diversas outras famílias de latifundiários paulistas, seria emblemática também de uma era marcada pelo enriquecimento favorecido pela produção agrícola e a inversão dos lucros em novas formas de multiplicar o dinheiro, tais como os caminhos de ferro que se estendiam por todo o estado ou os bancos que surgiam muitas vezes das casas bancárias que se proliferavam pelas cidades do interior agrícola. Uma menor capacidade de realizar essa inversão explicaria o declínio da família Silva Prado junto às determinações que davam rumo ao país:

Era natural que, no Brasil, essa classe, como classe dominante “nativa”, e pela sua própria história (que se inicia com a cultura da cana e do café) tivesse uma ligação quase que emocional com a terra. Antonio Prado, por exemplo, elogiava a virtude dos pais em inculcar nos filhos o apego à tradição agrícola. Os filhos do próprio Antonio Prado, como foi o caso de Luís Prado, foram incentivados a não abandonar a atividade agrária. Aliás, a não transferência em peso dos investimentos dos Prados para a indústria pode ter limitado a capacidade da família de se adaptar à emergente ordem industrial que, como nota Levi, foi crescentemente comandada pelo empresário imigrante (PERISINOTTO, 1994, p. 158).

companhias de estradas de ferro, máquinas de beneficiamento agrícola e toda sorte de obras de engenharia civil, como edifícios públicos, pontes para ferrovias etc. (DEAN, s/d, p. 83).

Essa limitação, porém, levaria ainda muitas décadas para quase que apagar a participação da família Silva Prado nos negócios públicos e financeiros. Como representante do grande capital paulista agrário, Antonio da Silva Prado conseguiu viabilizar muitos negócios, alguns dos quais teriam participação fundamental na política econômica durante boa parte da Primeira República, como a Cia. Prado Chaves Exportadora e a Prado Chaves e Cia, casas comissárias e de exportação que seriam o braço negociador da portentosa produção cafeeira da família.²⁰² Fundadas em associação com seu cunhado Elias Chaves, também dono de imensa fortuna e negócios no café, nas ferrovias e na incipiente industrialização paulista, a Prado Chaves seria uma casa entre vinte outras casas brasileiras, negociando em um universo composto por cerca de setenta casas comissárias que participavam do comércio exportador (PERISINOTTO, 1994, p. 76), sendo todas as demais casas estrangeiras que dominavam o setor. No entanto, e apesar da oposição inicial de Antonio da Silva Prado às propostas valorizadoras, a Casa Prado Chaves como ficou mais conhecida, desempenhou papel importantíssimo na operação valorizadora²⁰³ do café aplicada pelas elites paulistas, chegando a se tornar a partir de 1906 uma “arma semioficial do governo do Estado” (LEVI, 1977, p. 222), ou seja, exerceu posição intermediária nos esquemas valorizadores.²⁰⁴

A influência da família nos negócios públicos era tão grande que Paulo Prado, filho de Antonio Prado e diretor da Cia. Prado Chaves, foi recomendado como representante de São Paulo no comitê de administração dos estoques de café, o que indicaria, segundo Kugelmas, que o grande capital cafeeiro não era tão ferrenho opositor das medidas intervencionistas do Estado para a valorização do café (No prelo, p. 104). Essa valorização articulada pelos fazendeiros, aliás, beneficiou muito mais os comissários e exportadores de café do que os

²⁰² A Companhia Prado Chaves foi sucessora da Companhia Central Paulista, fundada no início da década de 1890, representando a concorrência do grande capital paulista envolvido tanto nos armazéns gerais quanto na criação de companhias voltadas ao comércio de café. Entre os principais acionistas: Elias Fausto Pacheco Jordão, Antonio da Silva Prado, Barão de Três Rios, João Álvares Rubião Jr, Antonio de Sousa Queirós, Barão de Tatuí, Barão de Piracicaba, Albuquerque Lins (SAES, F., 1986, P. 130), ou seja, estamos falando aqui de uma parte considerável da muito vasta produção paulista de café.

²⁰³ “A proposta inicial para a primeira valorização, isto é, o Convênio de Taubaté, tinha, assim, uma clara conotação pró-lavoura. Nessas condições, é compreensível que o grande capital cafeeiro se opusesse a tal plano. Antonio Prado assumiu a luta contra o esquema valorizador tal qual previsto pelo Convênio de Taubaté. Através da Prado Chaves, criticou-o, pois receava as suas consequências cambiais e monetárias. (...) Ou seja, como proprietário de um império mercantil que abarcava todas as esferas da economia cafeeira, da produção ao comércio externo, Antonio Prado reconheceu no esquema valorizador, tal como apresentado pelo convênio, uma ameaça aos seus interesses de capital mercantil” (PERISINOTTO, 1994, p. 72).

²⁰⁴ Segundo Perisinotto, o papel da Casa Prado Chaves foi “... realizar as ligações de São Paulo com as grandes casas exportadoras e bancos internacionais, além de entrar em contato com os compradores e vendedores no estrangeiro, encaminhando seus investimentos. A Prado Chaves (...) além de ajudar nos esquemas valorizadores, entregava o café no Havre às casas Lathan and Co., Yung and Himeley e Fernand Souquet (1994, p. 193).

plantadores e colocou a própria família Silva Prado em conflito. Eduardo Prado, o irmão vinte anos mais novo do que Antonio, destoava do resto da família por ter seus negócios concentrados mais na lavoura e menos nos demais tipos de negócios que atraíam os investimentos dos latifundiários paulistas. Destoava também por ser monarquista convicto, ao contrário do irmão Martinico, republicano, um dos fundadores do Partido Republicano, mas assim como os irmãos, era formado em direito e atuou como jornalista, tendo sido articulista de literatura e política internacional no *Correio Paulistano*, diário de propriedade do irmão Antonio da Silva Prado (SAES, F., 1986, p. 41). Eduardo Prado foi um dos articuladores da oposição e das reivindicações valorizadoras dos lavradores, seu programa insistia na intervenção do governo para salvar os plantadores de café da crise dos preços, fazendo-lhe oposição à política econômica de não intercessão, “visando à moratória das dívidas dos fazendeiros aos comissários e exportadores de café” (PERISINOTTO, 1994, p. 65). Ou seja, postulando medidas que beneficiassem os lavradores, não observando interesses na exportação e na negociação do produto nos portos exportadores. Antonio Prado se mostrava sempre mais preocupado com essas posições intermediárias entre o plantador e o consumidor final, pois daí advinha grande parte dos lucros do conglomerado que dirigia e mesmo o patriarca da família, Martinho Prado, pai dos irmãos discordantes na questão, não aprovava a criação de partido dissidente, tendo atuação decisiva para desarticular o Partido da Lavoura e frustrando as pretensões do filho caçula.²⁰⁵

Sem dúvida os interesses de Antonio da Silva Prado iam muito além de apenas avançar a fronteira agrícola do estado de São Paulo, participando da onda que estendia os cafezais cada vez mais longe, propiciados pela implantação das estradas de ferro que transportavam o produto até São Paulo e seu porto, Santos, muito mais eficazmente do que as tropas de mulas. Como diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, além de beneficiar as próprias terras e sua própria produção, influenciou em decisões fundamentais para o desenvolvimento do estado de São Paulo, pois esta companhia como uma das mais importantes no setor ajudou a definir rotas e a formar novas companhias, além de direcionar a produção. Juntou-se tanto a capitalistas estrangeiros, tendo sido membro da diretoria da *Brazilian Warrant Company*, em

²⁰⁵ “... o eixo da política cambial brasileira durante a Primeira República estava longe de beneficiar a lavoura. Ao contrário, muitas vezes prejudicou-a pesadamente. Os maiores interessados nessa política eram o Estado brasileiro, o capital estrangeiro e o grande capital cafeeiro. O primeiro porque necessitava recuperar suas finanças e o crédito externo, objetivo impossível de ser alcançado com uma baixa taxa cambial. O segundo porque temia que os compromissos do país devedor não fossem honrados em função da inadimplência causada pela desvalorização cambial. E, finalmente, o grande capital cafeeiro que via os seus investimentos novamente rentáveis, além de garantir a presença no país do capital estrangeiro, cuja associação lhe rendia lucros bem maiores do que a mera desvalorização do câmbio” (PERISINOTTO, 1994, p. 69).

sociedade com Edward Greene em associação com capitais ingleses que lhe possibilitou durante a Primeira Guerra Mundial, “usar de sua influência para favorecer os interesses ingleses, em troca da não inclusão de seus negócios na lista negra do bloqueio inglês” (PERISINOTTO, 1994, p. 194) como aos grandes capitalistas nacionais.

Em 1882, Antonio da Silva Prado fez parte da diretoria da Companhia Carris de Ferro de São Paulo juntamente com Francisco de Paula Mayrink, banqueiro do Rio de Janeiro, diretor e principal acionista da Sorocabana. Nessa companhia de serviços urbanos Mayrink possuía 1.250 ações num total de 7.000 e a família Silva Prado 875 ações entre Martinho, Antonio e Eleutério Silva Prado (SAES, F., 1986, p. 81-2; PERISINOTTO, 1994, p. 44) em mais um exemplo da diversificação financeira em que a família procurou investir. Esses “novos negócios” tinham seu modelo de administração importado diretamente da Europa e dos Estados Unidos e se difundiram rapidamente pelas cidades do estado de São Paulo e a família Silva Prado percebeu logo o potencial deste tipo de negócio. Além da Carris de Ferro de São Paulo e da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, Martinho da Silva Prado, seus filhos e genros investiram na empresa de águas e esgotos de Ribeirão Preto, obtendo também a concessão da empresa de energia elétrica daquela cidade (SAES, F., 1986, p. 144, 178).

No ramo ferroviário, além da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a família Silva Prado também investiu na Mojiana onde Antonio e Martinho da Silva Prado estavam entre os principais acionistas ao lado de Antônio Queirós Teles (SAES, F., 1986, p. 46), que também aparece como acionista na primeira formação acionária da Companhia Água e Luz. Em outros investimentos vemos o tio dos irmãos Antonio e Martinho, Veríssimo da Silva Prado, tido como capitalista e proprietário, também filho do velho Barão de Iguape, ligado a diversas companhias e ao movimento que estimulava a imigração. Fora diretor-presidente em São Paulo da Caixa Filial do Banco do Brasil em 1857, instituição dirigida por seu pai, juntamente com Francisco Antonio de Sousa Queirós, o Barão de Itapetininga, o Barão de Tietê, e Jaime da Silva Teles (SAES, F., 1986, p. 84) e tinha entre seus bens:

... duas fazendas com 400 alqueires e 92.000 pés de café, casa de colonos, casa de máquinas de beneficiar café, engenho, moinho e serra. Possuía ações da Companhia Mojiana (552) e apólices gerais da dívida pública. Seus rendimentos advinham da atividade agrícola e de dividendos (MELLO, Z., 1990, p. 133).

Traço marcante da família então essa diversificação nos negócios! Além das estradas de ferro, da criação pecuária e da lavoura cafeeira, Antonio da Silva Prado participou da

fundação de fábrica de vidros no Brasil, a Vidraria Santa Marina, em mais uma associação com Elias Fausto Pacheco Jordão e homenageando sua filha Marina da Silva Prado de Queirós Aranha, casada com Luís Augusto de Queirós Aranha e do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, um dos maiores do seu tempo (GRAHAM, 1973, p. 203), em mais um exemplo da presença do grande capital cafeeiro investindo no setor industrial (PERISINOTTO, 1994, p. 44). Fundado em 1889 a partir da Casa Bancária da Província de São Paulo, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo teve Antonio da Silva Prado como seu presidente por muitos anos²⁰⁶ dividindo com o Banco de São Paulo, cujo presidente era o Conde do Pinhal, o domínio da vida financeira do Estado de São Paulo por algumas décadas (SAES, F., 1986, p. 87). Segundo José de Souza Martins:

Antônio da Silva Prado parece ser o único exemplo para o modelo: fazendeiro, comerciante, banqueiro, industrial. Prado parece reunir todas as condições para ser considerado como o tipo ideal do empresário brasileiro dessa fase: ele foi grande proprietário e produtor de café, ele próprio se dedicou à exportação de café, foi diretor de banco, foi diretor de ferrovia e organizou e dirigiu diversas fábricas, entre as quais a Vidraria Santa Marina. De outro lado, foi ministro da Agricultura no período imperial. Como ministro foi o principal personagem na busca do caminho que tornou possível promover a abolição da escravidão e a imigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil em termos congruentes com a preservação da economia de exportação (MARTINS, J., 2004, p. 112).

De fato, o grande capital cafeeiro era um capital diversificado, mas dependente do café (PERISINOTTO, 1994, p. 194) e como empresário, Antonio da Silva Prado não estava apenas preocupado com bons preços atingidos pelo café em Santos. Como dirigente de um conglomerado, preocupou-se com fornecimento de crédito, dirigiu fazendas, administrou uma estrada de ferro “... cujos lucros dependiam em alto grau da produção cafeeira” (LEVI, 1977, p. 264) e dependia de importação de equipamentos para aparelhar suas indústrias recém-formadas. Sua carreira mostra bem a “... coexistência de interesses agrários e urbanos, como também uma passagem sintomática, através dos anos, de afiliações político ideológicas para econômicas” (MORSE, 1970, p. 234).

Em 1898 Antonio da Silva Prado foi eleito vereador em São Paulo e a 20 de Novembro o legislativo municipal de São Paulo o nomeou para o cargo de prefeito da cidade, que seria exercido por um único vereador a partir daquele ano (HOMEM, 1998, p. 5) e que foi desempenhado por Antonio Prado de 7 de Janeiro de 1899 a 15 de Janeiro de 1911. Como já

²⁰⁶ Flávio Saes sugere que um grupo da elite paulista, o do grande capital cafeeiro e do qual Antonio da Silva Prado fazia parte, estava a frente e dominava diversos empreendimentos comerciais e financeiros no estado de São Paulo (SAES, F., 1986).

dissemos anteriormente, por sua própria trajetória familiar e acadêmica, Antonio Prado se veria sempre predisposto a aplicar as facilidades e funcionalidades das cidades urbanas observadas por onde passou, como a Paris das reformas haussmanianas, Londres entre outras. À frente da prefeitura procurou imprimir um pouco desta modernidade à cidade, já conhecida como capital dos fazendeiros de café, sendo devida a essa atuação a reelaboração do traçado da cidade, mudando o rumo da ocupação do espaço geográfico, com reorganização deste espaço, implementando o zoneamento, dividindo por funções e classes.

Uma primeira reorganização já havia sido implantada por João Teodoro Xavier de Matos nos idos de 1875 justamente com a intenção de atrair os fazendeiros do café e seus capitais à cidade, com abertura e pavimentação de novas ruas, drenagem e aterragem de terrenos, construção de praças e jardins, inauguração de bibliotecas, além da estruturação de um serviço público de combate a epidemias (MARANHÃO e MATEOS, 2012, p. 16). O destaque foram a implantação da iluminação pública a gás da inglesa São Paulo Gas Company; as primeiras linhas de bonde a tração animal; o surgimento da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, inaugurando o fornecimento de água encanada na cidade; abertura de ruas para interligar bairros como Pari à Luz, Mooca à Liberdade e a Consolação ao Arouche, além da retificação de um trecho do rio Tamanduateí, com a criação da Ilha dos Amores, com aterramento da várzea do Carmo e ajardinamento do morro do Carmo. Em uma segunda remodelação urbana, necessária até pelo crescimento populacional ininterrupto que a cidade experimentou, a ideia era ainda superar uma:

... São Paulo do final do século XIX [que] estava longe desse modelo de assepsia. Era ainda uma cidade misturada, que obrigava uma convivência entre negros e brancos, ricos e pobres, damas e mulheres desconsideradas. É claro que essa coexistência incomodava e era repleta de conflitos e repúdios. A reforma efetuada pela prefeitura na Praça da Sé, durante a administração de Antonio Prado e Raimundo Duprat tinha como objetivo varrer a geografia do prazer e da embriaguez (CAMARGO, 2010, p. 420).

Já com a instauração da República o centro da cidade de São Paulo ia perdendo as moradias que ainda resistiam, tendo as casas térreas e sobrados sido adaptados para escritórios ou bares, cafés, restaurantes, armazéns, com a construção de hotéis, teatros e dos primeiros cinematógrafos (HOMEM, 1998, p. 7), sendo que Antonio da Silva Prado manteria o rumo nesta direção. O prefeito convidou o engenheiro Victor da Silva Freire para dirigir a Diretoria de Obras da Prefeitura, exercendo o cargo até 1925, já tendo exercido os cargos de Superintendente de Obras Públicas a convite do governador Manoel Ferraz de Campos Salles, sendo responsável também pelo Serviço de Abastecimento de Águas e Esgotos de cidades do

interior e diretor da Comissão de Saneamento do Estado. Freire defendia maior interferência do poder público na regulamentação de novas construções e reformas na cidade, sendo responsável pela implantação do Gabinete de Resistência de Materiais juntamente com Paula Souza,²⁰⁷ tornando-se professor da Escola Politécnica em 1898.

O estabelecimento do zoneamento na cidade se deu a partir das reformas urbanísticas como o alargamento do Largo do Rosário que, após a demolição da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e sua reconstrução no Largo do Paissandu, removeu os negros que ali se agrupavam, sendo rebatizado de Praça Antonio Prado e adotando ares europeus. Outra ação marcante foi o alargamento e calçamento da Rua Libero Badaró, com a consequente expulsão das prostitutas que ali trabalhavam renunciando as mudanças que se avizinhavam (HOMEM, 1998, p. 10). Essas transformações foram possibilitadas também graças à implantação do sistema de bondes por tração elétrica da Light and Power, iniciada em Maio de 1900, que permitiu a remoção da classe operária e mais pobre para assentamentos distantes do centro, os bairros industriais, nas terras úmidas e periféricas, contribuindo também para o surgimento da especulação imobiliária, interessada nas terras mais altas, tornando-as mais caras.

Esse alargamento do espaço geográfico do município aumentou inclusive os problemas registrados nos novos sítios ocupados. A prefeitura teria que passar a se preocupar com a ocupação das várzeas de rios antes distantes do aglomerado urbano, como o rio Tietê, por exemplo. A preocupação era com o impacto que a ocupação e o lançamento de dejetos no rio já trariam para a cidade e sua população, constando em relatório do secretário municipal de que:

... da sucinta, mas clara exposição das condições atuais do rio Tietê, segundo descreve com verdade o empregado municipal, decorre a imprescindível e urgente necessidade de providências, que devem ser tomadas pelo governo do Estado, no sentido de evitar as funestas consequências que forçosamente resultarão para a saúde pública da continuação desse estado de coisa” (JORGE, 2006, p. 29).

Trazia apreensão também os diferentes usos que a população fazia do rio, procurando a prefeitura restringir a pesca por meios que causassem matança desenfreada de peixes havendo legislação específica desde 1892 proibindo o uso de “dinamite, raiz de timbó ou outras drogas venenosas” (JORGE, 2006, p. 165), prevendo detenção e multa aos infratores. O próprio Antonio Prado, porém, reconhecia junto à Câmara Municipal a grande dificuldade em fiscalizar o rio e cumprir a lei. Talvez a ânsia do prefeito por transformar a cidade em

²⁰⁷ Disponível em: <http://www3.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/galeria-de-diretores/201-prof-dr-victor-da-silva-freire-.html>. Acessado em: 24 Maio 2013.

“ambiente “civilizado” e europeizado” (CAMARGO, 2010, p. 428) o levou a tomar medidas extremas em época que os políticos não se notabilizavam pelo cuidado com a coisa pública. Em seu afã normatizador e moralizador estabeleceu inclusive proibição obrigando seu filho Luís Prado a abandonar o negócio em uma olaria, por se utilizar das areias do Tietê, pertencente à cidade (LEVI, 1977, p. 264). Seu propósito parecia ser mesmo “reverter a imagem da urbe, de ares provincianos à metrópole próspera, com passos acertados com a capital federal e com as metrópoles europeias” (CAMARGO, 2010, p. 428).

Seu papel como prefeito o colocou no centro das disputas desencadeadas pelas cobiçadas concessões de serviços urbanos entre as companhias nacionais e estrangeiras que atuaram nesse mercado. A primeira disputa se deu entre a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e a The São Paulo Light and Power Company em 1899 e a segunda disputa se deu entre The São Paulo Light and Power Company, vitoriosa na primeira disputa e a Guinle & Cia em 1909, ambas em torno do monopólio de fornecimento de luz e força elétricas na cidade. Como prefeito coube a Antonio Prado decidir sobre as pendências entre as companhias ou mesmo, ser o causador delas como veremos. Como esse mercado estava atraindo cada vez mais o capital estrangeiro os políticos que ocupavam cargos com poder de decisão sobre os tais serviços estavam sujeitos às manobras realizadas pelos interessados. Antonio Prado, apesar do prestígio político de que desfrutava e do poder econômico que ele mesmo controlava, também estava subordinado aos caprichos do mercado.

No próximo item abordaremos um pouco mais detalhadamente a atuação do prefeito nesse episódio sem nos esquecermos de que como político, empresário, comerciante e fazendeiro principalmente de café e de gado Antonio da Silva Prado se portou em algumas situações com denodo, como no episódio em que rejeitou eventual proposta de suborno oferecido pela Light and Power em 1909 (CARONE, 1990, p. 42). Em outras situações, no entanto, o que poderia ter sido celebrado como resistência à invasão do capital estrangeiro no setor de serviços públicos por parte de político tão importante e de grande influência, praticamente no auge da carreira, lembremos que em 1909 Antonio Prado já estava com 69 anos de idade e era festejado como prefeito e como homem público, não se configurou exatamente assim. Conforme citamos anteriormente, a Brazil Railway Company de Percival Farquhar tinha a intenção de realizar um plano de interligação do país de norte a sul e iniciou seu plano em São Paulo com o arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana em 1907.²⁰⁸ Em

²⁰⁸ Criada em 1870, diferenciou-se das demais ferrovias paulistas por estar ligada à produção algodoeira desenvolvida em Sorocaba na década de 1860. A ferrovia, porém, chegou à região durante fase de declínio dos

seguida, a Brazil Railway começou a adquirir ações a fim de obter o controle acionário de outras ferrovias paulistas como a Mogiana e a Paulista onde Antonio da Silva Prado era presidente e foi acusado por jornais da época de, junto com outros diretores, estar entre os primeiros a vender suas ações das ferrovias a Farquhar e continuar em seu cargo, relação certamente eivada de significados.

Antonio Prado explicou-se em carta transcrita na edição de 30 de Dezembro de 1912 no Diário Popular esclarecendo que não só não vendera suas ações como também tranquilizara acionistas que o consultaram como presidente, receosos que estavam da influência que os estrangeiros exerceriam sobre a administração da ferrovia (SAES, F., 1986, p. 189). Deixou claro, porém, que não era contra a mediação estrangeira no desenvolvimento do país, desejando que os administradores públicos, grupo do qual Antonio Prado certamente fazia parte, se convencessem de que esta participação era saudável para a economia. Desempenhou seu cargo como prefeito da capital de São Paulo preocupando-se com as questões urbanísticas, pois sua “... gestão [...] fora implacável com o passado colonial, tendo sacrificado importantes conjuntos remanescentes de taipa” (HOMEM, 1998, p. 13), legando uma capital nova, edificada com tijolos, com áreas verdes e por urbanizar como as várzeas e os fundos dos vales.

Na maioria das situações, porém, precisou exercer fleumatismo típico de políticos experimentados, deixando a concretização dos maiores projetos urbanísticos na cidade que se transformava profundamente para o prefeito seguinte, Raimundo Duprat. O desagradara profundamente um inconveniente surgido com os grandes interesses imobiliários que especulavam com terras da chamada “mata do Caaguassu” na encosta do espigão onde foi rasgada a Avenida Paulista e onde Antonio Prado pretendeu, sem sucesso, abrir um parque semelhante ao *Bois de Boulogne* parisiense (HOMEM, 1998, p. 11), momento em que o prefeito de uma década resolveu desistir de nova candidatura.

preços do algodão, observando sucessivos prejuízos em suas receitas. Mesmo após 1882, com nova diretoria liderada pelo banqueiro Francisco de Paula Mayrink, a companhia não recuperou rentabilidade, sendo adquirida pelo Governo de São Paulo, com empréstimo feito junto ao Dresdner Bank. O arrendamento à Brazil Railway ocorreu em meio a grande escândalo envolvendo o Presidente Jorge Tibiriçá e o superintendente da Sorocabana, Alfredo Maia, acusados de favorecerem Farquhar, cedendo a ferrovia por 60 anos, sem publicação de dados ou editais em troca de cargos de diretoria que ocuparam antes mesmo de terminarem seus mandatos (SAES, F., 1986, pp. 43; 186-7).

3.4 Expansão: Curitiba

Curitiba, capital do estado do Paraná, também se mostrou atraente como mercado consumidor de eletricidade ao final do século XIX. A cidade que tinha em 1872, 12.651 habitantes passou a ter em 1890, 24.553 habitantes, crescimento de 94%, e em 1900, 49.755 habitantes, outro salto de crescimento, dessa vez de 102%.²⁰⁹ Esse crescimento mais do que expressivo, comparável ao que a cidade de São Paulo experimentou no mesmo período, foi composto por uma massa imigratória que incluiu um grande número de italianos, assim como em São Paulo também, além de grande quantidade de poloneses e alemães, parecendo significar um número maior:

E apesar da precariedade dos recenseamentos realizados antes de 1940, pode-se afirmar que a população paranaense no período compreendido entre 1853 e 1930, multiplicou-se aproximadamente quatorze vezes, enquanto a brasileira apenas cinco (UFPR, 1994, p. 34).

A 9 de Agosto de 1853 foi criada a Província do Paraná resultado da união das comarcas de Paranaguá e Curitiba²¹⁰ que eram integradas à Província de São Paulo. Seu desenvolvimento econômico baseado na agricultura e na criação de gado acabou atraindo grande número de imigrantes, contribuindo para a expansão para o Oeste do Estado e a criação e o crescimento de inúmeras cidades, entre elas Curitiba, a capital. A similaridade com a cidade de São Paulo no desenvolvimento é grande, inclusive no quesito iluminação pública que, a partir dos anos 1870, demandou e estimulou a criação de companhias dispostas a explorar o serviço. Até então, o serviço era realizado através de lampiões de combustão a óleo, substituídos aos poucos pelo lampião de combustão a querosene. Seu número, porém, era insignificante, oferecendo serviço precário e limitado. Na capital paranaense surgiram interessados em melhorar o serviço, conforme mostra relatório do presidente da província:

A Câmara desta capital já contratou igual serviço com o Capitão José

²⁰⁹ Tabela 1.6 - População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais - 1872/2010 Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acessado em: 24 Maio 2013.

²¹⁰ As comarcas de Paranaguá e Curitiba foram criadas a 19 de Novembro de 1811, mas eram centros administrativos de regiões ocupadas desde pelo menos 1693, ano em que Curitiba foi elevada à condição de vila. De região que atraía pela exploração de ouro, a região perde importância e entra em declínio com a descoberta de ouro na região das Gerais. Na rota do caminho que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, Caminho Viamão – Sorocaba, a vila de Curitiba tornou-se importante parada das tropas de mulas para alimentação e descanso, que seriam negociadas em Sorocaba. Paranaguá desenvolveu a agricultura e Curitiba a criação de gado, como centro tropeirista. Mesmo com a Independência do país, a região permaneceu ligada à Província de São Paulo, que elevou por lei provincial Curitiba de vila a cidade. Com a criação da província em 1853, tornou-se seu primeiro presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos e Curitiba a capital. Produtora de erva mate, carne de corte e couro, com povoamento escasso a província deu início a um bem sucedido programa oficial de imigração europeia. Com o surgimento de novas atividades econômicas, vieram também a criação de ferrovias ao final do século XIX, com crescimento da indústria madeireira e a invasão do Oeste paranaense pela onda do café, que avançou sobre as terras roxas do Paraná no início do século XX.

Dias da Costa, que se obrigou a assentar cem combustores sendo 80 de ferro fundido e os demais de madeira de lei [...] Em a generalidade, senão em todas as províncias do Império a iluminação da Capital é feita e custeada pelos cofres provinciais e a do município neutro pelas rendas geraes.²¹¹

Esse relatório mostra também que no Paraná era o poder público que mantinha os serviços com as rendas provinciais, procurando estimular o investimento da iniciativa privada. Com a lei municipal 590 de Abril de 1878, foi confirmada a tentativa de abrir à iniciativa privada a exploração do serviço, porém, as reclamações constantes incentivaram uma nova mudança do sistema,

Cogita-se a ideia de voltar a manutenção da iluminação a esfera provincial, devido aos problemas que o contratante vem tendo. O serviço de iluminação é interrompido deixando Curitiba no escuro a partir das 23h...²¹²

Relembramos que a Constituição de 1891, notadamente federalista, não estabeleceu diretrizes sobre a nova indústria de eletricidade,²¹³ justamente até por seu desenvolvimento tão recente, falta essa atribuída à defasagem inevitável entre a inovação tecnológica e a consciência da necessidade de uma regulamentação estatutária (McDOWALL, 1998). As esferas municipais e provinciais eram onde se desenrolavam os debates e disputas, eram onde os lobbies se formavam para influenciar políticos e interferir na legislação que ia se formando. Sendo assim, os contratos foram assinados quase sempre entre as Câmaras Municipais e suas respectivas intendências e as companhias formadas para explorar o serviço.

A Câmara Municipal de Curitiba não poderia fugir à regra, tendo recebido proposta da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo a 1 de Julho de 1890, ainda sob a denominação de Companhia Luz Electrica de S. Paulo.²¹⁴ Esta proposta foi publicada no diário A República a 3 de Agosto,²¹⁵ porém o contrato só foi assinado a 9 de Setembro de 1890 entre a cidade de Curitiba e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Já nessa primeira proposta o intuito foi fornecer iluminação pública e particular na cidade de Curitiba, com privilégio de

²¹¹ Relatório do Presidente da Província, Sr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches à Assembleia Legislativa Provincial, 15 fev. 1874, p. 45 apud UFPR, 1994, p. 36.

²¹² Relatório do Presidente da Província, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes à Assembleia Legislativa Provincial, 31 mar. 1879, p. 12 apud UFPR, 1994, p. 36.

²¹³ “Como a Constituição de 1891 por muito tempo assegurou ampla autonomia aos governos estaduais e municipais, a ação federal era bastante limitada em relação aos serviços de energia, então a carga de concessionárias privadas. Assim, o fornecimento de eletricidade assumia caráter local, para atender, não raro, apenas um município ou uma região. Nesse quadro, ao Congresso Nacional restava somente a competência de legislar sobre terras e minas de propriedade da União. Na verdade, de acordo com as leis em vigor, enquanto as minas pertenciam aos proprietários do solo, não havia distinção entre propriedade do subsolo e das quedas d’água e propriedade das terras circundantes.” (UFPR, 1994, p. 25). Ver também ^{SAES, Alexandre M.; SAES, Flávio A. M. de; SOUZA, Edgar.}

²¹⁴ Para relembrar, a denominação para Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo seria modificada na Assembleia Geral de 27 de Julho de 1890.

²¹⁵ A República, Órgão do Partido Republicano, 3 de Agosto de 1890.

15 anos concedido pela Câmara Municipal e garantia de direito exclusivo “... de assentar nas ruas e praças públicas conductores aerios ou subterraneos e os aparelhos accessorios para distribuição da substancia necessária à alimentação da iluminação pública e das casas particulares.”²¹⁶ Durante o prazo do contrato nenhuma outra companhia poderia estabelecer usinas ou redes de distribuição, mesmo que por outro sistema. Também estava previsto a garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital máximo de 150 contos de réis, e mesmo que este capital fosse aumentado devido à necessidade de aumentar a capacidade da usina, a garantia de juros não excederia 6%.

Ficou estabelecido que o pagamento pelo consumo da iluminação pública seria mensal, sendo ligada ao anoitecer e mantida até o amanhecer, pelo preço de rs. 535 réis por lâmpada. Aos particulares seria cobrada a taxa de 3 réis por hora, sendo utilizada como medida a vela steárica, mas caso fosse utilizado medidor, a unidade de cobrança deveria ser a mesma. Essa seria a taxa utilizada também para cobrança do consumo nos edifícios públicos, porém com 25% de abatimento no preço. À Câmara Municipal caberia regular as condições gerais para fornecimento aos particulares, além de estabelecer as “posturas necessárias à conservação e segurança de todos os aparelhos elétricos.”²¹⁷ Nessa primeira proposta já estava previsto que a usina deveria ter a capacidade de fornecimento de 50 mil Watts, fato que seria o primeiro desencadeador de inúmeros contratemplos, descritos mais à frente, e que seria mantido um fiscal da municipalidade junto a companhia.

Em caso de interrupção total ou parcial do fornecimento, não sendo causada por motivos devidamente justificados, caberia à Câmara Municipal impor multas à companhia, multas que seriam determinadas no contrato e, a partir da assinatura desta, a Companhia Água e Luz se comprometeu a inaugurar a iluminação pública. A instalação e a usina construídas pela Companhia Água e Luz seriam isentadas de impostos municipais, sendo que a municipalidade solicitaria também aos governos estaduais e federais isenções para os materiais da usina e do que fosse empregado na rede pública. Comprometeu-se também a Companhia Água e Luz que em caso da iluminação “... não produzir o resultado de fixidez e constância indispensáveis á comodidade pública...”²¹⁸ o sistema adotado deveria ser modificado ou melhorado até corresponder às condições exigidas.

Essa proposta foi assinada pelo próprio presidente da Companhia Água e Luz, Victor Nothmann, cujo nome foi grafado erroneamente pelo diário como Victor Nottsmann e foi

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ Ibidem.

tornado em contrato a 9 de Setembro de 1890 quando foi assinado pela Câmara Municipal de Curitiba e a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo. O contrato, mais detalhado do que a proposta, rezava nas cláusulas 1ª e 2ª:

Aos nove diaz do mez de Setembro de mil oitocentos e noventa, no Paço da Intendencia Municipal desta Cidade de Curityba, compareceu Antonio Manoel Bueno de Andrade, engenheiro, representante da Companhia “Água e Luz do Estado de São Paulo”, com o fim de celebrar com a mesma Intendencia, representada por seu presidente o Doutor Vicente Machado da Silva Lima, o presente contracto sob as seguintes clausulas:

1ª – A contractante Companhia <<Água e Luz do Estado de São Paulo>> obriga-se, pelo presente contracto, a estabelecer a iluminação publica e particular por meio da electricidade, na cidade de Curityba, Capital do Estado do Paraná.

2ª – A iluminação publica será fornecida pela Companhia <<Água e Luz>> todas as noites do seguinte modo: no inverno das seis horas da tarde às quatro e meia da manhã; no verão, das sete horas da tarde às quatro da manhã; inclusive as noites de luar.²¹⁹

Esse primeiro contrato foi informado à população na edição de 13 de Setembro de 1890 do diário A República, “Iluminação – Foi há dias assignado o contracto para a iluminação desta cidade.” Os diários curitibanos se mostraram bastante envolvidos com as questões relativas à iluminação pública na cidade, mas também foram utilizados oficialmente pelo poder público para passar informações à população. Como exemplo, trazemos artigo publicado na edição de 11 de Setembro de 1890, dois dias depois da assinatura do contrato, do Diário do Paraná em que acusava:

Iluminação pública

Continuamos a receber constantes reclamações contra o modo porque é feito a iluminação da cidade.

Hontem, às 9 ½ da noute, as principaes ruas da cidade conservavam-se em uma escuridão medonha.

As denúncias contra o mau serviço prestado eram constantes, sendo que iluminação pública começava a se tornar fator fundamental para a rotina dos cidadãos das principais cidades, apesar de suas aplicações industriais, a grande mola propulsora para a expansão do setor, ainda não serem suficientemente desenvolvidas a essa altura. Mas ao contrário do serviço oferecido em São Paulo, onde sofria a concorrência da São Paulo Gas Company na iluminação pública, em Curitiba a Companhia Água e Luz não tinha concorrentes, obtendo exclusividade no serviço, apesar de a cidade não garantir monopólio para a companhia.

No entanto, somente dois anos depois, em 1892, da assinatura do contrato a rede elétrica seria efetivamente completada e o serviço entregue. Foi construída uma usina termelétrica para o fornecimento de eletricidade à rede, a usina do Capanema, que se

²¹⁹ Companhia Paranaense de Energia, COPEL, Relatório de Atividades 1990, p. 1.

localizava nas terras do Barão de Capanema. Para isso, a Companhia Água e Luz, através de seu gerente paulista Abílio Marques, chamou pelos diários em artigo datado de 30 de Setembro e por muitos meses, empreiteiros para a construção da usina. No dia 10 de Outubro de 1890, o diário A República anunciou que na seção correspondente estava sendo publicada a convocação e à mesma página vinha o convite aos empreiteiros:

Estação central de luz electrica aos srs. empreiteiros

A Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, pelo presente chama concurrentes à construcção do edificio para a estação central de luz electrica de Curitiba.

Os proponentes verão a planta e condições do contracto em casa do sr. Lufrido Costa, rua 15 de Novembro n. 20 e em suas propostas declararão executar a planta, sujeitando-se às condições a que acompanham, as quaes constituirão o contrato, dizendo ao mesmo tempo o preço por que fazem a obra e o tempo dentro do qual a concluem.

Estas propostas serão feitas em carta, fechada e dirigidas directamente à Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, caixa n. 76, S. Paulo, até o dia 20 de Outubro, devendo ser abertas no dia 22 do mesmo mez na sede da companhia. S. Paulo, 30 de Setembro de 1890.

Abilio A. S. Marques - Gerente²²⁰

Essa chamada se repetiu por muitas e muitas edições, voltando a ser publicada no dia seguinte, em 11 de Outubro. Depois, novamente em 12, 15, 17, 22, 23 e 25 de Outubro de 1890.²²¹ E a 28 de Dezembro de 1890 a Companhia Água e Luz viu-se em sua primeira polêmica em Curitiba, porém que dessa vez não a envolveu diretamente. Em extenso editorial o diário A República, cujo redator político nesse momento era justamente o intendente municipal de Curitiba, Doutor Vicente Machado,²²² ensaiou uma crítica à situação financeira do Paraná, reconhecendo que entre os Estados da União, poucos não observavam estado de penúria similar em suas finanças.

Os editores acusavam que até 30 de Junho de 1889, a dívida flutuante do estado elevava-se à oitocentos e trinta e um contos, novecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos

²²⁰ A República, Órgão do Partido Republicano, 10 de Outubro de 1890, p. 2.

²²¹ Respectivamente, as edições nº 236, 237, 239, 241, 245, 246 e 248 do diário A República.

²²² Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), nascido em Castro, a 150 Km de Curitiba, era filho do Capitão João Machado da Silva Lima, cujos ascendentes estavam no Brasil desde o século XVII, e de Ana Guilhermina Laynes Pinheiro. Concluiu seus estudos primários em Curitiba, seguindo para São Paulo onde entrou em 1876 na Academia de Direito do Largo de S. Francisco. Ao formar-se, retornou para Curitiba onde iniciou carreira em 1884 no jornalismo e no direito e, dois anos depois, na política, candidatando-se à Assembleia Provincial pelo Partido Liberal. A partir de 1889 ocupou os cargos de Chefe de Polícia do Governo Provisório, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba e Superintendente da Instrução Pública do Estado, sendo escolhido como Relator Geral da Constituinte do Estado do Paraná em 1892. Eleito em 1893 Vice Presidente do Estado, assumiu o governo em virtude do afastamento por doença do Presidente Xavier da Silva, organizando a resistência à Revolução Federalista que se espalhou desde o sul do país. Sendo Curitiba ocupada pelos maragatos, transferiu a capital para Castro, porém deixou o Paraná em virtude do avanço dos rebeldes, retirando-se para São Paulo, de onde retornou somente em Maio de 1894. Em 1895 foi eleito Senador da República e em 1904, Presidente do Estado, caindo enfermo em 1906, procurando tratamento na Europa. Após oito meses de tratamento, retornou a Curitiba onde faleceu a 3 de Março de 1907, aos 46 anos de idade.

réis, constituída por bilhetes emitidos pelo tesouro (a juros de 6 e 8%); letras vencendo (a 10%); dívidas à Associação da Erva Mate a 8%²²³ entre outras. A dívida era causa de descrédito para o Paraná e seus títulos sofriam reduções de até 50% no mercado financeiro em virtude da desconfiança dos investidores, pois além dessa dívida flutuante, acrescentava-se outra no valor de setecentos e quarenta e cinco contos, quinhentos e trinta e oito mil réis. Essa era formada por apólices negociadas a juros de 8%, com amortização de 5% ao ano. Um dos grandes vilões então para o editorial era a garantia de juros dada nos títulos, apólices e papéis que o Estado oferecia para aumentar a arrecadação. A manobra reunia o montante necessário, mas criava a longo prazo pressão sobre o orçamento, que finalmente ameaçava as finanças do Paraná.

A fim de cumprir seus compromissos e “para entrar na vida normal de federação e para satisfazer os novos encargos que lhe pesarão”²²⁴ o Estado do Paraná deveria explorar novas fontes de riquezas e impor novos impostos aos contribuintes. Calculavam ainda os editores em cerca de 60% a maior o dispêndio que os Estados tinham em relação ao seu passado como Províncias do Império e que alguns impostos deveriam ser eliminados por força da Constituição federal, tais como o de importação de cabotagem, de trânsito entre Estados etc, causando mais pressão sobre os orçamentos, havendo urgência em algumas reformas. Com um orçamento previsto de Rs. 789:368\$000 (setecentos e oitenta e nove contos, trezentos e sessenta e oito mil réis) não era necessário ser especialista em contabilidade para perceber que as finanças do Estado estavam em situação delicada.

O editorial arrematou, porém, que uma única garantia de juros deveria ser mantida, para a qual havia verba, despendida exclusivamente para este serviço, e o pagamento era provido pelo imposto predial a cargo da Intendência Municipal, que era a garantia “dada à Companhia Água e Luz para a iluminação elétrica de Curitiba.”²²⁵ Como já estava prevista reunião do Congresso do Estado para reorganização do orçamento, solicitavam então os editores ao administrador que fossem suspensos todos os contratos que tinham cláusulas de garantias de juros, com exceção do contrato da Companhia Água e Luz, até que o Congresso resolvesse definitivamente sobre o assunto. E finalizava, “E assim terá S. Exa. iniciado com brilho e com alevantada compreensão de sua responsabilidade administrativa, a sua gestão nos negócios públicos do Estado.”²²⁶

Logo ao início de 1891, ato do governo do Estado do Paraná autorizou a utilização de

²²³ A República, Órgão do Partido Republicano, 28 de Dezembro de 1890, p. 1.

²²⁴ Ibidem, p. 1.

²²⁵ Ibidem, p. 1.

²²⁶ Ibidem, p. 1.

parte do terreno onde estava localizado o Congresso do Estado para a construção da usina, dissolvendo o contrato de aforamento. A Companhia Água e Luz estaria obrigada a seguir uma série de determinações no conjunto arquitetônico que planejavam construir, mas o empenho no empreendimento demonstrou o interesse que a indústria de eletricidade despertou no poder público.

À Intendencia municipal da capital – Declaro a Intendencia municipal da capital em solução a seu officio de 11 de Dezembro findo que fica autorisada a ceder para a usina electrica da companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo a parte do terreno que não for occupado pelo edificio do Congresso, ficando nessa parte rescindido o respectivo contracto de aforamento.

Para que essa cessão, porem tenha logar deve essa Intendencia estabelecer como obrigação à referida empresa collocar o mesmo edificio no alinhamento do congresso, fechar a frente com gradil no alinhamento do largo, construir o muro de divisão com o referido edificio e responsabilisar-se por qualquer damno que por ventura possa causar ao edificio do Congresso.

Ao Thesouro do Estado – capital – Para o conhecimento e devidos fins transmito-vos por copia o officio que nesta data dirigi a Intendencia Municipal desta capital cedendo para a usina electrica da companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo a parte do terreno que não for occupado pelo edificio do Congresso.²²⁷

Ainda em 1891 era a vez de outro paulista também tornar-se concessionário de serviços na capital paranaense. O conhecido engenheiro civil Francisco Teixeira de Miranda Azevedo era já dono de privilégios desde Abril de 1889²²⁸ para construção de linha férrea que ligasse a Estrada de Ferro Mogiana à fronteira com a Província de Minas Gerais. No Paraná, obtém o privilégio para abastecimento de água à Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e à Empresa Sanitária de Curitiba.²²⁹ A notícia era comemorada na imprensa por ser considerado o engenheiro indivíduo distinto e competente engenheiro.

E finalmente a 2 de Outubro de 1892 o diário A República comemorou timidamente os primeiros ensaios para a inauguração da usina, dois anos depois que a concessão foi dada pela Câmara Municipal de Curitiba à Companhia Água e Luz. Na edição 776, o diário anunciou que, “fizeram-se ante hontem a horas adiantadas, as primeiras experiências da illuminação a luz electrica, que foram satisfactorias”.²³⁰ Lembrando ainda que estavam presentes o prefeito municipal Cândido de Abreu, o engenheiro da Companhia Água e Luz, Leopoldo Stark e o deputado estadual Lufrido Costa, o mesmo com quem os empreiteiros consultaram a planta da usina e as condições do contrato na chamada publicada em 1890. Finalizou o artigo talvez ironizando, não sabemos, noticiando que o evento terminou com um brinde aos presentes, à imprensa, ao cidadão Lufrido Costa e à população curitibana com um “profuso copo

²²⁷ A República, Órgão do Partido Republicano, 31 de Janeiro de 1891, p. 1.

²²⁸ Lei 104 de 9 de Abril de 1889, assinada por Pedro Vicente de Azevedo, presidente da Província de São Paulo.

²²⁹ A República, Órgão do Partido Republicano, 13 de Fevereiro de 1891, p. 1.

²³⁰ A República, Órgão do Partido Republicano, 2 de Outubro de 1892, p. 1.

d'agua".²³¹

Como citamos anteriormente, a inexistência de legislação que regulamentasse a indústria da eletricidade, transformava a esfera municipal na área por excelência onde ocorriam os contatos, conflitos e negociações para criação dessas leis. Em Curitiba não foi diferente e a Câmara Municipal anunciou suas posturas sobre o assunto também nos periódicos da época, na ausência de um diário oficial, concentrando em um diário durante alguns períodos, notadamente no A República ao final do século XIX. A 16 de Outubro de 1892 foram publicados na seção Editais seis artigos de posturas por ordem do prefeito municipal e em conformidade com as cláusulas 16 e 17 do contrato com a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Estes artigos procuravam regulamentar a rede elétrica que seria estendida em breve pela companhia, prescrevendo as regras que deveriam ser seguidas para colocação de postes; materiais a serem utilizados; conduta dos cidadãos em relação à rede elétrica, entre outros.²³² Não reproduziremos aqui todos os artigos, nos limitando a fazer um resumo de cada um deles.

O artigo primeiro proibia que se tocasse nos combustores, condutores e demais aparelhos de luz elétrica que a Companhia Água e Luz dispusesse nos lugares públicos, assim como impedir a passagem dos condutores, sob pena de oito dias de prisão e multa de vinte mil réis, dobrando na reincidência. O artigo segundo prescrevia regra para a companhia, que deveria sustentar os condutores primários aéreos a 6 metros do chão, por meio de postes, autorizando altura mais baixa no caso dos condutores secundários, desde que sempre fora do alcance dos transeuntes, não estabelecendo penalidade no caso de irregularidade. O artigo terceiro proibia por embaraço aos fios elétricos nas linhas aéreas com qualquer objeto que lhes fizesse ligação, tais como “papagaios de papel, cordas, pedaços de arame”²³³ e outros similares. A pena prevista era de dez mil réis, o dobro na reincidência ou oito dias de prisão.

O artigo quarto obrigava os empreiteiros de obras a afastarem os andaimes dos condutores que passarem pela rua afim de evitar acidentes com os operários, pois “a corrente electrica primária é altamente perigosa e mortal.”²³⁴ A multa aos contraventores seria de trinta mil réis, dobrando na reincidência ou oito dias de prisão. O artigo quinto protegia o patrimônio da Companhia Água e Luz sob pena de multa de dez mil réis e pagamento do prejuízo causado a quem quebrasse ou danificasse algum aparelho utilizado na iluminação ou na rede pública. E o artigo sexto definia que os postes deveriam ser colocados junto às

²³¹ Idem.

²³² A República, Órgão do Partido Republicano, 16 de Outubro de 1892, p. 2.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

sarjetas das ruas e não próximos às casas, sob pena da companhia mudá-los em 24 horas. O artigo era assinado por Bernardino de Freitas Saldanha, secretário da Câmara Municipal a 14 de Outubro de 1892 e demonstrava esforço realizado pelo poder público, porém com certeza baseado em situações similares que vinham ocorrendo por todo o Brasil e em que a Europa era já precursora, a exemplo dos códigos de posturas de Paris que inspiraram o prefeito de São Paulo, Antonio Prado.

Já na seção Telegramas do diário, oferecido como serviço especial do A República foi anunciado que o prefeito Dr. Candido de Abreu conseguiu da Companhia Água e Luz um abatimento de dez contos de réis na compra do serviço de luz elétrica de Curitiba.²³⁵ Essa informação torna-se relevante se levarmos em conta que mais à frente a Companhia Água e Luz enfrentará uma série de conflitos com a Câmara Municipal de Curitiba, exatamente em torno de pagamentos referentes ao fornecimento de eletricidade que não foram efetuados. E ainda em 1893, a 12 de Dezembro o representante da Companhia Água e Luz em Curitiba apresentou seus primeiros requerimentos com o valor das contas de iluminação da cidade. O primeiro requerimento datava de 1º de Novembro e apresentou a importância de dois contos, duzentos e dezesseis mil e novecentos réis provenientes da iluminação e de consertos de materiais referente ao mês de Outubro, a Câmara despachou à contadoria para “pagar pela verba respectiva.”²³⁶ Nos requerimentos de dezembro, a Companhia Água e Luz apresentou nova petição solicitando o pagamento de noventa e dois mil e quatrocentos réis referentes a consertos feitos em lâmpadas e demais aparelhos de iluminação durante o mês de Novembro, ao qual a Câmara solicitou à contadoria realizar o pagamento.

A Companhia Água e Luz continuou a ser alvo das reclamações nos diários, da população em geral e da Câmara Municipal, até porque serviços de utilidade pública dificilmente conseguem agradar a todos o tempo todo. Mesmo um acontecimento importante como a visita do gerente geral da companhia em São Paulo, Leonardo Pagano, a Curitiba a 21 de Outubro de 1894, era oportunidade para queixas sobre os serviços da companhia ou motivo para fazer lembretes ao mesmo sobre a qualidade dos serviços. Reconhecendo que o gerente Pagano foi à capital paranaense para tratar do serviço de iluminação, o periódico aproveitou para lembrar-lhe, “Comprimentando o illustre hospede fazemos votos para que S.S. não se retire desta cidade sem que deixe esse serviço completamente melhorado.”²³⁷

E a 7 de Novembro de 1894 foi anunciado que o contrato da Câmara Municipal de

²³⁵ A República, Órgão do Partido Republicano, 21 de Junho de 1893, p. 3.

²³⁶ Idem, 12 de Dezembro de 1893, p. 2.

²³⁷ Idem, 21 de Outubro de 1894, p. 1.

Curitiba fora renovado com a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo. E entre as modificações estava a supressão da garantia de juros de 6% sobre o capital de 150 contos com fiança do Estado e que sujeitava a Câmara Municipal caso o rendimento da companhia não fosse o esperado. A supressão fora defendida pelo diário A República na edição de 28 de Dezembro de 1890 como uma das causas de descrédito do Estado do Paraná no mercado financeiro por não conseguir cumprir parte de suas obrigações financeiras. Na época, o argumento contra essa obrigação era que onerava o Estado por constar em todos os contratos, defendia-se então sua supressão, com a única exceção para o contrato da municipalidade com a Companhia Água e Luz:

Iluminação Publica

Sabemos que a illustre Camara Municipal da Capital e o seu digno Prefeito, o nosso distincto amigo Sr. Guilherme Xavier de Miranda, no intuito louvável de melhorar a iluminação publica da cidade, e para os particulares, por meio da luz electrica acabam de reformar de modo vantagioso para a Municipalidade o contracto com a <<Companhia Agua e Luz de S. Paulo>>.

Entre as reformas sobresahe a eliminação da garantia de juros de 6% sobre o capital de 150 contos a que estava sujeita a Camara Municipal, com fiança do Estado.

É um melhoramento digno de nossa adiantada Capital, que encontra na sua Camara um elemento promotor do seu desenvolvimento.²³⁸

Entretanto, a reforma que favoreceu a Companhia Água e Luz acabou envolvendo a companhia em polêmica que explodiu entre a intendência e um dos camaristas de Curitiba. A novidade que o diário A República trouxe à memória coletiva não foi bem recebida por todos na forma em que foi feita. O ex-intendente Cândido de Abreu, escrevendo do Rio de Janeiro a 21 de Novembro, protestou, noticiando que “pelo modo porque está redigida a noticia transparece o vehemente desejo de probligar-se a minha administração”²³⁹ e continuou defendendo que o artigo de 7 de Novembro estava “denunciando maliciosamente descuro dos interesses Municipais à mim confiados.” Sua extensa carta, publicada na edição de 29 de Novembro, demonstrou que o intendente acreditava que o anúncio do fim da garantia de juros de 6% com a fiança do Estado na reforma do contrato da Companhia Água e Luz com a Câmara de Curitiba, que o Camarista Guilherme X. de Miranda teria concluído como prefeito substituto, não só seria interpretado de forma errada, como se configurava intromissão na gestão dos negócios municipais.

A seu favor o intendente Candido de Abreu informou que já previra que “A eliminação da garantia de juros e fiança ao Estado é um engodo”, e antecipou à Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo que “... a garantia de juros não se faria effectiva um quanto a

²³⁸ A República, Órgão do Partido Republicano, 7 de Novembro de 1894, p. 1.

²³⁹ Idem, 29 de Novembro de 1894, p. 2.

Companhia não abrisse fontes de receita, isto é, fizesse as instalações particulares e organisasse a repartição de tomada de contas...”²⁴⁰

Demonstrando que o estado da companhia era “o mais próspero possível”, com renda líquida anual superior a doze contos de réis, suficiente para dispensar a garantia de 6% de juros, argumentou o intendente que a fiança do Estado nunca se realizaria, pois dispensada por tão bom desempenho. Ou seja, a garantia de juros e a fiança do Estado seriam meramente nominais, mas somente à intendência caberia abrir mão de tal instrumento na reforma do contrato. Reclamou então o intendente “onde, por conseguinte os melhoramentos...? Seria a substituição dos enormes postes de madeira por elegantes postes de ferro?”²⁴¹ E desafiou “... o Sr. Camarista Guilherme X. de Miranda tem o dever de vir explicar em que elles [os melhoramentos] consistem.”²⁴²

O ex-intendente Candido de Abreu arrematou, “receio muito que os taes melhoramentos introduzidos se convertam em *peioramentos* para maior satisfação dos interesses Municipaes e augmento de renda para a protegida companhia.”²⁴³ E fechou o artigo acusando o atual prefeito, o camarista Guilherme X. de Miranda, de “desinteressada solicitude pelos assumptos Municipaes”, sendo “sempre digno de economias.” Aparentemente a disputa que envolvia o intendente municipal e o camarista somente citava a Companhia Água e Luz, mas futuras reformas, aditamentos e renovações de contrato poderiam ficar comprometidas.

E esse risco para a companhia aumentaria, pois a dois de Dezembro de 1894, poucos dias depois do artigo inflado do ex intendente Candido de Abreu, oito integrantes da Câmara Municipal de Curitiba responderiam na Seção Livre do diário A República através de extenso artigo. Candido de Abreu, em seu artigo de 29 de Novembro, chamou o atual intendente Guilherme de Miranda a polemizar, mas teve como resposta uma articulada réplica dos camaristas, que anunciaram logo ao iniciar: “Não o Prefeito interino, mas toda a Camara Municipal de Corityba, acode ao apello do Sr. Dr. Candido Ferreira de Abreu...”²⁴⁴ E continuou, acusando o ex prefeito de revelar despeito e se atirar contra a pessoa que o substituiu, chamando-o ao debate.

Os camaristas continuaram avisando que não haveria nenhum debate se o ex-intendente não insinuasse maliciosamente que a reforma fora feita em prejuízo da Câmara Municipal e que sua única responsabilidade era zelar quanto à execução do contrato, uma vez

²⁴⁰ Idem, 29 de Novembro de 1894, p. 2.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ A República, Órgão do Partido Republicano, 2 de Dezembro de 1894, p. 2.

que fora confeccionado por seus antecessores, tarefa que não executara com a devida competência. Quanto a essa execução, imputavam os camaristas que a administração de Candido de Abreu recebeu o serviço da Companhia Água e Luz com a usina de luz elétrica funcionando fora das condições acertadas no contrato e que nenhuma multa fora imposta à companhia. Quanto à declaração do ex- intendente dada à companhia de que a garantia de juros não se faria efetiva contra a Câmara Municipal enquanto não fossem criadas fontes de receita pela companhia, era uma falácia, pois nenhum documento registrado constava para comprovar o fato, sendo que na própria afirmação feita no artigo, o ex- intendente se comprometeu quando disse que aguardaria que a tomada de contas fosse feita pela companhia. A Câmara então o acusou, pois à intendência municipal caberia fazer a tomada de contas, descuidando dos interesses da municipalidade, como pagadora dos juros de 6%, e do Estado, como fiador. O descontrole sobre as contas da companhia tornaria a cidade de Curitiba refém caso a Companhia Água e Luz resolvesse fazer valer o direito garantido no contrato, pois “... teria de pagar integralmente a garantia de juros, de 6% sobre o capital máximo de cento e cinquenta contos de réis, por falta absoluta de meios de verificar a renda da Companhia...”²⁴⁵

Passam então os camaristas a demonstrar as mudanças no contrato reformado, que indicariam os ganhos que a Câmara Municipal obtivera ao invés do ônus acusado pelo ex- intendente. Pelo primeiro contrato a Câmara Municipal pagaria à Companhia Água e Luz uma subvenção mensal de 535 réis por intensidade de uma vela steárica, sobre o número de 4.000 velas, num total de dois contos, cento e quarenta mil réis mensais. Ao final do ano, teria pago à companhia a importância de vinte e cinco contos, seiscentos e oitenta mil réis, acrescido da garantia de juros, elevando o total para trinta e quatro contos, seiscentos e oitenta mil réis, além das despesas que a Câmara teve que fazer com fiscalização, tomada de contas, pagamento de material destruído etc. Com o novo contrato, a Câmara Municipal aumentou para 6.500 velas para iluminação pública e se prevalecessem as mesmas condições contratuais, o montante a ser desembolsado se elevaria a cinquenta contos, setecentos e trinta mil réis.

Com a reforma do contrato, mesmo havendo aumento no número de lâmpadas na iluminação, a Câmara passou a pagar quarenta e cinco contos à Companhia Água e Luz além de não precisar mais cumprir a garantia de 6% juros. No aditamento foram acrescentadas também as cláusulas que previam multa à companhia de um conto de réis toda vez que houvesse interrupção no serviço de iluminação, podendo ser repetida e o direito à Câmara

²⁴⁵ Idem.

Municipal de rescindir o contrato no caso de descumprimento de suas cláusulas ou do não pagamento das multas. Das multas nasceria o conflito definitivo que existiu entre a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo e a Câmara Municipal de Curitiba que retrataremos mais adiante. Foi adicionada também a condição à companhia de estabelecer iluminação aos particulares, atividade que até então não tinha sido iniciada pela companhia.

Ao final, os camaristas endureceram seu discurso, informando primeiramente que tais razões demonstradas acima eram a prova de que estavam sendo zelosos com a gestão dos negócios municipais, ironizando: “sem receiar que os melhoramentos, que inicia e promove, se transformem em pioramentos, conforme a phrase picaresca do Sr. ex prefeito.”²⁴⁶ Acusaram ainda o ex-intendente Candido de Abreu de ter-se retirado para a Capital Federal, lembremos que foi de onde ele escreveu sua carta-acusação, sem licença da Câmara Municipal tendo recebido vencimentos durante todo o período até sua renúncia ao cargo de prefeito. Denunciaram ainda que tendo estado também em São Paulo, Candido de Abreu teria negociado a compra da Companhia Água e Luz, aparentemente sem sucesso, tendo cobrado as despesas no valor de três contos de réis, sem apresentar prestação de contas dessas despesas, feitas sem autorização da Câmara. Assinam então os camaristas Guilherme X. de Miranda, Jorge Meyer, João Ferreira da Luz, José Inocêncio de França, Francisco Pinto Requião, Francisco de Paula Brito, Brazilino Moura e Victorino José Correia, passando então a palavra à Candido de Abreu.

As consequências logo se fariam notar, passando o recurso das multas a ser utilizado providencialmente pela Câmara Municipal. A 9 de Abril de 1895 é apresentado ofício pela Companhia Água e Luz à Intendência Municipal solicitando relevação da multa de um conto de réis imposta por infração da clausula primeira do aditamento ao contrato da luz elétrica e requerendo prorrogação de prazo por mais três meses para satisfazer a obrigação estabelecida na mesma clausula.²⁴⁷ O despacho do prefeito manteve a imposição pela qual a Companhia Água e Luz foi multada, por considerar insatisfatórias suas alegadas razões e solicitou aguardar deliberação da Câmara Municipal para a prorrogação de prazo para cumprimento da exigência que motivou a penalidade. A Câmara concedeu dois meses de prazo para que se desse o cumprimento da exigência, mas estava aberto um precedente que tornaria o serviço de iluminação pública oferecido pela Companhia Água e Luz mais difícil de ano a ano.

²⁴⁶ A República, Órgão do Partido Republicano, 2 de Dezembro de 1894, p. 2.

²⁴⁷ Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Estudos Paranaenses, PR-SOR 582-600, Periódicos Diversos, 1861-1896. Correio Municipal, 29 de Junho de 1895.

E a 6 de Julho de 1895 era finalmente publicado no Correio Municipal²⁴⁸ o aditamento de 25 de Outubro de 1894 ao contrato firmado a Nove de Setembro de 1890, negociado pelo representante da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo, Leonardo Pagano em sua visita a Curitiba em 1894. Em sua cláusula 1ª, o aditamento trazia a solicitação da Câmara Municipal de aumentar em mais 2.500 velas a rede de iluminação do município no prazo de cinco meses, devendo a companhia habilitar a usina elétrica com máquinas de capacidade igual ou superior a 50 mil Watts, que corresponderem à capacidade de iluminação de 11 mil velas. Esse aumento na capacidade do equipamento seria a garantia de não haver interrupções de energia e, se caso houvesse, a multa a ser aplicada seria de um conto de réis, conforme já dito anteriormente, podendo ser repetida a penalidade pela Intendência quantas vezes se repetisse a interrupção de luz elétrica. A cláusula 2ª estabelecia o valor do pagamento que seria devido à companhia, também citado acima, estabelecendo ainda que a Câmara estaria obrigada a fazer o pagamento dentro de sete dias do mês imediato ao consumo.

A cláusula 3ª comprometia a companhia ao fornecimento gratuito de luz elétrica aos edifícios públicos municipais, ao limite máximo de 240 velas por noite. O custo da instalação, assim como o excedente de velas que fosse solicitado seriam pagos pela municipalidade. A cláusula 4ª estabelecia que sempre que a Câmara Municipal solicitasse aumento do número de velas na rede de iluminação pública a Companhia Água e Luz estava obrigada a cumprir, somente se esse aumento estivesse ao alcance da capacidade da usina, tendo o prazo de um mês para instalação das ditas lâmpadas. A cláusula 5ª tratava do fim do contrato, estabelecendo que o prazo do contrato da Companhia Água e Luz era de 20 anos, com único e exclusivo privilégio para iluminação pública e particular. Se ocorresse o fim desse contrato, teria preferência uma proposta da Companhia Água e Luz, não podendo esta suspender o fornecimento até que outro contrato estivesse em execução.

A cláusula 6ª definia que caso a proposta de outra companhia de fornecimento de luz elétrica fosse aceito pela Câmara Municipal, a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo teria indenizada pela contratante suas propriedades, materiais e melhoramentos. A cláusula 7ª obrigava a Companhia Água e Luz a custear os empregados que exerceriam a função de fiscalização da usina e da rede de iluminação, reservando à Câmara Municipal o direito de também manter funcionários seus para esse mister. A cláusula 8ª definia sem efeito as cláusulas 8, 10, 13, 14, 15 e 23 do contrato de Nove de Setembro de 1890 e a cláusula 9ª estabelecia que os funcionários da Companhia Água e Luz responsáveis pela fiscalização da rede teriam a prerrogativa de “impor multas, prender, lavrar auto de flagrante e o mais que for

²⁴⁸ Idem. Correio Municipal, 6 de Julho de 1895, onde encontramos a íntegra do aditamento publicado.

necessário para a perfeita fiscalização da luz.”²⁴⁹

E no mesmo ano de 1895 a Companhia Água e Luz continuou apresentando seus pedidos de pagamento de despesas com o fornecimento de luz elétrica ao município de Curitiba. A 13 de julho de 1895, apresentou a quantia de três contos, seiscentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e nove réis, mais cento e quarenta e oito mil e duzentos réis por estragos da linha;²⁵⁰ a 7 de Setembro, três contos, setecentos e cinquenta mil réis referentes ao consumo de luz elétrica do mês de Julho, mais cento e trinta e seis mil e seiscentos réis por estragos nas linhas²⁵¹ e a 8 de Outubro, mais três contos, setecentos e cinquenta mil réis, com cento e um mil e oitocentos réis por estragos nas linhas, referente ao mês de Agosto.²⁵² Todas essas cobranças tiveram seus pagamentos autorizados pela Câmara Municipal, assim como publicados no Correio Municipal.

Em sessão de 20 de Novembro de 1895 os camaristas Guilherme Xavier de Miranda, Jorge Hermann Meyer, João Ferreira da Luz, Brasilino Moura, Victorino José Correia, Fernando Martins Marques, José Moreira de Freitas e Antonio Pospessil Junior definiram que a receita da Câmara Municipal de Curitiba para o exercício de 1896 seria de trezentos e quarenta e três contos, seiscentos mil réis, devendo o prefeito municipal arrecadar a quantia firmada. Sua despesa com iluminação pública seria de quarenta e oito contos, acrescidos de dois contos e quatrocentos mil réis reservados para estragos na rede e de um conto e oitocentos mil réis do salário no ano do fiscal de iluminação pública.²⁵³ E no início do ano de 1896 chegaria à Câmara Municipal ofício da Companhia Água e Luz solicitando pagamento pelos serviços prestados. O montante de três contos, setecentos e cinquenta mil réis era devido pela iluminação fornecida em Dezembro de 1895, sendo acrescido de duzentos e trinta e seis mil e setecentos réis de estragos na rede.²⁵⁴ A ordem é de “pague-se” pela Câmara, não sendo observados ainda os conflitos que se apresentarão em breve entre as duas instituições.

Cumprindo a determinação exigida no aditamento de 25 de Outubro de 1894 ao contrato firmado a 9 de Setembro de 1890, a Companhia Água e Luz passou a oferecer iluminação aos particulares, após ter aumentado a capacidade geradora da usina, com a instalação de novas máquinas. O oferecimento é feito através de anúncio publicado no diário A República, na coluna Seção Livre e demonstra não só esforço da companhia pelo

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Idem. Correio Municipal, 13 de Julho de 1895, p. 2.

²⁵¹ Idem. Correio Municipal, 7 de Setembro de 1895, p. 3.

²⁵² Idem. Correio Municipal, 8 de Outubro de 1895, p. 3.

²⁵³ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 16, fs. 24-26 v.

²⁵⁴ Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Estudos Paranaenses, PR-SOR 582-600, Periódicos Diversos, 1861-1896. Correio Municipal, 15 de Fevereiro de 1896.

cumprimento das exigências contratuais, mas também nova frente de ganho líquido que poderia significar consolidação da companhia à frente do serviço de iluminação elétrica na capital do Paraná e do papel pioneiro que desempenhava nessa cidade:

Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo em Curitiba
Tendo esta companhia adquirido machinas e materiaes para o fornecimento de luz electrica aos srs. particulares, communica ao respeitável publico que acceita a collocação de luz electrica em casas de morada, commercio etc e podem os interessados dirigir os seus pedidos à mesma Companhia em Curityba. Para mais informações, com o chefe da Usina Rudolpho Zinneck.
Curityba, 7 de Julho de 1896.²⁵⁵

Pensamos que, ao contrário da Light and Power em São Paulo e Rio de Janeiro, que sempre se mostrou disposta e bem articulada com os poderes públicos tanto municipais, quanto estaduais e federais, sendo acusada até de manter alguns políticos em sua folha de pagamentos, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo não mostrou-se capaz de tal articulação em Curitiba. A cidade por si só, capital do Estado do Paraná, cidade de porte médio, quase 50 mil habitantes em 1900, se mostrou bom negócio para companhia de indústria elétrica, que detinha o monopólio no município.

Essa incapacidade de articulação originou-se do pouco empenho no relacionamento com os poderes públicos ou da falta de percepção de que esse relacionamento fosse necessário, quase imprescindível, não o sabemos. Mas a inevitabilidade desse relacionamento foi no que exatamente os dirigentes canadenses da Light and Power acreditaram e apostaram. Desse relacionamento desarticulado que a Companhia Água e Luz manteve com os camaristas de Curitiba, praticamente nasceu a ação da Câmara Municipal que na sessão de 11 de Março de 1896 decidiu nomear comissão examinadora da usina termelétrica da companhia.

A Camara nomea uma comissão composta dos Senhores camaristas João Lus, Pospossil Junior, para examinarem e dar parecer no exame feito na Usina de Luz Electrica desta cidade.²⁵⁶

A intenção podia ser somente cumprir um direito contratual de examinar a usina, os equipamentos, assim como a rede elétrica disposta na cidade, que já era realizado pelo funcionário municipal que a Câmara Municipal mantinha, sem nenhum outro fim político que não podemos concluir por puro “achismo”. Certeza podemos ter de que o exame feito pela comissão tinha o fim de averiguar se a usina estava adaptada a produzir 50 mil Watts de energia, o equivalente às 11 mil velas citadas no aditamento de 25 de Outubro de 1894, conforme o parecer da comissão. O parecer da comissão foi apresentado na sessão da Câmara

²⁵⁵ A República, Órgão do Partido Republicano, 8 de Julho de 1896.

²⁵⁶ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 16, fs. 35 v. e 36.

Municipal ocorrida a 25 de Março de 1896, apenas quatorze dias depois de ser nomeada a dita comissão, e por ser muito extenso, comentaremos aqui a maior parte, publicando os pontos cruciais.²⁵⁷ Foi baseado na avaliação técnica solicitada pela comissão aos engenheiros Jorge Galdino Nunes da Costa, Pedro Augusto Pereyson e Eugenio Gaguina que analisaram três pontos principais na usina: as caldeiras, o motor e as máquinas para produção de eletricidade.

Na citada sessão compareceram os camaristas Doutor Jorge Hermano Meyer, Modesto Polydoro, João Ferreira da Luz, Brasilino Moura, Victorino José Correia, Antonio Pospessil Junior e José Moreira de Freitas, sendo aberta a sessão pelo presidente da Câmara com esse número de camaristas, considerado legal.²⁵⁸ A questão que levou à nomeação da comissão foi declarada logo ao início da sessão, conforme afirmamos há pouco, a capacidade da usina de fornecer os 50 mil Watts exigidos no contrato, e se a companhia mantinha material de reserva suficiente para evitar interrupções no serviço de iluminação elétrica. Procederam então à leitura da avaliação dos profissionais nomeados pela comissão de camaristas, que descreveram as caldeiras como sendo em número de duas, do tipo Steinmüller, de vaporização rápida, multitubular e denominada “inexplosível”, capazes de suportar a pressão de 9 atmosferas e produtoras de 810 quilogramas de vapor por hora, podendo dispor então de uma força de 54 cavalos vapor. Concluía os técnicos que para produção de 50 mil Watts, exigidos pelo contrato, eram necessários 67 cavalos vapor, apresentando então uma diferença de 13 cavalos vapor contra o funcionamento de apenas uma caldeira. Continuam os técnicos, “se se der porem a hypothese de funcionarem as duas caldeiras conjunctamente a Companhia disporá de uma força de 108 cavallos vapor ou o excesso de 41 cavallos vapor.”²⁵⁹ Arremataram ainda que são caldeiras de um tipo que apresentavam o melhor desempenho em segurança, da melhor qualidade que se encontrava e que se achavam em excelente estado de conservação.

Quanto aos motores, também são em números de dois, a vapor, horizontais, de alta pressão com escapamento ao ar livre, do tipo Colonial Maler e com potência calculada de 44 cavalos no máximo, sem possibilidade de aumentar. Somados os dois motores, a força obtida era de 88 cavalos, “... mais 21 cavallos que a necessária para produsir 50.000 Walts”²⁶⁰ como observaram os técnicos avaliadores. E as máquinas para produção de eletricidade eram duas também, elétricas de corrente contínua e alternada do tipo A, dos fabricantes Ganz & Cia,

²⁵⁷ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 16, fs. 44- 47.

²⁵⁸ Duas grafias diferentes foram encontradas para o camarista Jorge Hermann Meyer, às vezes grafado como Hermano ao invés de Hermann e Antonio Pospessil Junior, às vezes grafado como Pospossil.

²⁵⁹ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 16, f. 45.

²⁶⁰ Ibidem.

com alternadores de 2.000 Watts e 18 Amperes, o que resultava em 35.000 Watts, aquém dos 50.000 Watts exigidos, como mais uma vez observado pelos técnicos, salientando que em circuitos elétricos, deveriam trabalhar ainda com uma perda de pelo menos 5% dessa produção. No entanto, observam também que, caso a Companhia Água e Luz trabalhasse com os dois pares de máquinas simultaneamente, a produção chegaria a 70 mil Watts, acima do exigido pela Câmara Municipal.

A conclusão dos técnicos foi, porém, desanimadora para a Companhia Água e Luz, pois ao manter dois pares de equipamentos na usina, subentende-se que um deveria estar sempre em prontidão, mas não em uso, para o caso de pane nos equipamentos do primeiro grupo, esses sim em funcionamento. Ou seja, se ligassem todos os equipamentos para o fornecimento de energia ao sistema, descumpriam a cláusula que exigia material de reserva mantido na usina para os casos de interrupção; se mantivessem os equipamentos desligados, cumprindo esta cláusula, descumpriam a cláusula que exigia a produção dos 50.000 Watts de potência, ou o equivalente a 11.000 velas iluminativas. Da forma que estava constituída, a usina seria capaz de fornecer somente o equivalente a 7.600 velas, para uma rede que utilizava lâmpadas de 4,5 Watts. Entretanto, uma saída havia e fora indicada pelos próprios técnicos.

A Companhia Água e Luz poderia optar por utilizar na iluminação pública lâmpadas que exigiam menor potência em Watts, avisavam os técnicos que no mercado já havia lâmpadas que exigiam 2,5 Watts de potência e que na Europa se utilizavam mais comumente lâmpadas de 3 Watts, que tinham uma vida útil de 600 horas, ou 60 dias mantendo-se a rede ligada por 10 horas por dia. Fizeram a conta para a Câmara Municipal,²⁶¹ informando que caso a companhia empregasse lâmpadas de 4 Watts, poderia fornecer com um só grupo de máquinas, cumprindo a cláusula contratual do material de reserva, 8.550 velas. Se empregasse lâmpadas de 3,5 Watts, a Companhia Água e Luz forneceria 9.770 velas e se empregasse lâmpadas de 3 Watts, as mais usadas na Europa, teria a força iluminativa de 11.400 velas, superando então o exigido pelo contrato. Os ajustes propostos miravam sempre a utilização de apenas um grupo de máquinas na usina, conservando o outro grupo como sobressalente em casos de pane ou manutenção, como já observamos. Mantendo um grupo de máquinas na reserva e adequando as lâmpadas para consumo da potência que a usina podia oferecer, estariam cumpridas as cláusulas do contrato em discussão na Câmara Municipal.

Pois daí advinha a conclusão da equipe técnica de que, na forma que estava, a Companhia Água e Luz não tinha condições com sua usina elétrica de fornecer os 50.000 Watts utilizando-se de um só grupo de máquinas. A comissão de camaristas, baseando-se no

²⁶¹ Ibidem, f. 45 v.

parecer técnico, sugeriu que a Câmara Municipal mantivesse a cláusula primeira do aditamento do contrato que definia multa de um conto de réis para a Companhia Água e Luz caso não conseguisse cumprir com a exigência de fornecimento de 11.000 velas e a manutenção de equipamento de reserva, afim de evitar interrupções no serviço. As multas deveriam ser aplicadas continuamente até que a Companhia Água e Luz adequasse seus equipamentos às exigências legais, concluindo o parecer que além de não haver a força iluminativa requerida, parte dos materiais apresentava-se estragado e notava-se ausência de material de reserva. Os membros escolhidos do comitê João Ferreira da Luz e Pospessil Junior assinaram o parecer a 25 de Março de 1896 e os camaristas em sessão de mesmo dia deliberaram que se colocasse em execução a cláusula 1ª do contrato até que a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo desse cumprimento às exigências, prosseguindo então à pauta da sessão.

Contudo, apesar de todos os reveses sofridos com o parecer da comissão examinadora da usina elétrica, talvez a capacidade de articulação política da Companhia Água e Luz tenha sido subestimada, pois a 19 de Junho de 1896, três meses depois de votado o parecer, em outra sessão da Câmara Municipal outro aditamento era votado e aprovado. Com a presença dos camaristas Jorge Hermano Meyer, Brasilino Moura, Antonio Pospissil Junior, José Moreira de Freitas, Miguel Bevilacqua, Gedeone Taiss e Sebastião de Sant'Anna Lobo, sob a presidência de Jorge Hermano Meyer, se reuniram às oito horas da noite em sessão extraordinária “a qual tem por fim exclusivo tratar-se de interesses relativamente à iluminação publica desta cidade.”²⁶²

Foi lido então pelo presidente da Câmara um novo aditamento ao contrato celebrado entre as partes a 9 de Setembro de 1890 e ao primeiro aditamento de 1894. Como procurador da Companhia Água e Luz, apresentou-se o próprio Dr. Vicente Machado da Silva Lima declarando que a companhia aceitava as condições estabelecidas no aditamento. A Câmara Municipal autorizou que o Prefeito lavrasse o aditamento nada mais havendo a declarar, encerrando-se então a sessão. O conteúdo desse aditamento não foi transcrito na ata, sem podermos então tomar conhecimento sobre o que exatamente estava sendo modificado. Entretanto, logo em seguida, cerca de um mês depois, em sessão de 10 de Outubro de 1896, nova solicitação foi apresentada à Câmara Municipal, trazendo novos transtornos à Companhia Água e Luz.

Em sessão presidida pelo camarista Ignácio de Paula França, com a presença de Manoel José Gonçalves, Antonio Rodrigues da Costa, Antonio Leopoldo dos Santos, Claro

²⁶² Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 16, fs. 70 v., 71.

Gonçalves Cordeiro, Roberto Müller, Affonso Henrique Magalhães, Pedro Luiz de Souza Rocha, João Ferreira Leite, Theodorico Lassala Freire e Arthur de Souza Ferreira, nomes diferentes denunciavam mudança de legislatura. Foi solicitado então pelo camarista Manoel José Gonçalves, “Quaes as providencias tomadas em virtude do parecer aprovado pela Camara em sessão de 25 de Março deste anno, a respeito a Companhia Agua e Luz do Estado de S. Paulo.”²⁶³ Entre outras solicitações feitas, o camarista requereu nova vista da Câmara Municipal a respeito da capacidade da usina de fornecimento e quanto à reserva de material.

E em sessão de 18 de Dezembro de 1896 se reúnem novamente os camaristas João Ferreira Leite, Claro Gonçalves Cordeiro, Affonso Henrique Magalhães, Arthur de Souza Ferreira, Manoel José Gonçalves, Antonio Rodrigues da Costa, Theodorico Lassala Freire e Antonio Leopoldo dos Santos para definir a receita da Câmara Municipal de Curitiba para o exercício de 1897. Essa seria de trezentos e cinquenta contos, devendo o prefeito municipal arrecadar a quantia firmada, “de conformidade com as leis, posturas, regulamentos e resoluções em vigor...”.²⁶⁴ A despesa com iluminação pública seria de sessenta contos, acrescidos de um conto e oitocentos mil réis do salário no ano do fiscal de iluminação pública, sem haver reserva para os estragos no material elétrico que por ventura ocorressem.

Os conflitos que num crescendo estavam opondo a Câmara Municipal à Companhia Água e Luz criavam uma situação que em breve se tornaria quase incontornável pelos dirigentes da companhia, que enfrentaram também dificuldades jurídicas contra a Câmara Municipal de Casa Branca e concorrência cada vez maior na cidade de São Paulo. A 4 de Janeiro de 1897 o gerente da Companhia Água e Luz em Curitiba, Rudolf Zinneck escreveu à diretoria da companhia em São Paulo relatando os problemas enfrentados por sua gestão. Zinneck fora instruído pela diretoria, por carta datada de 11 de Dezembro de 1896, a procurar diminuir os gastos com combustível na iluminação pública e particular, não obtendo sucesso na empreitada, já que “... sou obrigado a continuar a trabalhar com as 2 machinas a noite inteira...”,²⁶⁵ pois o consumo assim demandava. Zinneck relatou ainda que os clientes que são os maiores consumidores precisavam e queriam luz elétrica por toda noite e aos que ele solicitou, por diversas vezes, que interrompessem o consumo quando não se utilizassem mais dele, lhe responderam: “Pois pagamos por mez, portanto podemos também deixar a luz acesa quanto queremos.”²⁶⁶

²⁶³ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 17, fs. 21 e 25.

²⁶⁴ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1895 a 1896, vol. 17, f. 48 v.-51.

²⁶⁵ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz, Curitiba, 4 de Janeiro de 1897.

²⁶⁶ Ibidem.

Na exposição de Zinneck descobrimos que finalmente a Companhia Água e Luz resolveu trocar as lâmpadas de 4,5 Watts pelas de 3 Watts de consumo, o que viria a diminuir a demanda por energia elétrica da rede pública, tarefa de que o gerente se ocupava naquele momento. Dizia ainda que assim que as trocas fossem efetuadas, poderia manter a usina funcionando com somente uma máquina e que já pagara a Mathias Boher & Cia a quantia de cento e oitenta e oito mil, trezentos e noventa réis por 1.000 lâmpadas despachadas. Havia outra nota de pagamento de oitenta e sete mil, quinhentos e noventa réis a favor de José Lobo, que pretendia quitar nos próximos dias e que, num claro procedimento de contenção de despesas, demitira um servente e o escriturário a 1º de Janeiro por haver “pouco trabalho”. Informou Zinneck que a cobrança do consumo de Novembro lhe seria avisada pelo Dr. Machado quando fosse chamado a ir à Câmara Municipal, porém até o momento, não havia nenhuma iniciativa da municipalidade neste sentido, anexando então as despesas e receitas de Dezembro de 1896 para registro junto à administração central em São Paulo.

Três clientes ficavam ainda com seus pagamentos em aberto, o Palácio do Governo, o Correio do Estado e o Sr. Mariano Lima. Zinneck previu que os dois primeiros acertariam seus débitos nos próximos dias, mas do Sr. Lima dizia “... tem sempre 13 lâmpadas funcionando; creio que é melhor já interromper-as; pois custará muito elle pagar.”²⁶⁷ Terminou sua narrativa reafirmando que manteria o funcionamento de uma máquina somente, assim que finalizasse a substituição das lâmpadas pelas de 3 Watts e solicitavou o envio de fio isolado de 3 e 2 ½ mm. E de fato, vinte dias depois era publicada a ordem para o pagamento do consumo feito pelo Palácio:

À Secretaria de Finanças – mandando pagar, ao Sr. Rodolpho Zinneck, pelo crédito aberto como o Decreto n. 64 de 17 de Novembro do anno passado, a verba “Eventuaes” da Secretaria do Interior a quantia de Rs. 99\$000, conforme a conta junta, proveniente da illuminação electrica de Palacio correspondente ao mez de Dezembro ultimo.²⁶⁸

Em outra missiva a 6 de Fevereiro de 1897,²⁶⁹ um mês depois da primeira carta, Rudolf Zinneck citou duas cartas enviadas pela diretoria de São Paulo com orientações para realizar testes com amostras de azeites que seriam enviadas de São Paulo, a de 14 de Janeiro,²⁷⁰ e outra a respeito dos negócios da companhia em Curitiba, que até a data de sua resposta, não havia chegado a ele ainda, assim como as amostras de azeite. Zinneck reportou

²⁶⁷ Ibidem.

²⁶⁸ A República, Órgão do Partido Republicano, 24 de Janeiro de 1897.

²⁶⁹ FES, Fundo Agua e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz, Curitiba, 6 de Fevereiro de 1897.

²⁷⁰ Da correspondência entre o gerente da Companhia Água e Luz em Curitiba, Rudolf Zinneck e a diretoria em São Paulo só foi possível localizar e reproduzir digitalmente as cartas enviadas pelo gerente a São Paulo.

que havia recebido duas bobinas para dínamos, vindas diretamente de Hamburgo pelo vapor Macedônia. Depois dos anúncios gerais, o gerente entrou no assunto espinhoso do recebimento dos valores devidos pela Câmara Municipal de Curitiba à Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Zinneck referiu-se agora ao atrasado de Novembro e perguntou à diretoria se não seria melhor receber com desconto, entregando recibo de valor total recebido, evitando continuidade nos atrasos e mais desgaste na relação entre a companhia e a municipalidade. Dizia Zinneck que havia pedido diversas vezes ao Dr. Vicente Machado que intercedesse, mas percebia que naquele momento, não havia chances do conhecido advogado e senador regular a questão.

Advertiu ainda o gerente que “Do Correio e Palácio também não posso receber o dinheiro, sempre me dizem que no Thezouro não há dinheiro”²⁷¹ totalizando o valor devido por essas duas repartições em um conto, cento e oitenta e um mil e novecentos réis. Enviou a São Paulo as notas de receitas e despesas de Janeiro de 1897 da companhia em Curitiba a fim de serem examinadas, ficando a favor da companhia o valor de seiscentos e treze mil, cento e trinta réis, advertindo que o mês referido foi de despesas em demasia e anunciando que as trocas das lâmpadas de 3 Watts, começada em Janeiro, ainda não havia sido completada, precisando ser adaptados os braços das arandelas, pois as novas eram lâmpadas de rosca. Justamente por isso, ainda continuavam a utilizar todas as máquinas da usina durante a noite toda, pois o consumo ainda girava em torno de 21 ½ Ampéres, ou seja, a Companhia Água e Luz permaneceu sem conseguir se adaptar às condições do aditamento do contrato referido anteriormente.

A situação não só perduraria como havia o risco de deteriorar, pois “a Câmara Municipal logo pedirá mais aumento de luz nas ruas mais retiradas, pois a povoação já fez um abaixo assignado reclamando illuminação na Câmara”²⁷² indicando que a população curitibana se movimentava para ter mais ruas iluminadas com luz elétrica. A Câmara, aliás, já reclamava a instalação de outras 17 lâmpadas que pedira há tempos à companhia, pedido ainda não cumprido. Reclamou Rudolf Zinneck que faltavam fios e postes para as instalações e que, apesar dos problemas relatados, o fornecimento era mantido regular, porém o Diário do Paraná sempre publicava artigos com queixas dos consumidores, clamando à Câmara Municipal um serviço melhor. O motivo, segundo Zinneck, seria sua negativa em fazer a instalação de luz elétrica ao Club Puritano, que queria illuminação em seus salões, porém

²⁷¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz, Curitiba, 6 de Fevereiro de 1897, p. 2

²⁷² Ibidem.

aceitavam pagar somente os dias que utilizassem, lembramos que o fornecimento costumava ser feito por preço fixo mensal até a popularização dos relógios contadores. Além disso, não aceitavam trocar suas lâmpadas pelas designadas pela companhia de 3 Watts, suscitando a publicação de artigos com reclamações, como represália depois do gerente recusar a instalação.

A 8 de Março de 1897, outra carta relatório era redigida pelo gerente Rudolf Zinneck, começando pela confirmação de envio de telegrama onde anunciou o depósito de dois contos de réis no Banco União de São Paulo a favor da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo.²⁷³ A quantia, naturalmente, era referente a pagamentos atrasados e junto à carta, seguiam também as notas e despesas do mês de Fevereiro. Desabafou Zinneck:

Demora sempre agora mais um pouco, porque, além de os particulares pagaram em geral bem, sempre tem alguns no meio delles que é o contrário e precisa-se correr diversas vezes para receber.²⁷⁴

E novamente se queixou de que não poderia realizar a instalação de 30 lâmpadas solicitadas pela Câmara Municipal, pois era em lugares onde não passava a linha da Companhia Água e Luz. Para fazer a extensão da linha, eram necessários fios e as lâmpadas respectivas, materiais que faltavam no estoque da filial da companhia em Curitiba. Zinneck advertiu a diretoria, mostrando-se espantado, que estavam sendo feitas prospecções nos arredores de Curitiba para a construção de usina hidroelétrica cuja produção seria consumida certamente pela própria cidade. Como única fornecedora da cidade, a companhia tinha prioridade na exploração de quedas d'água com potencial de produção, não sendo respeitada nesse seu direito:

Há pouco tempo também esteve aqui um engenheiro da firma Siemens e Halske em Berlim, explorar a cascata da serra para fazer instalação de luz elétrica e fornecer forças com eletro motores. Ouvi dizer na Câmara que em princípio de 1898 estaria pronta a instalação e que então a Câmara teria uma luz melhor ???²⁷⁵

O engenheiro também visitou a usina da Companhia Água e Luz, avaliando que se encontrava em bom estado, reclamando, porém, do preço pelo qual era oferecida aos particulares a energia elétrica ali produzida. A notícia deveria ser alarmante, pois significava que a Câmara Municipal de Curitiba, diante dos problemas apresentados na iluminação pública e das constantes reclamações dos consumidores, considerava ou o fim do monopólio dado à Companhia Água e Luz ou a mudança da companhia fornecedora na cidade. Zinneck

²⁷³ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{rs}. da Companhia Água e Luz, Curitiba, 8 de Março de 1897.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

finalizou sua carta noticiando que fora procurado por determinado cidadão, que o avisava que a pedido do Dr. Vicente Machado, que era representante da companhia em Curitiba, deveria instalar de 32 a 36 lâmpadas na Santa Casa de Misericórdia, cuja autorização já teria sido dada pelo Dr. Machado. A instalação seria paga, mas o fornecimento seria feito pela Companhia Água e Luz, tarefa que Rudolf Zinneck dizia não poder executar, pois nem a companhia e nem Vicente Machado haviam solicitado que o fizesse, concluindo que aguardava autorização da diretoria para a execução do serviço.

Por ordem da Secretaria do Interior do dia 10 de Março, a conta de consumo do mês de Fevereiro do Palácio do Governo seria paga, como Rudolf Zinneck previu. A notícia foi publicada no dia 20 de Março de 1897²⁷⁶ e determinou que deveria ser feito o pagamento a Rudolf Zinneck da quantia de noventa e nove mil réis proveniente da iluminação do Palácio. Em sessão de 6 de Abril de 1897²⁷⁷ presidida pelo camarista Ignácio de Paula França, com a presença dos camaristas João Ferreira Leite, Theodorico Lassala Freire, Manoel Ferreira Bello, Antonio Leopoldo dos Santos, Affonso Henriques Magalhães, Roberto Müller, Claro Gonçalves Cordeiro, Arthur de Souza Ferreira e Manoel José Gonçalves foi apresentado relatório do prefeito municipal, cargo que era exercido naquele ano e até 1898²⁷⁸ pelo camarista Manoel José Gonçalves. Entre outros pontos dos negócios municipais que eram apresentados, o prefeito informou aos camaristas:

A iluminação pública, sendo serviço mais caro que temos, é justamente sobre o qual maior numero de reclamações apareceram. Ordenei ao Sr. Engenheiro da Câmara, a fazer um exame minucioso a respeito e apresentar um relatório.

Provavelmente, foi essa a visita recebida na usina e relatada por Rudolf Zinneck em sua carta de 8 de Março de 1897 à diretoria da Companhia Água e Luz em São Paulo, cujo objetivo era então inspecionar a usina e relatar ao prefeito municipal o estado da mesma. Nesta mesma sessão foi apresentado requerimento à comissão de contas em nome do Dr. Vicente Machado da Silva Lima, representante da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, onde solicitou o pagamento referente à iluminação pública. Fornecida no mês de Novembro de 1896, o pagamento desse consumo encontrava-se em atraso, “visto ter cahido em exercícios findos”²⁷⁹ e tinha o valor de três contos, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta réis. A sessão foi suspensa pelo presidente da Câmara visto o adiantado da

²⁷⁶ A República, Órgão do Partido Republicano, 20 de Março de 1897.

²⁷⁷ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 à 1897, vol. 17, fs. 76 – 80v.

²⁷⁸ Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>. Acessado em: 24 Maio 2013.

²⁷⁹ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 a 1897, vol. 17, fs. 79.

hora, ficando resolvido que os camaristas se reuniriam novamente a 8 de Abril para dar continuidade aos trabalhos e deliberar sobre o que fora apresentado.

Ainda a 6 de Abril de 1897, Rudolf Zinneck escrevia outra carta à Companhia Água e Luz onde avisou sobre novo depósito realizado no valor de quatro contos de réis feito no Banco União São Paulo a favor da companhia. Tendo recebido a ordem do Dr. Vicente Machado anunciou que procedia à instalação na Santa Casa de Misericórdia de 35 bicos de luz para iniciar o fornecimento de energia elétrica àquela instituição. Após essa tarefa, todo o material que ainda possuía em estoque na usina chegara ao fim, necessitando de reposição urgente de São Paulo, de fios, lâmpadas e azeites para as máquinas e óleo para os cilindros. Finalizou o relatório com o aviso de que teria ocorrido a 5 de Abril sessão na Câmara Municipal a fim de deliberar sobre o pagamento da prestação devida de Novembro, o que o Dr. Vicente Machado ficou de avisar ao gerente Zinneck. A sessão, como já vimos, ocorreu na verdade a 6 de Abril, sendo o requerimento para o pagamento atrasado apresentado pelo representante da Companhia Água e Luz, aguardando deliberação dos camaristas.

A 24 de Abril os camaristas resolveram reformar o artigo 51 das posturas municipais que tratava dos condutores da iluminação pública.²⁸⁰ O artigo regulava sobre obras e reformas em edifícios onde, devido à proximidade com os condutores de eletricidade da rede pública, houvesse risco aos operários nos canteiros de obras. Os proprietários ou empreiteiros de obras eram obrigados a colocar nos andaimes, cuja obrigatoriedade já estava prevista no artigo 51, um fecho de tábuas de modo que evitasse que os trabalhadores pudessem tocar nos condutores primários, “... visto que a corrente elétrica primária é altamente perigosa e mortal.”²⁸¹ Os contraventores seriam punidos com multa de duzentos mil réis, elevada ao dobro na reincidência e oito dias de prisão.

A 10 de Maio de 1897, Rudolf Zinneck voltou a escrever à Companhia Água e Luz, aparentemente cumprindo a execução de um relatório mensal à diretoria que ficava em São Paulo. Novamente citou que recebeu carta da companhia a 23 de Abril e satisfazia o que parecia uma solicitação ao informar que enviava as notas das receitas e despesas com os respectivos recibos do mês de Abril, “ciente do conteúdo de vossa carta.”²⁸² Ficou a favor da companhia o valor de quatrocentos e noventa e nove mil réis, porém aos diversos devedores da companhia já havia o gerente apresentado-lhes as contas novamente. Ponderou Zinneck que ao Dr. Vicente Machado, representante da companhia em Curitiba, nunca apresentara

²⁸⁰ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 a 1897, vol. 17, fs. 88.

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{ns}. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 10 de Maio de 1897.

conta, pois não recebera nunca nenhuma orientação da Companhia Água e Luz a proceder a cobranças a ele. De qualquer forma, avisou o gerente que o Dr. Machado estava fora em viagem ao Rio de Janeiro com sua família. O Diretor da Escola de Belas Artes e Indústrias, Sr. Lima, comprometeu-se a liquidar a conta da escola com a companhia, assim que recebesse o dinheiro da Tesouraria.

Já no Correio do Estado, avisaram a Zinneck que o governo não mandara dinheiro para pagar as contas de 1896, mas que o consumo de sessenta e três mil réis referente a Abril acreditava receber logo. Era penoso, porém, pois era necessário comparecer várias vezes na Delegacia Fiscal para conseguir receber, sendo que no Palácio do Governo, prometeram-lhe uma ordem para ir receber no Tesouro do Estado. O gerente obrigou-se a avisar por telegrama a diretoria da Companhia Água e Luz em São Paulo assim que recebesse de alguém ou no caso de obter recusas no pagamento, dentro do prazo de 15 dias.

Informou Zinneck que a companhia tinha naquele momento 501 lâmpadas instaladas na cidade de Curitiba, quase todas da marca Edison. Destas, 301 lâmpadas eram de 16 velas e as restantes 200 de 25 velas, sendo que as mais potentes estavam instaladas no meio dos largos da cidade. Repetiu a informação de que não poderia ainda trabalhar com uma só máquina, mantendo a outra desligada durante a noite, pois o consumo era de 22 ½ a 23 Ampéres pela manhã. Repetindo também a informação dada em Janeiro do mesmo ano, comunicou que os consumidores não apagavam a luz à noite, alegando eles que “Pagamos, portanto também podemos deixar acceso toda noite...” e que algumas instituições como o Quartel, a Santa Casa de Misericórdia precisavam da luz elétrica até pela manhã, de forma ininterrupta. Noticiou ainda que a troca pelas lâmpadas de 3 Watts estava concluída, o que deveria diminuir o consumo da intensidade de luz, e que juntou à carta uma nota dos devedores da companhia.

Em sessão de 11 de Maio de 1897, continuação da sessão de 29 de Abril,²⁸³ com a presença dos camaristas Antonio Rodrigues da Costa, Antonio Leopoldo dos Santos, Antonio Manoel da Silva, Theodorico Lassala Freire, Roberto Müller, Claro Gonçalves Cordeiro, Manoel José Gonçalves e Manoel Antonio Guimarães Netto foi indicado que o presidente da Câmara nomeasse comissão que, juntamente com o prefeito municipal e o engenheiro da Câmara, verificassem se a usina de luz elétrica funcionava conforme o contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Curitiba e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Aprovada a moção, foram nomeados os camaristas Claro Gonçalves Cordeiro, Manoel José Gonçalves e Antonio Guimarães Netto para acompanhar o engenheiro, apresentarem

²⁸³ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 a 1897, vol. 17, fs. 93 – 95.

parecer e indicarem o que conviesse depois da respectiva inspeção.

A inspeção foi feita rapidamente e seu parecer foi apresentado na sessão ordinária da Câmara Municipal de Curitiba do dia 20 de Maio de 1897.²⁸⁴ Sob a presidência do camarista Ignácio de Paula França e com a presença dos camaristas Antonio Manoel da Silva, Manoel Antonio Guimarães Netto, Manoel José Gonçalves, Antonio Leopoldo dos Santos, Antonio Rodrigues da Costa e Roberto Müller foi lido o parecer preparado pelos camaristas Manoel José Gonçalves e Manoel Antonio Guimarães Netto, nomeados para a comissão formada para este fim. A finalidade da comissão era “... juntamente com o Sr. Engenheiro da Câmara, inspeccionar a Usina da Luz Electrica e execussão do contracto firmado entre aquella empresa e a Camara...”²⁸⁵ tendo então formulado cinco quesitos, que acompanhavam o parecer, para os submeter à avaliação técnica do engenheiro municipal, respondidos no parecer que ora era apresentado. Os pareceristas concluíram, antes mesmo da leitura integral do parecer, que a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo não vinha cumprindo com muitas das principais obrigações firmadas no contrato, causando “... enormes lesões para os cofres municipais e a bem do serviço da iluminação publica.” A comissão era de opinião que a Câmara Municipal de Curitiba não poderia permitir a continuidade do que eles chamavam de vexames, apontando dois abusos cometidos pela companhia, falta de material de reserva na usina, necessário para evitar interrupção no funcionamento da iluminação e atendimento em caso de sinistros; e com a relação à intensidade da luz fornecida pelas lâmpadas na iluminação pública.

Entendiam os pareceristas que por contratar e realizar pagamento mensal à Companhia Água e Luz do valor em velas determinadas pela força das lâmpadas, sendo que estava provado que a força dispensada pelas máquinas e dínamos não era suficiente para alcançar a totalidade das velas, daí a troca das lâmpadas por aquelas que consumiam menos intensidade, estava a Câmara Municipal sendo prejudicada em seus cofres. Passariam a combater, por indicação do engenheiro municipal Dr. Henrique Schessing, o oferecimento de iluminação a casas particulares oferecida pela companhia. Isso porque entendiam que para ter força para tal oferecimento, era furtada intensidade da iluminação pública para que as máquinas cumprissem o serviço vendido aos particulares. A confusão viria da interpretação errada que estava sendo dada ao aditamento de 19 de Junho de 1895 do artigo 6º do contrato, permitindo que fosse feito fornecimento de energia elétrica aos particulares com as máquinas que deveriam ser utilizadas somente para a iluminação pública, comprometendo assim esta última.

²⁸⁴ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 a 1897, vol. 17, fs. 95 v. – 99 v.

²⁸⁵ Ibidem.

Finalizaram o parecer sugerindo que a Câmara Municipal de Curitiba concedesse prazo improrrogável de 60 dias para que a Companhia Água e Luz adequasse a usina às regras contratuais, sob a pena de nulidade imediata do contrato. A Câmara Municipal solicitou imediatamente ao prefeito municipal que oficiasse a companhia, anexando cópia do parecer da comissão para conhecimento.

Em seguida, passou a ser lido o parecer técnico do engenheiro da Câmara Henrique Schessing com os cinco quesitos propostos pela comissão encarregada de avaliar a usina de luz elétrica. Para melhor apreciação, resolvemos publicar os quesitos na íntegra, conforme seguem:

1º A companhia tem dentro da estação machinas para comportar a força illuminativa de 50.000 Waltz? 2º Tem a companhia as caldeiras, dynamos e outros aparelhos de reserva, afim de evitar interrupção? 3º As lâmpadas que funcionão na illuminação publica, tem a força illuminativa do contracto? 4º As machinas trabalham com a força exigida pelo numero de lâmpadas e vellas pagas pela Camara? 5º Todos os aparelhos da empresa estão em estado de perfeita conservação e resistência?²⁸⁶

Todas essas questões foram colocadas ao engenheiro municipal pelos membros da comissão a 17 de Maio de 1897 e também foram anexadas à comunicação feita à Companhia Água e Luz pelo prefeito, por ordem da Câmara Municipal. Em resposta o engenheiro Dr. Henrique Schessing encaminhou suas impressões datadas de 18 de Maio, após ter realizado minucioso exame dos aparelhos, respondendo por cada quesito indagado, constatando para o primeiro quesito que a usina de luz elétrica da Companhia Água e Luz tinha os dínamos necessários para comportar a força eletromotriz de 50 mil Watts exigidos pelo contrato. Porém, os motores e as caldeiras eram insuficientes para manter estes 50 mil Watts durante longas horas, significando limitação que contrariava o contrato. Em resposta ao segundo quesito, o engenheiro informou que a companhia não tinha os motores, dínamos, caldeiras sobressalentes necessários para manter a rede com fornecimento constante em caso de avarias, significando interrupção no serviço, com parte da cidade às escuras nesse caso.

Para o terceiro quesito, o engenheiro comunicou que as lâmpadas que estavam em funcionamento na rede pública até poderiam ter a força iluminativa exigida pelo contrato, mas examinando à noite era fácil perceber que por falta de intensidade da corrente, as lâmpadas não davam a luz correspondente ao número de velas que indicava o fabricante das mesmas. O engenheiro lembrou que o interesse da companhia em não utilizar toda a força luminosa das lâmpadas propiciava economia de energia elétrica, o que se traduzia em economia de combustível e economia de substituição de lâmpadas, pois com a diminuição da intensidade,

²⁸⁶ Idem, f. 97.

ocorria diminuição na incandescência dos filamentos, que representava muitas horas de sobrevida às lâmpadas antes de terem de ser trocadas. Essa terceira réplica do engenheiro respondeu ao quarto quesito também, pois diminuindo a intensidade da força distribuída à rede para aumentar a vida útil das lâmpadas, a companhia poupava a força exigida pelas máquinas. Caso cumprisse as exigências contratuais fornecendo a intensidade correta às lâmpadas, as máquinas não suportariam o esforço, exigindo mais manutenção e até mesmo a substituição por máquinas de potência maior.

E finalmente sobre o quinto quesito, a única afirmação do engenheiro Henrique Schessing que favoreceu a Companhia Água e Luz no questionamento da Câmara Municipal de Curitiba. O engenheiro sustentou que os aparelhos, motores, dínamos e todo o material da companhia mantido dentro da usina estavam em perfeito estado de conservação, limpeza e solidez, não encontrando avarias, rachaduras ou outros problemas quaisquer que pudessem comprometer sua preservação. Acrescentou, porém, o engenheiro municipal a indicação que fora utilizada pelos camaristas membros da comissão em seu parecer apresentado à Câmara, citado anteriormente, de que era um “... erro grande tolerado até agora...”²⁸⁷ a utilização dos mesmos equipamentos para manter o fornecimento de energia elétrica à rede pública e aos particulares, que vinha, sempre segundo o engenheiro, da interpretação errônea que se dava ao artigo 6º do aditamento aprovado pela Câmara Municipal em sessão de 19 de Junho de 1896. Para ele, não era possível aceitar que a Companhia Água e Luz se servisse das mesmas máquinas e circuitos utilizados no fornecimento de energia elétrica para iluminação pública para oferecer fornecimento de eletricidade aos particulares. Afirmou: “É de regra, de grande conveniência e mesmo de direito ser a luz fornecida aos particulares por meio de dynamos e circuitos absolutamente independentes dos da iluminação publica”²⁸⁸ finalizando assim seu relatório técnico que também foi anexado pelo prefeito municipal para oficializar a Companhia Água e Luz.

O gerente da companhia em Curitiba, Rudolf Zinneck, já informou a 9 de Junho de 1897²⁸⁹ sobre essa visita da comissão da Câmara Municipal de Curitiba à usina de luz elétrica. Em sua carta, Zinneck confirmou que enviou o ofício da Câmara à diretoria em São Paulo, juntamente com o parecer do engenheiro, que o gerente acreditava ser francês, grafando seu nome como Scherving e não Schessing, sobrenome correto do engenheiro. Segundo Zinneck, naquele momento o Sr. Henrique figurava como engenheiro da Câmara, mas que cinco ou seis

²⁸⁷ Idem, f. 98.

²⁸⁸ Idem, f. 98.

²⁸⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 9 de Junho de 1897.

anos antes tinha estado no Paraná, empregado na estrada de ferro e, diziam, teria sido o primeiro a estabelecer uma luz elétrica em Curitiba, mas que funcionava com tamanha irregularidade que não obteve sucesso comercial. Zinneck reclamou do engenheiro: “Elle chegou apenas duas vezes na usina de noite para apressiar o funcionamento dos machinismos...”, vinha acompanhado de dois camaristas, também membros da comissão, mas que entendiam nada de máquinas. Maiores considerações não são feitas pelo gerente Rudolf Zinneck nesta missiva sobre a visita da comissão e suas consequências. Como o parecer havia sido lido na Câmara Municipal em 20 de Maio, talvez até Zinneck ainda não tivesse tido notícias sobre seus efeitos. Avisou à diretoria que Curitiba sofrera desde Janeiro até o fim de Maio terrível seca, com falta de água nos chafarizes e fontes da cidade, sendo o gerente obrigado a mandar vir água para as caldeiras de fora da cidade por nove dias seguidos, mas que com a volta das chuvas, essa providência fora suspensa por ora. Terminou sua carta anunciando que seguiam junto os recibos das despesas de Maio e as listas dos consumidores com as contas fechadas até aquele momento, com saldo a favor da companhia no valor de seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta réis que pedia à administração em São Paulo que confirmassem a exatidão das informações.

Zinneck aguardou posicionamento da diretoria sobre o ofício da Câmara Municipal não podendo tomar as providências para a adequação da usina de luz elétrica até por não dispor de capital suficiente para os gastos que tal adequação exigiria. A Câmara Municipal de Curitiba, porém, não se sensibilizou com a demora nos correios da época, contando seu prazo inexoravelmente e adotando nova diretiva na sessão ordinária de 10 de Agosto de 1897. Às sete horas da noite, com a presença dos camaristas Manoel José Gonçalves, João Ferreira Leite, Manoel Antonio Guimarães Netto, Antonio Leopoldo dos Santos, Roberto Müller e Arthur de Souza Ferreira foi aberta a sessão. De imediato procederam os camaristas à posse de novo camarista, Sr. Pennafort Taborda Ribas, que assumiu o cargo após cumprir os protocolos na vaga de Pedro Luiz de Sousa Rocha que renunciara. Nessa sessão foi lido ofício do prefeito municipal encaminhado junto com as contas, balancetes e outro relatório do engenheiro da Câmara. Em seu ofício o prefeito declarou:

Tendo findado o prazo que foi marcado para a Companhia Água e Luz de S. Paulo cumprir o contracto que tem com esta Camara para a illuminação publica da cidade, ordenei ao Sr. Engenheiro a verificar o seo estado, achando este, depois do respectivo exame que fêz, que a Companhia não procurou attender as justas reclamações da Camara...”²⁹⁰

A Câmara Municipal seria instada então a pronunciar-se sobre o caso o que causou

²⁹⁰ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18, fs. 20 v. – 23 v.

reação no gerente da companhia Rudolf Zinneck. A 17 de Agosto, sete dias após a sessão da Câmara acusando o fim do prazo da Companhia Água e Luz, Zinneck escreveu à diretoria em São Paulo relatando o caso.²⁹¹ Começou avisando que enviava junto com a carta as contas e notas das receitas da Câmara, que recebera até então somente três contos, seiscentos e sete mil e seiscentos réis, e dos particulares do mês de Julho de 1897. Aguardava receber da Câmara Municipal a prestação de Novembro de 1896, cujo requerimento de pagamento tinha sido feito pelo representante Vicente Machado na sessão de 6 de Abril, no valor de três contos, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta réis, que enviaria à companhia, assim como os dois contos que enviou a 16 de Agosto e avisara por telegrama. Zinneck alertou:

A Camara está muito descontente com a Comp^a. Em vez de annular o contracto multou a Comp^a por um conto, dando 10 dias de prazo para inteiro cumprimento do contracto. Me disseram que querem continuar a multar até a Comp^a ou resolver vender a Installação ou estar tudo de conformidade contracto, que para elles seria igual, se não é esta, é outra Comp^a que fornece lhes luz e que em todo caso estão pagando a illuminação caro demais.²⁹²

Rudolf Zinneck parecia sugerir a verdadeira razão da indisposição da Câmara Municipal de Curitiba, “este último é o motivo maior de elles questionarem” referindo-se à queixa da Câmara de que a luz da Companhia Água e Luz era muito cara. Essa decisão dos camaristas de continuar multando a companhia parece indicar o esgotamento das relações entre as duas instituições. Rudolf Zinneck informou ainda que do Palácio do Governo recebeu o valor referente à instalação e consumo até o mês de Junho de 1897, especificado na nota que enviava, ficando ainda como devedor o 13º Regimento de Cavalaria que aguardava crédito do Tesouro Federal para concluir este pagamento, acreditando o gerente que essa dívida seria quitada em breve. E finalizou sua carta se lamentando que tinha diversos pedidos de particulares para instalação e fornecimento de energia elétrica, a saber o Hospital Militar, Museu, redação dos jornais A República e Diário entre outros, porém não podia executar, não especificando se por conta do problema com a Câmara Municipal, se por falta de material ou por alguma outra questão.

A rescisão e a multa à qual Rudolf Zinneck se referia foram lançadas à Companhia Água e Luz na sessão ordinária de 21 de Agosto de 1897 na Câmara.²⁹³ Por sugestão do camarista Manoel José Gonçalves, um dos integrantes da comissão da Câmara para avaliar se as condições da usina estavam adequadas às exigências do contrato, é que foi apresentada a indicação para a rescisão do contrato da municipalidade de Curitiba com a Companhia Água e

²⁹¹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 17 de Agosto de 1897.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18, fs. 26 e 26 v.

Luz, dando autorização ao prefeito municipal para rescindi-lo. A justificativa do camarista era que: “... a Companhia Água e Luz Electrica deixou de dar cumprimento dentro do prazo improrrogável marcado pela Câmara às diversas clausulas do seu contracto e additamento feitos peranta a Camara...” exigindo assim a rescisão em moção datada de 12 de Agosto do mesmo ano. Entretanto, esta moção foi rejeitada pela assembleia de camaristas, tendo resolvido a Câmara Municipal de Curitiba que fosse lançada multa de um conto de réis conforme a cláusula primeira do contrato. A sessão foi então suspensa, mas desse momento em diante, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo seria permanentemente pressionada a cumprir as cláusulas reclamadas e melhorar o serviço de iluminação pública.

Essa crescente pressão seria sentida em todas as cidades brasileiras que experimentavam crescimento populacional e econômico consideráveis, não só como Curitiba, mas São Paulo, Campinas, Santos e outras. A exigência por serviços públicos mais eficientes, baratos e abrangentes seria um desafio às companhias que ofereciam tais serviços. Na sessão em que a Companhia Água e Luz foi multada, ao invés de ver seu contrato com a municipalidade ser rescindido, assinaram a ata Ignácio de Paula França, como presidente, Antonio Leopoldo dos Santos, Manoel Antonio Guimarães Netto, Pennafort Taborda Ribas, Theodorico Lassala Freire, Claro Gonçalves Cordeiro, Roberto Müller, Manoel José Gonçalves e Arthur de Souza Ferreira postergando os momentos finais da companhia em Curitiba.

Na sessão de setembro da Câmara Municipal o assunto iluminação não constou na pauta de discussões, sendo então poupada a Companhia Água e Luz de mais dissabores com os senhores vereadores. No entanto, na sessão extraordinária de 20 de Outubro de 1897²⁹⁴ foi apresentado o relatório do prefeito municipal, cargo que foi exercido pelo camarista Manoel José Gonçalves, em que não se esquivou de citar a questão da iluminação pública que vinha preocupando sobremaneira a vereança e a população de Curitiba. A presidência da Câmara foi também exercida por Manoel José Gonçalves e com a presença dos vereadores João Ferreira Leite, Manoel Antonio Guimarães Netto, Pennafort Taborda Ribas, Antonio Manoel da Silva, Theodorico Lassala Freire, Roberto Müller, Claro Gonçalves Cordeiro e Ignácio França foi aberta a sessão com a leitura da ata da sessão anterior, aprovada pelos camaristas e sendo feita em seguida a leitura do relatório do prefeito. O próprio presidente leu sua exposição, pois ex-prefeito municipal, sendo aprovada pela assembleia de camaristas, confirmando seus atos e resoluções.

Sobre a iluminação pública, Manoel José Gonçalves referiu que “... o serviço tem sido

²⁹⁴ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18, fs. 42 v. – 44 v.

feito sem interrupção...”,²⁹⁵ porém reclamou que a falta de material no depósito da usina “... de um momento para outro obrigará a Empresa a faltar com a iluminação dado o caso de qualquer desarranjo nas machinas.”²⁹⁶ O então prefeito denunciou que nem sequer um metro de fio condutor havia armazenado e que o estado da usina era o mesmo de quando foi discutido o caso da iluminação pública na Câmara Municipal e advertiu que a companhia não tinha condições de atender os pedidos nem dos particulares e nem da iluminação pública mais. E terminou anunciando que demonstrou em levantamento realizado que foi pago à Companhia Água e Luz novecentos e cinquenta e cinco mil e noventa réis a mais pelo serviço até Julho, valor que o ex-prefeito já mandara deduzir do que ainda havia a ser pago à companhia, reduzindo os prejuízos que a municipalidade vinha tendo.

Após a leitura do restante do relatório que incluía passeios públicos, calçamentos, o mercado entre outros pontos da cidade, a sessão foi encerrada pelo presidente sem nenhuma resolução contra a Companhia Água e Luz ter sido anunciada. E aparentemente tudo corria na normalidade, pois a 20 de Novembro de 1897 o telegrama nº 1.518 foi enviado pelo gerente em Curitiba à Companhia Água e Luz em São Paulo avisando que a Câmara Municipal pagara à companhia mais dois contos, além dos dois contos devidos e pagos também, podendo o gerente receber ainda naquele mesmo dia o restante dos valores devidos pelo fornecimento de luz elétrica em Outubro. Solicitou ainda materiais como óleo, para-raios e petrechos suficientes para instalação de 50 lâmpadas para a Casa Silva, cliente que se dispunha inclusive a ir buscar os materiais caso a companhia não pudesse enviá-los de São Paulo rapidamente.

Mas essa aparente tranquilidade acabaria poucos dias depois do telegrama, quando a 24 de Novembro novamente se reuniram os camaristas sob a presidência de Manoel José Gonçalves, tendo entre os presentes, os vereadores João Ferreira Leite, Manoel Antonio Guimarães Netto, Theodorico Lassala Freire, Roberto Müller, Claro Gonçalves Cordeiro e Ignácio França secretariados pelo escrivão Januário das Chagas Barbosa. Entre diversas outras resoluções e em resposta à moção proposta pelo camarista Manoel José Gonçalves a 21 de Agosto, que indicava rescisão do contrato por descumprimento do prazo dado à Companhia Água e Luz para se adequar às exigências da comissão, a Câmara Municipal de Curitiba resolveu pela rescisão definitiva do contrato com a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, nos seguintes termos: “Fica o Sr. Prefeito autorizado a rescindir o contracto da illuminação pública de accordo com as clausulas nelle contidas, visto a provada

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ Ibidem.

incompetência da Companhia em dar cumprimento ao referido contracto.”²⁹⁷ e imediatamente avisavam que seria chamada nova concorrência sendo aceita a mesma ou outra qualidade de luz, a juízo da Câmara.

Quase que certamente, a notícia não chegou com rapidez até o gerente da Companhia Água e Luz em Curitiba Rudolf Zinneck porque a 25 de Novembro ele enviou o telegrama nº 1.968 à diretoria em São Paulo em que dizia: “Camara ordenou Thezouro fazer contas restantes porem actualmente não tem dinheiro. Promette pagar algum dezembro”,²⁹⁸ não ficando claro se Zinneck já tinha conhecimento da decisão da Câmara Municipal. Sem dúvida alguma, porém, a comunicação foi feita em algum momento, pois já a 16 de Dezembro de 1897 a Câmara Municipal se reuniu em sessão extraordinária para deliberar sobre proposta feita pelo representante da companhia, Sr. Octávio Machado.

Convocada pelo presidente Manoel José Gonçalves e secretariados pelo Escriurário Januario das Chagas Barbosa, compareceram os camaristas João Ferreira Leite, Theodorico Lassala Freire, Manoel Antonio Guimarães Netto, Antonio da Silva, Claro Cordeiro Gonçalves, Rodrigues da Costa e Ignacio França, sendo aberta a sessão. A ata trazia o seguinte:

O sr. Presidente declarou que a presente sessão extraordinária tinha por fim a Camara tomar conhecimento da proposta apresentada pelo procurador da Companhia Agua e Luz do Estado de S. Paulo, nesta Capital, cidadão Octavio Machado que se propõe a vender à Municipalidade todo o material da Luz Electrica existente na Usina desta cidade.²⁹⁹

A ideia então era vender toda a usina, juntamente com a rede de iluminação pública e os contratos com os clientes particulares. A fim de apreciar a proposta o Presidente da Câmara nomeou uma comissão composta dos Srs. camaristas Ignácio França, Claro Cordeiro, Lassala Freire, Guimarães Netto e João Leite para com o Engenheiro da Câmara ou mais algum profissional, estudar a proposta e apresentar o parecer. Entrementes, o gerente da Companhia Água e Luz parecia estar por fora da negociação, não sendo, ao que parece, informado dessa proposta feita pelo representante da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo à Câmara Municipal de Curitiba, assim como não estava a par dos últimos acontecimentos decididos pelos camaristas.

Isso porque em carta de 17 de Dezembro de 1897 Rudolf Zinneck fez mais um relatório à diretoria em São Paulo sem nem sequer citar a rescisão do contrato, a proposta do representante e a formação de uma comissão para apreciar o negócio, o que com certeza

²⁹⁷ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1896 a 1897, vol. 18, fs. 56 – 59 v.

²⁹⁸ FES, Fundo Água e Luz, caixa 5 a 7. Telegraphos S. Paulo, 25 de Novembro de 1897.

²⁹⁹ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18.

levaria os camaristas a visitas à usina. Zinneck iniciou sua carta, como de praxe, avisando que enviava as contas, recibos, notas de despesas etc referentes ao mês de Novembro, ficando em favor da Companhia oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte réis. Lamentava-se Zinneck de ter dificuldades em receber os pagamentos pelo consumo dos clientes particulares e, principalmente, da Câmara Municipal e por este motivo as contas chegavam sempre tarde às mãos da administração em São Paulo. Zinneck prosseguiu quase em tom de presságio:

A Camara, parece-me, que de propósito não faz mais os pagamentos pontualmente, pois recebo por exemplo, hoje um conto, depois de oito dias outro ou um pouco mais ou também as vezes só 500\$000 rs. afinal que, quando pagarão uma prestação de um mez também já outro está vencida. Em Novembro prometeu para saldar todas as contas restantes porém quando chego lá para receber nunca há dinheiro. A respeito da multa que impuzeram no mez de Agosto somente posso avisar-vos que até hoje Snr. Dr. Machado nada liquidou esta questão, e portanto não sei, si por acaso queira a Camara pagar a prestação de Agosto, se posso receber com este desconto ou não? Houvi fallar também na Camara que em Janeiro a Camara quer rescindir o contracto da Companhia, porém não posso acreditar isto, pois somente por motivo de ela achar a illuminação cara demais não poderá fazer isto? E sem mais, e sempre as ordens da Companhia sou de V.Sas.³⁰⁰

Notemos que Zinneck realmente não parecia saber de nada sobre a rescisão e a proposta de compra apresentada pelo representante da companhia como dissemos anteriormente. Zinneck comentou que “ouviu dizer” que a Câmara Municipal rescindiria o contrato em Janeiro de 1898 quando na verdade, tudo já se encaminhava para tal um dia antes do gerente redigir sua carta à diretoria, comprovando seu desconhecimento. Rudolf Zinneck encerrou sua carta avisando que enviou por depósito bancário três contos de réis e que, assim que recebesse mais da Câmara enviaria mais. Começaria então uma verdadeira batalha entre a Companhia Água e Luz e a Câmara Municipal de Curitiba em torno dos pagamentos atrasados e das multas que a Câmara continuaria aplicando. Por contrato a Companhia Água e Luz estava obrigada a continuar o fornecimento de energia elétrica até que a Câmara Municipal, como contratante, autorizasse o funcionamento de outra companhia que assumisse o serviço.

A 18 de dezembro de 1897 o diário O Município noticiou a realização de sessão extraordinária na Câmara Municipal para resolver sobre a proposta de venda da usina de luz apresentada pelo representante da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, sem dúvida a sessão de 16 de Dezembro. Anunciou que essa proposta seria apreciada por comissão formada por cinco membros camaristas, juntamente com o engenheiro da Câmara.³⁰¹ Primeiro

³⁰⁰ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 17 de Dezembro de 1897.

³⁰¹ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 18 de Dezembro de 1897, p. 2.

de inúmeros artigos que foram veiculados nesse periódico, tornaria público o oferecimento de venda da usina e informaria à população o desenrolar das negociações, que durariam vários meses. E já a primeiro de Janeiro de 1898 em sua seção Editais trouxe outra notícia sobre o fato, dessa vez mais completa, anunciando inclusive o valor proposto pela usina pelo representante da Companhia Água e Luz:

Luz Electrica

Tendo a Companhia Agua e Luz do E. de S. Paulo, enviado a esta Capital um representante para entender-se com a Municipalidade, afim de propor a venda da uzina da luz electrica, que funciona n'esta cidade, pela quantia de 250 contos de reis, a Camara Municipal, em uma reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, nomeou uma comissão composta de 5 Camaristas para, juntamente com o Engenheiro da Camara, dar parecer a respeito.

Essa comissão, desempenhando-se do compromisso, apresentou o seu parecer em que fez evidente a necessidade de serem tomadas serias providencias sobre a uzina, afim de evitar-se a falta de illuminação, de um dia para outro, devido a insufficiencia do material em deposito, e terminou propondo a aquisição da uzina por 150 contos de reis pagos em 3 annos.

Consta que a Companhia recusou esta proposta.³⁰²

A essa altura, já sabemos então que o representante da Companhia Água e Luz, Octávio Machado, fizera uma proposta de venda da usina de luz elétrica, por 250 contos de réis, e que a Câmara Municipal formou comissão para avaliar essa proposta. Após avaliação e parecer, a Câmara Municipal ofereceu 150 contos de réis a serem pagos em três anos, proposta recusada pela companhia. Parece-nos que a municipalidade de Curitiba resolveu assumir o serviço de iluminação elétrica pública e particular na cidade, talvez por não ter aparecido até aquele momento outra corporação interessada no serviço e por estar determinada a não permitir que os problemas com a Companhia Água e Luz continuassem. Podemos dizer também que a esta altura o gerente Rudolf Zinneck já estava ciente dessas questões, até por estarem sendo publicadas nos periódicos. Faltam-nos ainda as impressões dos camaristas, presentes no parecer que foi apresentado à Câmara, e suas razões para terem diminuído o valor da usina de luz elétrica de 250 para 150 contos de réis.

Este parecer seria finalmente publicado a 15 de Janeiro de 1898³⁰³ pelo mesmo diário O Município, sendo que foi submetido à sessão da Câmara Municipal no dia 31 de Dezembro de 1897 pelos membros da comissão, os camaristas Ignácio de Paula França como relator, João Ferreira Leite e Theodorico Lassala Freire. Oferecendo também à apreciação dos demais vereadores, anexaram o parecer do engenheiro da Câmara sobre quantidade e conservação do material, baseando-se nele para justificar sua proposta de diminuição do valor da usina de luz elétrica. Segundo os comitentes “... a casa onde funciona o estabelecimento, além de não ter

³⁰² O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 1 de Janeiro de 1898, p. 1.

³⁰³ Idem, 15 de Janeiro de 1898, p. 1.

as proporções e commodidades necessárias a estabelecimentos de tal natureza, acha-se em mau estado de conservação...”³⁰⁴ As máquinas e aparelhos existentes, apesar de funcionarem com regularidade, não possuíam similares sobressalentes, o que significava que qualquer desarranjo que ocorresse seria “motivo para deixar às escuras, tanto a cidade como as casas de particulares, que têm contracto com a Empreza para a sua iluminação...”³⁰⁵ Por conta disso seria a Câmara Municipal, ou qualquer outro comprador da usina, obrigada a dispensar cem contos de réis além do que pagasse pela usina, em obras de adaptação, reforma e aquisição de equipamentos para deixar a usina em condições de fornecer iluminação satisfatória, pública ou particular. Concluía assim que:

O preço de 250:000\$000 pelo qual a Empreza offerece a venda a uzina da luz electrica à Camara Municipal, é exagerado, attendendo-se que o material existente, alem de ser o restrictamente necessário para fornecer a actual iluminação, que está muito longe de ser satisfactoria, é em sua maior parte bastante uzado.³⁰⁶

E que o preço justo e máximo que a Câmara Municipal de Curitiba poderia ofertar por essa usina seria de 150 contos de réis, a serem pagos em três anos em prestações ou apólices emitidas pelo tesouro municipal e o combinado entre a municipalidade e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Os comitentes, que justificavam estar zelando escrupulosamente pelos interesses municipais que lhes eram confiados, estribavam-se também no faturamento da companhia referenciado pelo balanço apresentado a 30 de Junho do ano de 1897, onde verificaram que seu lucro líquido mensal era de quase quatro contos. Ora, da forma como a usina estava incompletamente montada, poderia pagar, se bem administrada, os 150 contos com razoável tranquilidade. Aumentando-se máquinas, equipamentos, enfim, sua capacidade produtiva, a margem de lucro aumentaria, valorizando-se a usina. Finalizaram então sua exposição os comitentes exaltando os benefícios do investimento na usina:

É, pois, evidente que uma vez montado esse estabelecimento em condições de fornecer melhor iluminação tanto publica como particular, e baixando o preço desta de modo a torna-la ao alcance da maior parte dos proprietários desta capital, offerecerá esse empreendimento vantagens a quem o explorar.³⁰⁷

O parecer sendo apresentado ainda não seria suficiente para colocar fim aos conflitos entre a Câmara Municipal de Curitiba e a Companhia Água e Luz advindos da divergência contratual. A Câmara demoraria a deliberar sobre o destino da usina e do contrato de concessão do serviço, enquanto isso a companhia continuava o serviço de fornecimento de

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Ibidem.

energia elétrica sujeita às mesmas exigências. Como não conseguia cumpri-las, foi novamente multada em um conto de réis a 17 de Janeiro por infração contratual, conforme publicado pelo diário O Município,³⁰⁸ que voltou a anunciar também que a Câmara Municipal pretendia rescindir o contrato e chamar nova concorrência para o serviço de luz elétrica na capital.

O gerente Rudolf Zinneck, que estava na linha de frente em Curitiba, é que tinha de administrar esse conflito. A 14 de Fevereiro de 1898³⁰⁹ seu relatório mensal à diretoria em São Paulo informou do agravamento desta situação, com contínuas dificuldades para receber os pagamentos atrasados e as constantes multas aplicadas pela municipalidade, agravando também a situação financeira da usina da Companhia Água e Luz em Curitiba. Enviou junto com a carta, como fazia habitualmente, os recibos, as notas de despesas e receitas, informando o saldo a favor da companhia, que dessa vez era de quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e setenta réis. Respondeu também ao telegrama recebido por ele de São Paulo da administração da Companhia Água e Luz onde solicitaram que Zinneck se empenhasse o máximo possível para receber dez contos de réis da Câmara Municipal; sua resposta, porém, era de que a Câmara sempre dizia que não tinha dinheiro.

Informou Zinneck à diretoria que recebeu a 17 de Janeiro a quantia de três contos, quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta réis referentes a prestação de Novembro de 1896! Sendo que a Câmara descontou um conto, quinhentos e dez mil, cento e vinte e quatro réis “... da importância total por as nove noites em que a luz não tinha a intensidade de conformidade no contracto...”,³¹⁰ ficando ainda a Câmara devendo os valores referentes ao consumo de Agosto, Novembro e Dezembro de 1897 e Janeiro de 1898, tendo imposto uma multa em Agosto e Janeiro de um conto de réis em cada mês. Percebemos que muitos meses de consumo de energia elétrica estavam sendo “pendurados” pela municipalidade que também reclamava, multando a companhia, por desacordo contratual. Seria impossível de qualquer forma, manter a usina em funcionamento, ampliando sua força iluminativa, como queria a Câmara Municipal de Curitiba, com o faturamento sempre demonstrando prejuízo. Rudolf Zinneck terminou seu relatório solicitando alguns materiais necessários para manutenção e aguardando ordens da diretoria sobre o conflito que se desenrolava com a Câmara Municipal.

A questão da compra da usina de luz elétrica acabaria sendo resolvida ainda em Fevereiro em outra sessão da Câmara Municipal marcada exclusivamente para tal, ou seja

³⁰⁸ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 22 de Janeiro de 1898, p. 2.

³⁰⁹ FES, Fundo Água e Luz, caixa 8 a 10. Rudolf Zinneck aos Ill^{mos}. S^{nrs}. da Companhia Água e Luz. Curitiba, 14 de Fevereiro de 1898.

³¹⁰ Ibidem.

extraordinária, no dia 17.³¹¹ A presidência ainda era de Manoel José Gonçalves, que dirigiu os trabalhos com as presenças do escriturário Januario das Chagas Barbosa servindo de secretário, os camaristas Antonio Rodrigues da Costa, Antonio Manoel da Silva, Pennafort Taborda Ribas, Manoel Antonio Guimarães Netto, Roberto Müller, Claro Cordeiro Gonçalves e Ignácio França sendo aberta a sessão, lendo e aprovando primeiramente a ata da sessão anterior. O presidente declarou que a sessão tinha a única finalidade de tratar da compra da usina de luz elétrica da capital oferecida pela Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo por 250 contos de réis, procedendo então à leitura do relatório da comissão encarregada de resolver sobre a proposta. A deliberação foi feita em torno da divergência no valor da usina que a comissão sustentara ser de no máximo 150 contos, ao invés dos 250 contos com pagamento parcelado em três anos.

Nessa sessão do dia 17 de Fevereiro foi convidado para assistir o Sr. Octávio Machado de Lima representante da Companhia Água e Luz que pode se manifestar após ser informado das condições estabelecidas pela comissão da Câmara Municipal para compra da usina. Declarou verbalmente então o representante da companhia que a oferta de 150 contos de réis pela usina seria aceita, porém com a condição de ser adicionado juros de 7% ao ano em favor das apólices e em seguida retirando-se para que os camaristas deliberassem. O camarista Ignácio França propôs o seguinte aditivo à proposta:

Ao parecer da Comissão para aquisição da usina de luz electrica acrescente-se: Poderá o Prefeito Municipal fazer a compra pelo preço estabelecido, assignando letras ou emitindo apólices que serão resgatadas no praso de três annos, ao juro de 6% ao anno.³¹²

Sendo encerrada a sessão ficando para ser deliberado pelos camaristas a nova proposta feita pelo representante da Companhia Água e Luz. Logo em seguida, porém, essa representação mudaria, chegando à Curitiba a 9 de Março como procurador da companhia o advogado Frederico Vergueiro Steidel,³¹³ acionista da Companhia Água e Luz e filho do presidente da companhia Ernesto Steidel, citado como “distinctíssimo advogado do foro da Capital desse Estado [São Paulo]. Cumprimentamos-o affectuosamente...”.³¹⁴ Steidel foi para Curitiba para negociar a venda da usina de luz elétrica para a Câmara Municipal substituindo

³¹¹ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18, fs. 71 v e 72.

³¹² Ibidem.

³¹³ (21/11/1867 - 23/08/1926) Bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco e mais tarde lente na mesma; diretor da Liga Nacionalista, foi pioneiro na radiofusão paulista, pois foi o primeiro (e o segundo do Brasil), em sociedade com os condes Silvio Penteado e Matarazzo, a instalar em 30/11/1923 a primeira emissora de rádio em São Paulo, com início das operações da PRAE - Rádio Sociedade Educadora Paulista, que funcionava no Palácio das Indústrias. *Histórias Que o Rádio Não Contou*, Reynaldo C. Tavares. São Paulo: Negócio Editora, 1997. Chegou a ser convidado para ocupar o cargo de prefeito de São Paulo, substituindo Washington Luís, o que acabou não se concretizando.

³¹⁴ A República, Órgão do Partido Republicano, 9 de Março de 1898.

Octávio Machado de Lima.

E a negociação se daria na sessão extraordinária ocorrida na Câmara Municipal a 16 de Março de 1898³¹⁵ dirigida pelo vice-presidente da Câmara Claro Cordeiro Gonçalves e com a presença dos camaristas Manoel Antonio Guimarães Netto, Taborda Ribas, Antonio Leopoldo dos Santos, João Ferreira Leite, Antonio Rodrigues da Costa e Roberto Müller. A sessão foi marcada exclusivamente para que os vereadores discutissem a questão referente à luz elétrica em virtude de nova proposta apresentada pelo procurador da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, Frederico Vergueiro Steidel, através de ofício de 11 de Março, que dizia:

... na qual propõe-se a vender à Câmara Municipal a sua usina de luz elétrica compreendendo edifício, terreno, machina e aparelhos e toda a sua instalação externa composta de fios, postes, lâmpadas e mais acessórios, desistindo de seu privilégio e vantagens do contracto actualmente em vigor, pelo preço de 168:000\$000 pagavel em três annos, em lettras trimensaes, ao juro de 7% ao anno, acceitas pela Camara, com garantia da própria usina.³¹⁶

Na mesma sessão foi apresentado o parecer da comissão que fora encarregada de estudar a proposta de Steidel, sendo que este parecer foi unanimemente aprovado pelos camaristas. Advertiram os comitentes que a usina não encontrava-se de acordo com a autorização dada em sessão de 17 de Fevereiro ao prefeito municipal para a compra combinada com o procurador anterior, notando que como modificações na proposta apareciam o aumento de dezoito contos de réis no preço final da usina e a elevação do juro de 6 para 7% ao ano. Continuavam considerando:

... que a Camara com o pagamento trimensal que tem a fazer, a Companhia, consome a verba consignada no orçamento, vendo-se na contingencia de lançar mão de outras verbas para o custeio da Usina.
Considerando que faz-se necessário desde já a collocação de um novo moctor, não só pela falta de força no actual que não desenvolve a electricidade necessária para a iluminação pública, como para não ficarmos as escuras como já tem sucedido, por não termos sobressalentes.
Considerando que vai-se fazer necessária desde logo, a mudança dos postes de pinho que acham-se, em sua maior parte, em adiantado estado de podridão;
Considerando ser vexatório para a Camara dar à usina como garantia as apólices ou lettras emitidas para o pagamento, pois julga perfeitamente garantido e solvável esse compromisso com a verba destinada a iluminação.³¹⁷

Arrematando que por esses problemas apresentados no parecer recomendavam que só fosse concluído o negócio nas bases da proposta anterior, apresentada pelo procurador Octávio Machado, onde o preço e o juro era menor. O sacrifício que a municipalidade faria se aceitasse as condições apresentadas pelo procurador Frederico Steidel comprometeria outros

³¹⁵ Câmara Municipal de Curitiba, Atas da Câmara 1897 a 1898, vol. 18, fs. 72 v – 73 v.

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ Ibidem.

ramos dos serviços públicos, sacrificando por consequência a população do município. Assinaram o parecer os camaristas membros da comissão Antonio Leopoldo dos Santos, Antonio Rodrigues da Costa e Roberto Müller sendo encerrada então a sessão após essas apreciações.

A situação chegou a um impasse com a Câmara Municipal se recusando a aceitar os termos da nova proposta feita pela Companhia Água e Luz e a companhia se negando a diminuir preço pela usina e juro pelo parcelamento do negócio. Entretanto, o custo de fornecimento pela iluminação pública onerava a companhia que não recebeu os valores devidos pela Câmara. O procurador Frederico Steidel entendeu por bem utilizar o recurso jurídico apresentando petição ao Juiz de Direito da Segunda Vara de Curitiba a 17 de Março de 1898. Essa petição foi publicada na Seção Livre do diário A República³¹⁸ juntamente com longa explanação do advogado Frederico Steidel sobre os motivos que o levaram a tal atitude, abrindo ao público o conflito que acontecia entre a Companhia Água e Luz e a Câmara Municipal de Curitiba. Steidel iniciou sua exposição informando que pelo contrato celebrado entre a companhia e a Câmara Municipal a 9 de Setembro de 1890, junto com seus aditamentos de 6 de Novembro de 1894 e 19 de Junho de 1896, deveria a Câmara pagar pela luz fornecida durante o mês à Companhia Água e Luz o valor de cinco contos de réis até o dia 7 do mês seguinte.

Ocorreu, porém, que a Câmara Municipal devia à companhia o valor total de vinte e cinco contos de réis, cerca de 5 meses de consumo de eletricidade. Segundo Steidel, não tendo a Câmara Municipal condições de quitar seus débitos com a Companhia Água e Luz, também se recusou a comprar a usina e material “... por preço ínfimo e a praso...”³¹⁹ o que levou a Companhia Água e Luz a dirigir a petição ao Sr. Dr. Juiz de Direito. Ao juiz, Steidel alegou que o débito trazia à companhia graves e sérios prejuízos e que a rescisão do contrato foi recurso utilizado pela Câmara Municipal a fim de não quitar seu débito e apossar-se da usina de luz elétrica, propriedade da Companhia Água e Luz, sem pagar o preço justo por ela. A proposta de venda foi feita pela companhia com o intuito de evitar que as atribuladas ações da Câmara prejudicassem o serviço, comprometendo o fornecimento e trazendo muitos inconvenientes à população de Curitiba e aos particulares clientes da Companhia Água e Luz. Steidel informou ainda ao juiz que justamente para evitar estes inconvenientes é que fizera proposta de venda da usina de força à Câmara Municipal por cerca de 90 contos de réis abaixo do preço de mercado com prazo de pagamento de 3 anos com os juros já aludidos, proposta

³¹⁸ A República, Órgão do Partido Republicano, 25 de Março de 1898, p. 2.

³¹⁹ Idem.

que fora rejeitada.

Sua petição adotou então solução radical para o impasse, uma vez que a Câmara não aceitou a proposta de venda e procurando a companhia evitar a interrupção do serviço por falta de pagamento, faria dentro de 3 dias a entrega da usina e de todo o material à Câmara Municipal para que a “... explore sob sua própria e directa responsabilidade, conta e risco...”³²⁰ A Câmara deveria nomear representante que receberia por inventário a dita usina e ficaria responsável pela perfeita conservação e regular funcionamento da propriedade da Companhia Água e Luz, caso contrário seria a companhia forçada a suspender a iluminação, ficando a usina à disposição da Câmara Municipal. Finalizou o procurador Frederico Steidel informando que a Companhia Água e Luz reaveria a sua propriedade em momento oportuno, com as perdas e danos que se verificarem, bem como a quantia em débito e requeria ao digno juiz que intimasse o prefeito e a Câmara Municipal sobre os termos da petição.

A petição terminou aí, porém o artigo não, pois a 21 de Março, foi a petição indeferida pelo juiz de direito Felinto Manoel Teixeira. Frederico Steidel acusou então o despacho de injurídico, pois citando as leis referentes, os despachos e sentenças dos juízes deveriam ser fundamentados, o que não foi obviamente feito. Seu protesto destinou-se a constatar “... fato determinante de mora, que não cria e nem tira direitos...”³²¹ portanto juízes não poderiam indeferi-los. Em vista disso, Steidel informou então ao público que fizera seu protesto diretamente à Câmara Municipal, aguardando comunicação da mesma sobre a quem ele deveria entregar a usina e o controle da concessão. Dizia-se esperançoso de que a Câmara tomasse a si finalmente o serviço em atenção aos interesses dos munícipes, o que de qualquer forma não lhe traria dificuldades e nem aumento de despesas e que, como o público poderia perceber, essa seria a única solução possível para a situação. Era inadmissível que a Companhia Água e Luz continuasse a trabalhar sem receber pagamento e vendo a dívida aumentar-se cada dia. Sua intenção era principalmente evitar interrupção da iluminação em Curitiba, conquanto significasse que esta resolução trazia grande prejuízo à Companhia, advertindo ao final que: “Se apesar de tudo isso a Municipalidade recusar-se a aceitar o alvitre proposto, a Companhia será constrangida a suspender a iluminação, muito a contra gosto.”³²²

No dia seguinte à publicação da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo informando suas razões para ajuizamento de petição contra a Câmara Municipal de Curitiba,

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

³²² Idem.

foi publicado no diário oficial do município³²³ a notícia de que a questão da forma como a Câmara deliberou, não estava ainda resolvida pela companhia concessionária. Em seguida, foi publicada a réplica³²⁴ do prefeito municipal Cícero Gonçalves Marques refutando as razões do procurador Frederico Vergueiro Steidel da Companhia Água e Luz também na Seção Livre do diário A República. Noticiou o prefeito que a Câmara Municipal decidiu oferecer protesto em juízo contra a petição apresentada pelo procurador da Companhia Água e Luz, pois essa petição representava “... intimação contrária à lei do contrato, ao direito e ao bom senso.”³²⁵ Alegou o prefeito que a Câmara nunca contraiu ou pretendeu contrair a obrigação de administrar a usina de luz elétrica e o material pertencente à companhia e que a Companhia Água e Luz procurou constranger a Câmara Municipal a fazê-lo.

Pretextou ainda o prefeito municipal que a Câmara Municipal não se recusou a realizar os pagamentos atrasados de 25 contos de réis, mas que a companhia se recusava a recebê-los, uma vez que a Câmara impusera duas multas de um conto de réis cada uma à companhia e ainda pretendia descontar setecentos e noventa e dois mil, duzentos e quarenta réis, ou seja, a situação fora criada pela própria Companhia Água e Luz que naquela altura exigia a rescisão do contrato baseada em fato desencadeado propositalmente por ela. Segundo o prefeito, era fingida a aparente apreensão da companhia com o bem estar da população, preocupando-se em evitar a interrupção do serviço e que a Câmara Municipal de Curitiba, chamada de patriótica pelo diário A República, não se submeteria às imposições da companhia concessionária, pois tinha “... a necessária energia para salvaguardar os interesses que lhe estão confiados...”³²⁶

Na mesma edição do dia 27 de Março do diário A República foi publicado também o despacho do juiz Felinto Manoel Teixeira sobre o protesto referido pelo prefeito municipal, apresentado pelo advogado Bento Fernandes de Barros contra a petição do procurador da Companhia Água e Luz, Frederico Vergueiro Steidel, respondendo ao juiz de direito da primeira vara da Comarca de Curitiba, reforçando o que já havia sido informado pelo prefeito. Em relação ao não pagamento das prestações vencidas de 1897, dando lugar à solicitação de rescisão do contrato por parte da Companhia Água e Luz, que a Câmara Municipal deixou de realizar os pagamentos por culpa da mesma que não aceitou o desconto das multas aplicadas pela Câmara em conformidade de seu direito garantido no contrato, aceitando receber somente o valor integral. Ainda em relação aos pagamentos, de Janeiro e Fevereiro de 1898,

³²³ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 26 de Março de 1898, p. 2.

³²⁴ A República, Órgão do Partido Republicano, 27 de Março de 1898.

³²⁵ Ibidem, p. 2.

³²⁶ Ibidem, p. 2.

ainda não havia se apresentado procurador algum da companhia para receber as prestações correspondentes que teriam descontado o valor de outro conto de réis, referente a outra multa aplicada pela Câmara.

Os juros que incidiram sobre esses pagamentos atrasados seriam de 6% anuais, conforme cláusula 5ª do contrato de 1890, não podendo ser aplicado outro fator majorador aos atrasados. E conforme o contrato ainda, a rescisão contratual só poderia ser feita, cláusula 6ª, a juízo de comissão nomeada pela Câmara Municipal e pela Companhia Água e Luz, cujo parecer conjunto decidiria sobre eventual rescisão. Apresentou também o advogado, em nome da municipalidade, que a intimação do procurador da Companhia Água e Luz que determinava que a Câmara Municipal recebesse e administrasse a usina de luz elétrica dentro de cinco dias e que se não a recebesse, o serviço de fornecimento de luz seria suspenso, era absurdamente contrária à lei do contrato, à razão jurídica e ao bom senso. Protestou a Câmara Municipal contra essa arbitrariedade, solicitando que ficasse responsável desde já a companhia pelas perdas e danos à rede pública e particular caso a Companhia Água e Luz executasse sua ameaça. O advogado da Câmara Municipal, Bento Fernandes de Barros, compareceu diante do escrivão interino e executou sua declaração de protesto “... contra o procedimento irrefletido e desarrasado da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo” e solicitou ao escrivão que fosse intimado o advogado e representante da Companhia Água e Luz.

O embate continuou pelos jornais opondo a Câmara Municipal de Curitiba e a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo a 29 de Março de 1898, dois dias depois da resposta dada pelo prefeito Cícero Gonçalves Marques. A Companhia Água e Luz procurou explicar aos leitores em geral e à população em particular as duas questões que se apresentavam: a intimação de seu representante Frederico Vergueiro Steidel para comparecer perante o Juiz de Direito da Segunda Vara e esclarecer sobre o protesto feito pela Câmara Municipal e as acusações que lhe faziam o prefeito. Em outro extenso artigo na mesma Seção Livre do diário A República,³²⁷ Steidel, procurador da Companhia Água e Luz respondeu primeiro ao protesto da Câmara Municipal que exigiu perante o juiz que a companhia cobrisse as perdas e danos advindas de eventual suspensão no serviço de fornecimento de luz elétrica. Steidel reclamou que seu procedimento foi “... pouco gentilmente qualificado...”³²⁸ pela Câmara Municipal e por isso, agora apelava à opinião do público “... sensato e honesto desta

³²⁷ A República, Órgão do Partido Republicano, 29 de Março de 1898.

³²⁸ Idem, p. 2.

cidade, que já conhece os factos.”³²⁹ E insistiu em seu interesse de informar ao público e recorrer a ele para resolver a questão, pois seu direito legal seria apresentar um contraprotesto judicial “... restabelecendo a verdade de algumas das suas alegações menos verídicas...”, mas tinha certeza que teria o mesmo destino da primeira petição, limitando-se assim aos informativos pela imprensa da cidade.

Ainda mais uma vez, lembrou ao público que o maior prejudicado na interrupção da eletricidade seria, além da população de Curitiba, a própria Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo que não faria cobrança de luz de fornecimento não executado, insinuando que “A Câmara Municipal, pelo contrário até deixará de pagar enquanto durar a interrupção, e quem sabe mesmo se não lucrará ainda com a imposição de alguma multa?”³³⁰ A Companhia Água e Luz estaria longe de auferir lucros e vantagens, evitando prejuízo maiores, uma vez que Steidel noticiou que a 31 de Março a soma do débito da Câmara com a companhia se elevaria a trinta contos de réis referentes a 6 meses de serviços prestados, impedindo sua continuidade até por bom senso. A sugestão feita pelo procurador de passar a usina de luz elétrica à administração da municipalidade seria a única que não oferecia prejuízos à mesma e à população da cidade, significando ao contrário, diminuição nas despesas municipais. A companhia é que não poderia continuar prestando o serviço gratuitamente, pois não conseguia obter material, pessoal e combustível gratuitos para tal fim e que de fato, a Câmara Municipal é que procrastinava, pois “... vê-se que de facto ella está devendo à Companhia a quantia alludida, e que não quer, ou talvez melhor, não pode pagal-a e hoje procura desculpas e pretextos para explicar a sua posição difficil.”³³¹

Steidel iniciou então sua refutação ponto por ponto do protesto oferecido pela Câmara Municipal ao Juiz de Direito, começando pela alegação da Câmara de que a Companhia Água e Luz recusou-se a receber três prestações do ano de 1897, devido à imposição de uma multa. O procurador alegou que foi recusado somente o pagamento referente a Agosto de 1897, justamente até que a Câmara Municipal deliberasse sobre essa multa. Steidel reclamou que durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro os pagamentos realizados eram “verdadeiras migalhas”, somente feitos depois de muita insistência dos representantes da companhia em Curitiba e que “... quem pede e recebe parte de um pagamento, não o recusa.”³³² Para o ano de 1897, a companhia teria recebido da municipalidade pouco mais de quarenta e cinco contos de réis, quando pelo contrato deveria ter sido pago quase setenta

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Ibidem.

³³¹ Ibidem.

³³² Ibidem.

contos de réis! Fato verificado pelo próprio Frederico Steidel, juntamente com o prefeito Manuel Gonçalves nos livros da Tesouraria Municipal. Além do mais, a defesa da Câmara Municipal de que a companhia não aceitou os pagamentos devido ao desconto das multas não procedia, pois o correto seria então a Câmara Municipal realizar depósitos desse dinheiro em juízo, salvaguardando suas verdadeiras boas intenções, “Assim é que se faz” disse Steidel, “quando um credor injustamente recusa-se a receber o preço da dívida.”³³³

A Câmara Municipal alegou também que nenhum procurador da Companhia Água e Luz apresentou-se para receber as prestações atrasadas, porém informava Steidel, além do gerente da companhia que insistentemente procurou receber os atrasados, também ele Frederico Vergueiro Steidel encontrava-se há quase um mês em Curitiba sem obter sucesso nessa empreitada. Steidel sustentou ainda em seu artigo que acabou aceitando outra multa de um conto de réis aplicada, além de uma diferença de quase oitocentos mil réis que ele acreditava não valer mais a pena discutir, apesar de “... ter o Sr. Prefeito de então me asseverado que essa multa não fôra lançada.”³³⁴ Referiu que sobre a questão dos juros, a Câmara Municipal não conhecia muito bem o contrato quando alegou que não estava sujeita aos 6% de juros pela mora no pagamento. A cláusula que regulava a questão dos pagamentos era a 2ª do aditamento de 6 de Novembro de 1894, que rezava: Este pagamento será feito dentro dos primeiros sete dias do mês imediato ao do consumo, sem citar nada sobre juros de mora. Portanto, somente incidiria juros sobre as prestações atrasadas se a companhia assim entendesse e convencesse a justiça de que esse seria o procedimento correto de relação definida por contrato que não determinava nada sobre juros. Steidel citou ainda o caso dos atrasos nos pagamentos em 1896, quando a Câmara Municipal não pagou juros de mora e nem a Companhia Água e Luz se julgou no direito de exigir.

Steidel finalizou sua exposição ressaltando que as razões nas quais a Câmara Municipal se baseou contra a Companhia Água e Luz não se sustentavam, por improcedentes, errôneas e inexatas. A única verdade “indiscutível e confessada” para Steidel era que a Câmara Municipal devia vinte e cinco contos de réis à Companhia Água e Luz e “que não quer ou não pode pagar essa dívida.”³³⁵ Sua consequência natural era que a companhia não poderia continuar a fornecer serviços de iluminação pública e particular sem receber ao menos os valores referentes ao custo do funcionamento da usina e material consumido, abrindo mão por ora da remuneração por seu trabalho. Entretanto, permanecia à disposição para qualquer

³³³ Ibidem.

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ Ibidem.

outra solução encontrada pela Câmara Municipal, desde que não prejudicasse a companhia.

Em seguida, na mesma edição do dia 29 de Março de 1898, Frederico Steidel respondeu ao então prefeito municipal Cícero Gonçalves Marques, a quem reconhecia ser homem de respeito e alta consideração, considerando-o competente para discutir a questão da iluminação sob seu viés jurídico, uma vez que apresentou embate em seu artigo de 27 de Março. Steidel se viu obrigado a retornar à questão da entrega da usina de luz elétrica à Câmara Municipal, que foi interpretada pelo prefeito como imposição da Companhia Água e Luz aos representantes da cidade de Curitiba. Steidel assegurou que o recebimento da usina não seria a aceitação de uma arbitrariedade por parte da companhia, mas tão somente a única solução natural para caso que se complicava cada vez mais. Lembrou, mais uma vez, que seria impossível a continuidade do serviço de iluminação sem recebimento das prestações atrasadas, sendo preferível então que a municipalidade assumisse a usina e o serviço. Saída que a Câmara não quis aproveitar na opinião de Steidel. O procurador representante da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo continuou relembrando o óbvio,

Se é verdade que a Companhia tem pelo contracto a obrigação de supprir a illumination publica, não é menos verdade que essa obrigação corresponde a da Camara pagar a luz fornecida, e que se esta não é cumprida, aquella que lhe é co-relata desaparece.³³⁶

O que para o advogado era condição *sine que non* do relacionamento comercial que existia entre a companhia e a Câmara Municipal e insistindo em que seu desejo de entregar a usina de luz elétrica à municipalidade tinha por fim único poupar a população dos inconvenientes da interrupção do serviço. A Câmara receberia a usina se quisesse e não por imposição contratual como queria fazer crer à opinião pública. Steidel informou também que o prefeito Cícero Marques cometeu injustiça ao afirmar que o representante queria forçar a venda da usina à Câmara sendo que foi a primeira pessoa em Curitiba que Frederico Vergueiro Steidel procurou para propor o negócio, “... a quem expuz sempre com a máxima lealdade o que pretendia.” Avisou Steidel que propôs a venda à Câmara assim como a vários capitalistas do Paraná pelo mesmo preço e iguais condições, 150 contos de réis a dinheiro ou a prazo com juros de 12% ao ano, sendo que a usina fora avaliada para a Companhia Água e Luz por 257 contos de réis por seu balanço. Steidel se queixou de que do próprio prefeito municipal Cícero Marques ouvira no escritório do amigo em comum, Vicente Machado, que se o negócio saísse por 180 contos de réis, preço e juro, em prazo de três anos, seria absolutamente viável para a Câmara Municipal, pois poderia ser quitado com a verba para a iluminação pública. De quase todos os demais vereadores ouvira opiniões vantajosas sobre o

³³⁶ Ibidem.

negócio, que só oferecia dificuldades por conta das despesas que a Câmara teria de fazer para aumentar a capacidade de fornecimento da usina.

A Frederico Steidel pareceu injusta então a acusação de que a Companhia Água e Luz queria impor um negócio que era rematado como bom para a municipalidade. Para Steidel, os próprios vereadores já haviam avaliado a usina de luz elétrica em 150 contos de réis, não sendo concluído o negócio ainda por divergência em relação aos juros que seriam adotados, sendo então injustificáveis as acusações do prefeito Cícero Marques. A intenção da Companhia Água e Luz de vender este seu patrimônio de Curitiba era aumentar suas usinas em São Paulo e lá concentrar a administração e não por dificuldades financeiras como estava sendo insinuado pelo prefeito e lamentou ainda o tom ácido que o mesmo incutia em seu artigo contra a companhia. Nesta mesma edição, Vergueiro Steidel anunciou

Pelos motivos já sobejamente conhecidos do público a Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo vê-se forçada a suspender os seus trabalhos do dia primeiro do próximo mez em deante. Curityba, 28 de Março de 1898.³³⁷

Essa notícia foi anunciada novamente na edição seguinte, de 30 de Março, com o mesmo teor, além de ter sido publicado a réplica do prefeito municipal Cícero Gonçalves Marques, datada do dia 29 de Março.³³⁸ O prefeito insistiu que o representante da Companhia Água e Luz, o advogado Frederico Vergueiro Steidel, se utilizou de subterfúgio com o pretexto do não pagamento das prestações atrasadas de 1897 para suspender o serviço de iluminação. Para o prefeito, a companhia não quis receber tais prestações por não aceitar a multa imposta de um conto de réis que seria descontada quando fosse retirado o pagamento. Avisou também nesse artigo que a importância estava, como sempre esteve, à disposição da Água e Luz nos cofres da Câmara Municipal, bastando a companhia mandar alguém para receber e que assim, o Sr. Steidel não poderia invocar este pretexto para suspender o serviço, estando a descumprir o contrato.

O representante da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo continuaria sendo bombardeado pelos jornais em decorrência de sua proposta. A 2 de Abril de 1898³³⁹ surgiu outro extenso artigo contra a companhia, dessa vez publicado no diário O Município. Nesse artigo foi lembrado o procedimento do advogado Frederico Vergueiro Steidel, chamado de “altamente censurável”, acusando ainda que encontrou apoio de políticos considerados irresponsáveis e indignos, mas que não encontrou apoio na população curitibana, povo que estava acostumado a “... ver nos actos dos seus actuaes representantes municipaes o mais

³³⁷ A República, Órgão do Partido Republicano, 29 de Março de 1898, p. 2.

³³⁸ A República, Órgão do Partido Republicano, 30 de Março de 1898, p. 2.

³³⁹ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 2 de Abril de 1898.

solicito e escrupuloso empenho de bem curar dos interesses geraes da população.”³⁴⁰ O artigo seguiu então a detalhar diversos atos executados pela administração municipal, demonstrando os esforços feitos pela Câmara Municipal em prol dos cidadãos de Curitiba. Retomou a carga contra Frederico Steidel dizendo que faltou completamente com a verdade quando afirmou que a Câmara Municipal não quis comprar a usina de luz elétrica e que suspenderia a iluminação por conta dos pagamentos atrasados de 1897.

O artigo lembrou que, antes de Steidel apresentar-se como representante procurador da Companhia Água e Luz, tratou a Câmara Municipal de Curitiba com o advogado Octavio Pinheiro Lima que já havia negociado com a municipalidade a venda da usina exatamente pelo valor de 150 contos de réis, pagos em três anos. Lembrou também que a companhia pediu então o acréscimo na transação comercial de juros de 6% ao ano, o que a Câmara Municipal aceitou. Retirou-se então o Dr. Octavio Lima para São Paulo, pois não detinha amplos poderes para concluir a negociação com a Câmara Municipal, no que foi secundado pelo Sr. Dr. Frederico Vergueiro Steidel, munidos dos poderes necessários para fecharem o negócio, apresentando, porém, novas condições. Sustentou então que: “A Camara Municipal, que não pode estar à mercê de indivíduos mais ou menos espertos, fazendo e desfazendo contractos sobre um mesmo negocio, negou-se a acceitar a nova proposta e manteve o primeiro accordo feito.”³⁴¹

Quanto aos pagamentos atrasados, o artigo lembrou que sempre estiveram disponíveis para a companhia nos cofres municipais, mas que o gerente da Companhia Água e Luz nunca os reclamou por não aceitar a multa imposta e descontada e que Steidel transformou a questão utilizando-se de situação criada pela própria companhia. Mas “enganou-se absolutamente o notável advogado do foro paulistano, suppondo que por meio de artimanhas e subtilezas imporia à Municipalidade Coritybana a venda da sua quasi avariada mercadoria...”³⁴² Ameaçou então a Câmara Municipal que saberia bem representar o povo curitibano ao exigir o total cumprimento do contrato e impedir que a Companhia Água e Luz interrompesse o serviço de iluminação. Defendeu-se também ao afirmar que, ao contrário do que diziam na praça, o crédito da Câmara Municipal permanecia intacto, não observando problemas nem de caixa, nem de arrecadação e nem de confiança no mercado e terminou republicando o artigo do prefeito municipal Cícero Gonçalves Marques contra a Companhia Água e Luz.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem.

Mais alguns dias depois, a 16 de Abril,³⁴³ outro artigo denunciando a situação procurou demonstrar o que a Câmara Municipal chamava de equívocos da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo. Dessa vez foi invocado o “espírito público da questão” e que, pelo menos nos parece em primeira análise, a companhia desistira da pretendida suspensão do serviço de iluminação pública, uma vez que seus argumentos eram infundados, sem sustentação jurídica para cessação do contrato. O objetivo primeiro desse novo artigo era apresentar as condições em que se encontrava a usina de luz elétrica não somente para expor ao público tais condições, mas muito mais para demonstrar o quão grande tinha sido a tolerância da Câmara Municipal com a Companhia Água e Luz até aquele momento. Para recordar, o artigo informou que conforme cláusula contratual a companhia era obrigada a ter máquinas com capacidade de 50 mil Watts, além das caldeiras, dínamos e aparelhos de reserva para o caso de suspensão da iluminação por quaisquer causas e que era “público e notório” que jamais a companhia tivera estes sobressalentes em depósito. Sendo assim, por dois anos já a companhia infringia o contrato e a Câmara Municipal somente aplicara duas multas por tais faltas, o que demonstrava de fato grande condescendência por parte da municipalidade com a Companhia Água e Luz e harmonia nesse relacionamento.

Tornava-se então injustificável o procedimento adotado pelo representante da companhia e abusar da credulidade alheia a sua afirmação de que o material existente estava em perfeito estado de conservação e funcionamento. Aliás, o funcionamento ininterrupto forçava máquinas e material ao máximo, exigindo reforma e troca se a Câmara assumisse sua administração, ou seja, despesas que precisavam ser levadas em consideração antes de fechar o negócio da compra da usina. A pouca capacidade geradora do equipamento poderia ser conferida em qualquer rua da cidade, visto a baixa intensidade da luz nos focos da iluminação pública e particular. Urgia então reformar as máquinas para aumentar sua capacidade geradora, trocar inúmeros postes de pinho que já não suportavam o peso dos fios da rede elétrica e reformar o edifício onde funcionava a usina o que, tudo isso, representava um custo inicial de 120 contos de réis.

A Companhia Água e Luz já enfrentava também a oposição da população e de vários dos veículos de comunicação que acusavam a situação da iluminação pública como, no mínimo, precária. Parecia haver insatisfação com o serviço oferecido, “Na rua do Serrito, entre as ruas da América e Lava-Pés, reina mais escuridão do que na alma de um assassino nato...”,³⁴⁴ mas infelizmente, a partir deste ponto as circunstâncias não nos permitiram

³⁴³ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 16 de Abril de 1898.

³⁴⁴ A República, Órgão do Partido Republicano, 18 de Junho de 1896.

reconstituir os acontecimentos que marcaram os momentos finais da Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo em Curitiba. Sabemos que até meados de Abril de 1898 a questão ainda suscitava conflito entre a Câmara Municipal e a companhia. Porém, seus estertores chegaram ao fim a 26 de Abril quando a concessão foi finalmente repassada a grupo capitalista do Paraná, sendo noticiado nos periódicos nos seguintes termos:

Luz electrica - Os Srs. José Hauer & Filhos, adquiriram por compra da companhia Água e Luz de S. Paulo, a usina de luz electrica desta Capital. Estimaremos que os novos emprezários, satisfazendo as aspirações da Camara Municipal e da população de Coritiba, dotem esse estabelecimento com os melhoramentos de que tanto carece para satisfazer os seus uteis fins. É o que promettem os dignos capitalistas e o que desejamos ver no domínio pratico dos factos.³⁴⁵

Chegaria ao fim o relacionamento da Companhia Água e Luz e seus clientes no Paraná antes, porém, o gerente Rudolf Zinneck veria liberados trezentos e seis mil réis na Secretaria de Finanças referentes ao consumo de eletricidade no Palácio do Governo nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março.³⁴⁶ Nesse mesma ordem de pagamento, viria outra no valor de cento e três mil e quinhentos réis referentes ao mês de Abril, mas liberados para José Hauer, o que nos leva a crer que a concessão e a administração da usina foram assumidas em definitivo pelo imigrante alemão. Logo em seguida, a 21 de Maio foi feita publicidade do fato, reproduzido na íntegra:

Iluminação pública – A Companhia Água e Luz do Estado de S. Paulo requereu à Câmara permissão para transferir ao cidadão José Hauer o privilegio que lhe foi concedido para o serviço de iluminação publica desta capital por meio da electricidade.³⁴⁷

José Hauer & Filhos mantiveram a concessão para iluminação pública e particular na cidade de Curitiba com a eletricidade produzida na usina de Capanema até 1910, quando a concessão passou para a The South Brazilian Railways Company Limited de propriedade de Percival Farquhar (UFPR, 1994, p. 41). Mais interessada na produção de energia elétrica para as linhas de bondes que instalava em Curitiba, a The South expandiu e administrou a rede até 1929, contando sempre com forte oposição, quando a Empresas Elétricas Brasileiras S.A. organizou a Companhia Força e Luz do Paraná (UFPR, 1994, p. 56), conhecida como COPEL, administradora de toda a rede de eletricidade do estado do Paraná desde então.

³⁴⁵ A República, Órgão do Partido Republicano, 26 de Abril de 1898, p. 1.

³⁴⁶ Idem, 12 de Maio de 1898, p. 2.

³⁴⁷ O Município, Órgão da Municipalidade de Curitiba, 21 de Maio de 1898.

3.5 Guinle & Companhia.

Nesse subitem procuraremos demonstrar qual foi a relação existente entre o poderoso grupo capitalista nacional Guinle & Companhia e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e qual o propósito em citá-lo aqui. A Guinle & Companhia adquiriu relevância para a história do setor elétrico de São Paulo por ter tentado participar do mercado de serviços públicos na capital em 1909 oferecendo energia elétrica por preços mais baixos do que a Light and Power fazia. Além disso, o historiador e ex-professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Edgar Carone sugeriu que a Guinle & Companhia já tentara adentrar este mercado antes, quando teria assumido o controle acionário da Companhia Água e Luz em 1899. No artigo *Light versus Guinle, O famoso conflito entre a livre concorrência e o monopólio canadense no começo do século*,³⁴⁸ Carone afirma à página 17:

Para nós, o importante é a questão da relação existente entre a lei e os privilégios concedidos à Light e à Guinle, em 1899. Como vimos, é a partir deste ano que o número de concessões cresce, e entre elas se incluem as referentes entre a Prefeitura e Francisco Antonio Gualco e Antonio Augusto de Souza, em 28 de setembro, e mais tarde subrogada à Light & Power; e a Prefeitura e os Guinle, feita com a simpatia do prefeito Antonio da Silva Prado. Porém, neste momento, as concessões não se encontram bem especificadas, o que leva a The São Paulo Gaz Company – Light – e a Companhia Água e Luz – Guinle – a entrar em choque, quando o primeiro pede “autorização para o assentamento, nas ruas da cidade, de instalação de fios e cabos (ELETROPAULO, 1989).

Nesse artigo Carone está analisando os conflitos entre as companhias de serviços urbanos que advém da promulgação da lei 407,³⁴⁹ que dividiu a cidade em 4 zonas ou setores, conforme explicamos, reservando a cada companhia um setor, inicialmente garantindo-lhe o monopólio. Vemos que o autor se equivocou duplamente na passagem apresentada, por acreditar que já em 1899 a Light and Power controlava a Gaz Company e que a Guinle & Companhia seria a proprietária da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo. Continuou no equívoco ao estender sua análise até 1909 quando diz “explode publicamente a rivalidade entre os dois grupos capitalistas” (Ibidem), defendendo que se tratava do mesmo conflito iniciado, mas não resolvido, em 1899. Em realidade, o conflito que chegou aos tribunais ocorreu em torno da lei 407, porém, em 1899 entre a Companhia Água e Luz e a Light and Power e, em 1909, entre a Guinle & Companhia e a Light and Power. Como também demonstramos anteriormente, a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo jamais pertenceu ou fez parte do conglomerado de empresas que compunham a Guinle &

³⁴⁸ Publicado em *Memória Eletropaulo*, n.º 3, p. 14-19, abril/maio/junho de 1989.

³⁴⁹ Lei municipal promulgada a 21 de Julho de 1899.

Companhia.

Entretanto, o grupo fluminense desempenhou participação importante na história do setor em São Paulo conforme afirmamos há pouco, pois era o acionista majoritário da Companhia Docas de Santos, administradora do principal porto do café, desde 1888. Nesse ano, Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, ganharam a concorrência para a construção e exploração das docas do porto de Santos. (SAES, F., 1986, p. 127). Naturais do Rio Grande do Sul e amigos de infância consolidaram sua fortuna na corte imperial, porém, Cândido Gaffrée, nascido em Bagé, filho de imigrantes franceses, iniciou sua jornada primeiro, mudando-se para o Rio de Janeiro em 1870, onde fundou firma comercial destinada a negociar principalmente tecidos (HONORATO, 1996, p. 50). Para isso associou-se a José Marques Nunes e a Carlos Pereira Rego e criaram a Nunes e Gaffrée & Cia com capital de vinte contos de réis, sendo que 50% do capital fora integralizado por Carlos Pereira Rego que se tornou sócio comanditário, ou seja, apenas como investidor do capital.

Devemos nos lembrar de que o Rio de Janeiro nessa época, além de maior e mais populosa cidade do Império, com cerca de 250 mil habitantes em 1870 (IBGE, 1986, p. 4) era a cidade do porto que escoava a principal riqueza de então, o café do vale do Paraíba, “... até a primeira metade do século XIX, o porto do Rio de Janeiro permanece como exportador (Vale do Paraíba)” (MARTINS, J., 2004, p. 108). Ainda que na década de 70 do século XIX a região já observasse decadência em sua produção,³⁵⁰ com o porto do Rio de Janeiro começando a perder sua preponderância a partir de 1867 com a inauguração da São Paulo Railway, permaneceu como importante porto de escoamento de produtos do interior do Rio de Janeiro, maior região industrial do país até aproximadamente a década de 30, e de Minas Gerais.³⁵¹ Somente por volta de 1890 é que Santos se igualou ao Rio na quantidade de café recebido do interior, e desde 1894 consolidou-se como o mais importante centro portuário exportador de café (HOLLOWAY, 1984, p. 26).

Com o nome fantasia de *Aux Tuileries* a casa comercial de Cândido Gaffrée estava estabelecida à Rua da Quitanda, n. 13 no Centro do Rio de Janeiro e já em 1871 reformou seus estatutos, aumentando seu capital social para vinte e cinco contos de réis e recebendo

³⁵⁰ “Durante a década de 1870 e ainda mais acentuadamente na de 1880, o dinamismo do crescimento do Oeste Paulista vai contrastar de forma cada vez mais nítida com as dificuldades do Vale do Paraíba: de 16% da produção cafeeira nacional em 1860, a produção paulista salta para 25%, em 1875, e 40%, em 1885” (KUGELMAS, no prelo, p. 21).

³⁵¹ “O Rio de Janeiro, cidade escolhida como residência de parte dos barões do café, maior mercado consumidor do país, principal porto exportador de café durante o Império, de convergência do comércio de cabotagem e porta de entrada dos produtos importados, centro político e administrativo do governo, e, finalmente, região concentradora das atividades comerciais, financeiras e mesmo, da atividade industrial que afluía...” (SAES, A., 2010, p. 241).

Eduardo Palassin Guinle como sócio no lugar de Carlos Pereira do Rego, mantendo o estabelecimento o mesmo objetivo comercial. Eduardo Palassin Guinle nasceu a 18 de Março de 1846, filho de Jean Arnold Guinle e Josephina Desirée Palassin Guinle, franceses emigrados para o sul do país, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (BARROS, G., 1982, p. 3). Era amigo de infância de Cândido Gaffrée e juntou capital como guarda-livros no sul do país com o qual se associou ao amigo no negócio na Corte. E apesar do sucesso comercial da casa que era devido à importação de tecidos de luxo muito procurados pelas elites locais e que não tinham concorrência com produtores nacionais (SAES, A., 2010, p. 242), no ano seguinte, 1872, nova alteração contratual mostra a saída do sócio José Marques Nunes (HONORATO, 1996, p. 52).

Mais dois meses e a casa mudou seu nome para Gaffrée & Guinle com novo sócio comanditário, Maria Atanásia Macedo da Fontoura Castarlar acrescentando mais vinte contos de réis ao capital social da empresa, que foi elevado agora a 40 contos de réis. O aporte de capital possibilitou a mudança do objetivo do negócio, transformando a Gaffrée & Guinle de negociadora de tecidos a compradora de qualquer artigo nacional ou estrangeiro, no que seria uma diversificação que se tornaria a tônica da firma, crescendo sempre em números e negócios. Aliado a isso, das relações comerciais os sócios passaram às relações institucionais e políticas, como com os membros do Clube de Engenharia criado em 1880, que contribuiriam para que a empresa galgasse degraus no setor de serviços de infraestrutura (SAES, A., 2010, p. 244) como ferrovias e eletrificação.

A diversificação levou o grupo Gaffrée & Guinle à concessão do porto de Santos em 1888 e ao investimento em plantação de café no interior de São Paulo com a constituição da Gaffrée, Guinle e Veloso em 1889 (HONORATO, 1996, p. 122), demonstrando que o objetivo do grupo “... para tal investimento era a busca de mais um setor em expansão da economia brasileira, e compactuava com aquele que se tornaria o principal negócio de Gaffrée e Guinle, a concessão do porto de Santos” (SAES, A., 2010, p. 244). A concessão foi dada a 12 de Julho de 1888, mas a batalha para conquistar esta licença começou muito antes. Desde o final da década de 1850 as províncias vinham tornando-se regiões exportadoras expressivas (HONORATO, 1996, p. 86) exigindo do governo imperial maior atenção para suas necessidades portuárias. Esbarrava o governo com a questão sempre presente da falta de legislação específica e falta de recursos para grandes obras de infraestrutura, porém, como nos adverte Cezar Honorato:

A existência de uma legislação de Terras de Marinha, a experiência na privatização de serviços públicos e a expansão das atividades agroexportadoras, particularmente no Sudeste, criavam condições para uma legislação de fomento

à melhoria dos portos do Império e deveriam funcionar como atrativo a investimentos privados (1996, p. 87).

Em um primeiro passo para melhorar a situação portuária foi promulgada a lei 1.746 de 13 de Outubro de 1869, que “autorizava o governo a contratar a construção, nos diferentes portos do Império, de docas e armazéns de carga, descarga, guarda e conservação das mercadorias de importação e exportação.”³⁵² Com prazo de concessão de 90 anos, tinha, porém, esta lei o inconveniente de não prever a garantia de juros pelo Governo Imperial que constava nos contratos para construção de estradas de ferro, por exemplo, e que atraíam os investidores, revelando-se a lei de 1869 insuficiente para corrigir os problemas nos portos, “... nenhuma eficácia trouxe a referida lei no que concerne a atração de investidores, quer nacionais, quer internacionais” (HONORATO, 2002, p. 176). A produção agrícola para exportação crescia ininterruptamente principalmente em São Paulo, pois com o avanço da fronteira agrícola rumo ao oeste paulista, uma quantidade cada vez maior de café era colhida, ensacada e encaminhada ao porto de Santos. Graças à posição geográfica ocupada pelas duas cidades, São Paulo e Santos, o porto formou com a cidade do planalto praticamente um só sistema (JORGE, 2006, p. 39), tornando-se o principal porto de exportação do Brasil.

O transporte feito no lombo de mulas cedeu espaço às estradas de ferro que transportavam a produção para São Paulo, de onde seguia para o porto de Santos canalizada pela única estrada de ferro que atravessava a serra, a inglesa São Paulo Railway. A Railway detinha o monopólio direto desta travessia, concentrando o transporte de tudo o que era produzido no interior e de tudo o que era importado pelo interior, incluindo os braços para a lavoura e as indústrias, imigrantes que chegavam ao porto de Santos. A capital tornou-se o centro de todo o entroncamento ferroviário do estado, o que lhe proporcionou exercer o controle e direcionamento na expansão da economia e deu-lhe grande poderio político (LANNA, 1994, p. 34).³⁵³ Como, de todos os investimentos britânicos na América Latina, a Railway foi o mais rentável,³⁵⁴ não foi à toa que depois da construção desta ferrovia na serra, os ingleses abriram mão de seus direitos garantidos por concessão nos ramais no interior

³⁵² Coleção de Leis do Império do Brasil, 1869, p. 189, Vol. 1, pt. I (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1746-13-outubro-1869-552569-publicacaooriginal-69884-pl.html>. Acessado em 24 Maio 2013.

³⁵³ Para José de Souza Martins, foi desde que o porto de Santos foi privilegiado com a decisão da Coroa de fechar os outros portos da capitania ao comércio externo, São Paulo se beneficiou, crescendo sempre (2004, p. 104).

³⁵⁴ “A empresa ferroviária mais lucrativa no Brasil ou em qualquer parte da América Latina era a São Paulo Railway Limited, organizada em 1858 para construir e operar uma linha da cidade de São Paulo até o porto cafeeiro de Santos. Por um período de 55 anos, de 1876 a 1930, o dividendo anual médio sobre o valor ao par de suas ações ordinárias - £ 2.000.000 no início e £ 3.000.000 depois de 1900 – foi aproximadamente 10,6%” (Fred Rippy apud SAES, F., 1986, p. 39).

paulista:

A San Paulo (Brazilian) Railway Company, Limited, como era oficialmente conhecida na Inglaterra, construiu e operou a linha férrea que ligava o porto de Santos a todos os distritos cafeeiros da Província de São Paulo. Quando completada, tinha somente 139 quilômetros, mas graças a seu desempenho na economia monocultural do Brasil tornou-se a mais rica e poderosa estrada de ferro do país. Serviu como um funil, reunindo com o auxílio das linhas combinadas os produtos agrícolas de uma vasta região... (GRAHAM, 1973, p. 67).

Em Santos a situação demonstrava precariedade porque devido ao grande volume, e que crescia de ano a ano, a desordem instalava-se no momento de carregar e descarregar os navios. O porto, e em partes a cidade de Santos, existiam em função dos ciclos econômicos experimentados pelo planalto paulista, permanecendo no isolamento quando as cidades do planalto observavam estagnação na economia (LANNA, 1994, p. 28) e efervescendo quando os produtos desciam a serra em enxurrada. Em virtude do açúcar produzido no planalto o porto de Santos se tornou em porto internacional, observando a entrada de embarcações estrangeiras em 1826.³⁵⁵ Porém, já em 1850-51 o café superou o açúcar como o produto mais exportado através do porto de Santos (SAES, F., 1986, p. 61), reclamando mudanças na estrutura portuária que adviriam das operações que aumentaram sem parar na segunda metade do século XIX. Essa ebulição se estenderia também ao deslocamento de pessoas, pois a ferrovia inglesa construída para suplantar a serra acabou possibilitando que os fazendeiros do café fixassem residência na capital, próximos dos centros decisórios do poder, das casas bancárias que operavam os investimentos, do clima mais ameno de São Paulo e das sofisticações da capital dos fazendeiros. Cidade perigosa para se viver, Santos sofria diversas e diferentes epidemias devido à sua insalubridade e clima quente; o grande movimento portuário, com suas centenas de marinheiros, lhe transformava em cidade mais propícia à diversão do que à moradia. Era mais interessante descer a serra no trem dos comissários (LANNA, 1994, p. 36), retornando no final da tarde, do que enfrentar estes inconvenientes.

Os negócios do porto como carga e descarga de navios foram se tornando interessantes e os terrenos à beira-mar, propícios para essa tarefa, tornaram-se objeto de disputa dos trapicheiros. Esses serviços eram distribuídos pelos trapicheiros que mantinham pranchas de madeira como pontes, chamados trapiches ou pontais, e turmas de escravos para carregamento das mercadorias até as lanchas que aguardavam na extremidade do trapiche e que levavam as mercadorias até os navios fundeados na baía. A operação demandava muito tempo, era desorganizada, com inúmeras disputas pelas cargas e grande perda de material, além de ser

³⁵⁵ Maria Tereza S. Petrone informa o número de 24 embarcações estrangeiras e 109 nacionais entrando no porto em 1826 (apud LANNA, 1994, p. 28).

operação totalmente manual, mas de imediato os trapiches foram considerados desenvolvimento para a cidade (LANNA, 1994, p. 29), tornando-se um incômodo quando o movimento no porto exigiu espaço ordenado e eficiência nas operações. Essas tarefas seriam executadas sistematicamente quando da concessão do porto de Santos, mas mais uma vez foi a inglesa São Paulo Railway que organizou o primeiro terminal de cargas, quando em 1878 construiu um atracadouro com capacidade para sete vapores para carga e descarga diretamente nos vagões da ferrovia, “mas a concessão foi cedida, ao invés, a empresários brasileiros de descendência francesa” (GRAHAM, 1973, p. 99), tendo participação também na construção das docas que começaram em 1888.

Como o movimento pelo porto de Santos aumentou sem parar, passou de 0,3% no biênio 1858-59, para 1,4% em 1868-69 no valor total das importações do Brasil e de 3,5% no mesmo biênio 1858-59 para 8,6% em 1868-69 no valor total das exportações (HONORATO, 1996, p. 97), ficando claro que reformas se fariam necessárias o quanto antes para adequar o porto a este progresso. Apesar da insuficiência da lei de 1869 para atrair investimentos, principalmente britânicos, para as reformas do porto, o crescente movimento foi suficiente para atrair nacionais interessados para tal fim. A 31 de Agosto de 1870, através do decreto nº 4.584 o Governo Imperial cedeu a concessão para o Conde de Estrela e a Francisco Praxedes de Andrade Pertence cujo projeto previa melhoramentos nos atracadouros, exigindo em troca o direito de cobrança de taxas de embarque e desembarque de mercadorias. Apesar de conseguirem organizar a empresa, os proponentes não puderam levantar o capital de quase seis mil contos definidos pelos legisladores. Tentaram ainda organizar a companhia diretamente na City londrina, procurando atrair os capitais, porém sem sucesso, conseguindo somente um novo projeto a cargo do Engenheiro Brereton e a prorrogação do prazo para que iniciassem as obras (HONORATO, 1996, p. 98-ss.).

Essa concessão acabou caducando por não se terem iniciado as obras e em 1879 é expedida ordem pelo ministro dos Negócios, Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Visconde de Sinimbu, para que o engenheiro William Milnor Roberts procedesse ao exame do porto, determinando o projeto e as obras convenientes. O projeto Milnor Roberts acabou se tornando a base para todos os subsequentes adotados no porto de Santos, porém a concessão não saiu, em parte devido às pressões da Associação Comercial de Santos e também às pressões dos trapicheiros na Câmara Municipal, grupos interessados na manutenção do sistema portuário da forma que estava. Por outro lado, as pressões das casas de importação e exportação, casas comissárias, bancos e fazendeiros devido às crises no embarque e desembarque forçavam o governo a agir na implementação das soluções (HONORATO, 1996,

p. 101). A intenção do Governo Imperial era claramente “centralizadora e privatista” (SAES, A., 2010, p. 244), até para não ser dependente de orçamento público, agilizando os melhoramentos, mas em 1881 o Governo da Província aprovou lei tornando-se responsável pela concessão para melhorias e exploração do porto de Santos, inviabilizando uma concorrência que estava em andamento. Sendo esta lei referendada dois anos depois pelo Imperador Dom Pedro II, ao final de 1882, diminuindo, porém, o prazo da concessão de noventa para quarenta anos, não conseguiu também o Governo Provincial levantar os capitais e executar o projeto, solicitando mudanças no mesmo e prorrogações sucessivas de prazo para início das obras de melhoramentos do porto.

Diante dos adiamentos constantes e da necessidade por melhoramentos que não vinham, a própria Associação Comercial solicitou para si a responsabilidade, pedindo diretamente ao Imperador a transferência da concessão do porto de Santos, mas não sem antes executar análise crítica ao governo provincial em relatório de 1884:

... a projectada obra tão reclamada pelo commercio, e mais ainda pela hygiene de nossa cidade, continua procrastinada. Diz-se muita cousa, tem-se feito muitos exames, plantas e riscos, mas o que é verdade é que passa-se o tempo e nada se resolveu ainda (HONORATO, 1996, p. 103).

O movimento portuário crescia exponencialmente, como já afirmamos, e só de café passou de, em 1870, 543 mil sacas de 60 quilogramas para, em 1880, um milhão e duzentas mil sacas. Mais dez anos, em 1890, quando a concessão já estava sob controle da Companhia Docas de Santos de Guinle & Companhia, a exportação bateu três milhões de sacas de café, chegando a sete milhões em 1900 (SAES, F., 2002, p. 180), o que certamente representou um volume atraente na forma de cobranças das taxas de serviço. Acrescente-se a isso, para o biênio 1884-85, devemos incluir 110 toneladas de algodão, 171 toneladas de fumo e 105 toneladas de toucinho, principais produtos provinciais de exportação (HONORATO, 1996, p. 104) também saídos pelo porto de Santos. Este grande movimento incentivou a criação de mais trapiches, com saturação dos armazéns e maiores atrasos nas operações portuárias, com mais pressões por parte da elite comercial. A área à beira-mar que ia sendo ocupada propiciou aumento nos focos de insetos causadores das doenças epidêmicas e, em 1889 cinco moléstias flagelavam a população da cidade: febre amarela, impaludismo, peste bubônica, varíola e tuberculose, com interdição do porto e protestos da Câmara Municipal (HONORATO, 1996, p. 106). Ameaçando inclusive as cidades do planalto, principalmente São Paulo e Campinas:

E na década de 1890, doenças contagiosas desafiavam os tempos de progresso prometidos pela economia cafeeira, pois atingiam especialmente os férteis municípios do interior paulista, o porto de Santos, e a própria cidade do Rio de Janeiro, a capital da República. Ou seja, tudo aquilo que era fundamental

para o funcionamento do complexo agroexportador cafeeiro, em franca expansão, sustentáculo da economia e da elite política paulista. As pestes dizimavam a mão de obra imigrante e perturbavam o seu fluxo, inoculando ainda mais desconfiança em investidores internacionais, sócios da elite nativa nos negócios que envolviam a produção e distribuição do café no mercado mundial (JORGE, 2006, p. 30).

Finalmente a 12 de Julho de 1888 em nova concorrência pública foi concedido pelo decreto nº 4.584 a José Pinto de Oliveira, Candido Gaffrée e Eduardo Palassim Guinle o direito de executar as obras de melhoramentos no porto de Santos, tendo esta empresa iniciado as obras rapidamente (HONORATO, 2002, p. 175; LANNA, 1994, p.37). A empresa registrada como Gaffrée, Guinle & Cia era formada por investidores nacionais, com maioria dos sócios de comerciantes e banqueiros da cidade do Rio de Janeiro, não necessariamente ligados ao negócio agroexportador. Não obteria a concessão, porém, sem antes enfrentar as primeiras controvérsias que se apresentaram na forma de oposição política à abertura da concessão de portos às empresas privadas (SAES, A., 2010, p. 245). Houve discordância entre o Tesouro Nacional que apoiou a proposta de Carvalho Bastos e a Secretaria de Agricultura que, na pessoa do ministro Antonio da Silva Prado, apoiou a proposta de Gaffrée, Guinle e Pinto de Oliveira. A questão ganhou tamanho vulto que a Câmara dos Deputados se envolveu, solicitando esclarecimentos sobre as propostas cuja defesa foi feita então pelo próprio ministro que compareceu à Câmara. Esclareceu então Antonio Prado que a proposta preferida pelo Tesouro exigia a garantia de monopólio no embarque e desembarque de mercadorias no porto, além de só conseguir fazer o registro da entrega da caução após empréstimo com conhecido capitalista (HONORATO, 1996, p. 110), o que comprometeu a confiança em sua capacidade de realização das dispendiosas melhorias para o porto.

Se mantendo concessionária do serviço por 90 anos, com a proclamação da República, a denominação da companhia mudou para Companhia de Melhoramentos do Porto de Santos e em 1892, Companhia Docas de Santos. Ainda em 1892 concluiu a construção dos primeiros 260 metros de cais, de um total previsto inicialmente de 4.726 metros (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 145). E já neste mesmo ano o porto exportou 40 milhões de dólares de café, chegando em 1912 a 170 milhões de dólares de exportações (DEAN, s/d., p. 10). O sucesso do empreendimento foi tal que apenas dois anos depois, o capital social da companhia foi aumentado substancialmente dos quatro mil contos de réis iniciais para quinze mil contos, em realidade muito mais devido às mudanças contratuais necessárias enquanto os melhoramentos iam sendo implantados. Esse sucesso e “... os contratos para prolongamento do cais e outras obras, criaram logo certa oposição entre os “paulistas” que não encaravam com simpatia o crescimento da empresa” (SAES, F., 1986, p. 197).

Uma de suas ações que acabou por prejudicar a Guinle & Companhia foi a tentativa de criar uma alfândega no planalto, na capital, justamente para receber diretamente as mercadorias importadas que fossem despachadas para comerciantes de São Paulo. Isso gerou um conflito não somente entre a Companhia Docas de Santos e os comerciantes, mas envolveu também a cidade de Santos. A Docas seria “prejudicada com a redução do volume de mercadorias a passar por ali” (SAES, F., 1986, p. 124) porque apesar de repartição pública, a alfândega no porto de Santos estava confiada à Companhia Docas de Santos e os comerciantes de Santos atuavam como agentes importadores dos comerciantes de São Paulo, prejudicando também as rendas auferidas pelo município de Santos. O projeto de criação dessa alfândega acabou sendo derrubado, mas nos dá uma ideia dos tipos de conflitos que a Companhia Docas de Santos enfrentava.

Essa oposição seria desempenhada também pela Associação Comercial de Santos que representava as elites santistas e que desejavam apenas reformas e ampliação das instalações do cais, postulando: “cais simples para desobstruir a larga-mar, removendo as causas das epidemias, mas sem onerar o comércio” (LANNA, 1994, p. 37). As tensões também cresceriam entre a Companhia Docas de Santos e os trapicheiros e os proprietários dos armazéns que obtinham constantemente autorizações da Câmara Municipal para continuar a estender suas pontes para embarque de mercadorias, ação combatida pelos próprios interesses da Companhia Docas e pelos rumos das obras de reformas e construção. A Gaffrée e Guinle ia além das expectativas dos locais já que precisava amealhar todas as possibilidades de renda a fim de pagar os altos custos dos melhoramentos, incluindo “obras de cais e aterro, estabelecimento de uma linha férrea dupla para serviços de guindastes e vagões de carga e a construção de armazéns para guarda de mercadorias” (Idem).

Esses conflitos recrudesceram a ponto de inviabilizar o embarque de mercadorias, devido ao controle estratégico da mão de obra por parte das elites locais, com o surgimento de inúmeros casos de roubos de mercadorias que ficavam expostas no cais e com a intervenção do governo exigindo que a Gaffrée e Guinle estendesse as obras do porto até a estrada de ferro da São Paulo Railway. Exigência que foi atendida, acrescentando-se ainda uma amurada ao cais, com muralhas e portões rodeando o porto, tornando impossível a permanência dos trapiches e impondo estrito controle às operações, significando a derrota das elites locais diante do grande capital representado pela companhia fluminense e a consolidação de sua administração à frente do porto. O resultado disso foi um parque mais moderno para movimentações portuárias:

Vinte grandes armazéns foram construídos, na mesma época, ligados a

várias linhas férreas. Com isso, o número de vapores entrados triplicou entre 1889 e 1910, diminuindo o número de embarcações a vela. O movimento marítimo do porto, de entrada de navios a vapor, naquele último ano, foi de 1.576 embarcações, para apenas 38 veleiros (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 145).

Mas que ainda apresentava inconvenientes:

Como o carregamento do café continuava a ser feito nas costas dos estivadores (formando-se longas filas de trabalhadores, com uma e até duas sacas de 60 quilos, entre os armazéns e os porões dos navios), a concentração proletária em Santos era enorme (Idem).

A Guinle & Companhia enfrentou embates durante todo o período em que manteve a concessão do porto até pela própria natureza do serviço, mas alguns desses embates não foram adquiridos a reboque dos serviços que prestou. Após um período concentrando esforços nas obras de melhoramentos do porto, Guinle & Companhia voltou-se para a geração de energia elétrica, serviço que acreditava essencial tanto para eficiência e diminuição dos custos operacionais do porto, como também para aproveitamento urbano e para substituição nas vias férreas do carvão importado (CASTILHO, 2010, p. 23). Uma pequena usina térmica gerava a força necessária para mover os guindastes que auxiliavam os estivadores nas operações de embarque e desembarque de mercadorias, mas com o passar do tempo, com aumento sempre crescente da tonelagem das cargas exportadas, o problema se colocou com maior urgência. Desde 1901 o grupo obteve o direito para explorar a cachoeira no rio Itatinga através do decreto federal nº 4.235 de 11 de Novembro de 1901 (SAES, A., 2010, p. 248), mas antes, julho de 1901, o governo já havia dado essa autorização para exploração no rio Jurubatuba, cuja prospecção revelou não servir para tal finalidade.

Por esta mesma época, também obteve o grupo Guinle & Companhia concessões para aproveitamento hidrelétrico do rio Piabanha, no Rio de Janeiro e do rio Paraguaçu, na Bahia (CASTILHO, 2010, p. 25) começando a reunir potencial hidráulico que seria explorado através de concessões ainda não conquistadas, pois “o interesse primordial do grupo era fixar-se no mercado do Distrito Federal, que permanecia como o maior mercado consumidor, principal centro industrial, além de ser a sede das empresas de Gaffrée e Guinle” (SAES, A., 2010, p. 248). Essa diversificação nos negócios do grupo incluiu até um estabelecimento em Londres, criado através da firma Motta’s Brazilian Coffee Company em 1899 em associação com Gabriel Pinto da Motta comerciante no Brasil e na Inglaterra com o objetivo de exportar café, divulgando o produto no mercado inglês com a manutenção de loja no térreo do estabelecimento que vendia café, moedores portáteis, vendas a varejo e a domicílio (HONORATO, 1996, p. 140).

Incluiu também essa variação um número razoável de empresas do setor de serviços públicos, começando o grupo Guinle & Companhia por adquirir a Companhia Linha Circular e Carris da Bahia (Ibidem, p. 141), finalmente começando a criar a demanda necessária para exploração do potencial hidrelétrico dos rios sob sua concessão. Foi se especializando justamente na construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, sendo responsável pela construção de usinas de pequeno porte em Uberaba, Juiz de Fora, Pouso Alegre e Belo Horizonte, onde construiu a hidrelétrica de Rio das Pedras (SAES, A., 2010, p. 251). Em São Paulo edificou em Mococa, Guaratinguetá, São João da Boa Vista e no Rio de Janeiro, em Campos. Finalmente com a conclusão da usina de Itatinga-Itapanhaú³⁵⁶ passou a contar o porto de Santos com suprimento permanente, seguro e relativamente barato de energia elétrica para mover seus maquinismos. A usina foi construída com projeto e supervisão do engenheiro e diretor de obras da Companhia Docas de Santos, Guilherme Benjamin Weinschenck e o grupo Guinle & Companhia adquiriu desde 1908, através do decreto federal nº 7.108 de 10 de Setembro, autorização para comercializar o excedente de energia elétrica produzido por esta usina na cidade de Santos (HONORATO, 1996, p. 150), prelúdio de suas tentativas de vender eletricidade também na cidade de São Paulo.

Com esses precedentes Guinle & Companhia entraria em rota de colisão direta com a Light and Power tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro,³⁵⁷ comprando briga também com capitalistas de grande porte, como Percival Farquhar:

Guinle formara, na primeira década deste século, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e passara a buscar concessões municipais para iluminação e fornecimento de energia. Depois de se estabelecer em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, Guinle começa a ameaçar tanto o monopólio da Light no Rio e em São Paulo e entra em choque com a Éclairage (outra empresa de Farquhar) em Salvador. Associe-se a esses fatos a tentativa de Farquhar para comprar a Docas de Santos, e teremos o quadro geral em que se desenrolou o conflito Guinle e Light - Farquhar (SAES, F., 1986, p. 199).

Este autor também afirma que o choque entre estes dois grupos estampou as páginas dos jornais, mobilizando “boa parte da imprensa de São Paulo e do Rio” (Ibidem, p. 197) e envolveu diferentes forças sociais no país e opôs diferentes grupos políticos. No Rio de Janeiro, porém, os interesses do grupo antecederam a entrada da Light and Power em pelo menos dez anos, pois adquiriram em 1889 a cascata do Paquequer e realizaram estudos técnicos para o aproveitamento do rio Paraíba (BARROS, G., 1982, p. 23). Da concessão no rio Piabanha, construíram usina em 1906 para concorrer no mercado da capital federal, mas

³⁵⁶ Ana Luiza H. de Castilho informa o ano de 1910 para a finalização das obras dessa usina (2010, p. 13).

³⁵⁷ Claudia Hansen indica que em 1909, além do Distrito Federal, “a Guinle & Cia / CBEE empenhava-se em conquistar parte do mercado de eletricidade de São Paulo e de Salvador...” (2012, p. 91).

também obtendo concessões para fornecimento em Niterói e Petrópolis. Nas palavras de Eduardo Guinle, o filho:

Por essa época, vendo eu que as perspectivas criadas pelo monopólio ilegal concedido à Light iam constituir um grande obstáculo ao desenvolvimento do Rio de Janeiro, insurgi-me contra ela. Passando da palavra à ação, montei uma usina no rio Piabanha para trazer ao Rio energia a baixo preço e, além disso, despendi milhares de contos de réis numa campanha que, infelizmente, resultou inútil por motivos que não abonam os nossos poderes públicos de então (FIALHO, 1979, p. 23).

A disputa com a companhia estrangeira pelas concessões de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo, eventualmente incluindo outras localidades, seria a missão então da Companhia Brasileira de Energia Elétrica criada em 1909 com capital social de trinta mil contos de réis. No entanto, enfrentar um gigante do porte da CBEE seria experiência e desafio totalmente diferentes para a Light and Power do que fora enfrentar a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo em 1899. Esse embate foi gerado diretamente pela entrada em funcionamento da Light and Power em São Paulo visando as áreas de concessão da Companhia Água e Luz no triângulo comercial da cidade, mas também foi desencadeado pela dubiedade de procedimentos assumidos pelo então prefeito da capital de São Paulo, Antonio da Silva Prado.

Relembrando, Antonio da Silva Prado foi prefeito nomeado pela Câmara Municipal em 1899, permanecendo no cargo até 1911 após inúmeras renomeações e até pelo crescimento expressivo que a capital experimentou, a prefeitura municipal tinha entre suas obrigações administrar as concessões públicas da cidade (CARONE, 1989, P. 15). Justamente por isso foi na esfera municipal, em torno do prefeito ou da Câmara Municipal que se iniciaram os conflitos entre as companhias interessadas em explorar esses serviços, conflitos esses que acabaram sendo encaminhados aos tribunais de justiça muitas das vezes. Como Carone já nos explica em seu artigo, a lei 407 de 21 de Julho de 1899, de autoria da Câmara Municipal e resultado de projeto do prefeito e das emendas da Comissão de Justiça, substituiu a lei 366 de 12 de Agosto de 1898. A 366 era de autoria do Intendente de Polícia e Higiene da capital, João Álvares de Siqueira Bueno, e tinha um caráter de livre concorrência, permitindo que qualquer empresa assentasse postes e rede elétrica na cidade desde que com autorização do intendente.

Já a lei 407 dividia a cidade em quatro setores e concedia direito exclusivo nas áreas previstas no texto da lei à empresa que obtivesse a concessão da prefeitura, determinando também o tipo de canalização da rede, aérea ou subterrânea, e os prazos da concessão, além de preços por quilowatts, obrigações com manutenção etc. Em seu artigo 12 a lei reservava à prefeitura o direito de conceder autorizações similares no mesmo setor, utilizando-se da

famosa expressão “com exclusão dos lugares ocupados” que seria fartamente utilizada pelos especialistas jurídicos nos embates judiciais. Como demonstramos anteriormente, a lei 304 de 1897 concedeu a Francisco Antônio Gualco e Antônio Augusto de Souza o direito de explorar o serviço de viação por eletricidade na cidade de São Paulo e em despacho de 20 de Dezembro de 1898, essa concessão foi ampliada para exploração de luz elétrica com consequente extensão da linha aérea.

A chamada concessão Gualco e Souza foi transferida para a Light and Power a 28 de Dezembro de 1899, ou seja, cinco meses após a publicação da lei 407 que em tese, impediria a Light and Power de explorar a região mais rica e interessante da cidade, justamente o triângulo comercial, já área de concessão da Companhia Água e Luz, assim “apesar da abrangência da concessão, a São Paulo Light apenas iniciava sua empreitada para a conquista do mercado paulista, já que este mercado era dominado por outras empresas” (SAES, A., 2009, p. 180). Além disso, a canadense já travava uma batalha jurídica após a Companhia Viação Paulista, detentora da concessão de transporte público por tração animal, ter seus contratos unificados pela prefeitura a 11 de Maio de 1899, dando-lhe um prazo de concessão de mais 40 anos (ELETROPAULO, 1986, p. 47). A prefeitura autorizou a Viação Paulista a adotar outro sistema para movimentação de seus bondes, ou seja, a tração elétrica, limitando-se às ruas e estradas que já eram servidas pela companhia, porém, a Câmara Municipal recebeu protesto da Light and Power contra essa unificação de contratos, por seu caráter monopolista.

A Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo não pode resistir ao avanço da Light and Power após esta obter autorização da prefeitura para estender sua rede elétrica sobre os setores controlados pela companhia nacional, entrando em entendimento para sua venda para a estrangeira. No entanto, no embate em 1909 entre a Light and Power e a Guinle & Companhia, esta retomaria a lei 407 e os posicionamentos da prefeitura para procurar entrar na cidade de São Paulo e vender o excedente de eletricidade produzido em sua usina de Itatinga, “cobrindo as áreas não atendidas com a eletricidade” (SAES, A., 2009, p. 188). Em 1899 Antonio Prado foi o responsável pela entrada definitiva nas áreas de concessão da Companhia Água e Luz, mesmo apesar de inicialmente ter se mostrado pouco amistoso aos estrangeiros Alexander Mackenzie e Fred Pearson chamando-os de “enganadores americanos” e “especuladores em busca de lucratividade rápida à custa de políticos municipais desavisados” (McDOWALL, 1988, p. 44); em 1909 o ainda prefeito Antonio Prado concedeu ao grupo Guinle & Companhia autorização para estender rede elétrica na capital, baseado no regime de livre concorrência da lei 407.

A prefeitura garantiu à Light and Power o seu direito onde já conseguira estender rede elétrica, baseada no argumento dos “lugares ocupados”, mas mesmo a perspectiva de atuar somente onde a canadense ainda não tinha rede foi suficiente para que a administradora do porto de Santos iniciasse a construção da rede que traria a energia de Santos para São Paulo em 1908 (SAES, A., 2009, p. 190). A partir daí, “uma grande luta comercial e política foi travada pelas duas empresas” (Idem)³⁵⁸ visando as concessões dos serviços de eletricidade, sendo que para isso a Guinle & Companhia lançou uso da concessão de outras cachoeiras para geração de energia elétrica. A família Guinle era vista com tal desconfiança pela canadense que seu presidente Alexander Mackenzie alertou sobre eles em memorando a 6 de Maio de 1910:

São pessoas com grande riqueza e com olhar muito hostil para o capital estrangeiro e com verdadeiro espírito Boxer, sustentam que todas as indústrias brasileiras devem ser de propriedade, financiadas e gerenciadas somente por brasileiros (McDOWALL, 1988, p. 170).³⁵⁹

Em todas as instâncias nas quais recorreu Guinle & Companhia perdeu contra a Light and Power, na Câmara Municipal, diante do prefeito Antonio Prado e nos tribunais. O prefeito acabou voltando atrás em sua decisão e revogou a autorização dada anteriormente à Guinle & Companhia, mantendo o monopólio do serviço na capital reservado à Light and Power. Para isso foi fundamental a relação que a Light and Power já havia estabelecido com os políticos membros da aristocracia cafeeira do estado e mesmo os argumentos de Guinle & Companhia sobre a canadense representar a espoliação da população e riqueza brasileira pelo capital estrangeiro não convenceu vereadores e prefeito. O poderio da canadense era tão grande que grupos poderosos como Guinle & Companhia ou o empresário Jorge Street, este também aliado da família Guinle, não foram capazes de quebrar o monopólio da Light and Power. Como um dos mais prestigiados industriais de São Paulo, Jorge Street protestou em 1912 contra a Light and Power por não atender seus pedidos para fornecimento de energia elétrica em sua Companhia Nacional de Jute, pedido e protesto solenemente ignorados pela canadense (JORGE, 2006, p. 78).

Com a substituição de Antonio Prado na prefeitura pelo Barão Raymundo Duprat a Guinle & Companhia precisou desistir de vez de seus intentos para entrar na capital, pois a Light and Power se vangloriava de possuir “relação bastante cordial com o novo

³⁵⁸ Essa disputa está bastante detalhada no artigo do prof^o Alexandre Saes, “Luz, leis e livre concorrência: conflito em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX” in *Revista de História*, São Paulo, n. 28 (2), 2009, sendo desnecessário reproduzi-la novamente aqui.

³⁵⁹ Em inglês no original: “are people with great wealth and look with very unfriendly eye on foreign capital and with true Boxer spirit contend that all Brazilian industries should be owned, financed and managed by Brazilians only.”

administrador” (SAES, A., 2009, p. 206). Essas relações se estendiam a outras esferas do poder público em São Paulo, sendo que um de seus homens fortes, o advogado Carlos de Campos chegou à presidência do Estado entre 1924 e 1927, já como “ ex advogado da empresa e genro de um dos nativos que deu suporte à entrada do grupo no mercado brasileiro” (JORGE, 2006, p. 79). Entretanto, as investidas de Guinle & Companhia foram importantes o suficiente para assustar os investidores ingleses e a Light and Power observar suas ações baixarem de preço na city londrina, um dos fatores que contribuíram para a criação da Brazilian Traction (McDOWALL, 1988, p. 174-5), holding que controlou as Light and Power de São Paulo e do Rio de Janeiro a partir de 1912.

No Rio de Janeiro as tentativas de Guinle & Cia também quase surtiram efeito, principalmente quando Oliveira Botelho, presidente do estado do Rio de Janeiro entre 1910 e 1914, não simpático aos canadenses (McDOWALL, 1988, p. 172) contribuiu para alguns sucessos dos empreendimentos Guinle. No entanto, tiveram de se contentar com as concessões de Niterói, então capital do estado, e de Petrópolis, não conseguindo em definitivo adentrar o mercado de energia elétrica da capital federal. Finalmente nos anos 20 os Guinle venderam a Companhia Brasileira de Energia Elétrica à Electric Bond and Share Co. que constituiu a Amforp, American & Foreign Power (McDOWALL, 1988, p. 177).

Considerações Finais

“As necessidades estão sempre em expansão à medida que São Paulo descobre que pode fazer as coisas por si mesmo e mais uma estrada de ferro é eletrificada para que as greves nas minas de carvão inglesas não a venham fechar. E a coisa mais simples do mundo é colocar alguns “Abu Bijl”³⁶⁰ a mais nas suas prisões de concreto ...” (Rudyard Kipling apud JATOBÁ, 1992, p. 33)³⁶¹

Apesar de a visita de Rudyard Kipling ao Brasil ter ocorrido em 1927, fugindo em muito ao recorte proposto nessa pesquisa, serve muito bem ao que pretendemos, pois não somente descreveu a cidade de São Paulo, mas, acreditamos, o seu próprio espírito. Como não poderia ter deixado de ser, Kipling visitou uma fazenda de café, representação ideal do próprio sentimento paulista de euforia, que lhe predispunha para as novidades que significavam inovação, como foi o caso da usina de Cubatão, Henry Borden, construída na Serra do Mar para gerar energia elétrica para uma cidade que consumia cada vez mais eletricidade. Kipling descreveu bem o espírito de São Paulo, pois no trecho reproduzido ele diz que São Paulo descobriu o que pode fazer por si mesmo, demonstrando o avanço da ideia de progresso, e junto com ela a de industrialização, percorrido até então. Indica também Kipling como a economia paulista estava conectada à economia mundial, a ponto de o sentido de investimento contínuo em infraestrutura, incluído aí a geração de energia elétrica, servir também para evitar os males das greves ocorridas a 9.500 quilômetros, na Inglaterra, significando o fim da posição de refém das oscilações de preços como consumidor de carvão.

E ainda que fosse homem do período áureo da crença na ciência e sua capacidade transformadora, não obstante sua geração já tivesse vivido a Primeira Guerra Mundial, Kipling parecia não se impressionar facilmente com a ciência da engenharia, afirmando ser “coisa mais simples do mundo” produzir eletricidade, Abu Bijl, nas prisões de concreto, usinas. A cidade de São Paulo que Kipling visitou ao final dos anos 20 era o ápice de algo que vinha sendo construído desde a proclamação da República e os saltos impressionantes que a cidade e o estado viveram em 40 anos, estando Kipling no ponto oposto ao que a cidade viveu no início da República. Ainda que possamos afirmar que as inovações demoraram a chegar ou

³⁶⁰ Deus indiano dos relâmpagos.

³⁶¹ Rudyard Kipling (1865-1936), escritor britânico de origem indiana esteve no Brasil entre fevereiro e março de 1927, passando por Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. Acompanhado do presidente da Light and Power, Alexander Mackenzie, subiu a serra para conhecer as obras, iniciadas em 1923 e então em fase final, da usina de Cubatão. Em São Paulo, hospedou-se no Hotel Esplanada, um dos mais chiques da cidade; visitou a cidade de carro, fazendo observações sobre o trânsito da cidade, “deixam [homens da polícia] o trânsito ultrapassar de um lado para outro indiferentemente, e se espantam de que o índice de acidentes não baixe”; a fazenda Butantã de criação de cobras, “na extremidade de um dos intermináveis subúrbios de São Paulo” e uma fazenda de café no interior paulista. Ao seguir para o Uruguai, registrou: “o brasileiro diz que o seu país é cheio de corrupção.”

a serem incorporadas, como o caso das ferrovias que foram “construídas relativamente tarde no século XIX” (LEFF, 1972, p. 255), São Paulo na virada do século estava se inserindo com relativo êxito à economia mundial, de onde viria uma participação na industrialização, tímida a princípio. E a prova seria a própria malha ferroviária no Estado de São Paulo, apesar de mais ligada à urgente questão do escoamento da produção cafeeira, mas que serviu bem à movimentação de pessoas e produtos, e que saltou dos 139 quilômetros em 1870, a extensão da São Paulo Railway, para 2.425 quilômetros vinte anos depois em 1890 e 4.825 quilômetros em 1910, chegando a sete mil quilômetros em 1930 (MATTOON, 1977, p. 286).

A dinâmica econômica de São Paulo, na qual o consumidor de energia elétrica surgiu e a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo exerceu suas atividades, funcionou, acreditamos, de forma integrada não somente ao sistema capitalista internacional, via crescente exportação de café. Funcionou também de forma integrada à dinâmica interna conforme Wilson Suzigan propõe, “o crescimento da produção industrial tornou-se dependente do crescimento do mercado interno, o qual, por sua vez, dependia da expansão do setor exportador” (1986, p. 26). Pelo menos até a chamada Revolução de 30, a partir daí, o Estado passou a atuar mais decisivamente em prol da industrialização do país e o Código de Águas foi votado.

Essa integração significou também aceitar as regras do jogo conforme ditadas pelo capital estrangeiro, sendo que em alguns setores, esse capital estava fortemente concentrado. Podemos citar três casos, por estarem intimamente ligados; um primeiro caso, das ferrovias, observamos que a maior parte do material rodante vinha da Inglaterra, muitas das ferrovias construídas são subscritas ao capital britânico ou supervisionadas pelos engenheiros britânicos (MATTOON, 1977, p. 273). As linhas serviam, em sua maioria, ao comércio de exportação e tanto as redes ferroviárias como as estradas de traçado simples foram projetadas no esquema porto - cidade principal que concentrava as produções do interior. Assim, apesar das companhias em sua maioria terem sido formadas por fazendeiros de café, o capital necessário para o investimento vinha de bancos britânicos.

Em um segundo caso, o da indústria eletrotécnica, a concentração de capitais foi tão intensa que pôde ser observada a hegemonia mundial de praticamente cinco companhias, sendo, entre as americanas a Thomson-Houston International Electric Company e Edison Electric Company, que desde sua fundação em 1878 esteve ligada à casa bancária de J. P. Morgan (MAGALHÃES, 2000, p. 31). Ao se fundirem em 1892 formaram a General Electric Company (GE) continuando com o suporte financeiro do capitalista Morgan. Outra

companhia ainda entre as americanas foi a do engenheiro e inventor George Westinghouse, dono de mais de 400 patentes, tendo fundado a Westinghouse Air Brake Company em 1869, fábrica de freios para ferrovias. Pressionado por uma guerra comercial de preços movida pela poderosa GE, Westinghouse foi forçado a recorrer aos banqueiros, procurando o Mellon Bank de Pittsburgh e o Kuhn & Loeb de Nova Iorque, que conseguiram afastar o velho engenheiro e firmar um acordo com a GE em 1896 de reconhecimento de patentes, que significou a divisão do mercado americano com reserva à GE de 62,5% dos negócios e à Westinghouse, de 37,5% (MIROW, 1980, p. 28). Também dividiam a hegemonia de produção e exportação mundial as alemãs Siemens & Halske, que começou com uma linha de telégrafo que o oficial do exército prussiano Werner Siemens construiu, passando a produzir outros produtos como motores elétricos, telefones e linhas telegráficas, chegando em 1897 a empregar dez mil pessoas em Berlim. E a AEG (Allgemeine Elektrizität Gesellschaft) que nasceu como Deutsche Edison Gesellschaft cujo nome mudou posteriormente, mas permaneceu ligada à GE americana, com notável crescimento sob a direção de Walther Rathenau a partir de 1915, filho do fundador da AEG, que também exerceu os cargos de ministro da Reconstrução e das Relações Exteriores na República de Weimar.

Em 1883 a Siemens e a AEG também firmaram seus acordos para evitarem a concorrência que acreditavam prejudiciais a seus negócios (MIROW, 1980, p. 34). E aqui também podemos observar a ligação com o mundo financeiro, sendo que o Deutsche Bank foi fundado em 1870 por George Siemens, que o dirigiu por 30 anos, sendo que George e seu sobrinho Arnold Siemens faziam parte do Conselho Fiscal da AEG. Para termos uma pálida ideia do que significou em volume de negócios essa hegemonia, entre os anos de 1891 e 1900 as importações de material elétrico da América Latina totalizaram a soma de quatro milhões, setecentos e quarenta e duas mil libras, sendo que desse total o Brasil importou um milhão, setecentos e oitenta e sete mil libras, cerca de 37,6%; seguido do México com oitocentos e sessenta e nove mil libras, 18%; Argentina com setecentos e trinta e oito mil libras, 15,5% e Chile com duzentos e oitenta e oito mil libras, cerca de 6%. Já entre os anos de 1901 e 1910 as importações da América Latina saltaram para quinze milhões, novecentos e noventa e uma mil libras, com a Argentina aumentando sua participação para quatro milhões, trinta e um mil libras, 25,2%; o Brasil passando para segundo lugar com três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil libras, 23,5%; o México com três milhões, duzentos e trinta e nove mil libras, cerca de 20% e o Chile com um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil libras, cerca de 9% do total importado (TAFUNELL, 2011, p. 346), sendo que as diferenças que sobram desses

valores se referem às importações dos demais países latino americanos.

E em um terceiro caso, podemos citar a indústria elétrica, mormente no caso do Brasil, onde os conflitos se sucederam mais constantemente visto que São Paulo e Rio de Janeiro, regiões que já representavam razoáveis aglomerados urbanos atraíram companhias de capital estrangeiro com grande capacidade técnica e financeira, procurando explorar o abundante potencial hidráulico dessas regiões e mantendo monopólio total sobre seus serviços. Estabeleceram-se então conflitos entre o capital nacional e o capital estrangeiro na aurora dessa eletrificação no Brasil. Nessa alvorada o capital nacional procurou aproveitar a demanda da indústria têxtil por energia, suprida até então pelo vapor, assim como procurou introduzir o muito desejado melhoramento na iluminação pública, que já existia de forma precária em algumas cidades:

Qualquer cidadão que em alguma noite tivesse visto ruas iluminadas era picado pelo desejo de ter esse benefício em sua cidade ou vilarejo que fosse. E não se conformava com a velha iluminação com escassos lampiões de azeite ou querosene; estes, onde ainda existiam no século XIX, provocavam efeitos deletérios... (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 14).

As iniciativas multiplicavam-se no país como a Estrada de Ferro Dom Pedro II cuja Estação da Corte recebeu iluminação com seis lâmpadas inaugurada pelo Imperador Pedro II; em 1883 na cidade de Campos seu serviço de iluminação pública também foi estreado pelo Imperador Pedro II, sendo o fornecimento feito por usina termelétrica alimentada com carvão inglês; na capital federal a Companhia de Força e Luz do Rio de Janeiro, que funcionou de 1887 a 1888, forneceu iluminação a cerca de cem lâmpadas no centro da cidade, alimentadas por uma central termelétrica; em 1887, a cidade de Porto Alegre foi iluminada por uma usina termelétrica da Companhia Fiat Lux, que depois passou à prefeitura; em 1889 o industrial do setor têxtil Bernardo Mascarenhas inaugurou a iluminação pública em Juiz de Fora por hidroeletricidade gerada pela famosa usina Marmelos Zero, fundando a Companhia Mineira de Eletricidade para abastecer inicialmente sua tecelagem; também é de 1892 a usina termelétrica que iluminou a cidade de Curitiba, iniciativa da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo concessionária do serviço na capital paranaense; em 1893 em São Carlos a Companhia de Luz Elétrica de São Carlos inaugurou a primeira hidrelétrica do estado, a do Ribeirão Monjolinho; em 1895 foi a vez de Rio Claro receber energia elétrica produzida pela usina de Corumbataí, sendo interrompido, porém seu fornecimento até 1900.

Em São Paulo a iluminação pública foi iniciada com a utilização do gás, quando em 1869 a concessão desse serviço foi cedida à San Paulo Gas Company. Fundada em Londres,

essa companhia construiu o gasômetro, onde seria produzido o gás a partir de carvão mineral importado, na então periferia da cidade, o bairro do Brás, estendendo toda a tubulação que levaria o gás para a capital paulista. Essa concessão, e outras mantidas por “companhias nacionais que já produziam localmente serviços de energia elétrica e de transportes públicos com tração animal” (MAGALHÃES, 2000, p. 52), seria o cerne de uma série de questões que opuseram companhias e as levaram às barras dos tribunais, procurando deter o monopólio do serviço na cidade de São Paulo. Aliás, vão se estabelecer inúmeras outras companhias estrangeiras de gás país afora geralmente detendo concessão de serviços de iluminação pública, tais como a Companhia de Gaz da Bahia, capital de cem mil libras em 1861; The Rio de Janeiro Gaz Company, capital de setecentos e cinquenta mil libras em 1866; The Nichtheroy Gaz Co. Ltd, capital de setenta e cinco mil libras em 1868; The Pará Gaz Co. Ltd, capital de cento e setenta mil libras em 1866 e a nossa São Paulo Gaz Co. Ltd com capital de oitenta mil libras em 1873 (CASTRO, 1979, p. 35).

Correto afirmar que o que chamava todo esse capital estrangeiro eram principalmente as concessões de iluminação pública, mas não demorariam a perceber o potencial representado pelo incipiente setor industrial, tornando-se algumas décadas depois a geração e distribuição de energia elétrica quase um apêndice do setor industrial, de importância estratégica para o seu crescimento e seu bom desenvolvimento. Sem suprimento razoavelmente seguro e barato de energia elétrica, nenhum país ou sociedade pode desenvolver-se satisfatoriamente na dinâmica do crescimento industrial. A partir de fins do século XIX, a sociedade baseou-se no consumo crescente, quase vertiginoso de energia elétrica. Produzi-la tornou-se a panaceia de todas as sociedades, explorá-la tornou-se fonte de altíssimos lucros, tanto quanto explorar e vender outras fontes de energia bastante utilizadas como o petróleo.

Na formação do setor elétrico em São Paulo, conforme Ricardo Maranhão a “cidade de intensas e contraditórias pulsações energéticas” e que não poderia ter existido sem a energia elétrica (in SOUZA, 1989, p. 13), o conflito parece ter-se dado, sobretudo a nível interno, pois observamos um grupo considerável de capitalistas paulistas, ligados à política local e articulados com o mercado financeiro se organizando e explorando o serviço de fornecimento de eletricidade com a fundação da Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, cuja primeira denominação foi Companhia Luz Electrica. Esse grupo perdeu a disputa pelo mercado interno, que mostramos como era promissor no capítulo 1, para outro grupo também ligado à política local, mas que estava aliado ao capital estrangeiro que chegou com

força a São Paulo, representado pela The San Paulo Light and Power Company. Apesar de formação bastante recente, a Light and Power articulou-se de maneira muito rápida, conquistando não somente os principais mercados consumidores de energia elétrica do Brasil, mas fazendo aliados que pavimentaram o caminho das pedras para a empresa estrangeira, aliando métodos de gestão e financiamento tipicamente norte-americanos, com investimentos que advinham do mercado financeiro londrino (MARANHÃO; MATEOS, 2012, p. 31). Conseguiu então garantir a Light and Power o monopólio na produção, distribuição e fornecimento de eletricidade por aproximadamente 80 anos a partir de 1900, nos principais mercados consumidores do Brasil, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Toda essa situação de conflito não é de estranhar se sabemos que o capitalismo como sistema exige que os acumuladores de capital estejam constantemente em conflito (WALLERSTEIN, 2001, p. 55), não somente a nível internacional, como também a nível interno, às vezes quase imperceptível e muitas vezes ignorado. Esses mesmos grupos dirigentes podiam às vezes mostrar-se suficientemente criativos, como o caso da difusão das secadeiras mecânicas de Taunay e de Silva Telles (SILVA, S., 1976, p. 54), fazendeiros de café que preocupados com a cada vez mais rara mão de obra escrava, trataram de encontrar uma solução motorizada para continuar produzindo e beneficiando café. Iniciativas ocorreram em diversos outros ramos e mostramos no capítulo 2 como se desenrolou com a criação e trajetória da Companhia Água e Luz. Representantes dessa mesma classe, não devemos nos esquecer, eram esses homens que estavam ativamente atuando na política do Estado de São Paulo, como mostramos no capítulo 3. Vão reinvestindo seus lucros nos mais diversos setores, “os fazendeiros de café de São Paulo fizeram investimentos diretos na indústria de transformação, especialmente na têxtil...” (SUZIGAN, 1986, p. 138), não apenas contando com o mercado consumidor local, mas diversificando e expandindo suas produções, a exemplo do que fez a Companhia Água e Luz ao expandir-se para Curitiba, como mostramos também no capítulo 3. Nossa fornecedora estrangeira de eletricidade, Light and Power, cooptou membros dessas classes que estavam à frente das áreas políticas e econômicas, parecendo haver um grupo que “perdera” a partida, contando também com o expressivo aumento populacional de São Paulo e um parque industrial emergente.

Nesse ponto, o Estado brasileiro da Primeira República desempenhou papel fundamental, criando as condições necessárias para o monopólio ser estabelecido e dando as garantias para que o grupo aliado ao capital estrangeiro dominasse as condições para assumir esse monopólio.

Ao contrário dos Estados Unidos que adotaram severas medidas protecionistas, defendendo seu desenvolvimento econômico em geral e sua industrialização em particular, no Brasil os investimentos ingleses tiveram total liberdade de obter lucros e impedir o desenvolvimento da concorrência, tanto de brasileiros, como de outros investidores (MARTINEZ, 1993, p. 20).

Sendo assim, não foram criadas as condições onde deveria surgir a necessidade de maior intervenção de uma economia central sobre a economia periférica, fornecedora fiel dos bens agrícolas almejados pelo centro (WALLERSTEIN, 2001, p. 30). A relação centro periferia se materializou de fato, resultando em enfraquecimento que se refletiu em aparato estatal deficiente, corrupto e incompetente para aplicar políticas públicas que propiciassem desenvolvimento não só da indústria brasileira, mas da sociedade brasileira como um todo. Esse é o enredo principal que observamos durante o período chamado Primeira República, mas onde podemos ver revelados embriões de desenvolvimento na área industrial, mormente na indústria de transformação.³⁶²

Podemos dizer que o sucesso da Light and Power foi tão grande, e praticamente absoluto, que manteve o monopólio no serviço nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, além de outras, por cerca de 80 anos, de 1900 a 1979, como já dissemos anteriormente, importando dos países centrais as inovações eletrotécnicas e de engenharia que iam surgindo no setor, mas também responsável pelas crises de abastecimento verificadas na região Rio – São Paulo. Passou assim à história da eletrificação no Brasil com tamanho destaque que recebeu análises de todos os pesquisadores que se dedicaram à matéria. Mas devemos nos lembrar também que quando falamos em iniciativa privada atuando na geração, fornecimento e distribuição de energia elétrica em São Paulo não podemos nos referir somente à Light and Power; precisamos lembrar ainda e retomar a narração sobre a American Foreign and Power Company, a Amforp.

Atuando no Brasil com nome nacionalizado, o que talvez tenha lhe trazido menos oposição, a Amforp tinha, no entanto, sua sede fixada nos Estados Unidos, sendo companhia integrante do grupo norte-americano Bond and Share Co., que por sua vez era uma holding da

³⁶² Segundo Wilson Suzigan é possível observar surtos de investimento na indústria de transformação:

A partir de fins da década de 1860 na indústria têxtil; Década de 1870, investimentos na indústria de tecidos de lã, com progressão lenta até a década de 1920; Fins da década de 1880 e princípios da de 1890: estabelecimento da indústria de juta; aumento dos investimentos na indústria de chapéus que vinha se desenvolvendo desde a década de 1830, com mecanização na década desde 1860; desenvolvimento da indústria de calçados, incorporando processos industriais; estabelecimento de quase todas as cervejarias com abastecimento do consumo interno; desenvolvimento da produção de fósforos, desalojando as importações; Década de 1890: modernização da indústria do açúcar com introdução do sistema de engenhos centrais; investimentos nas indústrias metal mecânicas, mas somente na década de 1920 produção de máquinas pesadas e maquinaria industrial (1986, p. 109-113).

General Electric Company. Instalou-se no Brasil em 1924 iniciando um processo de aquisição de diversas pequenas companhias concessionárias de energia elétrica no interior de São Paulo, começando com a aquisição da Companhia Paulista de Força e Luz em 1927. Companhia fundada a 16 de Novembro de 1912 pretendendo incorporar outras companhias de energia elétrica, com capital de dois mil contos de réis tomados por Manfredo e Tácito A. da Costa, Artur Getúlio Neves, controladores da Companhia Elétrica Oeste de São Paulo, José Balbino Siqueira, da Empresa Luz e Força de São Manuel, Dosworth e Cia, entre outros. Além dessas duas companhias citadas a Companhia Paulista de Força e Luz passou a controlar também a Empresa Força e Luz de Botucatu, declarando-as dissolvidas em 1917, por ter adquirido a maioria das ações, sendo adquirida pela Amforp em 1927.

Outra controladora que foi adquirida foi a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto gerida por Rufino Almeida & Cia, que a 12 de Março de 1899 através de carta havia proposto assumir a concessão para iluminação pública da Companhia Água e Luz em Casa Branca. Rufino Almeida esteve à frente da Força e Luz de Ribeirão Preto até 1909 quando a companhia passou ao controle da família Silva Prado, com Plínio, Antonio Júnior, Luís Silva Prado e Martinho, com a denominação de S. A. Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto. Expandiu sua área de atuação nas décadas de 1910 e 1920, com distribuição de energia elétrica a várias localidades como Jardinópolis, Nuporanga, São Joaquim da Barra, Barretos, Igarapava, Aramina, Buritis, Pedregulho, Rifaina e Ituverava. Para isso, realizou a construção das seguintes usinas hidrelétricas: usina São Joaquim, no rio Sapucaí, inaugurada como usina Evangelina no município de São Joaquim da Barra em 1912; usina de Buritys em Buritizal, no rio Bandeira, inaugurada em 1922 e usina de Dourados, construída também no rio Sapucaí, no município de Nuporanga e inaugurada em 1926. E também em 1927 a Amforp adquire a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, conglomerando todas as suas concessões e usinas, sendo extinta somente em 1947 quando foi incorporada à Companhia Paulista de Força e Luz.

A Amforp passou a controlar então toda a rica região da produção de café fundando então uma subsidiária denominada Empresas Elétricas Brasileiras (EEB) e que passou a se chamar depois Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) cuja função seria “supervisionar e administrar os concessionários sob o seu controle acionário” (BIBLIEX, 1977, p. 59). Entabulando negociações com a Guinle & Cia, quando comprou muitas de suas concessões de energia elétrica, expandiu-se para regiões diferentes do Brasil, passando a controlar a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, que incluía Natal e Maceió; Pernambuco Tramway and Power Co. Limited, Recife; Companhia Energia Elétrica

da Bahia, atuante em Salvador; Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, Vitória; Companhia Brasileira de Energia Elétrica, cobrindo os municípios de Niterói, São Gonçalo e Petrópolis; Companhia Força e Luz de Minas Gerais, Belo Horizonte; Companhia Força e Luz do Paraná, Curitiba; Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense, Porto Alegre; The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited, incluindo o município de Pelotas.

Alcançando quase todas as capitais do país, com exceção dos maiores mercados do Rio e de São Paulo, a Amforp tornou-se finalmente uma grande monopolizadora dos serviços de fornecimento, distribuição e geração de energia elétrica, assim como a Light and Power continuando suas atividades no Brasil até os anos 70. Com a onda de estatizações do governo militar, acabou sendo desmembrada em várias companhias, sendo que em 1975 foi constituída a CPFL Paulista que permaneceu sob controle do governo do Estado de São Paulo até 1997, quando nova onda que atingiu o setor tornando-o sob controle privado novamente passou a CPFL para o controle da VBC Energia, grupo formado por Votorantim, Bradesco e Camargo Correa, além de fundos de pensão na composição acionária.

Assim as profundas transformações ocorridas principalmente nas regiões dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sucederam da inserção da economia brasileira, ancorada naquele momento na produção cafeeira, à economia capitalista internacional, consumidora desse produto e investindo seus capitais em oportunidades que surgiram nas periferias. Pode não ter sido possível definir se as companhias estrangeiras, “cuja esperança de lucro se fundava no café, isto é, no crescimento urbano funcionalmente dependente do comércio de café” (DEAN, s/d., p. 14) e investiram no oferecimento de eletricidade, vinham atraídas pelos mercados em expansão e por um sopro de industrialização que ia engrossando, ou se acabaram contribuindo com o aumento da atividade industrial oferecendo energia elétrica.³⁶³ Mas devemos observar que essa sociedade em transformação tornou possível tanto a atuação de companhias como a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo, de capital nacional e que experimentou tímida expansão para outros mercados consumidores, quanto o estabelecimento de grandes companhias estrangeiras, que tinham disponíveis milhões em capital para investimento, capital que contribuía também para a adoção de táticas que as companhias nacionais não conseguiam acompanhar.

Não só os investimentos pesados em sistemas de transportes e construção de usinas

³⁶³ “Na realidade o desenvolvimento das instalações geradoras se dá num período nitidamente posterior aos anos decisivos, 1890 a 1900, em que São Paulo sobrepuja qualquer concorrência no sentido de tornar-se a metrópole industrial brasileira. Só isto bastaria para demonstrar que as impressionantes obras hidráulicas que permitem abastecer São Paulo de energia elétrica são antes frutos da solicitação (economicamente solvável) de uma indústria em forte expansão do que causa direta desta expansão” (SINGER, 1968, p. 56).

hidrelétricas foram instrumentos aplicados pelas companhias estrangeiras, mas também, como nos lembra Ricardo Maranhão, a “compra ou cooptação de políticos, por dinheiro ou prestígio” foi amplamente utilizada por essas companhias, advertindo ainda que “a Light mandava porque estabeleceu um tipo *específico* de poder” (1989, p. 32). Daí sua longevidade no mercado e a vantajosa saída do país quando se aproximou o fim do prazo de sua concessão, sendo que essa prerrogativa foi dada às companhias estrangeiras de forma geral.

Ao analisarmos a Companhia Água e Luz do Estado de São Paulo e ao traçarmos sua trajetória verificamos que os grupos políticos e econômicos envolvidos em sua formação e administração estavam suficientemente próximos dos negócios públicos para garantir a sobrevivência de seus investimentos, porém, não tanto o suficiente para garanti-lo indefinidamente. Nossa intenção de retratar os acionistas aqui não foi a de realizar resgate biográfico, mas sim demonstrar que foram mais do que especuladores do mundo dos negócios e que a Companhia Água e Luz estava formada de tal maneira que poderia ter realizado o salto de tecnologia que foi atribuído à Light and Power no Brasil, não sem observar dificuldades obviamente. Acreditamos que seu insucesso é menos causado por suas deficiências, devidas à matriz energética escolhida e à incapacidade de levantar capital para a implantação de geração hidrelétrica, como vimos anteriormente, e mais relacionado às ligações políticas que a Companhia Água e Luz não conseguiu manter, mas foram melhor estabelecidas pela canadense Light and Power. Sendo assim, invocamos Martinez que é peremptório ao afirmar:

País capitalista, tanto por nascimento como por opção de suas elites dirigentes, o Brasil ainda não aprendeu a domar o capitalismo segundo os interesses nacionais; por isso, continua sendo mais uma fonte de abastecimento do capitalismo internacional que uma matriz decisória de autonomia (1993, p. 5).

Podemos até acreditar que o autor exagera nos matizes em sua análise, porém, é fato que o capital estrangeiro avançou sobre determinadas atividades desempenhadas pela burguesia nacional e desalojou esse capital, ameaçando as possibilidades de acumulação dessa burguesia (PERISINOTTO, 1994, p. 199). A partida perdida pelos capitalistas que investiram na Companhia Água e Luz parece ser mais um exemplo dentro dessa conjuntura, nos deixando a certeza da necessidade de fazermos a história dos vencidos. No caso da Companhia Água e Luz podemos perceber a extensão dos reflexos do discurso vencedor, tendo sido relegado a segundo plano a atuação das pioneiras no setor.

Fontes Consultadas

Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP
Arquivo Público de Casa Branca
Arquivo Público do Estado do Paraná
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Biblioteca Pública do Paraná
Câmara Municipal de Curitiba, setor de Biblioteca
Círculo de Estudos Bandeirantes – PUC - PR
COPEL Companhia Paranaense de Energia, Museu da Energia
Fundação Cultural de Curitiba – Casa da Memória
Fundação Energia e Saneamento
Museu Paranaense, Biblioteca Romário Martins

Referências Bibliográficas

Livros:

- ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1992. 445 p.
- ALVES, Odair Rodrigues *Os homens que governaram São Paulo*. São Paulo: Nobel/USP, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Editora UNESP, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA. *História econômica & História de empresas*. São Paulo: Hucitec / Abphe, 1999. 408 p.
- BANDEIRA Jr. Antônio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.
- BARAN, Paul. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARBUY, Heloísa. *A Cidade – exposição: Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860 – 1914*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- BARROS, Geraldo Mendes. *Guilherme Guinle: 1882-1960*. Rio de Janeiro: Agir, 1982.
- BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1967. 2 tomos.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos - um Haussman tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado – UFRJ, 1982.

- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO. *A Energia elétrica no Brasil (Da primeira lâmpada à Eletrobrás)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.
- BLOCH, MARC. *Introdução à História ou O Ofício do Historiador*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965. Saber.
- BOA NOVA, Antônio Carlos. *Da Light à Eletropaulo: permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras, 2002. 127 p.
- BOA NOVA, Antônio Carlos. *Energia e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985. 247 p.
- BRANCO, Catulo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. Pref. Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. 136 p.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. “Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil.” In *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. “A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX.” In FRIDMAN, Fania E ABREU, Mauricio (orgs.) *Cidades Latino americanas: Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Faperj / Casa da Palavra, 2010, pp. 145-165.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto / Edusp, 1988.
- CARONE, Edgar. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2001.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Itatinga, a hidrelétrica e seu legado*. 1ª edição. São Paulo: Neotrópica, 2010.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- CORREIA, Inocência Serzedelo. *Problema Econômico no Brasil, 1903*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo 1880-1945*. Trad. Octavio Mendes Cajado. 2 ed. São Paulo: Difel / Difusão Editorial, s.d.
- DEAN, Warren. *As Multinacionais do Mercantilismo ao Capital Internacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DI COPRANI, Ottaviano de Fiore. *O Mundo da Eletricidade*. São Paulo: Eletropaulo, 1987.
- EDP – Electricidade de Portugal S.A. *Lisboa e a Electricidade*. Lisboa: AP Gráfica, 1992.
- ELETROPAULO. *História & Energia: a chegada da Light. n. 1*. São Paulo, Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

ELETROPAULO. *História & Energia: a eletrificação no Brasil*. n. 2. São Paulo, Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

ELETROPAULO. *História & Energia: a Light e a revolução de 24*. n. 4. São Paulo. Patrimônio Histórico/Eletropaulo. 1986.

EVANS, Peter B. *A tríplice aliança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERRAZ, Vera Maria de Barros (org.). *Imagens de São Paulo: Gaensly no acervo da Light, 1899-1925*. São Paulo: Fund. Patr. Histórico da Energia de São Paulo, 2001.

FIALHO, A. Veiga. *A compra da Light: o que todo brasileiro deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 31ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. “A República Não-Oligárquica e o Liberalismo dos Empresários.” In *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / Edusp / Imprensa Oficial, 2002.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDI, Guilherme. *A Companhia Estrada de Ferro Rio Claro: disputas em torno da expansão ferroviária no Oeste Paulista, 1880-1903*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007.

HALL, Michael. “O Movimento operário na cidade de São Paulo: 1890 – 1954.” In *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. vol 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. 336 p. Teses, 6.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pref. de Antônio Cândido. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Higienópolis, grandeza e decadência de um bairro paulistano*. São Paulo: DPH, 1981. História dos bairros de São Paulo, vol. 17: Higienópolis.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867 – 1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O prédio Martinelli: a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.

HONORATO, Cezar. “O Estado Imperial e a modernização portuária.” In *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec / ABPHE / EdUSP / Imprensa Oficial, 2002.

HONORATO, Cezar. *O Polvo e o Porto, a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo / Santos:

Hucitec / Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

IMPRENSA NACIONAL. *Coleção de Leis do Brasil – 1890*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1890.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2 ed. rev. e atualizada do v. 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE: 1986. V. 2.

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Bairro dos Campos Elíseos*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1995.

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. *Cadernos Cidade de São Paulo: Bairro dos Campos Elíseos*. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1995.

JATOBÁ, Roniwalter. *Vida, morte, vida do Tietê: a história de um rio de São Paulo*. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. 1992. 34 p.

JORGE, Clóvis de Athayde. *Santa Cecília: Contrastes e Confronto*. São Paulo: DPH, 2006.

JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo, 1890-1940*. São Paulo: Alameda, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *O que são multinacionais*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. No prelo.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LEITE, Antônio Dias. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Darrell Erville. *A família Prado*. Trad. José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. *São Paulo na primeira República: as elites e a questão social*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção O que é.

LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil, o setor elétrico no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

LOVE, Joseph Le Roy. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Trad. Vera Alice C. da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Estudos Brasileiros, vol 57.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1961.

McDOWALL, Duncan. *The Light: Brazilian Traction, Light and Power Company Limited, 1899-1945*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo: Unesp / FAPESP, 2000.

MARANHÃO, Ricardo. “Estado e Capital Privado na eletrificação de São Paulo.” In *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.

MARANHÃO, Ricardo. “Edgar de Souza, São Paulo e a Light.” In SOUZA, Edgar. *A história da Light. Os primeiros 50 anos*. São Paulo: Eletropaulo, 1982.

MARANHÃO, Ricardo e MATEOS, Simone Biehler (orgs.). *100 anos de história e energia*. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2012.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003-2007.

MARICHAL, Carlos (Ed.). *Foreign investment in Latin America: impact on economic development, 1850-1930*. 11º International Economic History Congress. Milan: September, 1994. 297 p.

MARCILIO, Maria Luiza. “A população paulistana ao longo dos 450 anos da Cidade.” In *História da Cidade de São Paulo. A cidade colonial*. PORTA, Paula (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARTIN, Jean-Marie. *A economia mundial de energia*. São Paulo: Unesp, 2002.

MARTINEZ, Paulo. *Multinacionais: desenvolvimento ou exploração?* 12ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004. Ciências Sociais, 16.

MATOS, Ana Cardoso de, (coord.). *O Porto e a Eletricidade*. Lisboa: Fundação EDP, 2005.

MATOS, Ana Cardoso de (coord.). *A Eletricidade em Portugal dos primórdios à 2ª Guerra Mundial*. Lisboa: Fundação EDP, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Entre a lavoura e a indústria: tensões e polêmicas em torno da indústria de sacaria para o café”. In *História Econômica & História de Empresas I*. São Paulo: Abphe / Hucitec / FAPESP, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Prefácio Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845 – 1895. Contribuição ao estudo da passagem da Economia Mercantil – Escravista à Economia Exportadora Capitalista*. São Paulo: Hucitec, 1990. Estudos Históricos.

MIROW, Kurt Rudolf. *A Ditadura dos Cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e plantadores de São Paulo*. São Paulo: Hucitec. 1984. Geografia, teoria e realidade.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil – a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORSE, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970.

MOTOYAMA, Shozo (org). *Tecnologia e industrialização no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1994.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Unicamp, 1996. Momento.

PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

PINTO, Adolfo Augusto. *História da viação pública em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1977. Paulística, v. 2.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. 1ª ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo / Editora Terceira Nome, 2003.

PONTES, José Alfredo Vidigal e TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo - Registros 1899 - 1940*. 1ª ed. São Paulo: Eletropaulo Eletricidade de S. Paulo, 1982.

PRADO, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1929. 814 p.

RAFFARD, Henri. *Alguns dias na Pauliceia*. Introd. Leonardo Arroyo. São Paulo: Cantom Com. Ind. Gráfica Ltda, 1977. Biblioteca Academia Paulista de Letras, vol. 4.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010.

SAES, Flávio Azevedo Marques de e SZMRECSÁNYI, Támas. “El papel de los bancos extranjeros en la industrialización inicial de São Paulo.” In *Las inversiones extranjeras en América Latina, 1850-1930: Nuevos debates y problemas en historia económica comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de Ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900.” In *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec / ABPHE / EdUSP / Imprensa Oficial, 2002.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “São Paulo Republicana: vida econômica.” In *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Vol. 3. PORTA, Paula (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEGATTO, José Antônio. “Relações e Conflitos de trabalho na Light de São Paulo.” In *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SIMÕES, Ilídio Mariz. *Pioneiros da Electricidade em Portugal e outros estudos*. Lisboa: Museu de Electricidade / EDP, 1997.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana. (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste paulista.” In *História da vida privada 2, Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil (1808-1946)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

SOUZA, Edgar Egydio de. *História da Light – Primeiros 50 anos*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico / Eletropaulo, 1989.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “Metrópole e Paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização.” In *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Vol 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SUSIGAN Wilson & SZMERECSÁNYI, Tamás. “Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil.” In *História Econômica da Primeira República*. 2ª ed. revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / Edusp / Imprensa Oficial, 2002.

SZMERECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto Amaral. *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SZMERECSÁNYI, Tamás & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *História de empresas e desenvolvimento econômico*. 2 ed. Revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / EDUSP / Imprensa Oficial, 2002.

SZMERECSÁNYI, Tamás & SILVA, Sérgio S. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. 2 Ed. Revista. São Paulo: Abphe / Hucitec / Edusp / Imprensa Oficial, 2002.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

UFPR. Um Século de Eletricidade do Paraná. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994.

VARGAS, Milton. *História da ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Centro Interunidade de História da Ciência, 2001.

VERSIANI, Flávio & VERSIANI, Maria Teresa. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição.” In VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo, 1960.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Trad. Francisco Bittencourt. São Paulo: Martin Claret, 2009.

Revistas e Jornais

BARRO, Máximo. “Manipulação da Light na Câmara Municipal.” In *Memória*, nº 21. São Paulo: Eletropaulo, 1995.

BERMANN, Célio. “Impasses e controvérsias da hidroeletricidade.” In *Estudos Avançados*, n. 21, 2007, p. 139-153.

Biografia de um mecenas da arte: Guilherme Guinle. *O Estado de São Paulo*, 2 de dezembro de 1982.

CAMARGO, Daisy de. “Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910).” In *Antíteses*, vol. 3, n. 5, pp. 419-438, jan.-jun. 2010.

CARONE, Edgar & PERAZZO, Priscila F. “A mobilização social no conflito Guinle X Light.” In *Memória Eletropaulo*, ano III, p. 38-45. Abril/maio/junho de 1990.

CARONE, Edgar & DÉR, Rosa Maria M. “Light versus Guinle.” In *Memória Eletropaulo*, nº 3, p. 14-19. abril/maio/junho de 1989.

CHATEAUBRIAND, Assis. O Mecenato em uma Família Brasileira. *A Manhã*, 25 de dezembro de 1941.

COUTINHO, Edilberto. Guilherme Guinle, homenagem a um pioneiro e mecenas. *O Globo*, 2 de dezembro de 1982.

Dois grandes vultos da energia elétrica em São Paulo. *Diário de São Paulo*, 13 de julho de 1943.

Faleceu ontem no Rio o engenheiro Guilherme Guinle. *Diário da Noite*, 20 de maio de 1960.

FONSECA, Gondin da. Recado Carioca. *Folha da Manhã*, 21 de agosto de 1953.

FREITAS, Affonso A. de. “A Imprensa Periódica de São Paulo.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XIX, 1914. p. 322-341.

GOMES, João Paulo P. e VIEIRA, Marcelo Milano F. “O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002.” In *RAP Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 43, p. 295-321. Março / abril 2009.

HANLEY, Anne. “A bolsa de valores e o financiamento de empresas em São Paulo, 1886-1917.” In *História econômica e história de empresas*. Vol. I. ABPHE. São Paulo: Hucitec, 1998.

HANLEY, Anne. “Bancos na transição Republicana em São Paulo: o Financiamento Hipotecário (1888-1901).” In *Estudos Econômicos*, vol. 40, n. 1, p. 103-31, jan – mar 2010.

Homem da Light, O. *Opinião* 46, São Paulo, 24-9ª, 1 de outubro de 1973, p. 5-6.

Homem de visão: Antônio Gallotti. *Visão*, 43 (13), São Paulo, 10 de dezembro de 1973, p. 23-34.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Antonio da Silva Prado, prefeito da cidade de São Paulo: 1899-1910.” In *V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Cidades: temporalidades em confronto.

Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 1998.

HONORATO, Cezar Teixeira. “No Rio, conflitos entre capitalistas. Os cariocas diante das lutas Guinle X Light pelo monopólio dos serviços públicos.” In *Memória Eletropaulo*, ano III, p. 46-52. abril/maio/junho de 1990.

JATOBÁ, Roniwalter. “No país dos relâmpagos.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 14, p. 29-35, abril/maio/junho de 1992.

JATOBÁ, Roniwalter. “Bondes na cidade.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 15, p. 38-47, julho/agosto/setembro de 1992.

LEFF, Nathaniel H. “A technique for estimating income trends from currency data and an application to nineteenth-century Brazil.” In *Review of Income & Wealth*, Volume 18, Issue 4, dez. 1972.

LEFF, Nathaniel H. “Economic development and regional inequality: origins of the Brazilian case.” In *Quarterly Journal of Economics* vol. 86, n.º 2 (May 1972): 243-62.

MARANHÃO, Ricardo. “O poder da canadense.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 2, p. 32-34, janeiro / fevereiro / março de 1989.

MARTINS, F.R., GUARNIERI, R.A. e PEREIRA E.B. “O aproveitamento da energia eólica.” In *Revista Brasileira de Ensino de Física*. V. 30, n. 1, p. 1304-1 a 13. 2008.

MARTINS, José de Souza. “O palacete de Dona Veridiana.” In O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 Ago 2010. Disponível: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-palacete-de-dona-veridiana,595541,0.htm>>. Acesso em: 17 maio 2013.

MATOS, Ana Cardoso de. “A eletricidade na cidade de Évora: da Companhia Eborense de Eletricidade à União Eléctrica Portuguesa.” In *Revista da Faculdade de Letras*, História. III Série, vol. 8, Porto, 2007, p. 195-215.

MATTOON, Robert H., Jr. “Railroads, Coffee, and the Growth of Big Business in São Paulo, Brazil.” In *Hispanic American Historical Review* vol. 57, n.º 2 (1977): 273-95.

MELLO, Homem de. “Documentos para a história da viação férrea em São Paulo – Inauguração do primeiro plano inclinado da Serra de Santos em 1864.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VI, 1900-1901: 12-16.

MENDES, Dirce de Paula, POLETI, Iraci e SOARES, Luzia. “A formação do grupo Light: apontamentos para sua história administrativa.” In *Memória*, n.º 24. São Paulo: Eletropaulo, 1997.

MIRANDA, Floresta de. Guilherme Guinle, o Grande Cidadão. *O Cruzeiro*, 9 de julho de 1960.

O Pioneiro da grande indústria hidro elétrica no Brasil faleceu no Canadá. *Diário de São Paulo*, 23 de agosto de 1960.

PALAZZO-ALMEIDA, Carmen Lícia. “A renegociação da dívida externa e os fatores condicionantes do empréstimo de consolidação de 1898.” In *História Econômica & História de Empresas*, II.I. São Paulo: Hucitec / ABPHE, 1999.

PELÁEZ, Carlos Manuel. “As consequências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945.” In *Revista Brasileira da Economia* vol. 25, n.º 3 (Jul-Set 1971): 5-82.

PONTES, José Alfredo O. V. “A Light e a Imprensa.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 22, São Paulo:

Eletropaulo, jul/dez 1995.

PONTES, José Alfredo O. V. “O mistério da grande enchente de 1929.” *O Estado de São Paulo*, 18 de fevereiro de 2001.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil.” In *História Econômica & História de Empresas*, II.I. São Paulo: Hucitec / ABPHE, 1999.

RAMOS, Ricardo. “Retrato no Espelho.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 4, p. 16-24. Julho / agosto / setembro de 1989.

Revista Águas e Energia Elétrica de São Paulo / DAEE-SP, 1966-69.

Revista Brasileira de Energia Elétrica / CEB-RJ, 1963.

Revista Brasileira Siemens. Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckurt S.A. Rio de Janeiro: A Companhia - Vol. 1, n. 1, 1928.

Revista de eletricidade. Rio de Janeiro: James Mitchell, 1900, N. 1.

Revista General Electric. Rio de Janeiro: General Electric, 1926-1931. Vol. 1 (1926)-v. 6 (1931).

REDONDO, Garcia. “A primeira concessão de estrada de ferro dada no Brasil: 1864.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VI, p. 1-11, 1900-1901.

RIPPY, J.Fred. “British investment in Latin America Electrical Utililties.” In *The Hispanic American Historical Review*, vol. 34, n. 2, Maio, 1954, pp. 251-255.

RODRIGUEZ, Isabel Bartolomé. “La industria eléctrica en España (1890-1936).” In *Estudios de Historia Económica*, nº 50, 2007. P. 1-165.

SAES, Alexandre Macchione. “Luz, leis e livre concorrência: conflito em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX.” In *Revista de História*, São Paulo, n. 28 (2), 2009.

SAES, Alexandre Macchione. “Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930).” In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 27, n. 54, p. 218-238. 2007.

SAES, Alexandre Macchione e HANSEN, Cláudia Regina S. de Oliveira. “Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX.” In *História Econômica & História de Empresas*, vol. X, n. 1, p. 49-81, jan. jun. 2007.

SAES, Flávio A. M. “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República.” In *Estudos Avançados*, vol. 3, n.º 7, São Paulo, set/dez. 1989.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Café, indústria e eletricidade em São Paulo.” In *Revista História & Energia n. 1*. São Paulo: Eletropaulo, 1986.

SCHMIDT, Augusto Frederico. O Estrangeiro. *Correio da Manhã*, 7 de agosto de 1953.

SEGATTO, José Antônio. “A República e a Light.” In *Memória Eletropaulo*, n.º 2, p. 16-25. Janeiro/ fevereiro / março de 1989.

STONE, Irving. “British long term investment in Latin America 1865-1913”. In *Business History Review*, 42 (3), 1968.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “A era dos trustes e cartéis.” In *Revista História e Energia n. 1*. P. 6-20, maio 1986.

SZMRECSANYI, Tamás. “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939.” In *Revista de Economia Política São Paulo*, v.6 , n.1 , p.132-5, jan./mar. 1986.

TAFUNELL, Xavier. “La Revolución Eléctrica en América Latina: una reconstrucción cuantitativa del proceso de electrificación hasta 1930.” In *Revista de Historia Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History*, vol. 29, n. 3, p. 327-59, 2011.

Volta da Velha Senhora. *Veja*, São Paulo, 29 de maio de 1996, p. 106-108.

WEID, Elisabeth Von der. “Estratégias de implantação de uma multinacional numa cidade latino-americana: The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Co. Ltd – 1899-1910.” In *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vol. IV. Niterói: ABPHE/UFF, 1997.

ZEBINI, Eduardo G. “A Propaganda da Canadense.” In *Memória*, ano II, n.º 4, São Paulo: Eletropaulo, julho / agosto / setembro de 1989.

Teses e Dissertações:

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. *Faça-se a luz: o impacto social da eletrificação da cidade do Rio de Janeiro no limiar do século*. 1997. Monografia (Bacharelado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ. Orientador Prof. Dr. Fernando Antonio Faria.

CORRÊA, Maria Leticia. *O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)*. 2003. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ.

COSTA, Hélio Benedito. *Energia elétrica no Brasil: história, contradições e lutas (1960-2000)*. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, SP.

HANSEN, Claudia Regina Salgado de Oliveira. *Elettricidade no Brasil da Primeira República: a CBEE e os Guinle no Distrito Federal (1904-1923)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social). Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

IANNONE, Roberto. *Evolução do setor elétrico paulista*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição, Santos: 1870-1913*. 1994. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LÉRIAS, Reinéro Antônio. *O Encilhamento e a cidade de São Paulo, 1890-1891*. 1988. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Francisco Mariano da R. de Souza. *Formas de energia no Brasil – Século XIX*. s/d. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Eletrificação, urbanização e crescimento industrial no Estado de São Paulo, 1880-1940*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Rio Claro, SP.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sites

http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo_digitalizado.php

<http://www.bmfbovespa.com.br>

<http://www.casabranca.sp.gov.br/>

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx#14/03/2013

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/navegue/DOSP>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

<http://www3.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/galeria-de-diretores/201-prof-dr-victor-da-silva-freire-.html>

<http://www.portodesantos.com.br/historia.php>.